

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

MAHASIÃH RAIMUNDO

“Heróis” como nunca, “vilões” como sempre: racismo, humilhação e pandemia — o sofrimento ético-político dos entregadores de aplicativo em São Paulo

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

SÃO PAULO

2024

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

MAHASIÃH RAIMUNDO

“Heróis” como nunca, “vilões” como sempre: racismo, humilhação e pandemia — o sofrimento ético-político dos entregadores de aplicativo em São Paulo

Dissertação apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Psicologia Social sob a orientação da Profa. Bader Burihan Sawaia.

SÃO PAULO

2024

Banca Examinadora

O presente trabalho foi realizado com apoio da Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Código de Financiamento 0485437014355395 – nº do processo 130120/2022-7.

His study was financed in part by the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Finance Code 0485437014355395 – process number 130120/2022-7.

*Dedico esse trabalho a todos os condenados
da terra. Cujo papel tem sido reduzido
permanentemente ao de vilão.*

Laroye!

AGRADECIMENTOS

Agora são 04 horas da manhã. Há dois anos já me organizava para ir a São Paulo iniciar o mestrado. Na imaginação brotavam muito mais incertezas, enquanto as certezas se recolhiam. São Paulo foi como um supetão. Não sei se pelo verso de Caetano: alguma coisa aconteceu no meu coração, que quando cheguei "jamais entendi". Ou pelo verso de Racionais MC's, Negro drama, sentindo o preço e a cobrança. De fato, era tudo meio turvo, tentava ver e por vezes, não via nada. Pensava as vezes, será que deveria estar ali? Uma força de fora fazia por vezes acreditar — “acho que o trabalho intelectual não é pra mim”. Tentando fugir do destino que pretensamente nos encerram em corpo e músculo, agora estou aqui. Não sozinho. Obrigado a todos que sustentaram minhas ausências e insistiram em mim:

Agradeço primeiramente a minha família: a minha mãe Maria Aparecida Raimundo e meu pai Paulo Raimundo pelo sopro da vida, por serem quem são e por bem me querer em todas as circunstâncias. Ao meu tio Rogério pelo carinho e apoio de sempre. Aos meus irmãos e aqueles todos outros que vieram antes de mim.

Agradeço intensamente minha orientadora pela sua generosidade intelectual — como um dia alguém falou — que garantiu que pudesse de fato me encorajar e acreditar em mim. Que me nutrindo de conhecimento, me possibilitou perseverança e cuidado na confecção desse estudo. Me sinto honrado em ter sido seu orientando.

Desde já, também, agradeço o prof. Jaison e a prof. Lorena, que como vanguarda de ITCP-FURB, na qual fiz parte quando acadêmico, sempre me apoiaram, ensinaram e são referências para meu caminhar. É de uma imensa felicidade enorme ter de vocês todo esse apoio e carinho.

Agradeço a todos os professores do Programa de Psicologia Social da PUC, por todo aprendizado, cuidado e auxílio. Agradeço de forma especial o prof. Odair Furtado que com muita graça aceitou dividir seu tempo e dedicação para examinar este trabalho, é lisonjeiro da minha da minha parte contar com você. E à prof. Cecília Pescatore pelas riquíssimas aulas junto ao seu núcleo de Identidade Metamorfose, e seu caloroso carinho.

Agradeço a Aline Matheus por aceitar se dedicar e debruçar sobre este trabalho. Seu olhar e escuta são muito especiais, me sinto recompensado por contar com você.

Agradeço a Luís Henrique pela disponibilidade e atenção na qualificação, seu olhar e escuta foi muito importante. Agradeço também por tê-lo como suplente nesse trabalho final.

Em relação a suplência, agradeço também Marcio Farias pela disponibilidade e pela atenção solicita em compor este trabalho.

Agradeço ao meu amor, Nathalia Goes, por fazer do teu colo uma morada e dividir teu carinho, mesmo por vezes distantes, nos dias bons e ruins. Você do meu lado foi solo de ternura que nutriu de potência meus caminhos.

Agradeço ao NEXIN e todos os pesquisadores e colegas que dividiram reflexões, sorrisos e risadas nas aulas e núcleo. O apoio de todos foi de grande valor.

Um agradecimento especial àqueles que me acolheram, e que juntos pudemos construir laços de fraternidade como corpos estrangeiros em São Paulo: Henrique, Felipe e Lucas — os maninhos. Henrique, irmão de santo, me cativou pela sua verdade e seu espírito altivo, que se refletia no cuidado e no companheirismo, até mesmo nas danças ritmadas no embalo de uma contagiante alegria — meu carinho por você é gigante. Felipe, me abraçou com seu coração imenso, sua companhia cheia de entrega, sempre me preenchia de sorrisos e tranquilidade, suas gramáticas radicais me ensinaram a viver forte, chorar sem freio e amar de verdade. Lucas, é um acalento. Escuta que serena, olhar que aconchega. Sua companhia é sensibilidade aguda, abrigo de sorrisos e um terreno de carinho que cativa as almas vibrantes.

Por intermédio de Henrique, nesse percurso conheci a ANPSINEP – Articulação Nacional de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadoras/os. Agradeço aos companheiros do Núcleo São Paulo por tudo que pude aprender e viver fazendo parte do grupo. Estar junto foi fundamental, fortalecendo os horizontes de vida, imaginação e contestação.

Agradeço os meus de fé, Bianca e Rafael, que estão sempre na retaguarda não importando o contexto. Amigos leais, que me atravessam por um espírito de amor que é genuíno, que onde quer que eu esteja, é forte e intenso que jamais me deixa sozinho.

Agradeço a Tassyia pelo fio sublime de afeto que nos liga e me toca profundamente. Encantando o viver e fazendo brotar alegrias e memórias para sonhar.

Agradeço a Yasmim, que também me acolheu em São Paulo com muito carinho, dividindo sua amizade hospitaleira de muito carisma e afeto, que fez brotar vários gêneros de alegrias e bons sorrisos.

Agradeço os Síndicos e o Condomínio, grupos de amigos que são um alicerce de aconchego, carinho e intimidade. Todo apoio e sorrisos divididos nos cafés, nas jantãs, nas mensagens trocadas e outras tantas coisas, me nutriu de profundo felicidade. Meu carinho por vocês é imenso: Talita, Julia, Deryk, Daniela, Rafael, Bianca, Nathalia, Maria, Renan e Mike.

Nos dois anos que se passaram, ainda que me sentindo impotente, longe e triste por estar ausente. Nada parou. Coisas aconteceram, nasceram e cresceram — todas atravessadas por um pedacinho de mim:

Por isso celebro e agradeço: a COMUNs Associação Comunitária de Saúde Mental de Blumenau, que nasceu publicamente em 2023, por permitir manter aceso esse desejo que pulsa em mim, por prática de psicologia radicalmente coletiva. Foi gratificante todo processo, carinho e dedicação de cada um: Bianca, Talita, Rafael, Guilherme Kopsch, Ana Friggi, Anna Pimentta, Miguel, Guilherme Vailatti, Isabelle, Darolt, Roberto.

Celebro e agradeço a Articulação Negra Psis de Blumenau, que nasceu em 2023, pulsando o desejo de avançar com as pautas das relações raciais e saúde mental da população negra no Vale do Itajaí. Fazer parte da construção desse coletivo é de profunda alegria, já carrego um carinho imenso por todos os participantes: Tassy, Camila, Maria, Marina, João Gomes, João Vitor e Luís.

Celebro e agradeço a vinda da Elis. Filha dos meus amigos Rafael e Talita, relação que tenho muito orgulho de ter sido o cupido que juntou. Elis ainda não saiu da barriga, mas desde já agradeço ela por me fazer titio — seja bem-vinda!

De maneira parecida Nathalia e Adair se casaram. Sou feliz por ter sido cupido também. Durante a escrita deste trabalho me tornei padrinho, desses amigos que gosto tanto, obrigado. Celebro e agradeço mais uma vinda — de um novo casal. Sou grato pelo carinho incondicional que recebo de vocês.

Agradeço minha amiga Eloisa pela presença, apesar do dos caminhos que nos distanciam, tendo o companheirismo e carinho de sempre.

Na vanguarda dos meus passos acadêmicos agradeço ao NEAB – Núcleo de Estudos Afro Brasileiros da FURB e a ITCP-FURB – Incubadora Tecnológica de Cooperativa Populares e todos colegas que pude conhecer, por todo aprendizado e apoio para seguir meus caminhos como profissional de Psicologia, acadêmico e pesquisador comprometido e ético.

Agradeço a tantos outros amigos que compuseram a minha caminhada e que pelos limites das linhas não puderam ser citados, tanto os mestrados, ou os de fora, amigos antigos e os novos que fiz em São Paulo. Carrego cada carinho comigo como memórias alegres.

Agradeço os entregadores de aplicativo que se dispuseram a conversar comigo nas ruas de São Paulo. Fui recebido de maneira sempre solícita e alegre, isso é muito gratificante.

Por fim, agradeço aos meus guias e Orixás pelos caminhos de perseverança.

“Hey, eu sou playboy, não tenho culpa se seu pai é motoboy!”

— Alunos de medicina cantam na arquibancada durante jogos universitários.

RESUMO

RAIMUNDO, Mahasiah. **“Heróis” como nunca, “vilões” como sempre: racismo, humilhação e pandemia — o sofrimento ético-político dos entregadores de aplicativo em São Paulo** Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

O presente estudo trata da temática do trabalho, cidadania, relações raciais e os entregadores de aplicativo/motoboys na cidade de São Paulo, com o objetivo de acessar as memórias e analisar a experiência do que foi ser entregador de aplicativo na pandemia em seus afetos. Sob uma metodologia etnográfica com inspiração na pesquisa ação-participante foram realizadas derivas nas ruas de São Paulo norteadas pelo fluxo do caminhar e dos encontros na cidade, para adentrar ao cotidiano dos entregadores. Como forma de mediação dos encontros com os entregadores foi usado a entrevistas narrativa e diário de campo. Para complementar as reflexões do trabalho foi também usado dados secundários de documento bibliográficos e de portais de notícias. Os referenciais teóricos dessa pesquisa parte da psicologia sócio-histórica, com base nas reflexões de Vigotski e Lane sobre a compreensão da subjetividade, Spinoza sobre a compreensão dos afetos, e Sawaia sobre a proposta da dialética exclusão/inclusão social e sofrimento ético-político. Para aprofundar a análise dos afetos experienciados pelos/as motoboys durante a pandemia me apoiei na categoria teórica do Sofrimento Ético-Político. Complementa esse referencial base, autores que discutem a precarização e plataformização do trabalho e outros autores brasileiros e estrangeiros que discutem as relações raciais e seus impasses sociais e subjetivos. No decorrer da pesquisa foi possível analisar que a dialética exclusão/inclusão social e com isso, o sofrimento ético-político dos entregadores de aplicativo, passam de maneira central pelo crivo racial. Na pandemia foram considerados “heróis”, mas conforme ela passou, viraram “vilões, como sempre”, tanto para as empresas-aplicativo, em que lema era “precário o suficiente para mantê-los trabalhando e a receita aumentando”, quanto para os cidadãos da cidade que foram e continuam sendo beneficiados pelos seus serviços, mas que voltaram a olhá-los como “monstros” provocando gestos de desconfiança e violência. Não resignado os entregadores buscam pelas próprias gramáticas formas de superar esse sofrimento, reagindo individualmente, mas também buscando brechas pelo comum.

Palavras-chave: Entregadores de aplicativo; Psicologia Social; Racismo; Afeto; Pandemia.

ABSTRACT

RAIMUNDO, Mahasiah. **"Heroes" as never before, "villains" as always: racism, humiliation and the pandemic - the ethical-political suffering of app delivery drivers in São Paulo** Dissertation (Master's Degree in Social Psychology) - Pontifical Catholic University of São Paulo, São Paulo, 2017.

This paper deals with the theme of citizenship, race relations and app delivery workers/motoboy in the city of São Paulo, with the aim of accessing memories and analyzing the experience of what it was like to be an app delivery worker during the pandemic in terms of their affections and suffering. Under an ethnographic methodology inspired by action-participant research, drifts were made through the streets of São Paulo, guided by the flow of walking and encounters in the city, to enter the daily lives of delivery workers. Narrative interviews and field diaries were used to mediate the meetings with the delivery workers. Secondary data from bibliographic documents and news portals was also used to complement the work's reflections. The theoretical framework for this research comes from socio-historical psychology, based on the reflections of Vygotsky and Lane on the understanding of subjectivity, Spinoza on the understanding of affections, and Sawaia on the proposal of the dialectic of social exclusion/inclusion and ethical-political suffering. In order to deepen the analysis of the affections and suffering experienced by motoboy during the pandemic, I relied on the theoretical category of Ethical-Political Suffering. This base reference is complemented by authors who discuss the precariousness and platformization of work and other Brazilian and foreign authors who discuss race relations and their social and subjective impasses. In the course of the research, it was possible to analyze that the dialectic of social exclusion/inclusion and the ethical-political suffering of app delivery workers pass through the racism sieve in a central way. During the pandemic, they were considered "heroes", but as the pandemic passed, they became "villains, as always", both for the app companies, whose motto was "precarious enough to keep them working and revenue increasing", and for the citizens of the city who have benefited and continue to benefit from their services, but who once again look at them as "monsters", provoking gestures of distrust and violence. Not resigned to it, the couriers use their own grammars to find ways of overcoming this suffering, reacting individually but also looking for common ground.

Keywords: App delivery workers; Social Psychology; Racism; Affection; Pandemic.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Loucos pelo perigo.....	122
Figura 2 - Guerra urbana.....	122
Figura 3 - Uma guerra sobre rodas.....	122
Figura 4 - “Passa-comida” de condomínio no bairro Bela Vista, SP (fora).	128
Figura 5 - “Passa-comida” de condomínio no bairro Bela Vista, SP (dentro).....	128
Figura 6 – “Passa-comida” de condomínio no bairro Santa Cecília.....	128
Figura 7 - Taxas mensais e proporção de mortalidade, segundo raça e cor.....	155

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAMET	Associação Brasileira de Medicina do Tráfego
ANEA	Aliança Nacional dos Entregadores de Aplicativo
APP	Aplicativo
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
NBR	Norma Brasileira
SINDIMOTO	Sindicato dos Mensageiros Motociclistas, Ciclistas e Mototaxistas Intermunicipal
USP	Universidade de São Paulo
IEPS	Instituto de Estudos para Políticas de Saúde

LISTA DE SIMBOLOS

@	Arroba
%	Porcento
#	Hashtag

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	15
2.	PREÂMBULOS TEÓRICO CONTEXTUAIS	20
2.1.	Trabalho: a mutilação da vida	20
2.1.1.	Corpo e mente: a captura das volições.....	22
2.2.	A ferida colonial e a construção da Outridade	26
2.2.1.	O negro e o lado escuro da modernidade.....	29
2.3.	O neoliberalismo e os espíritos do capitalismo.....	31
2.3.1.	O espírito da colonialidade e sua imanência.....	35
2.4.	Estado de bem-estar digital e trabalho subordinado por plataforma.....	39
2.4.1	Administração periférica de Abílio e os negros de fundo de Mbembe.....	45
2.5.	Desfecho da primeira parte.....	49
3.	A PESQUISA	51
3.1.	A dor na alma e o que ela denuncia? — o problema de pesquisa.....	51
3.2.	Objetivos.....	53
3.3.	A ética laneana de pesquisa: considerações metodológicas.....	54
3.3.1.	Do Caminhar aos Encontros: uma pesquisa com os pés na rua.....	55
3.3.2.	Sobre as entrevistas narrativa.....	58
3.3.3.	Os atores e os encontros.....	61
3.3.4.	Os caminhos percorridos.....	63
4.	AS VEREDAS DAS RUAS	64
4.1.	Quem são os entregadores?.....	64
4.2.	O início das contradições.....	67
4.2.1.	Quem apoia quem?.....	68
4.3.	De herói a vilão: os entregadores e a pandemia.....	72
4.3.1.	A condição dos entregadores na pandemia.....	75
4.3.2.	O que foi ser entregador na pandemia?.....	77
4.3.3.	Felicidade e frustração: de solução ao descarte.....	83
4.3.4.	O dinheiro paga a dignidade?.....	90
4.4	A palavra maldita: entregadores, afetividade e a denúncia sócio-histórica.....	93

5.	OS ENTREGADORES DE APLICATIVO E O RACISMO: NO BRASIL SÃO SINÔNIMOS.....	98
5.1.	Cercas invisíveis.....	98
5.2.	A inimizade.....	99
5.3.	A opacidade colonial: a ancestralidade do trabalho de entrega	106
5.4.	O monstro negro-entregador	112
5.5.	A desconfiança e a vigilância	116
5.6.	Por entre condomínios e apartamentos: qual o subtexto das agressões aos entregadores?	123
5.6.1.	A violência está na branquitude.....	130
5.7.	“É ditadura”: Medo-esperança e regime de exceção das plataformas.....	137
5.7.1.	A forma colonial-digital ou Colonialismo digital.....	143
5.7.2.	Gerenciamento “lado B”: estratégias de dissuasão e desmobilização.....	147
5.7.3.	Um crime perfeito: as mortes e o trabalho de entrega.....	152
6.	“TÁ FÁCIL DEMAIS PRA ELES, QUEREM QUE DÁ NA BOCA”: AS GRAMÁTICAS DA INSURGÊNCIA.....	161
6.1.	Autonomia: as brechas do entregador no tempo do aplicativo.....	164
6.2.	As ruas e os territórios que acolhem, socorrem ou engolem.....	171
6.3.	As tramas de resistência: entre paixão e ação.....	173
6.4.	O #BrequeDosApps.....	180
6.5.	“Trabalhador não tem o que comemorar”: o desejo incendiário e o autoritário.....	189
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	194
	REFERÊNCIAS	199
	APÊNDICE A: TCLE	217



INTRODUÇÃO

DE 72 USÃO PERIFÉRICA
A FAVELA VALE DESCE E NÃO VAI SER CARNAVAL

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa debruçar sobre as ruas, avenidas e vielas da trama do trabalho de entrega. O nome Entregador, dado aos trabalhadores subordinados as plataformas das empresas-aplicativo de *delivery* de comida, foi um termo que foi involuntariamente substituindo aos poucos o nome de Motoboy. Ao mesmo tempo que funda um outro nome, concomitantemente manifesta um diferente espírito neste trabalho, que aprofunda as contradições.

Lembro-me do primeiro contato que me provocou e que me pôs a pensar sobre essas contradições. Foi em Blumenau SC, no ano de 2021 — quando como bolsista na graduação de Psicologia, fazia parte da ITCP-FURB (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Regional de Blumenau) —, que na Rádio Comunitária da Fortaleza, compondo o corpo de entrevistadores do programa *Mentes e Vertentes*¹, pude junto aos colegas do programa, conversar com um dos motoboys que fazia parte de um grupo que propunha a criação de uma associação para auxiliar os trabalhadores da categoria que se acidentavam. Havia ali pulsando entre eles, uma vontade de agir frente as mazelas dos sofrimentos que os cerceavam, sendo assim, um sofrimento ético-político. Desde então, a ITCP, aquela entrevista e as incomodações suscitadas, se fundiram na oportunidade e na vontade de ingressar ao mestrado.

Agora em São Paulo, no que diriam ser “olho do furacão”, me vi desafiado em aprofundar as tramas que envolvem o sofrimento ético-político dos entregadores de aplicativo. Que segundo dados de 2021, é uma categoria que em sua totalidade englobam uma quantidade aproximada de 322 mil pessoas, que em sua maioria são jovens negros, do sexo masculino, periféricos, pobres e de baixa escolaridade (Goes, Firmino, Martins, 2021).

Nesta cidade guardam-se memórias muito profundas desde os primórdios da expansão da atividade de motoboy nos anos 80, até o seu ápice na pandemia explodindo no levante nacional do “Breque dos App”. Diferente dos antigos motoboys, os entregadores agora são uberizados ou trabalhadores subordinados a plataforma, imersos na condição em que parte das obrigações que deveriam ser responsabilidade das empresas para quais estão trabalhando,

¹ “O programa ‘Mentes e Vertentes’ existe desde 2008 na Rádio Comunitária Fortaleza, pela iniciativa de profissionais da Saúde Mental, que já organizavam um programa amador dentro do Centro de Atenção Psicossocial por entender a importância terapêutica de uma oficina como esta, e que pôde se concretizar pela parceria com a Rádio Comunitária. É um programa de entrevistas cujos entrevistadores são usuários e profissionais dos serviços da Rede de Atenção Psicossocial de Blumenau/SC, especificamente dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS II e CAPS AD III) e da associação Enlourecer (Associação de Familiares, Amigos e Usuários)” (Programa Mentes e Vertentes, 2024).

passaram a ser atribuída para eles próprios, ocultando a relação de subordinação a um patrão, que passa a ser atribuído pelo gerenciamento algoritmo da tecnologia da empresa. As empresas-aplicativos centralizaram o mercado para si, e com isso criaram condições propícias para melhorar os lucros otimizando os meios de exploração, agora muito mais poderosos e, por vezes, sutis.

Como “cachorros loucos” — segundo o senso comum — considerados imprudentes e perigosos, as tecnologias dos aplicativos espalharam a realidade dos *corres*². Com o desemprego que assola cada vez mais a população, as empresas-aplicativo de *delivery* arranjaram um negócio lucrativo utilizando uma mão de obra “descartável” e sobrança. Submetidos a extensas jornadas de trabalho, somado a uma renda irrisória e a subordinação algorítmica gerenciada pelas empresas-aplicativo, uma multidão de trabalhadores ou — como as plataformas querem que os enxergue — “parceiros” de entregas, tomam a cidade e cada vez mais se fixam ao cotidiano urbano, vivendo uma situação que é atravessada pela incerteza, pelos riscos e pela frustração, o que se exacerbou ainda mais com as condições da pandemia. Desde então nunca se viu tantos conflitos e violência. Agredidos nas ruas, nos restaurantes e nas portas dos apartamentos e em frente as casas. Além de um aumento exponencial dos óbitos no trânsito envolvendo os entregadores desde a chegada das empresas-aplicativos.

Ao mesmo tempo que há uma súbita “invasão” na cidade, há uma súbita “reação”. É em razão disso que o levante do “Breques dos Apps” na pandemia tentou dar freio a degradação das suas condições de trabalho e às suas humilhações sofridas que são advindas e potencializada pela precarização e plataformização do trabalho encabeçadas pelas empresas-aplicativo que também aprofundaram no contexto da pandemia.

Nas ruas, ao léu, mediados por dispositivos celular controlados pelas infraestruturas digitais das empresas-aplicativos, se veem presos na contradição da flexibilidade em troca da segurança. Também, na contradição da “mão invisível do patrão”. Tramas que atravessam a carne do entregador pelos afetos de medo, excitação, esperança, todos esses afetos que têm a dúvida em seu âmago, por isso são passivos — sustentam a paixão imobilizadora, que podem servir a sustentar poderes desmesurados. Mas que se realizam, na maioria das vezes, ao final, como frustração.

Para Sawaia a afetividade seria unidade de análise que comporta a mediação dos encontros de um corpo no mundo, que de maneira dialética, não reflete o mundo, nem determina

² Corre: termo comum em São Paulo relacionado a rotina corrida do trabalho, mas que se associa as demandas dos trabalhadores informais e periféricos que estão sempre transitando por entre serviços ou, como é também chamado, “bicos”.

o sujeito, mas produz uma “experiência emocional” que pode ser libertária ou de sujeição. É neste sentido que todo afeto emoção ou paixão, guarda um sentido sócio-histórico, que, portanto, são ético-políticos, pois como Sawaia propõe “qualquer acontecimento social é uma problemática psicossocial” (Sawaia, 2022, p.22). O sofrimento ético-político é como um “adoecimento” que não é da ordem individual, mas que enreda o sujeito a encontros tristes que diminuem sua potência de ação, fazendo se submeter e se resignar a situações que lese a sua vida.

É levando em conta a compreensão dos afetos com base nas concepções de Bader Sawaia, que partem de uma leitura vigotskiana e spinozana da subjetividade, que propus uma deriva etnográfica caminhando nas ruas e disposto aos encontros com os entregadores, que por meio de entrevistas narrativas me coloquei a escutar os afetos que envolvem a trama do sofrimento ético-político dos entregadores.

Nesse sentido, busco através desta pesquisa compreender a dinâmica afetiva destes trabalhadores, trazendo destaque ao momento agudo da pandemia em que trabalharam, no que tange a sua distribuição desigual e seu efeito no fortalecimento ou enfraquecimento da potência de vida mediada pela desigualdade social. Analisando como se dá o seu dia a dia, suas condições de trabalho, sofrimentos e motivos de luta por direitos no trabalho. Assim, acumular conhecimentos que permitam auxiliar na construção de políticas públicas e orientar a práxis psicossocial que respondam às necessidades dessa população.

O objetivo geral deste projeto é aprofundar as reflexões sobre os afetos experienciados pelos/as motoboys de aplicativos de entrega de refeição que atuam em São Paulo, destacando o período da Pandemia, além de compreender a potência de ação, individual e coletiva (2020/2021).

A escassez de literatura que envolvam o enlace de subjetividade e sociedade envolvendo os entregadores sob a condição da pandemia, além de enfoque racial ao tema da plataformização do trabalho é uma justificativa da relevância científica desta pesquisa, mas não a mais importante. A relevância social desta pesquisa apresenta-se ancorada em 5 elementos complementares: registro e análise científica do fenômeno investigado; visibilidade da população trabalhadora; possíveis subsídios às políticas públicas, às ações relacionadas às consequências psicossociais da precarização do trabalho e negação de direitos

Os objetivos específicos foram: a) mapear os afetos tristes e alegres experienciados por eles/as durante a realização de seu trabalho cotidiano; b) conhecer as mudanças e sofrimentos em suas vidas pela condição de trabalhar durante a pandemia e quais cuidados e estratégias tomaram; c) descrever o dia a dia do seu trabalho e qual é o sentido dado a sua atividade

profissional; d) esclarecer o aspecto volitivo que despertaram as manifestações contra as empresas de aplicativos durante a pandemia, no breque dos apps; e) constatar o que esperam das políticas públicas; f) analisar como se dá a organização destes profissionais em sindicatos ou coletivos e se há um sentimento de comum.

Os objetivos levantados, no entanto, foram iniciais. O método etnográfico, além da inspiração em pressupostos da pesquisa ação-participante, faz a pesquisa caminhar e derivar por caminho as vezes não planejados em meio a provocações que são suscitadas nos encontros pelas ruas, com os atores da pesquisa — os entregadores — ou pelas informações teóricas e documentais que atravessam o pesquisador, sejam elas impressas, digitais ou em vídeo.

“Heróis como nunca, vilões como sempre”, essa foi a principal marca que perdurou nas narrativas dos encontros. Fora concedido “poderes” a estes trabalhadores: enfrentar a pandemia de frente e viabilizar o isolamento dos demais. Situação que contribuiu para que fossem de certo modo valorizados e visibilizados. Mas por pouco tempo. O tempo em que fossem úteis. Logo mais voltaram aos seus papéis principais: servir. Sem mais “poderes”, tornaram-se os “vilões, como sempre”. Desde então, as narrativas não pouparam queixas e denúncias contra as discriminações e humilhações sofridas. Quando um dos entregadores se referiu a qualidade de “vilão”, citada acima, ou quando outro afirma que voltaram a ser os “motoboys de sempre”, no que tange suas humilhações, noto que há algo mais profundo nestes termos, que tomam como foco a discussão das relações raciais.

Sabe-se que no Brasil não há como discutir trabalho precário sem levar em conta o histórico colonial e escravocrata do país que acirra as contradições de raça, fazendo com que as pessoas negras sejam relegadas a subcidadania, subempregos e a viração. Não somente isso, ainda que o racismo seja constantemente negado em detrimento da adoção de uma suposta democracia racial, os conflitos de raça não deixam de ser uma constante no cotidiano, instituições e no território da cidade. Os negros ainda são relegados a posição de “selvagens”, “suspeitos”, “estrangeiros”, “agressivos” entre outros qualitativos. Até mesmo “vilões”.

É neste sentido que busco no primeiro momento do trabalho na parte 2. Preâmbulos teórico contextuais, depois de expor de forma breve e teórica sobre a servidão ao trabalho na modernidade capitalista e seus efeitos na carne e nas paixões, integrar dois olhares para o fenômeno do trabalho e da precarização: seu lado escuro — marcado pela raça, colonialidade e regime de plantação —, e seu lado branco — relacionado à proteção social, ao estado de bem-estar e pela indústria assalariada. O capitalismo para ser o que é sempre necessitou de subsídios raciais e de gênero em atividades não consideradas produtivas por meio de trabalho gratuito, o que resultou na divisão racial e sexual do trabalho. Compreender que o que alguns chamam de novidade, em relação a *gig economy* (economia dos bicos) — difundida pelas empresas-

aplicativos — é na verdade uma extensão de algo que está intrínseco ao capitalismo, desde o seu processo de colonização e racialização, nos ajuda a revelar as novas-velhas dinâmicas da espoliação física, moral e econômica do trabalho do capitalismo, sob suas contemporâneas morfologias.

Depois de expor os métodos e procedimentos, e ter descrito os caminhos e os encontros que se sucederam em campo na parte 3. A pesquisa, me debruço na parte 4. As veredas da rua, aos conteúdos das derivas etnográficas referente ao “o que foi ser entregador na pandemia” destrinchando seus afetos e dramas. Na parte 5. Os entregadores de aplicativo e o racismo: no Brasil são sinônimos, envolvido em uma das provocações suscitadas na parte anterior, procuro traçar a permanência e as tramas da colonialidade que atravessam a subjetividade, mas também a objetividade do trabalho de entrega, fazendo do racismo algo presente na ordem do dia, e algo que é constitutivo e estruturante no modelo de negócio de empresas de plataforma delivery como a iFood. A parte 6. Gramáticas da insurgência, dá lugar para a discussão sobre as resistências, em suas tramas e contradições sob a subordinação das plataformização do trabalho. Se segue a partir daí a finalização com a parte 7. considerações finais, com o apanhado do que foi tratado na pesquisa. A colagem que ilustrou esta introdução foi confeccionada por conta própria, digitalmente, enquanto pesquisava, fazia leituras, escrevia e derivava nas ruas.

2. PREAMBULOS TEÓRICO CONTEXTUAIS

2.1. Trabalho: a mutilação da vida

A história do ser humano é a história da transformação da natureza. Tal constatação implica que o ser humano não é estático, respondente e reativo ao meio, mas que cria e constrói medida que se transforma também (Lane, 1989). Sua atividade depende do constante encontro com o meio e com os indivíduos que nele compõe, de forma a garantir formas de perseverar na existência. Spinoza, propõe como *conatus*, uma força que se traduz como desejo de um pretenso movimento na busca potência para existir, que para isso produzimos cultura, comunicação e trabalho. Esse desejo, portanto, é apenas uma das faces elementar de nossa vida, já que ele está indissociavelmente relacionado às paixões e a imaginação, que são resultado das contingências do mundo que atravessam nosso corpo/mente (Sawaia, 1999; Spinoza, 2020; Vigotsky, 2009).

É levando em conta esta dimensão que o nosso existir se torna complexo. Fadados a viver, buscamos composições ao nosso corpo, nos alegramos e entristecemos. Acreditamos que estamos no comando, pensando racionalmente – império dentro de um império – mas a razão não é antagonista da emoção. Aquilo que foi razão, é também corpo e aquilo que é corpo é afecção. É por isso que Spinoza não secciona o corpo da mente caso contrário lidaríamos com o humano ideal em detrimento do real.

Lidar com o ser humano real é compreender que sua inserção na história é muito mais dramática do que absoluta e determinada. Desde nascer o sujeito é inserido em uma malha de encontros bons e ruins, que tampouco ele escolhe, pois são parte de uma história maior onde relações de poder e de dominação se estabelecem e se perpetuam no contato com grupos e instituições. O alvo é sempre o corpo do indivíduo, e por consequência, suas ideias.

O drama então está posto. Se desejo, paixão e emoção nos compõem, será em mediação com as instituições e grupos que seremos regulados por suas superstições que negam e abafam nossa potência de vida, ou que, em contrapartida, nos fortaleceremos criando meios e estratégias de vida onde nosso desejo não seja abafado.

Marx, retrata este processo, à luz do capitalismo. Se debruça sobre o problema do trabalho sob a economia capitalista. É ao criticar a forma econômica capitalista, que ele torna possível traçar as linhas para uma verdadeira retomada a plenitude da vida, tomando as rédeas que permite o agir livre, fora da servidão da sociedade burguesa. Nossa atividade subordinada ao capital é prostrada, então o trabalho passa a alienar o humano de seu potencial criativo, aliena por consequência o seu corpo e seu pensar. Sua força e potência se torna uma mercadoria na

prateleira, seu corpo passa servir o maquinário e a mercadoria, e então seu fazer e seu pensar torna-se fragmentado. Vygotsky parafraseia Engels nesse sentido: “com a divisão de trabalho, o próprio homem foi seccionado. [...] cada forma de produção material específica alguma divisão social do trabalho, e isso é responsável por sua divisão espiritual” (Engels, 1978 Apud Vigostsky, 1930, p.03).

Nesta frase duas considerações saltam aos olhos: uma, diz respeito a seccionalidade do humano. Qualidade daquilo que é amputado, ou cortado em partes. E a outra, não independente desta anterior, é a divisão espiritual. Podemos compreender, neste sentido, que se há uma seccionalidade, é pressuposto anteriormente uma univocidade na atividade humana, que se trata de uma qualidade que se torna impossível na divisão social do trabalho sob a égide capitalista.

Quando na citação acima, é enfatizado que o humano foi seccionado, diz respeito que algo no processo da divisão social do trabalho, na dinâmica das afecções e da imaginação, deixou de servir à inclinação de nosso desejo. Nossa atividade no mundo tornou-se meio de sustentar a própria servidão humana, ao invés do contrário, nossa realização.

Trabalho é um processo de mediação com a natureza, de forma a transformá-la para se tornar útil a perseverança de nossa vida, Marx afirma isso em *O capital*, não deixando de enfatizar o esforço e a dinâmica da corporeidade que nos muda qualitativamente, afirmando que o humano:

A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (Marx, 2011, p.326-27).

Toda atividade, como base da vivência humana, despende energia e força vital, das mais básicas até as mais complexas. Mesmo as mais antigas, pré-modernas, não deixavam de exigir do humano o empenho e esforço em colocar sua força vital na transformação da natureza e por isso mesmo, os humanos não eram menos cansados, desgastados ou machucados pelo trabalho. A atividade moderna se diferencia ao ser colocada no contexto de dominação de classe, onde sujeito acaba sendo subordinado à economia, como algo que é separado da vida, justamente pelos interesses de classes do modelo burguês de sociedade (Cavalcanti, 2021). No decorrer da história, com as Revoluções Industriais e a consolidação do capitalismo como sistema hegemônico, foi necessária uma outra lógica de tempo, ritmos e necessidades. Uma outra lógica, também, do uso da força vital. A fábrica seria agora o lugar do emprego dessa energia, que sob posse de outrem, determinaria a quais fins ela se alocaria. Para Cavalcanti (2021, p.43):

A ‘inovação’ capitalista frente a tantos outros meios de atividade humana no mundo pré-capitalista foi a capacidade de ‘separar o homem de sua força de trabalho e colocá-la, como objeto de negócio, à venda no mercado’, o capitalismo foi pioneiro nesse processo.

A subordinação do corpo ao tempo, ritmo e necessidades da empresa faz do trabalho, sinônimo de desgaste e de dor. Numa das faces deste processo, na Europa, nos períodos em que se compreendiam as revoluções industriais, era comum jornadas de trabalho extenuantes e ainda ver crianças nas fábricas em condições degradantes. Mulheres também estavam entre os que compunham a fábrica, porém sua remuneração era menor do que aqueles homens. A força produtiva de qualquer um dentro daquelas fábricas eram espremidas ao máximo possível, causando sofrimento, doenças, e por isso, demissões e até mortes.

Neste sentido, o desenvolvimento tecnológico fabril na sociedade burguesa não se tratou de um sinônimo para a melhoria das condições em relação ao sofrimento empenhado ao trabalho. Mas trataram-se sim, de formas inovadoras de aprimorar a acumulação econômica e por conseguinte, ampliar o acúmulo de capital, não importando as consequências físicas ou subjetivas do trabalhador, muito menos as consequências ambientais na natureza.

Não totalmente resignados, ao longo da história trabalhadores e trabalhadoras se reúnem e lutam através de reivindicações, pressões populares e movimentos sindicais. Instrumentos fundamentais para o estabelecimento de legislações para garantir possíveis mudanças neste cenário devastador. No entanto, não pode escapar de sabotagem, aliciamento e diversos tipos de ilusões criadas pelas classes dominante e seus operadores políticos no Estado.

2.1.1. Corpo e mente: a captura das volições

Podemos compreender então que o modo de produção detém os encontros possíveis. As conjunturas históricas, suas relações de poder e posições sociais produzem formas de enredar o corpo em bons e maus encontros.

Sob o capitalismo o trabalho e tortura se confundem, uma liberdade enganosa faz subordinar a vida e a existência plena a uma espécie de humilhação. No antigo testamento, segundo Barreto (2006, p.94), o trabalho era “intimamente ligado à pobreza, sendo considerado maldito e profano. Como maldição, não era aceito como um fim em si mesmo, não servindo à salvação”. Ainda refere que mesmo no alemão, com o termo *arbeit*, ou no francês com o termo

travail e ainda no inglês, com o termo *labro*, seguem-se os mesmos sentidos etimológicos, que segundo a autora está atrelado a “dor e esforço”.

Isso muda no Iluminismo e concomitantemente com a Revolução Industrial. Passa, então, a ser necessário um outro arcabouço ideológico para o trabalho pois o novo crivo, agora longe da autoridade monárquica ou feudal, era o ideal burguês de sociedade. Nestas configurações era necessário transformar o trabalho em “‘símbolo de toda propriedade e produtividade; de dignidade humana; de autonomia e liberdade; de progresso e desenvolvimento’; constituindo assim como ‘meio necessário à sua realização e liberdade’” (Barreto, 2006, p.94). Nem mesmo o cristianismo passou imune a essa reformulação dos sentidos do trabalho. O calvinismo é uma marca dessa mudança, pois os ideais dessa religião, derivada da reforma protestante, compreende que haveria uma salvação pelo trabalho, que poderia ele corrigir as paixões humanas para uma conduta digna que “dominaria os prazeres da carne” para a salvação divina (Barreto, 2006, p.95). Weber (2006) nota que há um sentido virtuoso em trabalhar, ganhar dinheiro e ficar rico atrelado ao puritanismo. Pois nesse imaginário religioso, por conta de Deus estar operando em todas as circunstâncias da vida, recusar um caminho economicamente próspero, seria desagradar os desígnios dele. Ou seja, desde que não se use da riqueza para abusar dos prazeres da carne, “mas sim para Deus, é permitido trabalhar para ficar rico” (Weber, 2006, p.148). Portanto, abandonar o prazer e o gozo da vida era necessário, para mais tarde sim, viver bem e prazerosamente. O prazer é adiado, o dever torna-se constante. Segundo Weber (2006), junto com a ideia de trabalho há um elo entre fé e amor. Pelo trabalho — já que então, o pecado original pôs a prova a sedição de Adão aos prazeres da carne —, cria-se um caminho virtuoso, longe da preguiça e da ociosidade como “meio de pôr à disposição do homem ‘interior’ o domínio sobre o seu corpo” (Weber, 2006, p.194).

Contudo a preguiça, essa que é com profunda repulsa expurgada, denuncia a própria perversão adocedora no seio do trabalho. Como o é alienado, seccionado da própria força criativa, só se sentirá pleno, quando fora do trabalho. Questão que Marx (2004, p.83) aponta quando afirma:

O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é portanto voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza (*Fremdheit*) evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste.

Por isso Lafargue (2022) em o direito à preguiça, contrariamente às visões arraigada no moralismo religioso de sua época, exposta anteriormente, que põe o ser humano enredado ao sentimento de culpa e de conformismo trágico em relação ao trabalho, aposta na preguiça como uma virtude. O sofrimento do trabalho no capitalismo não é algo transcendente, uma maldição ou algo naturalmente dado. Ele é algo imposto por escolhas humanas sobre a vida dos próprios humanos. A preguiça, neste sentido, é um resquício de insubmissão. É a resistência do corpo contra a regulação de sua necessidade livre de perseverança.

Aqui, vale a pena destacar mais um trecho de Marx (2004, p.81):

Quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando (ausarbeitet), tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio (fremd) que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, [e] tanto menos [o trabalhador] pertence a si próprio.

Vemos que Marx se preocupa além de tudo, com o sofrimento moral do sujeito, que pretensamente ao servir de seu corpo a interesses que nem lhe são seus, ele se torna pobre em espírito. O corpo, neste sentido, não é amoral, como afirma Jaquet (2019). Também não é “potência maligna que domina a alma e a faz prisioneira” (Jaquet, 2019, p.81). Assim como a razão da mente não é suprema, as noções que põe o corpo como o lugar da subordinação e do vício — que habita o pecado — não são legítimas. O corpo pode se subjugar a mente às suas ideias ou a sua moral, mas também o corpo pode refrear as inclinações más da mente e diminuir seu poder. Para Jaquet (2010) o corpo tem uma força ética própria. Em suas palavras: “a mente nada teme, mas a mão parece tremer no momento de executar o crime que ela imaginou. Assim, o corpo acovarda-se e trai, muitas vezes, o homem mais convicto” (Jaquet, 2019, p.86). Deste modo, a autora é convicta que “a mente é a rainha das infâmias [...] pois ela não possui essa retenção ligada a carne nem suas sensações que refreiam sua avidez infinita”.

Corpo e mente, portanto, estão sempre na linha das sedições dos poderes estabelecidos. Se a mente é a “rainha das infâmias” o poder de uma ideia pode levar a consentir a uma trama de violências. Tratam-se de ideias que servem ao governo do outro, intencionalmente dispostas a manter relações de poder e dominação que são conhecidas em toda história da humanidade. Assim, obtém-se em mãos formas de manusear os afetos e as pessoas a favor do quer que seja, questão que Spinoza (2009) em seu *Tratado Político* fez questão de compreender quando afirmou que os políticos conhecem melhor os humanos, por não desprezarem suas paixões, do que os próprios filósofos. Foucault (2005; 1998) chama de práticas de disciplinarização, adestramento ou docilização essas formas manusear ou governar as mentes e corpos a se

modelarem ao poder estabelecido. No marxismo, esse o papel da ideologia na sociedade de classes, pelo poder das ideias fazer do corpo refém do poder da mente.

É compreendendo esta questão que Marx (2011, p.25) escreve outra de suas frases importantes em “O 18 Brumário de Luis Bonaparte”:

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos.

Nessa relação estranhada com o mundo, fundada pela seccionalidade de nossa natureza, estamos fadados ao conhecimento mutilado. Furtado (2011, p.88) elucida o estranhamento afirmando que a atividade laboral, dentro das configurações desse sistema político-econômico, assume um lugar ao qual o sujeito não tem poder de decisão, e por não o ter “o que é realizado (o produto de seu trabalho) não está ligado à sua vida e ele não se torna proprietário do que produz. O produto aparece como apêndice de sua atividade e não como condição central”. O sujeito se vê separado de si, sua força que deriva de seu corpo é desapropriada confrontando-o em forma de mercadoria, que já não é sua, causando o empobrecimento de sua vida.

Marx, com suas análises sobre a alienação do trabalho no capitalismo, exemplifica o processo de servidão imposto pelas condições materiais daquele momento histórico, que, no entanto, pela potência das coisas de fora, estão a “comprimir os cérebros”, “dilacerar a vontade espontânea” e “tirar o poder de si próprio”, resultando numa vida conduzida pelo que Spinoza compreende como paixão, quando há uma perversão de nosso desejo:

Os desejos que se seguem de nossa natureza, de maneira tal que podem ser compreendidos exclusivamente por meio dela, são os que estão relacionados à mente, à medida que esta é concebida como constituindo de ideias adequadas. Quanto aos outros desejos não estão relacionados à mente senão à medida que esta concebe inadequadamente as coisas. A força e a expansão desses desejos devem ser definidas não pela potência humana, mas pela potência das coisas que estão fora de nós. Por isso, os primeiros desejos são, apropriadamente, chamados de ações, enquanto os segundos são chamados de paixões; pois os primeiros indicam, sempre, a nossa potência, enquanto os segundos indicam, ao contrário, a nossa impotência e um conhecimento mutilado (Spinoza, E., IV, Apêndice, Cap. II).

Nossa relação imediata com as coisas é sempre mediada pela imagem produzida no encontro entre os corpos que, no entanto, se não compreendido além deste primeiro grau, nos põe fadados ao “conhecimento mutilado” das coisas, indicando para Spinoza, nossa “impotência”. No contexto da exploração capitalista teorizada por Marx, esses encontros estão pretensamente dispostos a diminuir o poder do sujeito. É sobre esta condição que Marx (2017, p.951) procura elucidar quando afirma que “o reino da liberdade só começa onde cessa o trabalho determinado pela necessidade e pela adequação a finalidades externas”. A tal liberdade da sociedade burguesa é ao mesmo tempo

sinônimo de sujeição, ou de ilusão de liberdade, questão que está no centro dos questionamentos de Spinoza: por que os homens lutam pela servidão, pensando que lutam pela liberdade? (Spinoza, TP, cap. X, § 8).

Materialidade é subjetividade — seria uma das máximas do pensamento marxista. Aquilo que o sujeito vive, é a condição da expressão de suas ideias. São esses sustentáculos alienantes que conduzirá o sujeito a crer que o trabalho, agora regido pela venda e aluguel da força de trabalho é a nova redenção, pois coloca-o no portal de entrada para a sociedade do consumo burguesa, que é regente do progresso e “das mil maravilhas”. O trabalho deixa de significar tortura e a desgraça humana e passa a se articular em torno de ideais de dignidade e possibilidade de ascensão social, liberdade e igualdade na sociedade de classes — uma fábula. Pois como afirma Cavalcanti (2021, p.49) não há como ser livre regido por um sistema que: “obriga os indivíduos a exercerem sua liberdade por meio da escolha entre a penúria – e quiçá a morte – ou a sobrevivência amparada na entrega da força de trabalho ao capital, nas condições determinadas pelas leis de mercado”.

2.2. A ferida colonial e a construção da Outridade

Seguindo as proposições anteriores, é certo dizer que o tal proclamado trabalho livre é ao mesmo tempo servil e alienado, e que ele é condicionado desta maneira para servir ao ideal da sociedade de classes burguesa. Cavalcanti (2021) concorda com a ideia de que a modernidade e suas relações de trabalho fundam uma ordem de um “progresso” que se pretende universal, mas pondera que essa ordem está assentada particularmente como uma forma de vida nascida no seio da história da sociedade europeia, que então se mundializou num sistema global.

Desse modo, a porta da sociedade burguesa na história não se abriu para todos e não institui a alienação, mas a alienação do trabalho. No seio de sua gestação, outras formas de ilusões acontecem. Não se trata mais só da alienação da energia transformadora. Mas a alienação da própria condição humana.

Marx chega a apontar sobre a condição do regime de escravização moderna nas colônias e a acumulação primitiva do capital, mas sem qualificar de que forma esta conjuntura implicou o genocídio e o epistemicídio de civilizações, portanto, a forma de que olhamos a humanidade suas implicações de raça e gênero submetido ao julgo deste sistema-mundo colonial-moderno-eurocentrado. Aspecto que, segundo Grosfoguel, é “o princípio organizador da divisão internacional do trabalho, que culminou na acumulação capitalista em escala mundial” (2016, p.38). O capitalismo sempre necessitou de subsídios raciais e sexistas — ligado ao trabalho gratuito ou sub-remunerado — em sua perpetuação, para além da relação salarial. É pensando

nestas questões que autores como Fanon (1968) retomará a importância do papel do lumpemproletariado, segmento numeroso da classe trabalhadora, frequentemente caracterizado pelas atividades marginais e que se acreditava não ter força política por estar fortemente submetido à burguesia. Quando centralizamos o olhar ao trabalho produtivo das mercadorias e fábricas sem se ater às suas margens, corremos o risco de negligenciar a infraestrutura — relacionada atividades reprodutivas, de zelo, bem-estar e serviços pejorativos que são excluídas do valor — que é propriamente a parte estruturante que justifica e mantém o eixo em que repousa a superestrutura. Está nessa parte ocultada as qualidades que mostram que além do nível material o capitalismo atua na expropriação cultural, moral e emocional humana de maneira desigual.

Este já era um problema na Grécia antiga. Como sustentar a pólis grega do ócio, da filosofia e da nobreza sem que justificasse o domínio natural de outro humano para que exercesse as forças produtivas manuais? Aristóteles buscou justificar a escravidão natural de sua sociedade tentando atribuir qualidades distintas ao escravo em detrimento do que seria o homem livre de sua época (Tosi, 2003). O filósofo argumentava sobre variadas formas o que era um escravo: um instrumento animado; um corpo enquanto o seu senhor, a mente; um animal, como um boi ou cavalo, que quando domesticado serve o seu mestre e merece “cuidado”; um intermediário entre o homem e o animal. Aristóteles elabora várias reflexões, mas falha em suas próprias indagações ao não conseguir negar as virtudes e semelhança com a generalidade humana do escravo. Imerso nas contradições e ideologia de sua época, que implicava em garantir posições privilegiadas para os homens gregos nobres e, portanto, mediar a reprodução daquela ordem, não tentou mais além do que justificá-las, negando a violência implícita contra aqueles outros que de mesma humanidade (Tosi, 2003).

As reflexões aristotélicas da escravidão, no entanto, encontrarão ecos em outro tempo histórico, no bojo das grandes navegações e invasões europeia, evento que desemboca na escravização moderna dos negros e a dominação e genocídio dos povos indígenas. Procurava-se formas de justificar a dominação europeia, discussão que cai como uma luva para alimentar o empreendimento colonial e a expansão do capitalismo.

Para Grosfoguel (2016, p.40) este encontro com o outro, diferente, não foi um encontro de reconhecimento:

Houve um emaranhamento entre a religião centrada na hierarquia global do cristianismo e o centralismo racial e étnico do Ocidente, expresso em um ‘sistema-mundo capitalista, patriarcal, eurocêntrico, cristão, moderno e colonialista’, criado após 1492, capaz de identificar os praticantes de uma espiritualidade não ocidental, sendo estes racializados como abaixo da linha do humano.

Se agora então racializados, a lógica aristotélica do escravo se atualiza. Agora justificando o domínio europeu sobre outros povos pela a marca de sua condição histórica, fazendo do racismo parte fundamental para a lógica do mundo moderno.

Tratando sobre este contexto que implica na condição dos negros africanos e seus descendentes enquanto vítima das mazelas da colonização e escravização, W. E. B. Du Bois (1999), um clássico sociólogo e ativista negro americano, crítico da modernidade, usa sua analogia do véu para tratar da situação dos negros em diáspora em solo norte-americano. O autor conduz a discussão versando sobre a experiência do negro no mundo branco. Segundo o autor essa experiência não é plena, pois as condições dadas põem esses sujeitos fadados a serem isolados e invisíveis. Du Bois, propõe que este contexto histórico produziu sob a negritude um véu, que ao isolar e encobrir os sujeitos negros, os diferencia em sua humanidade. Véu esse, que impede o encontro genuíno como ser humano em sua genericidade. Pois para Du Bois (1999, p.54), os sujeitos envoltos a esse véu são condenados a ver-se apenas “pela revelação do outro mundo”. Esse véu é o que impede a verdadeira consciência de si, relegando ao negro o que o autor chama de “dupla consciência”, já que está a olhar o mundo e a si mesmo a errada medida, definida “pelos olhos dos outros”. A dupla consciência para os negros, segundo Du Bois (1999), é a “experiência de sua duplicidade — americano, e Negro; duas almas, dois pensamentos, dois esforços irreconciliáveis; dois ideais que se combatera em um corpo escuro cuja força obstinada unicamente impede que se destroe”.

Estas reflexões de Du Bois vêm a traduzir a experiência do negro na era moderna, na qual foi relegado pela expansão do capitalismo como sistema-mundo pelo aparato colonial, a um apêndice da humanidade. Mero objeto racionalmente manejado para os fins de acumulação e sustentação da sociedade burguesa, que se encontra constantemente estranhado junto aos outros humanos. Kilomba (2019) desenvolve ainda mais a ideia da dupla consciência e seu véu, com sua proposição que chama de “Outridade”. Suas reflexões nos ajudam a compreender que o véu afeta tanto o negro em sua negritude, quanto o branco na sua branquitude. Pois ela compreende que além de ser uma peça importante no exercício do mais valor, o negro na modernidade definido como o Outro — diferente de mim — é também importante para manter as ilusões que sustentam a construção da ideia da branquitude burguesa-europeia e sua constante produção. Neste sentido, a autora pontua que “a negritude serve como forma primária de Outridade, pela qual a branquitude é construída”. É neste Outro que a branquitude despeja aspectos fantasiosos que dizem a respeito de si, mas negando estes, também se constrói, condenando nesse jogo o reconhecimento também de sua humanidade na sua generacidade.

Para Kilomba (2019, p.38) essas fantasias “são aspectos negados do eu branco” que são projetados nos negros “como se fossem retratos autoritários e objetivos” que os definem.

Faustino (2022) irá propor com base nas leituras da Fanon, que é este cenário que estabelece o que ele chama de interdição colonial do reconhecimento. Enquanto o “europeu/branco/ocidental passa a ser tomado como expressão universal do Ser, enquanto o não europeu desaparece de qualquer formulação a respeito do humano ao ser reduzido a um signo maldito: nègre [negro]” (Faustino, 2022, p.59). Um outro distinto, à parte.

2.2.1. O negro e o lado escuro da modernidade

Neste sentido a sociedade burguesa da liberdade, igualdade e fraternidade — romantizada pelos franceses — esconde pelos meandros de seu manto positivo uma hipocrisia congênita: sua liberdade é uma ficção, pois nenhuma humanidade é plena quando sua potência está prostrada pelas necessidades do mercado, ou quando a liberdade de uns depende da subalternização e coisificação do outro igual, do gênero humano. Sua igualdade é abstrata, pois desde então não há igualdade de condições ou equivalências de forças num mundo dividido entre raças e classes. Sua fraternidade é restrita, valor reservado para um certo tipo humano, marcado pelo crivo da brancura burguesa-europeia. É levando em conta isso, que Faustino (2022, p.59) indica que:

A mobilização da demarcação racial, exatamente no momento em que emergia na Europa uma ideia de humanidade como entidade livre e igual autodeterminada a partir da história, surge como condição para a universalização da sociabilidade burguesa e para a sua violência intrínseca, sem que fosse necessário universalizar as conquistas sociais a ela inerentes.

Na imersão desta realidade contraditória, não está tudo determinado. Forças de resistências, lutas de vida, justiça e de liberdade mantêm-se acesas, objetivando-se ao longo da história, mas por sua vez, sofrendo retaliações e contrarrevoluções. É neste sentido que Spinoza compreende que as determinações enfraquecem, destroem, mas não elimina a determinação humana.

No seio da história moderna no século XVIII, a França revolucionou, enquanto manteve sua colônia no Haiti. E quando seus escravizados em uma de suas colônias também revolucionaram radicalmente em 1804, negando sua condição servil imposto pelos senhores coloniais, livrando a então Ilha de São Domingos do regime de escravidão e seus senhores reivindicando a tal “liberdade, igualdade e fraternidade” francesa, a resposta fraterna de seus então “irmãos” franceses, do gênero humano, foi por meio bélico, de retaliação militar e

embargos econômicos. O que esse exemplo demonstra é que, como afirma Mignolo (2017), há um lado escuro da modernidade, que não é um apêndice, uma extensão à parte, mas como uma peça que se articula como engrenagem, que sustenta seu próprio funcionamento.

As engrenagens da empresa colonial-capitalista engendram em seu funcionamento o consumo de corpos e mentes. Das *plantations*³ nas américas às fumaças das indústrias na Inglaterra, o mundo capitalista do trabalho articulou-se entre as tecnologias e os diferentes tipos de mutilações empenhadas sobre o humano para sustentar o sistema em seu exercício de mais-valor, acumulação e espoliação. Portanto, as populações autóctones submetidas ao regime colonial “estavam sujeitas a um regime jurídico diferente daquele aplicado aos cidadãos das metrópoles” (Cavalcanti, 2021, p.102).

A vida na colônia, diferentemente da metrópole, era constantemente marcada pelo regime de exceção. Lá, não se aplicava às mesmas leis e direitos da metrópole, e o maquinário utilizado era predominantemente humano — homens-máquinas, homens-mercadoria (Mbembe, 2018). As *plantations* eram operadas entorno da categoria de raça, na qual deu a condição para que seres humanos africanos de diversas etnias fossem escravizados e trazidos à força ao outro lado do atlântico. Toda ontologia e memória relativa à história de suas etnias e de suas terras foram pouco a pouco apagadas e seladas pelo substantivo “negro”, que vem a traduzir o status de Outro, portanto, daquele relegado a servidão, privado dos seus meios de viver. É o processo colonial-capitalista responsável por transformar populações inteiras em “negras” — mera matéria bruta, maquinica, sem alma, reservada a escravização (Mbembe, 2020). Para Cavalcanti (2021, p.44) a diferença do trabalho “livre” e do trabalho escravo nas sociedades contemporâneas é que o sujeito é “em si uma mercadoria”, colocado “por inteiro à venda e perdendo, com isso, sua condição de ser humano” e não só sua força de trabalho.

O lado escuro da modernidade — seu eixo estruturante — é o lado relegado ao esquecimento, marcado pelo Outro, pela raça e pelo colonialismo. É como dito por Faustino (2022, p.65) “o momento em que os indivíduos deixam de se reconhecer mutuamente como humanos para verem a si e aos outros através da lente distorcida do colonialismo”. Funda-se, portanto, uma fantasmagoria hierárquica marcada pela contraposição “binária branco x negro”, antagonismo que é assumido por ambos “como identidade fixa e essencial, moldando de forma empobrecedora a percepção de si e do mundo”.

³ Termo usado por Achille Mbembe para caracterizar o regime e a governamentalidade das fazendas coloniais (Mbembe, 2020).

2.3. O neoliberalismo e os espíritos do capitalismo

Seguindo as proposições de Harvey (2008), podemos dizer que o neoliberalismo é um arranjo político, econômico e ideológico. O autor, navegando pela política internacional nos ajuda a compreender de maneira ampla este fenômeno. Nega a proposição de que seria apenas uma resposta econômica de reajuste pós crise fordista e aposta que além disso se trata da reprodução e ampliação da hegemonia no sentido de restaurar o poder de classe. Segundo o autor, a crise dos anos 70 leva a necessidade de adotar alternativas, o que resultou principalmente em medidas austeridade. Para Harvey (2008, p.25), então, é possível interpretar que neoliberalização “seja como um projeto utópico de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto político de restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas”.

As políticas keynesianas de modelo liberal, pós-Grande depressão, dos anos 50 aos 60 vinham estabelecendo regras de mercado nos países capitalistas avançados. Isso possibilitou o chamado de “Estado de bem-estar social”, onde mercado e democracia de certa forma conviviam “harmonicamente”. No sentido de que o Estado assumia o compromisso de possibilitar o pleno emprego, assim, direcionando o crescimento econômico aliado à garantia da cidadania da população. Necessariamente para manter esse aparato funcionando o estado atuava intervindo para alcançar esses fins. Segundo Harvey (2008, p.17): “os Estados intervieram ativamente na política industrial e passaram a estabelecer padrões para o salário social, construindo uma variedade de sistemas de bem-estar (cuidados de saúde, instrução etc.)”.

Para manter esse aparato de tutela social implicava-se uma série de custos estatais. Este ideal de estado intervencionista de certa forma colocava freio aos impulsos agressivos do mercado, que em seu ímpeto buscava ampliar suas potencialidades lucrativas. Harvey é assertivo quando mostra que o modelo de “bem-estar social” estagnou o crescimento de certa elite, fato que até um determinado ponto foi aceitável, mas no momento de crise em que essa estagnação se aprofundou nos anos 70, gerando desemprego e inflação, criou uma sensação de insatisfação dessa parcela das classes dirigentes que enxergaram como seus inimigos as políticas intervencionistas do estado.

Harvey (2008) cita a América-latina, mais especificamente o Chile, como o primeiro experimento neoliberal, ironicamente possibilitado por um golpe que impôs uma ditadura no país. A neoliberalização no Chile teve a pretensa participação dos chamados “chicago boys”,

grupo de economistas — que incluía Paulo Guedes, ex-ministro da Economia do governo Bolsonaro no Brasil — que trabalhavam na implementação da neoliberalização. Algumas coisas ficaram cravadas na experiência chilena: a primeira é que a “mão invisível do mercado” pregada por essa doutrina como a autonomia da própria economia de se autogerir sem intervenção, é uma farsa. O neoliberalismo no Chile, para ser implantado, necessitou da mão do mercado nas armas por meio de uma ditadura. A segunda, é a aversão a movimentos e tendências de pensamento que julgavam estar alinhados ao comunismo. Este exemplo se expressa na dissolução de espaços sindicais e perseguições políticas — inclusive assassinatos de opositoristas ao regime. A terceira foram as medidas de austeridade e privatizações:

Privatizaram os ativos públicos, liberaram os recursos naturais (pesca, extração de madeira etc ..) à exploração privada e não-regulada (em muitos casos reprimindo brutalmente as reivindicações das populações indígenas). Privatizaram a seguridade social e facilitaram os investimentos estrangeiros diretos e comércio mais livre. O direito de companhias estrangeiras repatriar lucros de suas operações” (Harvey, 2008, p.15).

Esse arcabouço tornou-se regra operacional da expansão do neoliberalismo no mundo: implodir todo aparato de regulação e de proteção social do estado para o benefício do capital financeiro às empresas transnacionais, ou domésticas, abrindo caminho ao que propõe Dardot & Laval (2016) como imposição da forma de mercado em todos os âmbitos da vida.

O que se buscava com os ideais neoliberais, e suas roupagens que se pretendem científicas, é colocar a economia à parte do tecido social, o que possibilita:

Dar corpo à crença de que a economia constitui uma esfera autônoma, independente da ideologia e da moral, e que obedece a leis positivas, deixando-se de lado o fato de que mesmo essa convicção já era produto de um trabalho ideológico, e que ela só pudera constituir-se incorporando – e depois encobrendo com o discurso científico – justificando segundo as quais leis positivas da economia estão a serviço do bem comum (Boltanski; Chiapello, 2009, p.44).

Esse culto aos valores da liberdade econômica penetrou o corpo da sociedade e por isso produziu arranjos nos corpos e mentes, que é o que propõem Boltanski e Chiapello (2009) como “o novo espírito do capitalismo”. O espírito, que os autores propõem, trata-se daquilo que está entranhado na sua reprodução do capitalismo, ou seja, “a ideologia que justifica o engajamento” (Boltanski; Chiapello, 2009, p.39). O termo usado pelos autores, está referido ao mesmo termo proposto por Weber (2004), relacionado a ética protestante e suas relações com o sistema capitalista onde no sentido weberiano da palavra, o espírito seria os conteúdos, motivos e crenças que sustentam o engajamento favorável à ordem capitalista. Portanto, partindo desta concepção weberiana, Boltanski e Chiapello (2009, p.40) afirmam que as pessoas precisam de “razões morais para aliar-se ao capitalismo”:

Para manter seu poder de mobilização, o capitalismo, portanto, deve obter recursos fora de si mesmo, nas crenças que, em determinado momento, têm importante poder de persuasão, nas ideologias marcantes, inclusive nas que lhe são hostis, inseridas no contexto cultural em que ele evolui. O espírito que sustenta o processo de acumulação, em dado momento da história, está assim impregnado pelas produções culturais que lhe são contemporâneas e foram desenvolvidas para fins que, na maioria das vezes, diferem completamente dos que visam a justificar o capitalismo (Boltanski; Chiapello, 2009, p.53).

Por isso, esse espírito também muda conforme as exigências específicas dos momentos históricos, pois não são homogêneos em si, mas se articulam em características particulares de tempo e espaço geográfico, seguindo as tendências particulares domésticas de cada lugar no mundo.

Os autores franceses tentam destacar diferentes espíritos que compõem o corpo do capitalismo centralizando a reflexão na experiência europeia: o primeiro, nos primórdios do capitalismo que marca o século XIX, tem característica familiar, relacionada a pequenas indústrias e estritamente localizadas. Arraigado ao moralismo e tradição familiar, seja no paternalismo da disciplina e nas proibições, como na importância à linhagem arraigada na noção patriarcal. Nele “o destino e a vida da empresa estavam fortemente associados aos destinos de uma família” (Boltanski; Chiapello, 2009 p.53). Se tratava ainda do espírito protestante, puritano que sustentava o rigor moral do trabalho. Coincidindo com a “*Belle Époque*”, ou Era Vitoriana, o estilo de vida burguês penetrava a cultura das cidades com a ascensão da classe média, trazendo como valor a privacidade e o puritanismo; esse período é marcado pelo início da industrialização e do êxodo rural, onde as regulações do trabalho eram escassas e a preguiça era repudiada.

O segundo espírito é caracterizado pela grande indústria, marcado pela década de 30 a 60, tendo fordismo e taylorismo como suas principais expressões. Para garantir as exigências produtivas fordistas um contingente maior de pessoas era necessário. A cidade, para suprir essas exigências, produzia cada vez mais técnicos e operários. É onde se consolidam algumas garantias, segurança de carreiras além do crescente respaldo sindical construído pelas lutas trabalhistas. Tudo isso numa grande forma de organização, controle, previsão, hierarquias e burocratização. A organização racional do trabalho se articula com necessidade da produção em massa e, portanto, à ampliação dos mercados (Boltanski; Chiapello, 2009).

Segue-se relacionada a esta ampla organização racional do trabalho, como consequência, a normatização da vida e também a lógica do bem-estar fundado no consumo de mercadorias. Segundo Dardot & Laval (2016, p.325), o sujeito produtivo foi a grande “obra da sociedade industrial”, um sujeito que, “em todos os domínios de sua vida, produz bem-estar, prazer e felicidade”. A vida urbana e o crescimento populacional das cidades, necessitou para sua

organização um amplo aparato de gerenciamento, uma forma de governo dos sujeitos que segundo os autores passa pelos “prazeres e pelas dores” (Dardot & Laval, 2016, p.325). É pela razão de considerar sua suposta liberdade de escolha que ergue-se então o panóptico da vigilância de “todos por cada um e de cada um por todos”, trata-se da governamentalidade “biopolítica” da qual descreve Foucault (2008). Este sujeito é fabricado e modelado, e neste contexto, o regime de subjetivação⁴ produz “homens úteis, dóceis ao trabalho, dispostos ao consumo” (Dardot; Laval, 2016, p.325), como as engrenagens industriais. Ainda, outras características marcantes, envolvem crescente emprego feminino, consolidação de movimentos sociais, luta de classes, que então encarnam as mudanças de valores daquele tempo. É o espírito do estado de bem-estar social (Welfare State), citado anteriormente, onde se garantia o papel do estado na regulação do mercado e na promoção de cidadania, “um capitalismo novo, animado por um espírito de justiça social” (Boltanski; Chiapello, 2009, p.51).

O próximo espírito é mais contemporâneo, relacionado aos aspectos neoliberalistas tratados no início deste tópico e no anterior. Aqui se caracteriza pelo aspecto globalizado da grande indústria e a financeirização da economia, onde dá lugar ao *sujeito empresarial*, não mais caracterizado por aquele da disciplina ou coerção que buscava “adestrar os corpos e a dobrar os espíritos para torná-los mais dóceis” (Dardot; Laval, 2009, p.327) como o *sujeito industrial*. Exige-se nesse tempo, um trabalhador à altura das mudanças neoliberais. Tal mudança implica em remodelar a relação: ele não é um apêndice que trabalha na empresa, ele é a própria empresa. Trata-se de um nível de coerção fina, que por vias afetivas, domina a subjetividade no sentido de trabalhar pela sua própria servidão. Se antes as coerções eram tangíveis, às vezes caracterizadas pela figura do chefe autoritário, a característica neoliberal é engenhosa, promove competição e exaltação do martírio em prol do engajamento na empresa. É exigido deste sujeito que ele seja polivalente e positivo, sempre autogerenciável e autossuficiente — cada um por si e, portanto, o sucesso só depende do esforço individual.

Flexibilização tem sido o termo para designar os arranjos necessários para sustentar as tendências neoliberalizantes. É no fluxo dessa tão “necessária” flexibilização do trabalho que disfarçadamente introduz-se o aspecto de sua precarização. Como vimos no tópico anterior, por anos esse arranjo foi sendo construído até que penetrou ativamente em todo lado do globo, e no Sul Global, se tornou o principal dilema contemporâneo. De tal forma, o consentimento tornou-se tão forte, que diversas pessoas acreditam nas empresas e na liberdade inalienável delas exercerem suas atividades e que o sucesso empresarial é sinônimo do progresso social. Por isso

⁴ Termo foucaultiano que diz respeito às relações de forças que produz subjetividades ou possibilidades de vida. (Bambi, 2002).

hoje no discurso popular encarna-se cada vez mais uma certa repulsa e desconfiança no estado, pois seguindo essa lógica seria ele que impede as iniciativas do mercado e, portanto, do progresso. É necessário para isso desfazer-se das legislações trabalhistas e dos sindicatos, pois eles impedem a liberdade pessoal e o valor “inalienável” que reside no livre mercado. Neste discurso, supostamente haveria uma correlação de forças, uma negociação de iguais entre empresa e trabalhador, o que de fato hoje é quase que ilusoriamente possibilitado, já que a introdução da pejetização⁵, dos Microempreendedores Individuais (MEI’s) e dos trabalhadores uberizados⁶, faz da expressão *sujeito-empresa* quase plena, já que nesta condição o trabalhador encarna nele mesmo a sua própria empresa, se tornando um “empreendedor de si mesmo”.

2.3.1. O espírito da colonialidade e sua imanência

Se por um lado no tópico anterior o neoliberalismo se trata, grosso modo, de uma destruição do aparato de bem-estar, jogando as populações a precariedade, ou ao que tem se chamado de *gig economy* (economia dos bicos), uma “novidade” que caracterizará pelo sujeito polivalente entregue a própria sorte. O olhar crítico para a colonialidade, ligado a esse fenômeno, nos dá outros parâmetros para compreender que o que se torna novidade nos países do norte é parte do cotidiano histórico do Sul, ligados a setores racializados da economia em trabalhos que são designados como “menor valor produtivo”.

No cap. 2.1. discutimos como o capitalismo seccionou o humano na sua relação ontológica com a natureza. Além disso, discutimos no cap. 2.2. como neste processo ao mesmo tempo seccionou a humanidade narcisicamente criando a figura do Outro. A colonização é constitutiva do processo de acumulação primitiva e expansão do capital e, portanto, depois, no processo de dependência aos países centrais precursores das invasões. É por isso que apesar do desenvolvimento técnico científico e informacional dos países do centro, essa introdução deste aparato nos países periféricos dá-se por solavancos, muito relacionado à lógica do poder global. O Brasil, por exemplo, foi o último país a abolir o regime de escravização e teve uma industrialização tardia pela dependência fundamental de mão de obra gratuita fornecida por homens, mulheres e crianças negras (Moura, 1994).

A “*Belle Époque*”, momento histórico caracterizado acima como parte do primeiro espírito do capitalismo, é conhecida como um período de paz e prosperidade para a burguesia-

⁵ O termo pejetização vem da denominação Pessoa Jurídica. O fenômeno da pejetização trata-se da tendência de contratação de pessoas por contrato CNPJ para prestação de serviço. A relação passa ser entre empresas e não entre empregador e empregado.

⁶ Será explicitado mais à frente.

européia, por isso a tradução do termo acima se refere àquele momento como “bela época”. Na Bélgica, por exemplo, muitas pessoas andavam de bicicleta pois estava se tornando um meio de locomoção popular, por consequência a fabricação delas se encontravam a todo vapor. A parte essencial de uma bicicleta para cumprir a função de se locomover na rua é o pneu de borracha, que na época era também uma demanda para os carros. Em razão desta alta demanda e a facilidade do desgaste da borracha, foi necessário um contínuo acesso a essa matéria prima. O Rei Leopoldo II então, usando de sua propriedade particular comprada, no que hoje compreende o território do país denominado de Congo, faz daquele espaço um regime de exceção racionalmente articulado para espoliação total em benefício do mercado europeu. A borracha no final do século XIX era uma das principais *commodities* necessária para suprir a necessidade de seus cidadãos brancos europeus que ensaiavam seu romântico estilo de vida burguês (Boahen, 2010).

Neste território, agora particular, comprado e colonizado pelos belgas, Leopoldo e seus capatazes promoveram o chamado “Holocausto do Congo”, fazendo com os que nativos trabalhassem de maneira forçada sob metas exorbitantes e constantemente pressionados pelo medo. Quando não alcançavam as metas tinham as mãos decepadas ou familiares mortos. O chamado “holocausto do congo” causou a morte de aproximadamente 10 milhões de nativos, sendo um dos maiores genocídios da história, ainda que pouco comentado frente a outros acontecimentos que ocorreram em solo europeu. (Gonçalves, 2016; Boahen, 2010).

Como demonstrado no caso congolês acima, a *Belle Époque* foi um período histórico da Europa só possibilitado plenamente por conta das incursões coloniais em África, não sendo diferente em relação às américas e a Ásia, enriquecendo assim a aristocracia europeia e seus comerciantes em ascensão. O exemplo anterior nos faz compreender como não há intersecções entre um fenômeno e outro: o bem-estar do “eixo central” e os mundos de morte⁷ de extrativismo e medo, do colonialismo. Eles são constitutivos de uma mesma totalidade, por isso se expressa em espírito que paira em todos os momentos históricos. Sem colonialismo não há capitalismo, sem capitalismo não há colonialismo, assim como não há colono sem o colonizado, e vice-versa. Para Quijano:

O capitalismo existia muito tempo antes. Contudo, o capitalismo como sistema de relações de produção, isto é, a heterogênea engrenagem de todas as formas de controle do trabalho e de seus produtos sob o domínio do capital, no que dali em diante consistiu a economia mundial e seu mercado, constituiu-se na história apenas com a emergência da América. A partir desse momento, o capital sempre existiu e continua existindo hoje em dia só como o eixo central do capitalismo, não de maneira separada,

⁷ Termo usado por Achille Mbembe como outro modo de referir-se ao mundo colonizado e seu modo de governamentalidade (Mbembe, 2018).

muito menos isolada. Nunca foi predominante de outro modo, em escala mundial e global, e com toda probabilidade não teria podido desenvolver-se de outro modo (Quijano, 2005, p.126).

Com isso, Quijano (2005, p.126) propõe que “só com a América o capital pode consolidar-se e obter predominância mundial”. A história moderna nesse sentido é cheia de dubiedades e contradições. Como mencionado no tópico 2.2.1. a tal fraternidade não era assegurada aos povos que se encontravam nas fronteiras do progresso capitalista, por isso nas colônias a política passava essencialmente pelo crivo da violência. Quijano vai propor com o conceito de colonialidade uma forma explicitar a estrutura de poder que “ainda segue estando organizada sobre e ao redor do eixo colonial” (Quijano, 2005, p.135), pois segundo o autor o

Processo de independência dos Estados na América Latina sem a descolonização da sociedade não pôde ser, não foi, um processo em direção ao desenvolvimento dos Estados-nação modernos, mas uma rearticulação da colonialidade do poder sobre novas bases institucionais.

Portanto há uma perpetuação de modos coloniais que se estruturam na sociedade. Na teoria da colonialidade a concepção de raça como instrumento de dominação é constituinte do cotidiano das relações sociais de poder que se encontram em constante conflito.

No Brasil, isto é uma realidade declarada. O negro, na história brasileira foi tratado como um apêndice ao progresso e ao ideal almejado de sociedade. Ele foi, segundo Clóvis Moura (2021), de bom escravo a mau cidadão. Sendo, neste sentido, tratado como um problema nacional. No Brasil colônia, para a burguesia branca que almejava ser metrópole, a presença massiva de indivíduos negros após o regime de escravização foi encarada como um algo a ser eliminado: “a mancha negra” (Nascimento, 1978, p.69). Desde então a doutrina higienista e eugênica se encarregou da tarefa de perpetuar ideias da degeneração moral do negro, contribuindo ainda mais para a sua condição de segregação e subcidadania (Góes, 2018).

Essa condição vai determinar os lugares de negro e os lugares de branco, que no Brasil se disfarçará por uma ideologia que servirá de subterfúgio, assentada na noção de uma suposta democracia racial, que se resume na ideia de que as contradições no país são resolvidas no “samba, no futebol e na cama”. Ao mesmo tempo, a maior parte da população negra se concentra em favelas, periferias, cortiços e, num contexto de marginalidade, são submetidas a subempregos e à viração. Mesmo a suposta abolição não foi efetuada em vias de inserção dos negros à sociedade. Sem a mão de obra escrava a industrialização e a proletarização foram supridas por imigrantes brancos europeus vindo com ajuda do estado brasileiro, assim embranquecendo a população e deixando os negros à margem desse processo. (Moura, 1994; 2020).

Por isso Mbembe (2018, p.106), em consonância com as proposições de Quijano, pontua que:

Permanecerá inacabada a crítica da modernidade enquanto não compreendermos que o seu advento coincide com o surgimento do princípio de raça e com a lenta transformação desse princípio em matriz privilegiada para as técnicas de dominação, no passado tanto quanto no presente. Para a sua reprodução, o princípio de raça depende de um conjunto de práticas cujo alvo imediato, direto é o corpo do outro e cujo campo de aplicação é a vida em sua generalidade.

A colonialidade, portanto, é uma ferida aberta da modernidade, que nos faz cotidianamente nos depararmos com fantasmas herdados desta história. Fantasmas não como algo que cria horizontes intangíveis, mas que expressa sua tangibilidade no ferimento à humanidade daqueles classificados e marcados pela inimizade da raça.

O neoliberalismo não escapa dessa ferida aberta. Apesar de seu manto positivo inculcar nas mentes a ideia de autossuficiência e de esforço próprio para a resolução de qualquer problema, seus fantasmas permeiam seus meandros. Silvio Almeida (2020) nos ajuda a uma compreensão do racismo e neoliberalismo como parte de um todo. Nesse sentido, para o autor, raça e gênero sempre esteve articulado na estrutura capitalista como elemento gerador de mais valor. O *Welfare State*, junto ao arcabouço de direitos sempre esteve ao mesmo tempo em consonância ao que o autor chama de “setor competitivo”, portanto de:

De alto risco, baixos salários e subcontratação e é nele que mulheres, negros e imigrantes estão alocados, longe da proteção de sindicatos fortes e da incidência de direitos sociais. Assim que racismo e sexismo colocam determinadas pessoas em seu “devido lugar”, ou seja, nos setores menos protegidos e mais precarizados da economia (Almeida, 2020, ¶21).

A crise pós-fordista e suas exigências neoliberalizantes, já citadas em tópicos anteriores, se expressa segundo o autor como uma certa “supressão da democracia” resultando em uma “onda de privatizações, precarização do trabalho e desregulamentação de setores da economia” (Almeida, 2020, ¶25). Para o autor o trabalho abstrato e, por conseguinte, a valorização do valor conduz a tragédias sociais, visto que esta lógica tem como seu resultado o esfacelamento da sociabilidade, pois não há interesse em uma sociedade civil enquanto o mercado se expande como destino a todos os âmbitos da vida. Almeida (2020, ¶26) neste sentido compreende que:

Como não serão integrados ao mercado, seja como consumidores ou como trabalhadores, jovens negros, pobres, moradores de periferia e minorias sexuais serão vitimados por fome, epidemias ou pela eliminação física promovida direta ou indiretamente (e.g. corte nos direitos sociais) pelo Estado. Enfim, no contexto da crise, o racismo é um elemento de racionalidade, de “normalidade” e que se apresenta como modo de integração possível de uma sociedade em que os conflitos tornam-se cada vez mais agudos.

Neste sentido, seguindo as discussões abertas neste tópico, compreende-se que há raízes profundas que ligam o capitalismo em todos seus aspectos e o racismo que atinge populações negras, que por isso tem seu marcador na cor de pele como o crivo diferencial no que se refere a cidadania e cordialidade. Esse fundamento, que parte do pressuposto desumanizante do negro⁸ é o que perpetua a violência racial da história moderna, que hoje, mesmo em diferentes momentos do capitalismo, se mantém como parte da racionalidade deste processo, como sugere Almeida (2020).

Mbembe (2020) vai ainda mais adiante, adicionando outro ponto ao tratar da centralidade da raça na conjuntura contemporânea. Nas ruínas do neoliberalismo ele compreende que está implicado no esfacelamento das condições de vida, algo que o autor chama de *devir negro* no mundo, como a criação de uma humanidade subalterna, que, portanto, tende a:

Universalização da condição que antes era reservada aos negros, mas sob a forma de inversão. Essa condição consistia na redução da pessoa humana a uma coisa, a um objeto, a uma mercadoria que se pudesse vender, comprar ou possuir. (Mbembe, 2020, p.196).

Para Mbembe (2018, p.309), a fase atual é um gesto autofágico, que se manifesta no capitalismo recolonizando o “seu próprio centro”. Essa proposição é bastante curiosa, pois nos permite relacionar a crescente ampliação aparato das tecnologias da informação como mercado e por conseguinte o trabalho sob regime de plataforma e precarização do trabalho, sem negligenciar o debate racial que é, como apontado anteriormente, algo constitutivo da totalidade do desenvolvimento do capitalismo como sistema-mundo.

2.4. Estado de bem-estar digital e trabalho subordinado por plataforma

O cenário da crise de 2005 e a expansão da política neoliberalista tornou o campo da internet uma área promissora para exploração e oportunidade de lucratividade e expansão no mercado. Talvez uma das maiores expressões atuais do espírito do neoliberalismo seja a *ideologia californiana* e suas produções ao redor do mundo aliada às tecnologias da informação. Termo que, utilizado por Barbrook e Cameron (2018), busca traduzir os ideais livre mercado nascido e gestados no Vale do Silício em solo norte-americano.

⁸ Ver cap. 2.2.

Faustino e Lippold (2023) auxiliam a compreender que a imagem fantasiosa de filantropismo, genialidade e empreendedorismo individual representada pela ascensão das *Big Techs* (grandes empresas de tecnologia), na verdade oculta seu lado político, materializado no investimento estatal pela via militar e universitária, e também pelos interesses de mercado atrelados ao desenvolvimento tecnológico e fundos de investimento (Faustino; Lippold, 2023). No entanto, é importante que seja assim, já que então, podem sem muito pesar seguir o caminho da nova missão civilizadora, marcado pelo “culto ao livre mercado e o antiestatismo” (Faustino; Lippold, 2023, p.170). Foletto (2018) compreende esse fenômeno como:

Uma improvável mescla das atitudes boêmias e antiautoritárias da contracultura da costa oeste dos Estados Unidos com o utopismo tecnológico e o liberalismo econômico. Dessa mistura hippie com yuppie nasceria o espírito das empresas pontocom do vale do Silício, que passaram a alimentar a ideia de que todos podem ser “hip and rich”⁹ – para isso basta acreditar em seu trabalho e ter fé que as novas tecnologias de informação vão emancipar o ser humano ampliando a liberdade de cada um e reduzir o poder do estado burocrático (Foletto, 2018, p.05).

Como a analogia ao Estado de bem-estar social (Welfare State) o termo Estado de bem-estar digital utilizado por Faustino e Lippold (2022) vem a traduzir os esforços da ideologia californiana gestada no vale do silício em inculcar um consentimento sobre o império *High Tech* (alta tecnologia) promovido pelas corporações estadunidenses. Tal esforço construiu a crença de que seus anseios são inquestionáveis. Este estado de bem-estar digital não se mantém sem uma grande narrativa e sem suas contradições. Enquanto de um lado a utopia digital ancorada ao culto do livre mercado e antiestatismo dita um futuro de positividade fantasioso onde, com a ajuda das invenções digitais, é depositado a crença de que muitos problemas cotidianos poderão ser resolvidos, do outro, “os brancos da Califórnia continuam dependentes de seus colegas humanos de pele mais escura para trabalhar em suas fábricas, colher seus cereais, cuidar de suas crianças e cultivar seus jardins” (Barbrook; Cameron, 2018, p.33). Trata-se de uma desigualdade inerente ao setor das tecnologias da informação, que permite nos escritórios materializar-se em um mundo ideal, como citado acima — do utopismo, do antiautoritarismo, da contracultura e da boêmia — mas fora deles, nos apêndices viabilizado pelos aplicativos, imperar um regime de exceção materializado na codificação datificação¹⁰ dos seres humanos, fazendo deles meras matérias de dados para manipulação algorítmica. Que além de tudo, não se trata de consequências intangíveis, e sim, algo que é fruto de escolhas humanas.

⁹ A expressão pode-se traduzir como “feliz e rico”. A palavra Hip pode-se derivar daquela utilizada no termo que designa o movimento “Hip”pie.

¹⁰ Processamento de dados.

Com investimentos exorbitantes, as empresas de tecnologia descobriram como utilizar de uma nova matéria prima muito valorosa: os dados. Segundo Srnicek (2017, p.23):

Os dados passaram a servir a uma série de funções capitalistas essenciais: eles educam e dão vantagem competitiva aos algoritmos; permitem a coordenação e terceirização de trabalhadores; permitem a otimização e flexibilidade dos processos produtivos; eles tornam possível a transformação de bens de baixa margem em serviços de alta margem; e a própria análise de dados é geradora de dados, em um ciclo virtuoso.

Para lidar então com os dados, um novo tipo de empresa se tornou necessária, não mais como uma fábrica tradicional, já que a matéria prima tanto quanto os produtos são de outro gênero. Surge então, as plataformas, como uma forma “de monopolizar, extrair, analisar e usar cada vez mais a grande quantidade de dados que estavam sendo registrados”. Srnicek (2017, p. 24, tradução própria) define as plataformas como:

Infraestruturas digitais que permitem a interação de dois ou mais grupos. Portanto, posicionam-se como intermediários que reúnem diferentes usuários: clientes, anunciantes, prestadores de serviços, produtores, fornecedores e até objetos físicos. Na maioria das vezes, essas plataformas também vêm com uma série de ferramentas que permitem que seus usuários criem seus próprios produtos, serviços e mercados.

Segundo o autor, essa é sua vantagem e diferencial, pois a plataforma “se posiciona (1) entre os usuários e (2) como o terreno sobre o qual ocorrem suas atividades” (Srnicek, 2017, p.25, tradução própria). Tendo como exemplo as plataformas de publicidade (Google, Facebook instagram e redes sociais em geral), plataformas em nuvem (AWS, Salesforce), plataformas industriais (GE, Siemens), plataformas de produtos (Spotify, Netflix) e também plataformas enxutas como Uber, Airbnb e iFood (Srnicek, 2017).

O modelo das plataformas enxutas, que nos interessa aqui, é caracterizado por tentar “reduzir a propriedade de ativos ao mínimo e lucrar reduzindo os custos o máximo possível” (Srnicek, 2017, p.27), se ancorando na tendência das grandes populações excedentes, do desemprego que se exacerbou pós crise de 2008, das terceirizações e da digitalização da vida. Tudo favorecido, segundo o autor, por políticas monetárias acomodaticia, capital excedente e infraestrutura em nuvem que permitem um rápido escalonamento (Srnicek, 2017).

É levando em conta a possibilidade de altos lucros, que diversas plataformas são criadas por empresas com o intuito de trazer soluções digitais para atividades cotidianas, usando pessoas subcontratadas e sub-remuneradas disponíveis para o serviço. No ramo de transportes de passageiros atualmente a principal gigante no Brasil é a empresa americana Uber, que tem como a sua principal concorrente a empresa 99. Já no setor de *delivery* de comida quem impera é a, originalmente surgida brasileira, iFood. Neste ramo, a empresa tem e já teve concorrência

com empresas como a colombiana Rappi, a UberEats — que teve sua atividade encerrada no Brasil em 2022 — a 99 Food, a Zé Delivery e a Loggi, que também atua com alimentos, mas principalmente com a entrega de objetos (Fairwork, 2022). Além dessas supracitadas, há muitas outras menores e com foco local, visando a penetração em territórios específicos no Brasil.

Estas plataformas permitem a qualquer pessoa que disponha de um celular com acesso à internet, logo após se cadastrar e inserir o aplicativo em seu dispositivo móvel, exerça atividade remunerada por meio delas, ou utilize os serviços que elas dispõem. Geralmente por detrás dos aplicativos há empresas que controlam “infraestruturas digitais alimentadas por dados e organizadas por algoritmos” (Abílio; Amorim; Grohmann, 2021, p.33), por isso a denominação correta que tem sido usada é “empresas-aplicativo”. Além dos deliveries de comida, e transporte de passageiros, os nichos das plataformas se diversificam cada vez mais. A lógica por detrás do surgimento dessas modalidades de atividade remunerada é ainda aquela que permeia a ideia de flexibilidade, pois estando em regime de trabalho sob demanda e num terreno de incerteza jurídica o sujeito, em tese, acaba não tendo vínculo trabalhista com a empresa por detrás do aplicativo ao qual ele se cadastra. É remunerado just-in-time (naquele mesmo momento) — relembrando o gerenciamento toyotista — restritamente relacionado à atividade que desempenha no momento.

Esse tipo de atividade, citada acima, ficou conhecida como uberização do trabalho. Carregou inicialmente esse nome pelo motivo da fama de uma empresa-aplicativo prestadora de serviços na área de transporte de passageiros que marcou essa era das tecnologias da informação, que é a Uber. Esta empresa acirrou os debates sobre a precarização do trabalho, já que, sob o princípio de que eles atuavam apenas na conexão entre prestadores de serviço e compradores dele, puderam eximir que a empresa arcasse com os custos e os riscos dos seus motoristas que eles geram em possibilitar essa atividade intermediada pela sua plataforma. Usando deste solo arenoso, a Uber se coloca como empresa de, ao invés de transporte, que atua fazendo “a ponte entre o mundo físico e o digital” (Uber, 2024). A uberização portanto ficou conhecida como o “processo em que o trabalhador informal se vê despojado de direitos, garantias e proteções associados ao trabalho e arca com riscos e custos de sua atividade” (Abílio, 2020b, p.58). Como esse processo não se reserva somente a Uber, mas sim a toda uma lógica e tendência que abrange a outras empresas-aplicativos optou-se por ser mais apropriado o termo “plataformização do trabalho” e para os trabalhadores, o termo “trabalho subordinado por meio de plataformas digitais” (Abílio; Amorim; Grohmann, 2021). Esses termos incluem trabalhadores que executam outras funções, como os entregadores de aplicativo que estão subordinados a plataformas como a iFood, Rappi, Loggi, Lalamove, Uber Eats, entre outras que estão associados a serviço de

delivery, termo conhecido por estar relacionado ao ramo de alimentação, mas que por significar serviço de entrega ao cliente engloba a entrega de documentos e objetos variados.

Essa aparência de não estar subordinado a ninguém no trabalho de plataforma, produz sensação de autonomia, porém trata-se somente de um formato que rearticula a regulação do trabalho, que antes eram fixadas em figuras específicas, e agora direcionam-se para si mesmo. Autogerenciamento subordinado é o nome dado por Abílio (2019) a essa disposição consentida ao regime de trabalho onde o próprio trabalhador submetido regime algorítmico impera como seu próprio patrão, justamente a qualidade que lhe permite a sensação de liberdade.

A lógica que perpassa a plataformização do trabalho, relacionado ao aparato tecnológico informacional, permite uma novidade, que para Abílio (2020a, p.14) refere-se ao gerenciamento algorítmico, que viabiliza uma “gigantesca possibilidade de extração, processamento e administração de dados da multidão de trabalhadores, de forma centralizada e monopolizada”.

Esse fenômeno se insere no que é entendido como precarização do trabalho, pois está no âmago de sua lógica o esfacelamento das regulações do trabalho e até mesmo uma aversão a elas por parte dos trabalhadores. No Brasil o fenômeno da precarização se explicitou como agenda desde o golpe perpetuado contra a ex-presidente Dilma Rousseff. Logo após assumir o cargo, Michel Temer se colocou de prontidão ao avanço da agenda liberalizante, colocando em pauta a (contra)reforma trabalhista sob a justificativa de que ela traria o benefício da ampliação de empregos, o que, pelo contrário, além de não ter ampliado os tais empregos enfraqueceu ainda mais as bases dos direitos trabalhistas dando brecha para as investidas precarizantes no trabalho, alterando a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) no que tange a legislação de férias, contribuição sindical, gestantes, acordos coletivo de horário, a férias e trabalho autônomo. Vieira e Araújo (2022, p.11) concluem que:

A despeito da retórica de “modernizar as relações de trabalho”, verificamos que essa Contrarreforma se fundamenta em pressupostos neoliberais com a finalidade de dotar o capital de instrumentos jurídicos capazes de intensificar a exploração da força de trabalho. Não houve fortalecimento das entidades sindicais, tampouco melhoria da proteção jurídica d@s trabalhador@s ou retomada do crescimento econômico. Pelo contrário, observamos ataques a direitos individuais, coletivo e processual numa tentativa de atender a interesses econômicos privados, de fortalecer um modelo de regulação privada do trabalho e de reduzir a intervenção estatal nas relações de trabalho.

Neste sentido, Antunes (2020a) compreende que precarização corresponde a um fenômeno em que o mecanismo capitalista amplia seu funcionamento. Como fenômeno contemporâneo, vemos que o aparato tecnológico-digital se torna um campo vasto de penetração, que por esses meandros incorpora

novas formas de geração de trabalho excedente (presentes nos trabalhos terceirizados ou pautados pela informalidade etc.), ao mesmo tempo que expulsa da produção um conjunto significativo de trabalhadores (incluindo jovens qualificados e ultraqualificados, muitos dos quais pós-graduados) que não encontram emprego em seus países (Antunes, 2020a, p.32-33).

Cada vez mais as atividades se afastam da aparência de trabalho e viram, desta maneira, um trabalho sem forma de trabalho, onde entra em voga a substituição da palavra trabalho por termos como: serviço, empreendedorismo, causando um afastamento da identidade de “trabalhador”. Essa condição caracteriza o que é chamado de “trabalho amador”, justamente pela permeabilidade de sua forma, a carência de preparo, que para estes trabalhadores é disfarçado na ideia de que são autônomos ou empreendedores (Abílio, 2020a). Portanto, esse afastamento, causa o que Abílio (2020a) e Antunes (2020b, p.15) se referem como a perturbação entre a “separação entre o tempo de vida no trabalho e o tempo de vida fora dele”, resultando, nessa disponibilidade plena ao trabalho algo como uma “escravidão digital”, mas que consentida quase como voluntária. Essa condição faz com que o “espaço da escola, o espaço da casa, o tempo de trabalho, de outra ocupação e o tempo do lazer” sejam “colonizados pelas vendas” onde já “não é possível delimitar fronteiras para a análise” (Abílio, 2020a, p.17). É este aspecto ao qual Abílio (2020^a) caracteriza como tipicamente feminino, pois se trata de uma experiência dos trabalhos relegados às mulheres, que lidam com suas atividades de maneira turva quando não há distinção do espaço de casa e o de trabalho; o que é trabalho remunerado e o que não é e etc. São elementos que “estruturam de diferentes maneiras o emprego doméstico, o trabalho em domicílio e o trabalho reprodutivo” (Abílio, 2020a, p.17).

Essa tendência se tornou comum no Sul Global principalmente, mas também é uma realidade nos países do Norte. Não é por acaso que os aplicativos de transporte urbano e de delivery fazem tanto sucesso no Brasil, visto a explosão de desemprego e a precariedade em que estão sujeitas boa parte da população brasileira, que deposita nos aplicativos suas esperanças de renda.

Fato é que há uma impossibilidade na criação desse imenso aparato tecnológico e digital sem uma materialidade que o compõe. Trata-se de uma realidade abissal, que segundo Faustino e Lippold (2022, p.68) se perpetua neste domínio facetas que derivam do colonialismo, pois a disseminação das tecnologias dos aparelhos celulares não é nada possíveis sem a violência da “criação permanente de mundos de morte em territórios de extração de matérias-primas imprescindíveis para a indústria eletrônica, como as minas em Lago Kivu, fronteira do Congo com Ruanda e Burundi”. Para os autores essa lógica “atualiza o imperialismo, o subimperialismo e neocolonialismo tardio ao reduzir o chamado Sul global a mero território de

mineração extrativista de dados informacionais” (Faustino e Lippold, 2022, p.58). É caracterizado pelo conceito de colonialismo de digital, essa tendência que, para os autores, faz com que se “subsume cada vez mais a vida humana, o ócio, a criatividade, a cognição e os processos produtivos às lógicas extrativistas, automatizadas e panópticas”. Trata-se da lógica em que se dá pela “manipulação intencional da cognição humana por grandes corporações empresariais a partir dessas tecnologias com vistas à ampliação da acumulação de capitais”.

Essa violência digital, se materializa também no cotidiano de trabalho que são expostos os trabalhadores de plataforma nos seus mais diversos segmentos. Como trabalhadores à deriva submetidos ao regime autoritário dos algoritmos, sendo eles subalternos, marcados pela raça, pela periferia, imigração e desemprego, buscam pela própria sorte formas de sobreviver às incertezas e ganhar dinheiro em prol de garantir o “estado de bem-estar digital” que pouco lhes interessa. Todas essas contradições são postas para explicitar que:

Para além das aparências e alegadas boas intenções, essa proposição não emerge como preocupação com a vida ou com o planeta, mas como possibilidade de ampliar ainda mais a sincronização dos tempos de trabalho de modo a evitar o colapso absoluto das condições de reprodução do capital no interior de uma lógica produtiva autofágica (Faustino & Lippold, 2022, p.58).

2.4.1. Administração periférica de Abílio e os negros de fundo de Mbembe

Compreendemos nos tópicos anteriores como o marcador racial se insere tanto no que tange ao fenômeno da precarização do trabalho, na sua manifestação como trabalho de plataforma, e na sua ideologia que justifica o consentimento. Cavalcanti (2021) em seu trabalho denominado *Sub-humanos: o capitalismo e a metamorfose da escravidão*, buscando compreender a “exploração da mão de obra no contexto da sociedade capitalista contemporânea” (Cavalcanti, 2021, p.87), compreenderá que toda *classe-que-vive-do-trabalho*¹¹ está subordinada ao capital, porém, dentro dessa classificação há uma heterogeneidade de situações de exploração, que variam em graus de autonomia ou humanidade, ainda que, não seja possível liberdade plena sob o jugo desse sistema.

Os precários, para o autor, abrangem uma quantidade variada de trabalhadores de diferentes áreas, mas se unem na qualidade relacionada a sua “precariedade e a ausência de proteção, tanto jurídica como sindical” (Cavalcanti, 2021, p.89). Estes trabalhadores se caracterizam por atividades marcadas pela “instabilidade, pela semiquificação e a constante presença de riscos diferenciados àqueles que as executam. São contratados por tempo parcial, os terceirizados de serviços

¹¹ Termo proposto por Ricardo Antunes no sentido de expressar a heterogeneidade dentro do mundo do trabalho para além da imagem do típico operário das fábricas.

semiquilificados, os informais”. Eles, além de estarem fragilizados em relação aos direitos humanos, são marcados pela vulnerabilidade social.

É essa categoria que envolve aqueles conceituados anteriormente como uberizados ou trabalhadores de plataforma, também aqueles conhecidos como autônomos ou independentes. Eles vivem “uma duvidosa autonomia aliada ao baixo rendimento” (Cavalcanti, 2021, p.90), isso porque arcando com os custos de sua própria atividade lhes deixam abertos a qualquer tipo de revés, altos e baixos no rendimento e outra qualquer contingência que coloca em xeque sua subsistência. Para Abílio (2017), é o termo “viração” que se refere à condição de desamparo e inconstância de viver no trânsito de empregos, sem estabilidade e baixo rendimento para subsistência. Não estar submetidos diretamente a um patrão, portanto, não significa que está então livre, mas somente “que a sua sorte depende da sorte do capital” (Cavalcanti, 2021, p.91).

Muitos destes trabalhadores vivem à margem dos direitos humanos, numa linha tênue que podem os jogar à

Escravidão, à servidão, à exploração sexual, às piores formas de trabalho infantil; são indivíduos que ocupam territórios colonizados, periféricos, subcivilizados, e que tem o corpo apropriado, violentado, racializado; são trabalhadores que, privados da possibilidade de reivindicar e fruir direitos, são explorados da maneira mais cruel e pungente em benefício do capital; são, assim, seres *menos* humanos que integram uma zona de lúmpen-cidadania (Cavalcanti, 2021, p.186).

Abílio (2017; 2020a) nota desde seu estudo com as revendedoras de cosméticos que há uma tendência inaugurada pela precarização, que lhe dá subsídios para compreender nuances daquele fenômeno, com o surgimento do trabalho subordinado à plataforma. Percebe na tendência de flexibilização do trabalho que há uma generalização de elementos centrais daquilo que via no trabalho das revendedoras, como um trabalho tipicamente feminino e periférico que são potencializados pelas plataformas das empresas-aplicativo com o seu poder de gerenciamento algorítmico (Abílio, 2020a; 2019). Para a autora:

A uberização deve ser compreendida como a tendência à generalização de características de mercados de trabalho do Sul, os quais agora ganham visibilidade ao se espriarem por países do centro e entre trabalhadores com qualificação e rendimento maiores (Abílio, 2020a, p.14).

Abílio notou que no caso das revendedoras, devido às suas contingências, elas usam de suas habilidades e competências pessoais para garantir o sucesso e permanecer na atividade, o que justamente é o aspecto em que as plataformas exigem — de maneira velada — aos seus trabalhadores quando dispõe o uso do aplicativo da empresa (Abílio, 2020a). Segundo a autora, no entanto, trata-se de um fenômeno “associado às margens do desenvolvimento e à

descartabilidade social, historicamente associado aos negros e, mais especificamente, às mulheres negras” (Abílio, 2020a, p.18). Compreendendo a tendência de dispersão e centralização no gerenciamento e controle do trabalho associado aos aplicativos, que causa o que a autora observou como “o espraiamento de características tipicamente periféricas do trabalho”, o resultado disso faz com que essas características, subordinadas a outros modos — as plataformas — ganhem “novas visibilidades”.

É o fenômeno *low life high tech* (vida precária, alta tecnologia) apresentado por Faustino e Lippold (2023) que expõe essa tendência que relaciona a degradação da vida aliada aos avanços e domínio tecnológico. Ao ganhar novas visibilidades, podemos pensar na qualidade daquilo que mudou suas roupagens, sua aparência, mas que não deixou de ser o mesmo, sendo velho e novo ao mesmo tempo. Esse velho problema, partindo das considerações da Abílio (2020a; 2020b) é um problema racial e periférico. A novidade, é que a precariedade é a regra do momento, só que com as novas formas de gerenciamento *soft* (leves), altamente digitalizadas e dadocentradas, parecem menos destrutivas. Nas propagandas, por exemplo, são vendidas como uma utopia feliz e sem contradições, um futuro moderno e avançado de soluções tecnológicas.

Essa questão leva-me a Mbembe quando o autor propõe que “o esfacelamento das condições de vida, consequência do neoliberalismo, é possibilitada por uma tecnologia já implícita nesse processo societário ocidental, que é a tecnologia do racismo (Mbembe, 2018). Portanto, se a precariedade é inerente à periferia, não é porque é uma exceção ao capitalismo, mas sim porque é parte da sua estrutura. Como trazido nos tópicos anteriores, racismo é sinônimo de capitalismo, a implicação direta dessa questão é que quando falamos em periferia e sua precariedade temos que enfrentar como centralidade os determinantes raciais aliados ao fenômeno.

No entanto, Mbembe (2018) vai buscar as bases dessa tecnologia racial nas *plantations* do período colonial. Para o autor, elas foram como as fábricas da raça e do racismo. As *plantations*, como tecnologia racial, foram também uma forma de gerenciamento do trabalho, que para o autor camaronês, não são meras categorias históricas anacrônicas, mas práticas políticas, que vão de encontro ao conceito de foucaultiano de “biopolítica”, mas que parte para mais além quando compreende uma governamentalidade colonial operada pelo racismo. Raça, portanto, “foi a sombra sempre presente sobre o pensamento e a prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros — ou dominá-los” (Mbembe, 2016. p.128). Indica-se, portanto, que é uma sombra presente também hoje, que na esteira do pensamento do próprio autor e também dos indicativos de Abílio

elucidados anteriormente, incide sobre o fenômeno da precarização que discutimos e também como o que marca e joga as pessoas a margem dos direitos humanos.

Como sugere o autor, hoje é um tempo em que o capitalismo mostra tendências muito claras em transformar “seres humanos em coisas animadas, dados numéricos e códigos” (Mbembe, 2018, p.19). Essa coisificação do humano em mera informação algorítmica a ser manipulada, coloca as condições de vida de trabalhadores submetidos a esse regime em uma vulnerabilidade sem precedentes. Tornando-os trabalhadores sem rostos, degradados pelo tempo, pela solidão, pelas condições adversas e pela violência imposta pela sua situação social.

A degradação da vida nessa era do silício tem colocado a tecnologia racial a um nível de generalização:

Já não há trabalhadores propriamente ditos. Só existem nômades do trabalho. Se, ontem, o drama do sujeito era ser explorado pelo capital, a tragédia da multidão hoje é já não poder ser explorada de modo nenhum, é ser relegada a uma ‘humanidade supérflua’, entregue ao abandono, sem qualquer utilidade para o funcionamento do capital (Mbembe, 2018, p.15-6).

É aqui que Mbembe e Abílio se encontram novamente. O primeiro propõe como devir-negro no mundo a tendência que está incrustada no espraiamento e generalização das condições que antes eram reservadas para as populações racializadas para fora delas (Mbembe, 2018; 2020). A segunda nota justamente isso, quando observa que tendências do trabalho negro, feminino e periférico se generalizando no fenômeno do trabalho subordinado a plataforma. Como já vimos, na história do ocidente a expansão capitalista sempre esteve sumariamente relacionada à racialização nos territórios que ocupou no exercício de sequestrar recursos para subsistência do sistema. Acontece que no momento atual, Mbembe (2018, p. 309) afirma que o capitalismo está a “recolonizar seu próprio centro”. O substantivo negro então, para o autor, passa a elucidar a situação da “redução da pessoa humana a uma coisa, a um objeto, a uma mercadoria que se pudesse vender, comprar ou possuir” (Mbembe, 2020, p.196). Ainda que a cor de pele nunca deixe de ser relevante na tecnologia racial, a novidade da condição que ele denomina como devir-negro no mundo é a criação do “negro de fundo”, sujeitos atingidos pela generalização periférica que Abílio (2017; 2020a; 2020b) propõe em seus estudos, que para Mbembe (2020, p. 196) “é uma tendência de universalização da condição que antes era reservada aos negros”, por isso, para o autor “o ‘negro de fundo’ é o Outro dessa humanidade informática, nova figura da espécie e tão típica da nova era do capitalismo”.

O Estado de bem-estar digital, seus algoritmos e dados, têm abstraído seres humanos a meros números e código numa administração centralizadora em empresas que levam a cabo até

as últimas consequências a tendência da neoliberalização. Humanos, neste sentido, são meros apêndices descartáveis, alimentam as máquinas seja por códigos ou dados. Cria-se, então, como negros de fundo, uma humanidade subalterna, uma “parte supérflua e quase excedente de que o capital dificilmente precisará e que parece estar condenada ao zoneamento e à expulsão” (Mbembe, 2020, p.196) em que a “autorreificação representa a melhor chance de capitalização de si mesmo”. Este cenário é notado por Abílio, que está expresso nas milhares de pessoas que:

Se tornam empresárias amadoras de suas próprias casas ao aderirem ao Airbnb, milhões de motoristas tornam-se profissionais de transporte ao aderirem ao Uber, milhares de jovens desempregados ou subocupados tornam-se bike boys ao aderirem ao Ifood, Rappi, UberEats (atividade que tem como principal elemento o extenuante uso de sua força física), nas últimas duas décadas centenas de milhares de mulheres aderiram às revendas. (Abílio, 2020a).

Antunes (2020), Abílio (2017; 2020a; 2020b), Cavalcanti (2021) e Mbembe (2018; 2020) apontam para um semelhante lugar. Um futuro de escassez e deterioração das condições de vida e de trabalho. Mas como Cavalcanti (2021) evidência em seu estudo, não são no todo novidades. São metamorfoses de condições implícitas do processo societário capitalista-racista. Por isso as proposições e aproximações de Abílio e Mbembe aqui, trata-se de uma base importante para compreender os aspectos implícitos na condição a que estão relegados os sujeitos a que essa pesquisa se debruça: os entregadores de aplicativo.

2.5. Desfecho da primeira parte

Entende-se que não é possível separar raça de classe pois esse fenômeno faz parte da mesma totalidade que caracteriza a exploração do trabalho atrelada a desumanização de parte de trabalhadores em detrimento de outros. Na história da modernidade não só a cindimos de ser inteiro no mundo foi tolhida, como também a humanidade foi cindida.

Partindo dessas proposições, o capitalismo é ao mesmo tempo racismo. Suas metamorfoses têm orientado a exploração de raça, classe e gênero de diferentes formas durante a história culminando hoje no neoliberalismo como uma de suas faces mais truculentas, esfacelando condições de vida historicamente conquistada no embate contra as investidas autoritárias das classes dirigentes e de proprietários dos meios de produção de cada momento histórico.

Recentemente, as tecnologias da informação monopolizadas por empresas de silício têm colocado em xeque os limites do mercado. Por meio de seus dispositivos e sua penetração no corpo da sociedade e no corpo e nas mentes dos sujeitos nela inseridos, permite ampliar as

condições de reprodução do capital, mercantilizando a vida em seus diversos aspectos, não deixando de fora sua divisão racial e sexual do trabalho que sempre esteve na base da exploração do trabalho e sua distribuição desigual.

É sabido que o sistema capitalista colocou a humanidade no reino da servidão, fadada a confundir a sua liberdade no consentimento de uma ordem marcada pela desigualdade. Mas é a raça que faz desse fosso ainda mais perverso que garantiu a projeção da Europa belicamente como centro da humanidade. No seio dessa ordem, a humanidade se perde num teatro de máscaras fadadas a nunca mais se reconhecerem genuinamente, se não pelo véu racial a que as separaram. Não há crítica possível se não compreendermos esse véu como um outro manto que legitima a ordem capitalista e sua reprodução social e econômica. Indo além da mutilação, ele se materializa no desamparo, no esgotamento e na morte. É este teatro de máscaras que mantém em pé a ordem que mutila a vida, quando encerrados em si revela-se mais opaca a distância da possibilidade de uma humanidade radical a que Fanon ansiava (Faustino, 2022). O branco não é livre enquanto o racismo imperar, pois ele necessita da raça nesta ordem que é por ele consentida, para a manutenção de sua máscara branca burguesa-europeia. Muito menos o negro, que encerrado em sua negritude, busca muitas vezes subterfúgio adquirindo a máscara do branco, mas se mantém ainda sim preso mantém-se nos grilhões da Outridade, ou, como diz Fanon, numa espécie de “maldição” (Fanon, 1968, p.39).

Pelo que vimos nessa primeira parte, na iminência desse império tecnológico, raça ainda parece algo incontornável. Ela é um elemento que participa atuando sobre a totalidade das relações e articulando novas formas de exploração.

3. A PESQUISA

3.1. A dor na alma e o que ela denuncia? — o problema de pesquisa

Hoje, mais do que no corpo, a dor da escravidão está na alma. Está na sujeição pessoal, na submissão absoluta, na coisificação do homem: um objeto descartável na geração de riquezas econômicas (Cavalcanti, 2021, p.136).

Que dor é essa a que Cavalcanti (2021) descreve atingir a alma? Que escravização é essa de nosso tempo?

Considerando a proposição de Sawaia (1999) da dialética exclusão/inclusão, compreendemos que na dinâmica de nossa sociedade, que é atravessada pelo sistema político-econômico capitalista e suas vicissitudes, não há uma exclusão nem inclusão total, há ambiguidades e complexidades que perpassam fatores subjetivos, objetivos, individuais, coletivos e emocionais. Tudo isso ancorado em processos sócio-históricos que relacionam todas as esferas da vida social. Entre a exclusão e inclusão há fragmentos emancipatórios, mas também ilusões. É preciso para analisar essas complexidades então, de acordo com Sawaia (1999, p.09), introduzir a “ética e a subjetividade na análise sociológica da desigualdade”.

Conforme apontado nos tópicos anteriores as novas tecnologias não possibilitaram em nada encerrar as contradições de nosso mundo, mas amplificaram. Hoje nas mãos de cada pessoa, o celular permite a cada um ser o senhor do outro e ainda, mais além, o capataz de si próprio. As empresas-aplicativo acirraram ainda mais as contradições. Elas oferecem espaço e oportunidade de renda ao mesmo tempo que degrada seus trabalhadores pelas condições impostas nessa atividade. As empresas sabem disso, e fazem deste consentimento parte do negócio. Pelo que esses trabalhadores são, não merecem das empresas qualquer tipo de inclusão, somente a ilusão dela.

Na pandemia da COVID-19 essa realidade se explicitou. Na capital paulista em fevereiro de 2021, segundo o Sindimoto SP (Sindicato dos Mensageiros Motociclistas, Ciclistas e Mototaxistas Intermunicipal do Estado de São Paulo), os entregadores de moto que antes somavam em torno de 220 mil pessoas, no contexto da pandemia chegaram no contingente de 305 mil (Saraiva, 2020). Juntos, movimentam um mercado milionário, onde só no ano de 2019 a iFood recebia cerca de 600 mil pedidos por dia (Lara, et al. 2020). Esses trabalhadores desempenharam uma ação fundamental para viabilizar o isolamento das pessoas durante a pandemia, mas também, por conta disso, sofreram o risco da contaminação imposta pelo Covid-19 e também pela exploração do trabalho.

A pandemia da COVID-19, causada pelo vírus SARS-COV-2 iniciada ao final do ano de 2019, foi o momento em que a humanidade esteve sob seu momento de maior vulnerabilidade nos últimos tempos. Nesse período dramático ocorreu por todos os cantos ideias ingênuas de que poderia a pandemia por meio da solidariedade reverter as contradições impostas do capitalismo como sistema hegemônico. Apostou-se até, no início, que o SARS-COV-2 seria um vírus democrático, atingindo e afetando todas as pessoas igualmente, quaisquer que fossem as situações sociais a que estivessem inseridas. Mas desde então, notou-se categoricamente que essa ideia era errônea. Desde lá, não só vimos que o vírus não é democrático, como também, que ele se perpetua nas estruturas de desigualdade e distribui morte por meio delas (Raimundo; Alexandre, 2022). Tal qualidade antidemocrática do vírus no Brasil é possível notar na contradição dos populares jargões disseminados nesse período: “cuide-se”, “fique em casa” e “fique em isolamento”. Essas exigências de cuidado eram de fato possíveis a todos? Afirmo, com firmeza, que não. O home-office¹², uma casa grande, quartos individuais e emprego regular com suas garantias, não foi uma realidade disponível para grande parte da população. Esta suposta qualidade democrática do vírus só seria possível se nossa realidade não fosse mediada pela desigualdade social.

A pandemia, pelo contrário, amplificou as contradições. O que pode ser verificado no caso dos próprios entregadores de aplicativo, que descontentes com suas condições em meio a pandemia realizam a primeira paralisação nacional chamado *Breque dos Apps* ocorrido no dia primeiro de julho. A meta era resolver problemas que amplificavam a precarização e o sofrimento da categoria (Carvalho, 2020).

Voltando a citação que iniciou este tópico. Cavalcanti (2021, p.136) fala de uma dor que “está na alma”. Concomitantemente ele a relaciona com a situação de submissão, descartabilidade e degradação a que são relegadas a porção de seres humanos que se encontram na precariedade do trabalho. Para Sawaia (1999, p.102) é justamente essa dor que qualifica o que ela denomina de sofrimento ético-político, como uma “dor mediada pelas injustiças sociais”. Conceito que perpassa pelo pensamento de Spinoza e Vygotsky, buscando compreender o sofrimento para além de suas implicações fisiológicas. Nesta perspectiva, o sofrimento é físico e moral, um é interdependente do outro, pois compreende-se que o corpo humano sofre por inteiro (Sawaia, 1999). Os afetos e as emoções estão nessa partilha entre o físico e o moral, já que este conceito parte do pressuposto vigotskiano de que a subjetividade e, conseqüentemente, os afetos que a constituem, são fenômenos sócio-histórico. Ou seja, o

¹² Termo que se refere ao mesmo que “escritório em casa”.

psiquismo é sócio-histórico, talhado nas experiências dos encontros, configurando a subjetividade sempre em sua intersubjetividade. Assim, o desenvolvimento do homem vai se concretizar a partir de suas experiências que afetam o corpo e a mente, ressaltando que a experiência do mundo, não reflete o mundo, mas é mediada por sentidos e significados culturais (Vigotski, 2009).

Compreendendo o que foi aqui exposto na primeira parte do trabalho e as vicissitudes do contexto pandemia, parto do problema de que a precarização simultaneamente a esse contexto amplificou as desigualdades e a dor dela resultante, ferindo a alma e o corpo, como sofrimento ético-político. Estudar a desigualdade pela perspectiva do sofrimento ético-político permite conhecer a forma como as condições de trabalho dos entregadores de aplicativo são vividas. Debruçando-me sobre uma profissão que se afirmou na pandemia, embora precariamente, busquei compreender quais são os afetos atravessados por esses trabalhadores e o que eles denunciam. Além disso, busquei compreender qual foi a experiência de enfrentar a pandemia e quais foram as heranças deixadas na memória destes trabalhadores. Estaria o sofrimento ético-político na base das queixas dos entregadores de aplicativo que estavam expostos no contexto passado e presente?

3.2. Objetivos

Nesse sentido, busco através desta pesquisa compreender a dinâmica afetiva destes trabalhadores, trazendo destaque ao momento agudo da pandemia em que trabalharam, sua distribuição desigual e seu efeito no fortalecimento ou enfraquecimento da potência de vida mediada pela desigualdade social. Analisando como se dá o seu dia a dia, suas condições de trabalho, sofrimentos e motivos de luta por direitos no trabalho. Assim, acumular conhecimentos que permitam auxiliar na construção de políticas públicas e orientar a práxis psicossocial que respondam às necessidades dessa população.

O objetivo geral deste projeto é aprofundar as reflexões sobre os afetos experienciados pelos/as motoboys de aplicativos de entrega de refeição que atuam em São Paulo, destacando o período da Pandemia, além de compreender suas estratégias de sobrevivência, individuais e coletivas (2020/2021).

Os objetivos específicos foram: a) mapear os afetos tristes e alegres experienciados por eles/as durante a realização de seu trabalho cotidiano; b) conhecer as mudanças e sofrimentos em suas vidas pela condição de trabalhar durante a pandemia e quais cuidados e estratégias

tomaram; c) descrever o dia a dia do seu trabalho e qual é o sentido dado a sua atividade profissional; d) esclarecer o aspecto volitivo que despertaram as manifestações contra as empresas de aplicativos durante a pandemia, no breque dos apps; e) constatar o que esperam das políticas públicas; f) analisar como se dá a organização destes profissionais em sindicatos ou coletivos e se há um sentimento de comum.

A escassez de literatura que envolvam o enlace de subjetividade e sociedade envolvendo os entregadores sob a condição da pandemia, além de enfoque racial ao tema da plataformização do trabalho é uma justificativa da relevância científica desta pesquisa, mas não a mais importante. A relevância social desta pesquisa apresenta-se ancorada em 5 elementos complementares: registro e análise científica do fenômeno investigado; visibilidade da população trabalhadora; possíveis subsídios às políticas públicas, às ações relacionadas às consequências psicossociais da precarização do trabalho e negação de direitos.

3.3. A ética laneana de pesquisa: considerações metodológicas

Lane (1989) no seu texto seminal que deu a introdução ao livro *Psicologia Social: O homem em movimento* trás os pressupostos básicos da Psicologia Social da qual acreditava. Aquela que partindo das bases sócio-históricas compreende que a materialidade histórica é produzida e produtora de sujeitos. Se por um lado, segundo a autora, o positivismo perdeu o ser humano na sua pragmática e do outro, o subjetivismo o abstraiu, caberia como tarefa da Psicologia Social trazer o subjetivo como “materialidade psicológica” (Lane, 1989, p.15) para resgatar a qualidade do olhar ao ser humano em sua totalidade. O ser humano não age por reflexo, nem é socialmente determinado inteiramente. Ele é agente de mudança e também produtor de sua história, pois Lane (1989) problematiza: onde ficaria o papel da criatividade se não fosse? Cabe, portanto, no ato de pesquisar não jogar o empírico fora, mas ir além do aparente.

Quando propõe a pesquisa-ação enquanto práxis, leva em consideração tudo isso. Para ir além do aparente o pesquisador deve ir também, além da pressuposta neutralidade de seu fazer, pois como afirma Lane (1989, p.18)

Pesquisador e pesquisado se definem por relações sociais que tanto podem ser reprodutoras como podem ser transformadoras das condições sociais onde ambos se inserem; desta forma, conscientes ou não, sempre a pesquisa implica intervenção, ação de uns sobre os outros.

Nessa concepção que concebe o *homem em movimento*, cabe ao pesquisador notar o movimento gerado a partir dos encontros e relações por eles encadeadas, pois ele é também material da realidade em estudo. Ao invés de esterilizar seus métodos no sentido de controlar as variáveis deve-se colocá-los em questão para assim, captar a sua “não-neutralidade como manifestação de um processo que está procurando compreender em toda a sua extensão” (Lane, 1989, p.46).

3.3.1. Do Caminhar aos Encontros: uma pesquisa com os pés na rua

Quem sabe tenha levado demasiadamente ao pé da letra — o homem em movimento — mas o que me levou às ruas foi captar de fato a realidade da qual procurei me debruçar na concretude que a compõe: desde os dados de sua materialidade até no seu conteúdo sensível e abstrato.

Chamei de deriva etnográfica para descrever que neste processo de pesquisa foram mais os sentidos que me guiaram, para além de caminhos pré-definidos. Porque a deriva não é estar perdido, mas sim estar à altura dos ventos que sopram e que nos encaminham a um rumo possível. Para isso, é necessário estar sensível aos encontros e aos caminhos, pois é só com eles que formamos nossa bússola que limita o nosso esvanecer nas múltiplas possibilidades.

Neste sentido, a forma de pesquisar também deve-se estar à “altura” da realidade de seus atores de pesquisa. Os entregadores de aplicativo são também trabalhadores à deriva. Ocupam a cidade, ora num bairro, ora em outro. Ocupam também as calçadas e as praças. Tem as ruas e a cidade como ecossistema.

É dessa grande capilaridade e descentralização do trabalho dos entregadores de aplicativo que tornou o Caminhar como um dos principais instrumentos dessa pesquisa. Os entregadores de aplicativo têm pontos de concentração, chamados de “bolsões” espalhados pela cidade, onde almoçam, descansam ou que adotam esses espaços considerando sua logística, no sentido de proporcionar direcionamento para mais entregas. Portanto, não há mapeamento desses lugares, sendo necessário caminhar e encontrá-los nas ruas de São Paulo.

Entende-se o caminhar aqui, muito além do processo de ir de um ponto a outro. Implica-se num processo ativo, de se colocar diante do que a cidade nos provoca a pensar, pesquisar e agir (Reis, 2020). Essa prática só é possível quando se desprende do objetivo de a que ponto chegar. Quando sabemos exatamente aonde ir, que caminho tomar e aonde chegar, largamos a sensibilidade do percurso e os muitos atravessamentos que se dão no processo de caminhar. Como diria o verso popular: o caminho se faz caminhando. Nos limiões entre o movimento e

o repouso, a velocidade e o fluxo dos acontecimentos em meio ao caminhar, há um mundo inteiro que nos convoca. Segundo Reis (2020, p.140) “O caminhante experiencia a cidade do comum, a partir dos seus encontros com a vida urbana”, são por eles que cidade pode nos compor ou nos decompor, fazendo parte na concretude de nossa existência. Na cidade de São Paulo, o trabalho de entrega só acontece pelo tecimento do cotidiano das ruas, materializado nos contornos das vias, nos encontros com pedestres, na passagem ou interrupção dos semáforos e nos súbitos barulhos das buzinas. As ruas são também campo da pesquisa, visto que são por elas as vias de possibilidades dos encontros relacionados à atividade de entrega.

A concepção etnográfica, que faz parte da constituição desta pesquisa, parte do Caminhar, mas se efetiva no Encontro. Já que o pressuposto etnográfico envolve lidar com a contingência dos encontros entre pessoas, na interação de seu cotidiano e seus acontecimentos, dos mais previsíveis aos imprevisíveis, que se tornam conteúdos importantes para o processo. O Encontro, como base para o contato com os entregadores de aplicativo, inverte o lócus de pesquisa de: sobre os entregadores, para “com” os entregadores. Por isso, desde já os participantes da pesquisa, que usualmente são chamados de termos que designam certa passividade — objeto, dados — aqui serão chamados de atores da pesquisa, ou pelos seus pseudônimos respeitando o sigilo de sua participação resguardado no Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), pois foram aqueles que guiaram os tecimentos e os caminhos aqui percorridos e problematizados.

Encontro, apesar de Spinoza usar raramente tal termo, é um conceito importante em sua filosofia, pois é através destes que nossa potência de perseverar na existência é aumentada ou diminuída (Spinoza, E.). Um bom encontro seria aquele que compõe como alegria aumentando assim a potência de ação, sendo o contrário, tristeza. Tomar o Encontro como central no contato com os atores da pesquisa é entendê-los em sua positividade, em sua inteireza, e não em sua negatividade como mero ‘objeto’ a ser pesquisado e classificado para obter dados. É compreender que ao pôr o corpo na pesquisa, pesquisador e atores se compõem juntos no processo. É considerando isso que entendemos todos os atores da pesquisa, inclusive o pesquisador, como sujeitos ativos, situados histórico e culturalmente, que se modificam e são modificados no decorrer da pesquisa (Lane, 1989). Pois os afetos são inerentes a qualquer encontro. As afecções são transições que atravessam o nosso corpo dando qualidade às nossas emoções e pensamentos, portanto não há neutralidade, já que a todo momento estamos variando em nossa capacidade de afetar e ser afetado.

Esta deriva etnográfica se inspira nas proposições de Sawaia (1989, p.60) sobre a pesquisa-ação participante, como um “estilo de pesquisa que se desenvolveu mais na prática

militante do que na prática acadêmica”. Neste sentido, para sua efetivação a autora aponta para a postura criativa do pesquisador na medida que ele também experimenta a pesquisa, pois no decorrer dela é afetado pelos encontros tendo a possibilidade de adotar e criar instrumentos diversos já que ela se constrói no caminhar, à medida que avança e pelos constantes encontros e fluxos de acontecimentos e reflexões das ações desencadeadas (Sawaia, 1989).

Tal metodologia quebra um vício da psicologia conservado de uma visão empírica-indutiva de ciência, na qual González-Rey (2013, p.26) manifesta que: “‘dissecou’ o ser humano em um conjunto de conceitos fragmentados incapazes de dar conta das paixões que caracterizam as maiores relações humanas” (tradução própria).

A metodologia aqui proposta se ancora nos pressupostos éticos e epistemológicos da pesquisa-ação participante colocados acima, mas não se caracteriza integralmente nela. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que conserva da pesquisa-ação participante a postura de tomar a pesquisa como processo, em que ela se constrói à medida que avança, pelas constantes reflexões desencadeadas nos Encontros. Rompe, neste sentido, o distanciamento entre o sujeito e o objeto de conhecimento procurando colocar o conhecimento a serviço dos problemas sociais e dos interesses populares, incorporando múltiplos elementos necessários no processo (Sawaia, 1989). Porém, o que a distância dela, diz respeito de que a realização da pesquisa não pressupõe inserir-se, acompanhar e agir junto a um grupo coeso com lideranças representativas e também não tem a intenção de formá-los. Mas dispõe-se a uma deriva em campo à mercê de encontros e a compor com o que se coloca na concretude da rotina das ruas, rotina vivida e experienciada no dia a dia de trabalho dos entregadores. Aqui se faz sua inspiração etnográfica, já que fará parte da pesquisa a própria vivência do pesquisador atravessada por ela.

Os instrumentos que me acompanharam nessas incursões em campo além do velho conhecido dos estudos etnográficos — o diário de campo manual —, foi usado também o gravador de áudio do dispositivo celular para captar as conversas surgidas nos encontros e um aplicativo de caminhada geolocalizador para registrar os caminhos percorridos. Complementou-se qualitativamente a essas derivas, conteúdos documentais, jornalísticos, bibliográficos e audiovisual como fontes de informação secundária e terciárias que auxiliaram na confecção da pesquisa e possibilitaram a compreensão do fenômeno em suas várias nuances.

Todos os encontros que geraram narrativas gravadas ou registradas em diário de campo, foram resguardadas pelo TCLE, zelando pela segurança e integridade dos atores de pesquisa que compuseram o tecido da pesquisa.

3.3.2. Sobre as entrevistas narrativa

Aberto as contingências e as imprevisibilidades dos encontros, evitei a construção de questionários estruturados ou roteiros de entrevista, dando ênfase às potências criativas surgidas no momento, levando em consideração os objetivos do estudo.

Para me orientar nessa proposta, me embasei nos pressupostos do método de entrevista narrativa. Diferentemente do modelo teleológico de pergunta-resposta, o referido método tem como finalidade de, no encontro, evocar a experiência do sujeito entrevistado. Que ao narrar, pode expressar emoções e volições que são perpassadas pelo acesso aos conteúdos mnêmicos relativos ao que foi indagado (Jovchelovich; Bauer, 2008).

Neste sentido, narrativa não se trata de mera sequência de fatos que são rememorados, inscritos e descritos. A narrativa se trata de uma ação, onde nelas, como aponta Pellauer (2013), os eventos transcendem o fato de que alguma coisa acontece, trata-se sim, de algo que é feito com as coisas que aconteceram. O que aconteceu é sempre submetido pelo momento da narração, no qual Pellauer (2013, p.76) compreende que o “passado presente e futuro estão todos contidos (ao mesmo tempo) na ação, como um significado concomitante”. Por isso, o autor também defende que as narrativas nunca são completamente neutras do ponto de vista ético e político. Pellauer, na esteira do pensamento Ricoeur, reforça que sempre há intenções na ação narrada.

Considerando o que foi dito, podemos dizer então, que a narração é um processo muito mais complexo, que implica na organização da experiência no mundo, e que por isso, ela transcende o nível informacional, descritivo e cronológico, pois a narrativa é do tempo do sentir, lembrando o trabalho de uma artesanía. Quando se narra, a narrativa em si é atravessada pela experiência do autor e portanto, suas intenções, permitindo que por elas possa-se transmitir sabedoria (Benjamin, 1994).

Trata-se desta experiência que busquei captar pelas entrevistas narrativas, de forma a compor um extrato afetivo do trabalho de entrega por aplicativo no momento da pandemia. Já que ao narrar, o sujeito não está apenas falando sobre uma sequência de fatos que aconteceu, está falando de si, na qualidade singular, dentro de um contexto histórico particular que faz parte de uma trama que perpassa uma experiência universal. Quando fala de si, fala também do outro, falando de nós (Pallauer, 2003).

O desafio desta proposta se dá em como eliciar a narrativa nos encontros com os atores de pesquisa. Não é sempre que as narrativas acontecem espontaneamente, nem em todo momento da conversa que aparecem. É inevitável em vários momentos que aqueles que são

convocados a narrar suas experiências se prendam somente em descrever os fatos como se fossem exteriores a eles. Ou por força do tempo da rotina, não sustentam uma narrativa naquele momento, já que ela exige um esforço e investimento afetivo-cognitivo para desenvolvê-la. Considerando essas dificuldades, fui adotando estratégias através do processo para facilitar a chegada nos conteúdos narrativos, valiosos para a pesquisa.

Ao invés de enunciar uma pergunta fechada, na qual a resposta resultaria em sim ou não, partia inicialmente de uma pergunta aberta, que para responder necessariamente exigiria uma certa elaboração da experiência dos atores de pesquisa. Por exemplo, inicialmente parti usando a seguinte questão:

Pesquisador: eu queria que você dissesse como foi trabalhar durante o período da pandemia com entrega de aplicativo, de maneira que você possa narrar acontecimentos de alegria e tristezas nesse período que você trabalhou, então, você saberia me dizer como foi trabalhar nesse período? (Diário de campo).

Ou também:

Pesquisador: Qual foi a experiência de trabalhar pelo aplicativo na pandemia? (Diário de campo).

Notei conforme o caminhar dos encontros que nenhuma destas duas abordagens eram as mais adequadas. Percebi que a condição de haver muitas informações no enunciado causava certa confusão ao entrevistado responder. Alegria e tristeza são termos potencialmente abstratos. Ao mesmo tempo que ele deveria pensar do que se tratava sua alegria e tristeza ele tinha que elaborar a sua experiência, o que se demonstrou dificultar o processo narrativo sem que pudesse deixá-los a vontade para expressar o que viesse em questão, o que pelo contrário deveria significar o interesse a respeito de sua história e experiência.

Na segunda abordagem a problemática implícita se tratava no conteúdo que o enunciado eliciava. Quando perguntava sobre a “experiência de trabalhar pelo aplicativo”, a tendência fundada no enunciado era fazer com que o entrevistado trouxesse não o conteúdo afetivo da experiência, próprio do que se buscava com uma narrativa, mas sim a descrição de detalhes técnicos e outros fatos do trabalho, seja sobre a melhoria ou piora de sua condição financeira, ou sobre a conjuntura específica da pandemia. Essa questão se colocava pouco efetiva para evocar a condição de narrativa.

Ao final compreendi que o enunciado mais adequado se tratava daquele que perguntava o seguinte:

Pesquisador: O que foi ser entregador na pandemia? (Diário de campo).

O enunciado era menor do que os outros, mas nele continha o segredo para melhor envolver o entrevistado na sua experiência. Neste, além de ser mais simples, o entrevistado é convocado a colocar mais de si na resposta. Ser entregador faz parte de seu fazer e de sua identidade como trabalhador. Ao ser questionado sobre ser entregador na pandemia, no mesmo tempo que busca responder, se põe a refletir e acessar conteúdo mnêmicos da pandemia, tendo que elaborar sobre o seu fazer e sua condição enquanto trabalhador de aplicativo e, como colocamos anteriormente, nessa arteficial narrativa, expressar sua mensagem. Esse é o conteúdo de sua sabedoria, que implica de uma experiência particular de sua vida.

Foi a partir de então que na metade da pesquisa adotei este enunciado para o início de minha conversa com os atores da pesquisa. Obviamente só essa pergunta nunca foi o suficiente nos meus encontros, mas ela foi o ponto de partida para convidar os atores a colocar seus afetos e experiência em palavras. A partir daí, usava de suas próprias palavras imanentemente para que pudessem falar mais de alguns pontos importantes aos quais eles mencionavam em suas falas:

Pesquisador: Essa situação de não ser valorizado, você vê que foi uma coisa percebido na pandemia isso que você citou? (Diário de campo).

Pesquisador: E sobre essa questão do individualismo, o que que tu vê nisso. Qual é o exemplo disso? (Diário de campo).

Pesquisador: Veio na cabeça você falou isso de ser forte né... E o que que você faz pra se fortalecer na rua, né? Porque é um trabalho duro, né? Então, quais são os teus refúgios de te poder se fortalecer? Aqui, trabalhando na rua... (Diário de campo).

Quando o entrevistado às vezes tinha dificuldade de formular alguma resposta, alterava a pergunta para facilitar a conversa, sempre lembrando que deveriam responder como quisessem, sem necessidade de cuidar excessivamente com o vocabulário:

Pesquisador: Tem alguns momentos marcantes que você passou trabalhando na pandemia que você se lembra? (Diário de campo).

Pesquisador: Teve algum acontecimento que te marcou nesse sentido que você falou, que você lembre? (Diário de campo).

Os encontros se seguiam desta maneira. Havia a pergunta inicial como disparador, e os seguintes passos eram facilitados pelo pesquisador que buscava a partir das falas do entrevistado evocar questões que os convocava a narrar os conteúdos de sua experiência.

No processo da pesquisa utilizando os aportes da entrevista narrativa, utilizou-se, portanto, pontos de ancoragem para que fosse possível evitar distanciamentos dos objetivos propostos: a pandemia; as alegrias; as tristezas; e as manifestações. Trata-se de pontos que os usava no sentido condicionar a narrativa para dentro dos objetivos da pesquisa caso necessário. A mesma estrutura enunciativa da primeira pergunta era usada substituindo a frase por algum dos pontos de ancoragem citados acima.

3.3.3. Os atores e os encontros

Não dispor de um questionário estruturado de perguntas também tem seus reveses. Um deles é não conseguir sistematizar todas as informações necessárias, pois algumas escapam. Nos encontros com os entregadores, não foram todos que consegui sistematizar por exemplo: o bairro de residência, estado civil, se tem filhos. A escolha metodológica implica também assumir o risco de certas perdas em detrimento de valorizar outros quesitos mais valorosos em consideração aos objetivos apontados para pesquisa.

Dados como estes não coletados puderam ser compensados a partir de outros estudos, por meio de pesquisa documental e bibliográfica, que dão estimativas sobre a morfologia da categoria, sem haver a necessidade de um levantamento exaustivo sobre essas determinantes por meio das entrevistas, o que pode resultar em um desengajamento na proposta dos encontros com os atores.

No total foram realizados 25 encontros que resultaram em entrevistas com diferentes entregadores pelas ruas de São Paulo. Abordava para conversa apenas aqueles que estavam parados em descanso ou esperando um chamado para entrega. A escolha dos entrevistados obedecia apenas ao critério de que fossem motoboys e que tivessem trabalhado de aplicativo de entrega de comida na pandemia no período que se seguia do início de 2020 até o final do ano de 2021. Esse critério foi quebrado apenas 4 vezes, na ocasião em que incluí a entrevista de três *Bike Boys* que trabalharam na pandemia e um motoboy que trabalhava pela Loggi. Porém é importante frisar, que além das entrevistas como composição da pesquisa, os encontros configuram também todos os conteúdos ao qual me deparei ao estar na rua junto ao cotidiano de trabalho com os entregadores. Neste sentido, não só entrevistas com os entregadores que

trabalharam na pandemia viraram conteúdo dessa pesquisa, mas outros entregadores que atravessaram essa pesquisa nas imprevisibilidades do cotidiano e também minhas observações e escuta nos caminhos que percorri.

A escolha da pesquisa como *deriva etnográfica* implicando estar no local do cotidiano dos fenômenos que ocorrem, faz com que as entrevistas também fiquem à mercê das contingências do dia a dia, por isso não houve padrão de tempo para cada entrevista. Elas chegaram a variar de 5 a até 15 minutos, dependendo dos entrevistados. O cotidiano atravessado pela rotina de entrega fez com que uns estivessem mais disponíveis que outros. Durante algumas entrevistas tive que interromper antes de finalizá-las por conta de os aplicativos tocarem entrega para os trabalhadores. Como era a minha intenção conversar com aqueles que estavam disponíveis à espera de entrega ou descansando para entrevista, deixava-os à vontade para partirem ao trabalho.

Com base em alguns dos dados que foram possíveis sistematizar nas entrevistas, constatou-se que a maioria deles são jovens, que se encontram entre 21 e 29 anos. Ao todo foram 17 entrevistados nessa faixa de idade. Apenas 3 se exaltam da maioria: um de 35, outro de 39 e o último de 40. Dos que tiveram a informação de seu grupo racial coletado, 10 deles são brancos e 12 negros. Dentre os negros, 6 deles tinham pele parda (clara), e 6 tinham pele preta (retinta). Todos os entrevistados foram homens, visto que, nas ruas não houve a oportunidade de que uma entregadora mulher estivesse disponível em espera ou descanso nas ruas onde estive. Ao todo vi em campo, apenas 3 mulheres trabalhando, nunca paradas, sempre em serviço. Uma delas estava junto aos outros entregadores homens em um ponto de descanso e logística ao lado do Shopping West Plaza, porém não foi entrevistada pois não se incluiu no critério do período de trabalho na pandemia. A condição do campo ter me proporcionado mais encontros com homens e de ser em sua maioria de pele negra corrobora com a própria morfologia da categoria que será apresentada pelos estudos citados a posteriori.

Além dessas características, dos que falaram sobre seu estado civil, somam-se 5 solteiros, 2 casados e 2 em namoro. Dos 12 entrevistados que responderam sobre filhos, 3 deles são pais, o resto não tem filhos. Dos que responderam sobre a empresa que trabalham ou que já trabalharam, a iFood é citada 12 vezes. Logo após, a Rappi é citada duas vezes e também a Uber Eats. Outras empresas como a Box, Loggi e Lalamove são citadas apenas uma vez.

A respeito do local de moradia dos entregadores dos 14 que responderam esta informação, apenas 4 deles moram em áreas relativamente centrais, dois deles no bairro Casa Verde, um na Freguesia do Ó e outros dois no bairro Pompéia, um deles morando em uma pensão. Daqueles 14, outros dois disseram residir na Zona Sul, um deles na Itapeverica da Serra

e outro não informado. Dois deles residiam na Zona Leste, um em Goyanazes e outro em São Mateus. Outros dois responderam que residiam na Zona Noroeste do município, em Pirituba. Na Zona Norte dois deles responderam residir lá, um deles em Parque Taipas e o outro não foi especificado. Apenas um respondeu residir na Zona Sudeste em Diadema.

3.3.4. Os caminhos percorridos

Caminhei por 6 diferentes bairros para composição da pesquisa. Inicialmente pelo bairro de Higienópolis até o shopping homônimo. Lá, havia a intenção de visitar o iFood Hub, que seria, segundo o site, como uma base de apoio para os entregadores, que tem, entre outras funções, a contribuir pelo bem-estar dos trabalhadores. Achei que pudesse lá, encontrar entregadores com tempo para conversar. Mas chegando ao local, nas docas do shopping, o espaço do iFood Hub alocado dentro de um container havia apenas um funcionário da iFood e um entregador conversando. Não havia outros entregadores perto do local que estivessem disponíveis. Ao sair do shopping e passar pela segunda entrada na topografia mais baixa do terreno, havia um estacionamento cheio de entregadores logo à frente na esquina de uma rua em frente ao shopping. Percebi então que lá poderia ser um dos locais de campo para encontrar os entregadores que comporiam a pesquisa.

Essa primeira deriva em Higienópolis foi a que me deu os primeiros apontamentos sobre quais os procedimentos adotar para encontrar os entregadores. Ao notar a concentração deles nos arredores do Shopping Higienópolis, compreendi que se tratava de um padrão que se seguia desta maneira em vários outros na capital paulista. Neste sentido, além de fazer derivas pelas ruas, procurando pontos de descanso pela cidade sem um foco específico, como fiz em Campos Elíseos, nos arredores da Av. Paulista e naquela primeira vez em Higienópolis, na maioria das vezes minhas derivas tendiam em direção aos grandes shoppings da região da capital de São Paulo. Além daquele citado acima, estive no Shopping West Plaza, em Perdizes; no Shopping Iguatemi na Faria Lima; e no Shopping Pátio Paulista. Outro motivo para o foco nos shoppings, foi que muitas derivas que fiz não tiveram sucesso de conseguir encontrar entregadores disponíveis, justamente pelos caminhos tomados não alcançarem os lugares de concentração desses trabalhadores. Por isso foi mais assertivo caminhar até os shoppings, mesmo assim, nem sempre o dia rendia muitas conversas. Às vezes nenhuma era possível. Nesses dias o cotidiano rendia mais desencontros do que os encontros buscados.

4. AS VEREDAS DAS RUAS

4.1. Quem são os entregadores?

O trabalho de entrega não é uma novidade do tempo recente. Acontece que hoje os trabalhadores reconhecidos como “entregadores de aplicativo”, são equivalentes aqueles que eram chamados apenas de motoboy, antes da entrada dos aplicativos. Os motoboys são conhecidos há muito tempo. São figuras que surgem em meados dos anos 80 e desde lá se multiplicaram e se difundiram nas metrópoles. Décadas após décadas, tornaram-se esses trabalhadores que ocupam a imagem urbana trafegando nas vias e nos corredores entre os carros. Alguns com mais velocidade que outros, mas que mesmo assim, são fruto até hoje da antipatia da população. Por ocuparem o mesmo espaço que os carros, vans e caminhões, continuam constantemente sendo acusados de imprudência, seja pela velocidade ou pela direção agressiva, por vezes conhecidos pejorativamente em São Paulo como “cachorros loucos” (Silva, 2009).

A categoria surge como forma de resolução da mobilidade nas cidades. A moto toma destaque pois ela se torna um importante meio para a população mais pobre usufruir transporte independente pois, diferentemente dos carros, há opções desses veículos que são mais baratos para compra, sendo que também a manutenção e o combustível são econômicos. Mas para além de transporte individual, como meio de trabalho, as motocicletas tornaram-se importantes por facilitar a fluidez no trânsito, muitas vezes congestionado, garantindo através da habilidade e rapidez dos pilotos na condução dos seus veículos o fluxo de pequenas encomendas para garantir o funcionamento e a conectividade das atividades na cidade (Silva, 2009). Segundo Silva (2009, p.66):

É neste íterim que os motoboys tornam-se instrumento de mediação entre a voracidade de produção e consumo, deslocando o fator de produção dos desejos e necessidades frívolas que comandam o ato de consumir na cidade contemporânea. Se antes era a roda da engrenagem que engolia os trabalhadores na sua submissão à racionalidade do capitalismo no chão da fábrica, magistralmente explorado por Charles Chaplin, no filme Tempos Modernos, é agora a roda da moto que o expela para o chão do asfalto da cidade, os proletários urbanos sob os reclames do mundo da mercadoria.

O autor, em 2009, mostra um cenário não muito diferente das configurações atuais, mesmo sem as tecnologias de aplicativo. Havia naquela época milhares de empresas de motoboys na cidade, porém dentre elas apenas 350 eram regularizadas pela Prefeitura. Outras

fontes da época, segundo a pesquisa, falam que cerca de 50% das empresas de motofrete eram informais. As condições de trabalho oferecidas por elas eram também precárias, às vezes até assemelhando as condições da plataformização do trabalho. Um exemplo trazido na pesquisa, expõe a situação de um escritório/empresa que funcionava dentro de dois carros. Lá um funcionário “munido de um celular, um caderno de anotações de pedidos e preços bem abaixo do que é operado no mercado” operava na distribuição de serviço para os motoboys na beira da rua (Silva, 2009 p.41).

Mesmo havendo a possibilidade de regularização do trabalho com algumas empresas, muitos, mesmo assim, recorriam a informalidade ao invés de registrarem-se. Isso garantia melhores ganhos, já que desde então o mercado ainda era demasiadamente competitivo.

Das atividades desempenhadas pelos motoboys, que foram registradas pelo pesquisador em sua época, encontra-se as mais diversas, que em termos gerais, continua sendo o escopo da atividade destes profissionais atualmente:

Lojas diversas, de shoppings centers, do setor varejista, de séries infindáveis de mercadorias vendidas pelo telefone ou pela internet; ou mesmo, de entregas e coletas de toda ordem vinculadas ao setor financeiro, como também, os mais diversos serviços ligados a cartórios, entregas de exames médico laboratoriais, redes de alimentação e fast-food, lanchonetes e pizzarias – das mais sofisticadas às mais simples – a floriculturas, joalherias e, até mesmo, a objetos diversos que remetem a valores sentimentais (Silva, 2009, p.59-60).

Não foram necessários muitos anos para a chegada das empresas-aplicativos no corpo da sociedade brasileira mudar as configurações da categoria por inteiro. Ainda que continue muito forte a identidade desses trabalhadores pelo nome de “motoboy”, aos poucos, para aqueles que trabalham com os aplicativos, tem se popularizado o reconhecimento deles pelo nome de “entregadores de aplicativo”. Antes era característica a dispersão de empresas e regimes de trabalho. Muitos motoboys, como vimos, eram antes terceirizados, alguns realizavam suas atividades sob contratos com empresas que garantiam que haveria um salário no final do mês, outros se contentavam em trabalhar na informalidade, além daqueles que combinavam um emprego junto com o bico de motoboy à noite. Porém, com esse novo cenário, as empresas terceirizadas não suportaram a concorrência com os aplicativos. Por conta do processo de cartelização e monopolização, causaram ainda maior desvalorização da força de trabalho da categoria que atingiu ativamente sua remuneração. De certa forma, o trabalho foi centralizado nas mãos de algumas empresas que detém em mãos o aparato tecnológico para operar e controle técnico *just-in-time* dos trabalhadores (Abílio, 2019). Por fim, com um celular em mãos, qualquer pessoa se trona passível de ser entregador, desde que efetue o cadastro em alguma das plataformas disponíveis, coloque a disposição do serviço realizado para a empresa

sua motocicleta particular — ou alugada por conta própria — e siga as instruções algorítmicas de coleta e entrega.

Em matéria da Revista Piauí publicada pelo jornal *outras palavras*, é esclarecido dados sobre a precarização usando as fontes do IPEA e Pnad Contínua (IBGE): a quantidade de trabalhadores nos aplicativos delivery, era de 25 mil no ano de 2016 e subiu para 322 mil no quarto trimestre de 2021 (Goes, Firmino, Martins, 2021). Segundo a Fairwork (2022), entre 2016 e 2021, é um aumento de 979,8%.

Como fator associado a esse crescimento, segundo a pesquisa com fontes do IPEA e Pnad Contínua (IBGE), é destacado o papel da pandemia de COVID-19 a partir do ano de 2019. As informações dispostas pela pesquisa explicitam o crescimento a curto prazo, deixando bem evidente o crescimento exponencial que acontece a partir do primeiro trimestre de 2020 (Goes, Firmino, Martins, 2021).

Nesta pesquisa, é possível acessar dados que nos permite explicitar ainda mais a morfologia da categoria que é, segundo os dados, caracterizada em sua maioria por pessoas entre 20 e 29 anos. Essa faixa etária forma 43% do contingente da categoria. O segundo contingente é daqueles que se encontram entre 30 e 39 anos, que compõem aproximadamente 30%. O menor contingente é daqueles até 60 anos. Ainda, partindo do estudo, 77% têm menos de 40 anos (Goes, Firmino, Martins, 2021).

A marca desta categoria é masculina e de homens negros, somam-se concomitantemente 94% e 58,6% do contingente (Goes, Firmino, Martins, 2021). Os brancos somam 41,4% da totalidade. Segundo o relatório Fairwork (2022, p.11) as várias pesquisas no Brasil apontam para essa tendência, o “típico entregador na cidade de São Paulo é um homem negro e jovem, intensificando desigualdades de raça que são históricas no Brasil”.

Em sua maioria, representada por quase metade da porcentagem, os entregadores têm apenas o ensino fundamental completo. Logo em seguida, por 40%, somam-se aqueles com o ensino médio completo. Uma quantidade ínfima tem ensino superior. A região com maior contingente de entregadores de aplicativo é a sudeste, que soma 189 mil trabalhadores, somando 58,7% de todo contingente brasileiro.

Entre os ciclistas de aplicativo, o cenário é parecido, mas aprofunda ainda mais as raízes da desigualdade implícita ao setor das tecnologias de aplicativo. De acordo com dados da *Aliança Bike* o perfil típico desse trabalhador é:

Brasileiro, homem, negro, entre 18 e 22 anos de idade e com ensino médio completo, que estava desempregado e agora trabalha todos os dias da semana, de 9 a 10 horas por dia e tem ganho médio mensal de R\$ 992,00 (Aliança Bike, 2019, p.06).

O relatório da Fairwork Brasil (2022), que teve o objetivo de analisar como as plataformas se classificam nos princípios de trabalho decente, segundo categorias definidas pela Fairwork, mostra dentre os três continentes envolvidos, as condições de trabalho no Brasil e América Latina ficam abaixo dos demais, não havendo nenhuma plataforma com alta pontuação, diferente dos outros continentes.

4.2. O início das contradições

Uma moto, um celular e uma bolsa. O combo básico para atividade de entregador de aplicativo em São Paulo. Apesar de instrumentos simples e uma diretriz principal que orienta o trabalho — buscar num local e entregar em outro —, não se trata nem de longe de uma atividade pouco complexa. Caso contrário, por que é relegado ao outro a responsabilidade de cuidar da entrega de objetos que nem mesmo lhes interessam?

Fato é, que se trata de uma atividade essencial e necessária, portanto não é atribuída a ela seu devido valor. Seguem na mesma dubiedade o trabalho doméstico, o trabalho das babás, o trabalho de limpeza urbana e privada, entre outros. Trabalhos marcadamente atravessados por sua divisão racial e sexual. Numa realidade histórica atravessada por fantasmas coloniais — da casa grande à senzala — é parte da dinâmica de vida que responsabilidades cotidianas sejam transferidas nas costas de outros. Estes outros, por suas condições histórica, tiveram negado o direito de viver em sua plenitude política: o negro-escravo, o negro-liberto, o nordestino, o pobre, a mulher do lar.

O que acontece na realidade destes subempregos é que eles se inserem muito bem na estrutura da desigualdade cotidiana, de forma a terceirizar riscos, estresses, cuidados, tempo, ou seja, terceirizar sofrimento aos outros, a fim de se conservar o bem-estar de alguns. Aceita-se então que estes outros sejam mal remunerados e que se mantenham numa legalidade precária, pois desempenham sua função “naturalmente desigual”.

É possível dizer que a presença dos entregadores fixou-se na paisagem urbana. Largados nas praças, dormem e descansam nos bancos e nas sombras. Também dormem em cima de suas motos, ou sentados encostados em paredes qualquer. Amontoam-se nas esquinas, nas redondezas dos shoppings, pedalando ou acelerando por entre os carros. Comem quando podem e onde der.

Desta maneira improvisam-se camas, abrigos e toda uma estratégia de ergonomia para melhor suportar o dia a dia. Para satisfazer suas necessidades fisiológicas precisam contar com a benevolência de estabelecimentos diversos que os autorizem a usar seus banheiros.

Os grupos de Motoboys e Bike Boys se diferenciam. Quando me deparo com os primeiros, eles aparentam ser geralmente como um grupo heterogêneo, misturam-se idades, jovens e outros mais velhos, estrutura socioeconômica, cor de pele — ainda que a pele preta e parda prevaleça entre eles. Já quando me deparo com grupos de bike boys, esses são visivelmente mais homogêneos, são predominantemente pretos e pardos de periferia, e todos são demasiadamente jovens, sendo quase possível inferir que alguns deles estejam em idade escolar, o que não seria uma inferência tendenciosa visto que já é do conhecimento público indícios de que há trabalho infantil relacionado aos aplicativos (Muniz, Cícero, 2021).

4.2.1. Quem apoia quem?

No primeiro dia que fui a campo, tinha como objetivo chegar no iFood Hub, espaço que se localizava no endereço do Shopping Higienópolis, que segundo o site da iFood, é um “ponto de apoio” reservado a recarregar as “energias” e para o “bem-estar” (iFood, 2023). Ao chegar no endereço, foi difícil localizar esse serviço no shopping, mas com auxílio dos seguranças eles me indicaram para descer ao subsolo do estabelecimento. Cheguei então em um espaço onde circulavam as mercadorias que entravam e saíam do shopping, lugar que tem o nome de “docas”. Em um canto naquele espaço escuro e cinza, nada aconchegante, havia um container com cadeiras institucionais vermelhas e de plástico dispostas no lado de fora. O container tinha uma janela que parecia uma recepção, com uma funcionária da empresa no lado de dentro. O local estava praticamente vazio, havia apenas um entregador quando cheguei, que parecia estar resolvendo uma questão ou recolhendo um pedido com sua bolsa, que logo saiu.

Como estava indo até lá na esperança de encontrar entregadores que estivessem em um momento de descanso e com tempo para conversar, logo vi que ali não seria possível, já que o único entregador ali não se encontrava disponível. Decidi ir embora do local em busca de outra estratégia para encontrar entregadores.

Outro dia, quando estava em campo, do lado de fora do shopping em frente às docas, enquanto aguardava algum entregador disponível para conversar, avistei uma funcionária da iFood Hub entrando em uma lanchonete. Quando saiu, fui abordá-la, e descobri na conversa de que o serviço que eles prestam não é nada além da distribuição dos pedidos que são solicitados no shopping para o entregador recolher naquele espaço. Fiquei pensando sobre essa questão.

Primeiro, não se trata do serviço que eles dizem estar prestando de fato, e segundo, segue uma dubiedade do serviço que eles realmente prestam: fazem isso pensando no tempo e na acessibilidade para que facilite o trabalho do motoboy, que tem que procurar a loja que solicita o pedido, ou como forma de evitar a circulação deles naquele espaço? Talvez se juntou neste impasse o útil e o agradável. Fato é que o tal apoio que propõe — “bem-estar” — não é para quem deveria ser, mas sim uma forma de facilitar e agilizar ainda mais as atividades da empresa e limitar o fluxo deles no shopping, em um bairro expressamente “nobre”.

Naquele primeiro dia que estive no Shopping Higienópolis com a intenção de visitar o iFood Hub, frustrado, fui para fora do estabelecimento. Na minha deriva em campo, contornei as ruas do shopping procurando locais onde poderia encontrar entregadores. Em uma outra entrada do Shopping, mais abaixo da topografia, perto do estacionamento e da entrada para as docas, encontrei na esquina de uma rua, em frente ao shopping, uma grande concentração de entregadores. Lá eles estacionavam e aguardavam suas entregas. Alguns só estacionavam e encaminhavam-se para dentro do shopping ou para as docas, coletar seus pedidos.

Estes bolsões¹³ nos arredores de shopping tornou-se algo muito comum. No jogo algorítmico das plataformas quem dita as regras são sempre as empresas que têm nas mãos toda engenharia tecnológica que controla os fluxos logísticos. Os entregadores, parcialmente às cegas, buscam estabelecer estratégias para conseguir melhor vantagem frente a esse jogo, e então compreendendo que os shopping centers concentram um número grande de estabelecimento que vendem alimentos, fazem desses lugares seus principais pontos para que sejam favorecidos pelo aplicativo na hora de selecionarem os entregadores para determinada entrega.

Naquele local em Higienópolis, portanto, as coisas estão dispostas da seguinte forma: dentro do shopping no lugar que deveria promover “bem-estar”, encontra-se um container e suas cadeiras de plásticos no escuro, com a função de apenas fornecer apoio logístico as plataformas e aos shoppings para lidar melhor com os entregadores “estrangeiros” que circulam naquele espaço. Do lado de fora, quase que em frente ao iFood Hub, os entregadores se concentram aos montes sentados ao chão ou sobre suas motos, com suas bolsas também ao chão ou no guidão da moto. Lá estão com os seus companheiros, conversam sobre o dia a dia, fumam seus cigarros e comem suas marmitas.

¹³ Locais públicos e próximos de restaurantes onde os entregadores ficam à espera da chamada do aplicativo e que propiciam espaços de diálogo, contribuição e solidariedade na atividade real de trabalho (Rebechi, et al., 2022, p.655).

Na rua, estão sujeitos aos estresses e riscos urbanos, como uma cena que presenciei: um dos entregadores estava passando no cruzamento com sua moto logo na esquina onde eu estava junto com os outros entregadores, então naquele momento um carro fechou a frente da direção do entregador que estava no cruzamento da rua. O entregador acabou batendo no carro tentando desviar e em frente ao shopping caiu da moto, mas sem ferimentos graves. O carro por conta de tentar também desviar, acabou batendo em outra moto estacionada criando um efeito dominó derrubando mais algumas ao lado.

Após o acontecimento vários motoboys foram questionar o motorista que fechou seu colega. Ele sai do carro e se prostra a conversar com os envolvidos. Outro ajuda a levantar a moto caída do colega acidentado, prestando solidariedade. O motorista procura ressarcir os envolvidos pelo prejuízo causado, mas eles primeiramente negam. Depois do motorista insistir, aceitam, mas o motorista queria fazer pelo seguro. Os motoboys negam querer o ressarcimento do motorista pelo seguro do carro, pois segundo eles “o seguro demora”. Isso porque se trata do instrumento de trabalho deles, que é a base de seu sustento que depende do agora. O motorista cede, e então entram em acordo de fazer transferências em dinheiro (Diário de campo)

Essa é só mais uma cena comum no cotidiano das ruas atravessado pelos “corres” das entregas, que mesmo em pouco tempo em campo naquele dia, pude presenciar. Felizmente esse acontecimento não deixou ninguém seriamente ferido e os prejuízos dos veículos envolvidos não foram exorbitantes.

Não descrevo esse fato aqui aleatoriamente. Trata-se de algo bastante simbólico: no mesmo dia em que visito o suposto lugar que deveria se prestar ao “bem-estar” dos trabalhadores, poucos metros à frente vejo o contrário. O ponto de apoio é nas ruas, para os entregadores. É a sorte das contingências e a solidariedade dos seus. O resto é propaganda e publicidade. Trata-se de uma realidade dividida em duas.

Nesta cisão separam-se aqueles beneficiados do aparato empresarial e a escória que sobrevive nas ausências. Essa realidade se escancara num vídeo de um entregador que tomou as redes sociais em maio de 2023, que mostra os privilégios dos escritórios em detrimento do desamparo das ruas (Gomes, 2023). No vídeo o entregador, que é de São Paulo, expõe as contradições do serviço de entrega sem falar uma palavra, gravando sua realidade com o celular enquanto divide a tela com um vídeo de uma funcionária no escritório da iFood compartilhando como é o espaço de trabalho na empresa. Ele está sentado na rua, na beira da calçada ao lado de sua moto e de sua bolsa, enquanto assiste a funcionária fazendo seu tour dentro de espaço da empresa.

Ela inicia seu tour entrando na empresa, que libera sua entrada apenas com cartão de acesso; as primeiras coisas que ela mostra é o setor das equipes, com várias mesas e computadores em um espaço amplo onde realizam suas atividades e as salas privativas que ficam disponíveis aos trabalhadores quando necessário utilizar. Todos espaços com visual moderno, extrovertido e bastante colorido; tendência que permanece no próximo espaço mostrado no vídeo, que é as salas de reuniões que tem nome de comidas brasileiras: coxinha, pastel, churrasco, feijoada; ainda mostra o setor de videogame; além de mostrar também o auditório/sala de descanso, com puffs, onde os funcionários podem ficar à vontade; no espaço baby, mostra uma sala bastante decorada com uma poltrona e apoio para o pescoço; e por último, naquele andar, mostra um espaço com balanço, que se encontrava disposto em frente a logo da iFood sob uma luz neon vermelha. Tudo isso sendo mostrado enquanto o entregador assiste, reagindo com expressões faciais irônicas e mostrando os arredores do seu “espaço de trabalho” — a rua, a calçada e a moto. O vídeo segue para o final quando a funcionária sobe para o segundo andar da empresa para mostrar o refeitório. Lá ela afirma que tem à disposição comida e bebida o dia inteiro — água, refrigerante e até bebidas alcoólicas. Para o café da manhã há um buffet com cardápio diferente todo dia. Enquanto isso, no vídeo, o entregador, ironicamente, mostra sua garrafa de água pela metade e seu pacote bolacha recheada aberto para câmera, que é o que ele tem a “disposição” em seu trabalho (Gomes, 2023)

O Estado de bem-estar digital ao qual foi descrito no cap. 2.4. aqui mostra toda sua imponência. Não há como produzir os mundos do utopismo tecnológico, alegre, lúdico e recreativo sem a produção permanente de suas pequenas colônias e plantações. No vídeo citado acima, vemos claramente as linhas que separam esses dois mundos: um lado dos “profissionais da casa grande” e do outro, dos “homens-coisa da senzala”. O entregador Jordano, compreendendo essa cisão, nota que a empresa opera sob discursos e ações conflitantes:

É corrida mínima de cinco reais, quatro reais, três, seis e agora, o iFood, né, ele gosta de – não é falando mal – *mas gosta de falar que ajuda o entregador, gosta de falar que tá do nosso lado, mas é só marketing mesmo, só propaganda.* Já uns dois anos sem aumentar a taxa e quando aumenta, aumenta cinquenta centavos, falando que aumenta todo ano, já é o terceiro ano consecutivo. Mas é o que tá na mídia deles lá, né. É o que eles quer que todo mundo pense. Mas a gente que tá aqui sabe que não é assim que funciona, né? A luta era por isso, né? Por melhoria, tanto nas condições de trabalho quanto na na saúde também. Poder ter um seguro, alguma coisa, porque a gente trabalha na rua, se acontecer alguma coisa, como já aconteceu comigo, a gente acaba ficando parado, perdendo dias de trabalho, tendo que arcar com o prejuízo da moto. Fora o prejuízo material e físico também, né? E tem muitos caso que é grave, tem caso que graças a Deus é livramento. É só o susto. Graças a Deus hoje eu não tive nenhum acidente assim grave de pegar alguns traumas. Mesmo assim, os poucos que eu tive é um susto, né? Querendo ou não teve um prejuízo aqui, outro ali, mas a gente corre atrás. Só que do nosso jeito, que a gente não tem ninguém olhando por nós, né?

A gente faz o aplicativo, mas a única coisa que eles fornecem pra nós é a plataforma. Aí a gente se vira com a bag, com a moto, com o tempo e principalmente com a cabeça né? Porque precisa ter cabeça fria pra trabalhar na rua, se você trabalhar de cabeça quente não presta. Só acontece coisa ruim (Jordano).

Desenvolveremos as proposições sobre esta opacidade colonial colocada acima mais a frente, por ora, nos interessa aqui explicitar que não há interesse algum no apoio aos entregadores, a não ser, somente quando as empresas se encontram pressionadas em seus compromissos legais. Como o relatório Fairwork (2022) já apontou, as condições de trabalho nas plataformas no Brasil estão abaixo dos outros três continentes participantes, tendo má pontuação no que tange a justiça na remuneração, nas condições de trabalho, nos contratos, na gestão e na representação trabalhista. Não se trata de um ponto fora da curva, mas uma política empresarial ordenada de maneira a pôr em risco e espoliar os trabalhadores, que se evidencia e se escancara ainda mais na pandemia, pela relação que as empresas tiveram com seus entregadores, que está exposto no capítulo seguinte.

4.3. De herói a vilão: os entregadores e a pandemia

Após a chegada da pandemia no contexto brasileiro foi exigido que medidas de cuidado fossem adotadas para toda a população. O vírus causador de COVID-19 tem sua transmissão facilitada pelo ar ou por superfícies, onde os agentes patógenos expelidos do corpo do infectado entram contato com outros corpos, podendo assim se reproduzir na população. O diferencial do vírus causador da COVID-19 para outro que causam doenças respiratórias, que foi a condição de se tornar pandêmico, foi o seu potencial de contágio. Esse quesito foi a condição que fez dele tão mortal. Como era facilmente disseminado, sua taxa de mortalidade crescia exponencialmente ao mesmo tempo que fazia com que colapsassem os sistemas de saúde pública e privada. Quanto mais contaminados, tanto mais era sua capacidade de se disseminar. A medida mais urgente adotada em vários lugares no mundo foi a quarentena, para os infectados, e o isolamento ou distanciamento social para evitar o contágio (Conselho Nacional de Saúde, 2020).

Ainda que com forte resistência do Governo Federal que tinha como liderança o então Presidente Jair Bolsonaro, iniciou-se várias campanhas às vezes a nível municipal ou estadual decretando a quarentena em alguns períodos, e outras até independentes nas redes sociais, reforçando as medidas de cuidado contra COVID-19. As campanhas exaltavam a necessidade de a população ficar em casa. Caso saíssem para buscar mantimentos, tornou-se obrigatório o uso de máscaras. Era recomendado ainda, que ao fazer compras ou levar qualquer material para

dentro de casa, os objetos antes de serem usados deveriam ser higienizados. Sendo a mesma recomendação para as roupas que fossem usadas para sair. As mãos deveriam ser constantemente lavadas com álcool em gel.

No embalo das preocupações econômicas das empresas, buscava-se desde o início formas mais seguras para as pessoas retornarem ao trabalho. O governo federal, frente a isso, fez em março de 2020 uma chamada para a campanha “O Brasil não pode parar”, negligenciando os cuidados contra a COVID-19 que naquele momento já eram amplamente reconhecidos por diversos países. A campanha tinha como alvo promover o isolamento vertical, afirmando que eram raros os casos de morte fora da população de risco, sendo necessário adotar medidas de isolamento somente para a população dentro da categoria de risco (Carvalho, 2020; Lindner, 2020). A campanha foi amplamente contestada, fazendo parte do grande jogo de forças que havia se tornado a pandemia nas instâncias públicas, uns pautando o cuidado e o isolamento para conter os efeitos do coronavírus e outros defendendo a flexibilização do cuidado em prol de uma suposta justificativa econômica. A campanha, para Sanches, Moisés e Souza (2020), foi uma obra em favor da desigualdade social e do racismo. Segundo os autores, no vídeo da campanha é possível evidenciar uma

Concepção estereotipada sobre as trabalhadoras e trabalhadores autônomos brasileiros, colocando em relevo reencenações coloniais que aprisionaram as pessoas negras em representações subservientes e submissas (Moisés e Souza, 2020, p. 109).

Para os autores, dizer que a economia do Brasil não pode parar, num país de imensa desigualdade que colocam boa parte da população em situação de vulnerabilidade em meio a maior crise sanitária dos últimos tempos é “mexer em uma ferida histórica que indica que a população negra e pobre brasileira precisa trabalhar independente das circunstâncias” (Sanches; Moisés; Souza, 2020, p.110).

No mesmo mês da campanha e nos posteriores, diversas carreatas ocorreram pelo país promovendo ações anti-isolamento. Em São Paulo, uma delas também se direcionou contra o então ex-prefeito da cidade João Dória por conta de se posicionar a favor das medidas de cuidados (Nicolav, 2020; Rebello, 2020). Em março, no mês da campanha, Bolsonaro já havia se pronunciado de forma preocupante diante a crise sanitária, afirmando que a então emergência sanitária global se tratava de uma “gripezinha” (Uribe; Chaib; Colleta, 2020).

Em meio aquele contexto de tensões e disputas, o home-office foi a saída para algumas empresas. Outras opções adotadas por empresas foram também o revezamento de seu contingente de trabalhadores que acessavam os espaços empresariais, reforçando os cuidados com máscara, distanciamento, álcool gel no cotidiano de trabalho, além do monitoramento do

contágio dos trabalhadores adotando o isolamento como prevenção aqueles que estiveram em contato com os contaminados (Governo do Estado de São Paulo). Essas medidas, porém, não foram nem de longe hegemônicas. Cada lugar agia à sua maneira. Não demorou muito para que novamente os ônibus estivessem lotados em São Paulo, com diversos trabalhadores e trabalhadoras, principalmente a população empobrecida, trabalhadora no setor de serviços, representado por “pardos ou pretos da zona sul e mulheres com renda até dois salários” (Oliveira, 2020, ¶1; Schmidt, Silvestrini, Ronái, 2020).

Diante das complicações econômicas advindas das condições trazidas pela pandemia, esse período também levou muitos ao desemprego ou à informalidade, seja por conta do enxugamento do quadro de profissionais nas empresas ou até mesmo o fechamento delas.

O mundo do trabalho submetido à situação da pandemia esteve sempre flertando com a exposição dos trabalhadores aos riscos. Cada categoria de trabalho diferenciava-se em seu grau de exposição e de cuidado oferecido. Sem dúvida, os profissionais de saúde, que foram também preferenciais na vacinação, mais precisamente os enfermeiros, eram os principais expostos, considerados heróis pela população (Silva, 2021). O home-office não era um luxo disponível a todos. Sempre alguns se expunham mais que outros para cumprir as tarefas de trabalho no cotidiano atravessado pela pandemia.

Foi assim também para os entregadores de aplicativo. Como o contexto da pandemia limitava as condições de locomoção das pessoas até os mercados ou restaurante, uma possibilidade já aberta pela tendência da plataformização do trabalho no Brasil era contratar por mediação dos aplicativos, trabalhadores para realizar essa tarefa no lugar dessas pessoas, e assim, garantir um maior cuidado de isolamento para si próprio, em troca da exposição do outro. Essa opção foi sugerida pelo governador do Rio de Janeiro Wilson Witzel, dizendo: “a nossa recomendação é que a comida seja comprada através do serviço de entrega” (Lara, et al., 2020, ¶5). Na declaração o governador nem sequer falou sobre os trabalhadores por detrás das “entregas” e as medidas para o cuidado para essa população. Em 20 de março o governo federal editou o Decreto n. 10.282

Que define atividades essenciais como aquelas “indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, assim considerados aqueles que, se não atendidos, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população” (art. 3º, § 1º) e estabelece um rol de serviços que possuem essas características. Parte deles auxiliam as pessoas a ficarem em casa para a manutenção do distanciamento social, como a entrega de produtos de saúde, higiene, alimentos e bebidas (art. 3º, § 1º, XII). (Kalil, 2020, p.21).

Portanto, se enquadrava nestes serviços citados acima as atividades que os entregadores desenvolviam. No decreto suas atividades eram essenciais, porém no cotidiano suas condições continuaram precárias.

4.3.1. A condição dos entregadores na pandemia

A pandemia de forma alguma fundou os problemas da categoria dos entregadores, mas sim, contribuiu para deixá-los mais evidentes. Autores como Abílio, et al. (2020), Castro (2021), Costa (2020), Salvagni; Colomby; Cheron (2021), Leite (2020) e Vasconcelos et. al (2021) corroboram em alguns argumentos relacionado a condição de trabalho na pandemia: ela evidenciou a importância do trabalho que desempenham os entregadores, mesmo que já desempenham essas atividades há décadas, antes como motoboys. As demandas no setor de entrega por aplicativo cresceram exponencialmente, mas em contrapartida os entregadores viram o rendimento de sua atividade cair, mesmo que as longas jornadas de trabalho tenham se mantido relativamente às mesmas e até aumentando em alguns casos (Abílio, et al 2020c). A pesquisa de Abílio et. al., (2020c, p.12) constatou que:

O cruzamento dos dados entre tempo de trabalho e remuneração antes e durante a pandemia permitiu identificar a relação inversa entre as duas dimensões. Enquanto o tempo de trabalho aumentou, houve a migração dos trabalhadores das maiores faixas remuneratórias para as faixas de menor remuneração.

Em pesquisa realizada pela Rede de Estudos e Monitoramento da Reforma Trabalhista (Remir Trabalho) também chegou na mesma conclusão, por meio dos dados analisados constatou-se que apesar dos entregadores terem trabalhado mais na pandemia, seus salários tiveram redução significativa (Souza; Machado, 2020).

Na pesquisa anterior, de Abílio et. al., (2020c), onde foi realizado um questionário online com 270 respondentes, constatou-se uma alta carga de trabalho, mostrando que 56,7% trabalhavam mais do que nove horas diárias e ainda 78% deste contingente desempenhavam suas atividades por seis ou mais dias na semana. Abílio, et al. (2020c) também enfatiza que a regulação do exército dos entregadores no que tange a variação diluição e distribuição do trabalho fica em total poder das empresas e seus algoritmos, por isso a condição de trabalho fica em constante mudança, seja no valor, nas horas e na distribuição dos riscos.

Ainda, na mesma pesquisa, 83,2% do contingente tinha medo de ser contaminado, tendo como a higiene das mãos com álcool-gel e máscaras, respectivamente, como a medida de proteção mais adotada pelos trabalhadores. 57,7% dos respondentes constataram que não foi oferecido para os trabalhadores medidas e equipamentos de proteção. Daqueles que receberam

medidas de proteção, a principal oferecida foi orientações sobre formas de trabalho segura. Foi necessário nesse período para a maioria destes trabalhadores, em relação às medidas de cuidado, adotá-las e custear por conta própria, trazendo ainda mais custos para a atividade (Abílio, et al., 2020c).

Todos esses estudos (Abílio, et al., 2020; Castro, 2021; C, 2020; Salvagni, et al., 2021; Leite, 2020; Vasconcelos, et al., 2021) apontam para uma condição de vulnerabilidade e desamparo em relação aos entregadores, que se desnudou para todos verem naquele período. Os autores argumentam que a desigualdade social foi amplificada pela pandemia, e vice-versa, e que esta condição forçou para que pessoas buscassem alternativas para a dificuldade econômica e desemprego, sendo os aplicativos uma via de trabalho que, com poucas barreiras ou entraves para realização, tornou-se uma saída para possibilitar renda para um grande contingente de pessoas. Segundo os autores a pandemia acabou aumentando a dependência da população a este tipo de serviço, que num cenário de crescente desemprego e informalidade, fortaleceu ainda mais o mercado dos aplicativos que tiveram sua maior alta de ganhos, porém, isso não garantiu como a manutenção de melhores condições aos trabalhadores (Fairwork, 2021). Tendo como consequência a tendência de trabalhadores exaustos dormindo e descansando, muitas vezes na rua por conta das dificuldades financeiras e com insegurança alimentar. Surge como eco, neste período, a voz de Paulo Galo, liderança na luta dos entregadores de aplicativo que ganhou destaque por denunciar as injustiças das empresas-aplicativo na pandemia, sua voz traduz o sofrimento — ético-político — entranhado no cotidiano de ser entregador: “dói, ter que trabalhar com fome carregando comida nas costas” (Carvalho, 2020).

Por meio dos dados fornecidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) em 2020, o cenário que era composto de 30,7 milhões de trabalhadores informais sem registro em carteira de trabalho, se agravou por conta da pandemia chegando à 37,1 milhões em 2021 após o encerramento da pesquisa, constando uma taxa de informalidade de 41,1% da população. Rebechi, et.al (2022, p.645) afirmam que “esse contingente de trabalhadores é como um estoque de força de trabalho, aguardando qualquer situação que lhes permita algum ganho”.

A pesquisa da Fairwork (2021, p.21) constatou que em 2020, por conta do isolamento, o ramo de “delivery movimentou 66,6% da população” quantidade que corresponde quase “metade dos ganhos do segmento no ano”. Em matéria do *uol* através de informações coletadas pela *Mobilis*, revelou que no primeiro semestre de 2020 aplicativos de entrega de comida como Rappi, iFood e Uber Eats tiveram um crescimento de 103% (Nascimento, 2020). Mas a

Fairwork (2020, p.21) também constatou que “apesar da grande movimentação econômica no setor, os pagamentos aos trabalhadores não sofreram ajustes”. Assim, por consequência da pandemia e do desemprego, a procura pelos serviços disponibilizados pelas plataformas de entrega, tanto por trabalhadores e clientes “fez com que a pressão entre os trabalhadores aumentasse, colocando em risco sua saúde física e mental”.

Castro (2021), traz um apontamento importante, dizendo que a falta de cuidado com os entregadores diz também da indiferença ao cuidado em relação à sociedade como um todo, já que as empresas atuaram muitas vezes de forma omissa, se desresponsabilizando ambientalmente da capacidade de disseminação do vírus que a atividade que eles oferecem pela sua plataforma poderia causar.

Kalil (2020) na sua pesquisa enfatiza a questão do direito à saúde na perspectiva jurídica. O autor salienta que a natureza da condição jurídica dos entregadores, mesmo ainda em disputa, não isenta das plataformas o cuidado em saúde dos seus trabalhadores, pois é um direito assegurado na Constituição Federal e pelos tratados internacionais de direitos humanos. Na pesquisa, o autor afirma que o “direito à saúde dos entregadores não foi respeitado durante a pandemia da COVID-19”, pelos motivos aqui já colocados anteriormente (Kalil, 2020, p.38). Apesar de constatar o trabalho ativo do Ministério Público do Trabalho em relação à garantia dos direitos, expõe que houve facilitação do Poder Judiciário Trabalhista. Ao final do texto, conclui: “O direito à saúde dos entregadores via plataformas digitais durante a pandemia da COVID-19 foi transformado em uma peça de ficção pelos atores que tinham a obrigação de torná-lo uma realidade” (Kalil, 2020, p.39).

Esse acúmulo de insatisfações não foi aceito com resignação, diante desse cenário de sucessivas violações de direitos na pandemia os entregadores se organizaram criando protestos e greves, entre elas se destaca o Breque dos Apps, que será assunto mais à frente.

4.3.2. O que foi ser entregador na pandemia?

Agora dão duas opções para quem é pobre, morrer na rua de corona ou em casa de fome. Entre morrer em casa e morrer na rua, eu prefiro nenhuma das duas.” (Rap dos Informais).¹⁴

¹⁴ Música em homenagem ao marreteiro Billy Joe, rimador de trem e entregador morto pelo coronavírus na pandemia. Segundo o perfil no facebook do grupo “tretanotrampo” o rap se tratava de “denunciar que os governos e os patrões dão apenas duas opções para esses trabalhadores extremamente precarizados: morrer de fome em casa ou de coronavírus na rua. O Rap dos Informais expõe que os governos decretam a quarentena, mas que continua a obrigar milhões de trabalhadores a continuarem nas ruas com medo de demissões e de não ter o que comer a noite, sendo expostos dia a dia ao vírus sem nenhuma segurança” (Esquerda diário, 2020, ¶1).

Durante o percurso de construção deste trabalho a pandemia já não era uma emergência de saúde no Brasil. Os casos começaram a cair drasticamente em 2022 por consequência da ampla vacinação da população brasileira. O que restou foram as memórias no corpo daqueles que viveram os dramas deste contexto, cada um em suas particularidades e vulnerabilidades. Ao questionar os entregadores sobre esse momento passado, são os poros e cicatrizes do corpo deles que toco e remexo. São essas marcas que dão a qualidade ético-política ao conteúdo narrado. Não só como memória do acontecido, mas como denúncia e ação de um corpo e de um sujeito humano que não cala seu desejo irrefreável de ser o possuidor de sua história, pela gramática da dignidade da vida.

Neste percurso escutei muitas coisas, que perpassavam desde o medo da contaminação, a satisfação e insatisfação econômica, o luto e a tristeza pelas mortes de familiares e colegas. Da sensação heroica daquele período em que seu trabalho não era mais depreciado, até então sua descartabilidade. Neste caminho várias histórias se cruzam, são individualidades atravessadas pela particularidade comum da degradação do trabalho de plataforma no contexto capitalista da pandemia.

Trabalhar com entrega na pandemia para a maioria dos entregadores participantes da pesquisa foi uma saída possível. É o caso de Geraldo e Iago, que foram demitidos da empresa em que trabalhavam por conta do corte de gastos. O segundo deles afirma: “foi a única alternativa que encontrei” (Iago); Ariel também ficou desempregado após o fechamento do estabelecimento que trabalhava; Gabriel tinha uma padaria. Por consequência da pandemia ela acabou fechando, restando a ele se submeter ao trabalho de motoboy; Maurício era técnico de eletrodoméstico e foi demitido na chegada da pandemia. Rodrigo era manobrista há quatro anos, e também foi mandado embora por conta da pandemia. Antes fazia bicos de motoboy em uma pizzaria; Wanderlei trabalhava de recepcionista em um hotel, aproveitando o fim do seu contrato, já na pandemia, comprou sua moto e iniciou sua atividade como entregador.

Danilo descreve como foi esse período, dizendo que:

Conforme a demanda aumentou, a gente tava ganhando dinheiro, enquanto tava ali a pandemia. Assim que a pandemia acabou, aos pouquinhos e foi diminuindo os casos, foi diminuindo também a demanda, de acordo com que com que diminuiu os casos. Então, por parte disso foi muito bom, muito bom, abriu uma porta de emprego pra muita gente (Danilo).

Apesar de abrir portas, para Jordano não se tratou de uma simples escolha, era o caminho possível no momento, já que o contexto não estava favorecedor

Foi por causa da necessidade, né. Eu não tinha nada. Estava desempregado, eu tinha saído da empresa que eu estava trabalhando, aí não tinha nada em mente. Era difícil achar emprego na época, né? Então aí o que veio mais assim, na primeira mão mais fácil foi fazer entrega de bicicleta, peguei uma bike, e comecei a fazer entrega. E depois eu comecei a gostar mais ainda, que eu já trabalhava na rua como office-boy fazia entregar a pé né. Pegava ônibus, metrô. Aí agora eu comecei, depois eu comecei a ir de bike, aí eu fui pegando mais gosto pra evoluir, pegar uma moto, poder tornar uma profissão pra mim mesmo, ser motoboy. Da bike eu quero ser motoboy. Aí eu comecei já tem uns dois anos já de moto (Jordano).

Jordano dá ênfase para superação de suas adversidades na pandemia, para ele sua atividade deu um sentido para uma carreira, até mesmo para sua identidade como trabalhador, “ser um motoboy”. Mas geralmente no subtexto dos discursos esperançosos sempre se esconde um medo, uma incerteza. Outro entregador, chamado Diogo, não deixa de enfatizar esse lado em sua fala: primeiro destaca que no período da pandemia as empresas-aplicativo levaram a melhor, ganhando em cima dos entregadores. Segundo ele, havia muitas entregas, os entregadores não paravam, mas não ocorria o retorno proporcional ao trabalho realizado, qualifica essa condição dizendo: — “só faltava o chicote” — em alusão ao trabalho escravo. Para o entregador, as empresas aproveitaram para ganhar mais e fez questão de dar ênfase na responsabilidade também dos estabelecimentos no aumento da precariedade por conta de contribuir no aumento do valor da taxa, aproveitando-se dos aplicativos.

O entregador Jorge, notou que teve que trabalhar mais sob a pandemia, corroborando com as palavras de Diogo:

Foi um período assim que sinceramente, que nunca passei né. Acredito que muitos entregadores, motoboys, motofretista não passou. Foi bem difícil em questão assim de ganhos né, questão de ganhos foi bem difícil, porque, o que a gente fazia num dia comum sem pandemia, a gente não fez, então tem que trabalhar um pouco mais... Pra poder chegar a meta que você fazia antes, essa foi a parte mais difícil de trabalhar na pandemia, entendeu? Essa foi a parte que mais pesou. Mas graças a deus agora deu uma melhorada né. Com essa pandemia que passou (Jorge).

Vercilo tem um discurso um pouco diferente que os outros, segundo o entregador financeiramente a época da pandemia foi boa, porém, não deixa de frisar o risco de executar o trabalho naquelas condições:

Essa época foi boa. Foi a melhor época na verdade também. Foi a época da pandemia. Era perigoso, bastante, trabalhar na rua, mas foi a época que creio que todos motoca ganhou bastante dinheiro (Vercilo).

O entregador ainda vê o trabalho de entrega como alternativa em meio ao momento conturbado da pandemia e os impasses causados

Ah tirando o ruim que aconteceu, que ta acontecendo até hoje, assim...Ajudou bastante gente, questão tipo assim, tem gente que perdeu a empresa mano. Faliu

taligado? Foi pra rua mano. Salvou, entendeu? Salvou muita gente. Resumindo aí mano, foi uma alternativa pra muita gente. Até tem muita gente que perdeu um emprego mesmo e tá na rua até hoje. Então, ajudou querendo ou não. Foi uma coisa boa assim né. No meio da coisa ruim, foi uma coisa boa que ajudou muita gente também. É isso mano, foi bom. Mas não foi bom, bom (Vercilo).

Segundo o entregador Vercilo, não deixa de haver um lado ruim, implícito nesta atividade. Enquanto alternativa, é bom, mas somente “tirando o ruim”.

Dentre as queixas sobre remuneração, tempo de trabalho e as prospecções esperançosas, não deixaram de se somar o sentimento de perigo, temor e incerteza que atravessaram os corpos dos entregadores em sua atividade. Diferentemente de como apontado no discurso de Vercilo, muitos deles não deixaram de enfatizar em suas narrativas que apesar de ser uma saída para a renda não se dissolveram os custos emocionais de trabalharem imersos a esse contexto:

Pra mim ficou um pouco melhor, né. Porque os aplicativos pagaram um pouco melhor, promoção, essas coisas. E hoje não tá pagando mais, né? Pagava na pandemia, mas todo mundo ficou com *medo* de acontecer alguma coisa. Risco muito grande na pandemia (Vieira, grifo próprio).

Para Alves, era também essa uma das piores partes de lidar como entregador:

O risco que a gente corria né, mas é mais esse quesito mesmo, questão de estar exposto né. A gente tava de cara com a doença né. Essa é a parte pior que foi (Alves).

O entregador Andrei, além de falar sobre sua renda favorável, exaltou ainda mais as condições descrita pelas falas anteriores:

Todo mundo apavorado, um monte de notícia falsa. Deixa eu ver o que mais. Ah o pessoal em pânico né, você via na cara do pessoal mesmo. E tipo pra mim, acho foi normal, eu não vi isso tipo aí que o pessoal tava falando, “nossa que perigo” e tal. Tá bem normal entendeu, foi uma época boa até, bastante alta demanda, deu pra faturar bastante, entendeu? (Andrei).

Jogados em meio ao campo de guerra, tiveram que driblar seus sentimentos para então, mesmo assustados, se colocarem a dispor das plataformas

É cara foi... Difícil, foi bem *assustador*, porque a gente não sabia direito o que tava acontecendo, mas foi a melhor saída que achei. Acabei gostando, aí nisso que acabei trabalhando até hoje (Ariel, grifo próprio).

Ariel continua um pouco mais, dizendo:

Eu percebi, como foi minha saída, foi a saída de muita gente. Então teve uma demanda muito alta de entregador. Se ta uma demanda muito alta de entregador, então o aplicativo já não precisa pagar mais tanto. Então eles tava pagando bem pouco, e a gente tava meio que ali se arriscando, entendeu? Acho que isso gerou as revoltas dos Motoboys. Teve greve e tudo, querer parar e tal. Mas, cara, é difícil, foi difícil o *medo*, quem tinha família e tudo, era mais esse *medo* que eu tinha. Mas a experiência foi mais essa que eu tive mesmo, nessa época (Ariel, grifo próprio).

O medo e a condição de se sentir assustado, portanto, não é um sentimento sem conteúdos, ele deriva da a situação de estar no risco, vulnerável às contingências, na incerteza, e se soma a preocupação com os companheiros e família. Ariel detalha ainda mais seu sentimento dizendo:

Cara, eu acho que foi *assustador*. Não digo assustador.. Não sei se tem a palavra certa, mas... Mas sabe aquele sentimento de *incerteza*, você não sabe o que tá acontecendo, você não, sei lá, tem medo de *levar uma doença pra casa*, alguma coisa (Ariel, grifo próprio).

Continua descrevendo seu sentimento:

O mais *assustador* mesmo foi a visão que nós tinha em volta né, como as pessoas tavam. Até na hora de você entregar um pedido para cliente, às vezes a pessoa ficava bem longe de você, a gente não entendia, não sabia o que estava acontecendo, quanto tempo que iria durar aquilo ali. Foi essa parte que me assustava mais, a *incerteza*, entendeu? Do dia de amanhã. Não sabe o que vai acontecer. Mas graças a deus pelo menos a minha parte da saúde eu fiquei bem. Não tive essa experiência ruim que o pessoal teve, entendeu? (Ariel, grifo próprio).

O trabalho de plataforma, como já explicado em tópicos anteriores, é uma modalidade de trabalho que constantemente se organiza e se mantém pela manutenção da incerteza. Além de ampla engenharia informacional e tecnológica, no final, é pela manipulação afetiva e pelo controle das contingências que é colocado o trabalhador, emaranhado na malha residual dos aplicativos, que mantém a produtividade deles no sistema.

Enquanto o gerenciamento algorítmico das empresas-aplicativos mantinha a todo vapor o funcionamento das entregas – nutridas pela incerteza, pelo medo e pelas promessas esperançosas — os entregadores tiveram que lidar por si só com a realidade pandêmica e seus sentimentos. Diogo lembra dos companheiros que faleceram neste período ao se infectarem pelo vírus. Ele mesmo também foi vítima. Cita que contraiu o vírus no trabalho e que ficou muito debilitado sem a possibilidade de conseguir trabalhar. O entregador Rodrigo menciona o sentimento de tristeza pelas pessoas que morreram. Lembra dos entes próximos afetados: “Eu perdi gente também, perdi meu vô, pegou isso aí e morreu. Fora as outras pessoas que teve isso aí e morreu”.

Mesmo o vírus potencializando esse cenário de incerteza, não foram só esses os riscos presentes no dia a dia do trabalho de entregador, Iago, por exemplo, cita uma das situações que lhe ocorreu:

De tristeza, eu acho que é mais quando eu sofri um acidente de moto. Aí eu fiquei uma semana, duas semanas parado em casa, aí eu tive que arcar com o prejuízo né, que era o dinheiro não estar entrando porque autônomo depende de si mesmo, aí tive

arcar com os gastos da moto, tudo mais, com remédio. Querendo ou não [quem] esta por você, é você e você, e se der merda, acontece, tem que arcar (Iago).

Situações como a de Iago não foram isoladas, ainda que a condição da pandemia devesse significar menos tráfego urbano e circulação de pessoas na rua, houve uma tendência crescente de acidentes de motocicletas, desde o momento anterior da pandemia em 2019 até 2022, chegando a aumentar 40% de mortes naquele ano (Arcoverde, 2023). É por isso que Bruno deixa evidente que nesta situação de desamparo, seja pelos acidentes ou pela COVID-19, buscou proteção através de sua fé religiosa:

Graças a Deus eu tive a oportunidade de continuar vivo e continuar trabalhando com saúde mesmo correndo bastante risco, né? Do vírus pegar a gente que a gente está exposto todo dia na rua. Era sair de casa e *fazer nossa oração* assim como todo dia eu faço, não muda, né, com pandemia ou sem pandemia, *pedir pra Deus pra voltar pra casa e guardar a gente durante o dia* (Bruno, grifo próprio).

Frente a tudo isso, um dos entregadores ao narrar sua situação deixa evidente que mesmo com o desgaste vital, muscular e até moral do corpo, frente a todas essas contingências expostas, há um dever superior que não pode sucumbir aos padecimentos. Para Rodrigo, ser entregador na pandemia, exigia a força de um guerreiro:

Guerreiro. Guerreiro como é todos os dias. Todos os motoboys que vive da rua é guerreiro. É guerreiro mesmo de deus, é porque não é fácil não. Gladiador, o cara tem que ter sangue nos olhos. O pessoal pensa que é fácil, é só montar na moto? Só cai pra rua, pra ver o veneno que é. É isso. Motoboy é guerreiro. Sobrevivente. Motoboy sobrevive todo dia (Rodrigo).

Já Jordano, de maneira parecida, explicita o ambiente hostil daquele cotidiano que seu corpo atravessou:

Tem que ser forte. E graças a Deus eu consegui ser forte, consegui passar por cima disso aí vendo uma pá de gente pegando vírus e vê gente próxima também, familiares de amigos meus que que não tá mais aqui por causa desse vírus aí, né? E aí foi quando a gente viu que era a verdade mesmo que tava matando mesmo, então era bom se a gente se cuidava. Mas eu não vou mentir não, eeh... *eu não tava acostumado a usar máscara não, mas graças a Deus num peguei nada*. Sempre me cuidando também, mas quando saiu a vacina eu já tomei até então eu tomei as três doses. Então basicamente isso, né? (Jordano, grifo próprio).

Jordano na sua fala manifesta uma questão: ao estarem à deriva, sujeito às variáveis e contingências que o seu trabalho apresentava naquele período, as atitudes que tomavam tornavam-se responsabilidade individual. Além de estarem refém das contingências, eram reféns de suas escolhas. A questão é que essas escolhas não são produto de plena liberdade individual, mas fruto das ausências, criadas com intencionalidade. Mesmo que em certo momento alguns aplicativos enfatizaram a importância dos cuidados pessoais contra o

coronavírus no dia a dia do trabalho, ou também, oferecendo kits de máscara e álcool gel para buscarem — o que ocorreu com uma minoria de entregadores — não há qualquer possibilidade verificar e cobrar a importância desses cuidados na prática. Jordano portanto, apesar de estar efetivando o trabalho do qual a empresa é responsável, escolhe não usar, colocando em risco sua própria vida, além de facilitar a disseminação do vírus. Se não olharmos atentamente diríamos que isso seria uma negligência totalmente individual, pois foi uma “escolha livre” de Jordano, o mesmo entregador que em sua narrativa, disse que teve que se submeter às plataformas por “causa da necessidade” (Jordano). Uma escolha para quem que, em suas palavras diz: — “Eu não tinha nada. Estava desempregado, eu tinha saído da empresa que eu estava trabalhando” —, não é nem de longe uma escolha livre.

4.3.3. Felicidade e frustração: de solução ao descarte

Conforme fui escutando as narrativas dos entregadores, percebi que havia uma tendência. A pandemia aparece num primeiro momento como uma época vigorosa. Mas não porque os entregadores enriqueceram com isso, pois como vimos, há vários relatos enfatizando a piora da remuneração frente ao tempo de trabalho e a quantidade de entregas. Para alguns foi como uma esperança a ser agarrada. Ainda que houvesse certa melhora financeira para um certo número, não se tratava de uma experiência homogênea. Os aplicativos funcionam justamente nessa distribuição algorítmica desigual, alguns sendo mais favorecidos, outros não.

Época vigorosa talvez seja no sentido de ter sido atribuído um valor a eles que nunca tiveram antes. Desde então, conhecidos nacionalmente, e com uma demanda de trabalho que não findava, a posição que ocuparam na pandemia contribuiu para que pudessem dar conta da importância do desempenho de seu trabalho, além da bravura e resistência de terem sobrevivido a este período conturbado na história do planeta tornar-se fonte de regozijo. Isso fica evidente quando Vercilo fala a seguinte frase:

Essa época foi boa, né, porque como tava precisando de bastante motoca pra fazer as entregas e foi a gente que querendo ou não, que salvou assim ali, mais ou menos assim, o povo (Vercilo).

O entregador Vercilo coloca os entregadores como aqueles que salvaram o povo, no sentido de facilitarem o cuidado contra a COVID-19 pelo isolamento. Outro entregador reforça essa condição de valorização do papel da categoria na pandemia e seu caráter indispensável:

É, na pandemia trabalhar tava sendo um.. pra nós entregadores, tava sendo um momento bom né. Porque nossa categoria sempre foi bastante desvalorizada. E no momento que foi a pandemia como só a gente tava na rua, a gente foi, tipo outra diferença né. A gente, o pessoal tratava a gente bem, e tal. Questão de corrida tinha bastante entrega também. E é isso. Nesse quesito, essa parte, umas partes boas é isso (Alves).

De maneira parecida Vieira demonstra também o valor da atividade dos entregadores para viabilizar as medidas necessárias para conter pandemia, quando questionado por mim — “o que foi ser entregador na pandemia?” — ele responde:

Levar o essencial, né? Pros outros, alimentação que é essencial que as pessoas não podia fazer na rua. Daí nossa nossa classe foi essencial pra tá chegando essas coisas na casa das pessoas, quando tava na pandemia ninguém podia sair de casa. (Vieira).

Percebo que em muitas falas dos entregadores que a sensação narrada naquela época foi passando de uma certa satisfação, ou uma euforia esperançosa, para o sentimento de frustração em concomitância com a condição para onde as coisas se dirigiam na época. Sabiam que seu trabalho era essencial enquanto viabilização do cuidado na pandemia, isso deu-lhes uma posição de valorização e de sustentabilidade financeira. Porém, é evidente que alguns não se enganaram enquanto a isso, eram a solução “pro problema deles” como dizia o entregador Danilo. Enquanto eram solução se sentiam de uma forma. Quando o cenário foi mudando, fica explícito entre esses trabalhadores que se tratava de mais uma das artimanhas para a manutenção do assujeitamento dos trabalhadores da categoria:

A gente já começou a sentir a diferença, porque como a gente falou, como eu te falei, a gente foi tratado muito bem, muito bem no início, *porque a gente era a solução, eles precisavam de uma solução pro problema deles, até aquele momento a gente tampou o buraco que eles necessitavam*. Eles eu digo os responsáveis em geral nisso: o iFood, os restaurantes, o comércio em geral, eles precisavam muito da gente, porque as pessoas não iam até eles, então tinham que ter uma forma de vender. A gente foi super bem tratado. Depois disso, chega a ser ridículo o que eles fizeram, chega a ser ridículo, eu diria, porque como se tivessem descartado real, *acho que a palavra mais perfeita possível nesse caso é descartaram a gente*. Falaram, “ah agora a gente não precisa mais”, em frente ao Breque foi por conta disso, a gente começou a sentir e quando a gente começou a sentir, no bolso, todo mundo quis parar. E não foi só um aplicativo, foram todos os aplicativos, porque em modo geral, todos eles praticamente fizeram a mesma coisa. (Danilo, grifo próprio).

Para Danilo, após serem a solução para os problemas daquele período, foram pouco a pouco descartados, como objetos sem utilidade. O entregador Jorge também expressa o mesmo sentimento dizendo que ao menos na pandemia eles eram “úteis”, “agora estão jogados” (Diário de campo). Para Mateus, o valor de ser entregador não está na sua qualidade genérica de ser humano, mas está relacionado ao que pode ou não oferecer:

A experiência que eu tenho tipo, na pandemia eles tratava bem, né. Dependia de nós, né. Estava ali dependendo de nós, aí quando acabou a pandemia já era, né? Não ficou dependendo de nós, aí já era. Mas é aquilo, né, *você só vale o que você tem*. Se tipo se não tem benefício nenhum pra oferecer os cara não vai te dar uma atenção, entendeu? Só vai dar atenção se tiver acontecendo alguma coisa, tipo a pandemia, cadê alguém aí lá comprar um um lanche, nós correndo risco até de pegar um coronavírus, entendeu? (Mateus, grifo próprio).

Se um entregador só vale o que se tem para oferecer, quando já não há mais nada que sustente a sua conveniente utilidade, o que sobra então? Túlio, no mesmo caminho da narrativa anterior usa uma palavra forte para descrever o entregador que já não é mais convenientemente útil:

Então, minha experiência de entregador foi o quê, na pandemia até foi de boa trabalhar, entendeu? Os pessoal colaborava muito com a gente. Mas depois que passou a pandemia já era, nós virou *monstro* entendeu? Na época da pandemia foi bom pra nós, que querendo ou não depende de nós, entendeu? Ali tratava nós bem, pagava bem entendeu? Quando acabou a pandemia já era. Entregador já era. Agora nós está aí ó, vivendo o que ta tendo entendeu (Tulio, grifo próprio).

Monstros que, para Malcom, produzem medo, já que para o entregador:

No começo da pandemia o motoboy era chamado de “*herói*” assim, né? Entre aspas. Hoje em dia cê vê um monte de gente se acuando assim quando vê nós chegando perto assim, entendeu? (Malcom, grifo próprio).

Para Alves, compreendendo de maneira parecida, diz que passando o período de utilidade, voltaram ao que sempre foram:

Hoje em dia a gente tá vivendo muito caso de agressão a entregadores né, e antigamente como a gente era que a gente levava os alimentos pra eles, aí eles tratavam nós super bem né. Dava nem que seja um gorjeta. Um refrigerante. Alguma coisa assim, só pra agradecer a gente né. E hoje em dia não tem mais isso. Com a pandemia voltou o que era. *Motoboy não é ninguém*, essas coisas. (Alves, grifo próprio).

A pandemia, pelo que é visto, deu uma outra qualidade para os motoboys, não eram mais os inconvenientes “cachorros loucos”, dos quais a população se obrigava a conviver, coisa que se sustentou por pouco tempo:

Acho que tipo o pessoal tinha uma visão diferente de nós né. Tipo assim, que o pessoal fazia *era tipo um herói antigamente né cara*. *Aí você ve que mudou diferente né meu, é, voltou o motoboy ser o motoboy que era antigamente, discriminação entendeu?* O pessoal *não dá valor pro trampo, nossa mão de obra*, é pra presta serviço, às vezes você vai no local e você vê que é tipo pouco de discriminação tal (Andrei, grifo próprio).

A mesma qualidade é exaltada por Alves, que compreende que na pandemia foram “heróis”, mas não demorou muito para voltarem para a condição de sempre:

Agora que passou é outro cenário né. A gente, tipo, voltou pro que era né. Tipo uma profissão muito desvalorizada né. Na pandemia já era outra coisa. A gente era tratado como *herói* né, que diziam. Agora não tem mais isso. Até mesmo do governo né. Que hoje em dia é tanta blitz por aí que.. que eles falam que é pra pegar moto roubada essas coisas, mas a gente sabe que não é (Alves).

O entregador Jorge, não deixa de enfatizar a responsabilidade do Estado, por não garantir o cuidado em relação a eles para o trabalho

Só na questão da pandemia aí só faltou um pouco mais de atenção da parte dos órgãos públicos né. A gente aí foi a mão direita da pandemia, ninguém podia sair de casa e a gente tava na rua. É isso. É isso mesmo (Jorge).

Para Túlio os entregadores já deixaram de ser humanos. Quando não mais úteis aos caprichos da classe média e o voraz apetite da economia de plataforma aliada a ela, tornaram-se “*monstros*” (Tulio). Essa nova qualidade atribuída a eles deu forma a toda uma política de relacionamento que é descrita com muita vivacidade por Danilo:

Olha, enquanto havia, enquanto iniciou a pandemia, *no início a gente era tratado como muito parecido com os pessoais do hospital*. O tratamento era bem, era bem gentil, a gente ganhava bastante caixinha dos cliente, era algo, no início era bem legal, bem legal. Conforme foi terminando esse, eu comecei já no segundo ano da pandemia, então *conforme foi acabando a gente começou a se tratar de de meio que tipo não era mais necessário*. Entende? Tipo os profissionais da saúde, digamos assim, enquanto estava lá a gente era *herói* depois que acabou, a gente já não era mais (Danilo, grifo próprio).

O entregador explica que de seis a oito meses antes do fim da pandemia o tratamento mudou no contato com clientes e restaurantes. Na condição relacionada aos restaurantes, Danilo diz que por vezes acontecia de os estabelecimentos dificultar a rotina de trabalho deles:

É difícil ter complicações com os restaurantes, mas quando tem, prende você lá, porque pra gente a melhor parte é pegar, sair, entregar e voltar. Quanto mais velocidade pra gente, melhor, mas isso na prática não acontece. Real, não acontece mesmo. Nem da parte do cliente, nem da parte do restaurante. Os restaurantes dão prioridades pra quem tá lá (Danilo).

Sobre o contato com os clientes o entregador também percebeu que mudou, para explicar, cita uma situação que atravessa ele e seus outros colegas:

Muitas pessoas começaram a achar que a gente tinha que subir, por exemplo. Muitas questões, não só eu, mas como diversos amigos meus que trabalham na área até hoje, já sofreram por conta, tipo, de ter que subir e não querer, porque a gente não é obrigado a subir e o cliente acredita que a gente é, porque ele está pagando o restaurante ou o iFood no caso. (Danilo).

Esta situação, que é notada por Danilo, o entregador Ariel experiencia de maneira semelhante. Para este entregador a relação também não é a mesma: da cordialidade e solidariedade, passou para a repulsa:

Na pandemia ainda tinha muito caso de solidariedade, sabe? Na pandemia via muitos casos assim. Agora hoje em dia, sei lá, acho que está mais marginalizado, tem gente que trata muito mal mesmo. Tanto na retirada quanto na entrega. Às vezes tem medo do motoboy, sei lá, às vezes cê tem que, a gente ganha muito pouco e quer que a gente faz mil coisa porque a gente é pago pra entregar, aí a pessoa quer que as vezes faz um serviço pra ela. Pô, cê entrar numa fila, ficar meia-hora na fila, cê subir escada, tendeu? Já tá saindo do nosso, do nosso trabalho, que é fazer entrega, entendeu? Hoje em dia acho que piorou na real, acho que na pandemia ainda o pessoal, tinha muita gente ainda, como começou uma, tava com muita atenção na gente, a gente tava recebendo muita atenção naquela época, acho que as pessoas tavam mais solidária naquela época do que hoje em dia. Hoje em dia acho que inverteu. (Ariel, grifo próprio).

Para além das colocações de Mateus, Danilo, Túlio e Ariel, outro entregador também ajuda a acrescentar sobre esta experiência, mas conduz seu discurso de maneira diferente. Porém, mesmo que discorde em um ponto dos outros entregadores, ainda se mantém em sua narrativa o sentido de desvalor ao qual perpassou todas as outras narrativas:

Dentro da pandemia eu via mais cliente se preocupando se eu estava com máscara pra entregar, se eu estava com álcool em gel na mão, né, porque talvez receio de pegar alguma coisa, do que tipo uma valorização. Tipo “da hora, cê tá trabalhando na rua por mim” (Vitor).

Vitor, jovem entregador negro de 21 anos, continua em um tom revoltado a falar do que foi sua experiência de ser entregador na pandemia. Para ele, diferentemente da valorização citada por outros entregadores, houve sim, uma indiferença. Nem mesmo ele, em seu discurso, esperava esse reconhecimento, sua preocupação estava em realizar seu trabalho, mas ainda assim, não deixa de lado sua dignidade:

O cliente não tá ligando se cê tá na pandemia, se tá nisso, ele quer receber só um lanche. [Wanderlei amigo de Vitor ao nosso lado comenta – “só quer saber da comida”] E aí, a gente também, particularmente, também não to interessado se ele quer me dar um parabéns. Eu só quero fazer um bom dinheiro. Eu acho que isso aí pelo menos não me incomoda, cara não me da um... Só me incomoda o cara não ter um pingo de educação, de tipo, um “obrigado”, um “boa noite”, um “tudo bem” [Wanderlei ao final acrescenta – “o mais básico né”] (Vitor).

As problemáticas não param por aí. Além dos entregadores notarem que a relação dos clientes e estabelecimento com eles foram de negligência e desprezo, outros notam que até mesmo por parte da plataforma e as condições de trabalho foram degradantes, piorando ao fim da pandemia:

[...] Então, hoje não é, eu não fico mais o dia todo como eu ficava. Antes eu eu chegava aqui às onze e eu só saía daqui quando a última promoção acabasse. *Hoje a gente pede a Deus pra ter uma promoção porque na maioria das vezes não tem. Às vezes com chuva não tem. Entende? E o dia de chuva é uns dias. O calor é bem intenso de trabalhar. Mas o dia de chuva ele é degradante pro material de trabalho, celular, bag, capa de chuva – os que tem capa de chuva – porque o iFood ele faz, acaba muito*

rápido, e cabô. Tem as promoções que às vezes eles dão, ou você troca bag. Mas de resto... é bem triste hoje em dia. *Hoje tá muito explícito, o que eles vieram fazendo conforme o tempo. Só que hoje tá escancarado, entendeu?* (Danilo, grifo próprio).

Na fala de Danilo ele percebe uma certa tendência que se explicita hoje. Ele percebe que as condições de trabalho foram deteriorando, como a escassez de promoções que eram mais comuns em outros momentos. O entregador Leonor ajuda a acrescentar esse ponto exposto por Danilo, dando ênfase na remuneração e na demanda:

É bom que saiu mais pedido e teve mais entrega, você ganhava mais, agora que acabou a pandemia tem menos pedido e o valor agora, valor de entrega caiu, caiu a demanda de entrega também caiu e eles estão dando menos preferência pros entregador, agora antigamente eles dava mais valor pros empregador porque eles estava precisando do entregador eles estava ganhando dinheiro em cima, agora que acabou a pandemia eles não dá muito valor pro entregador (Leonor).

Outro entregador chamado Daniel, dá ainda mais detalhes de sua experiência destrinchando como essa desvalorização do entregador passa pelas bases materiais de subsistência, desde gasolina a alimentação, o que afeta diretamente na renda final de seu trabalho:

Depois que acabou a pandemia, então a gente sentiu muito no bolso. E nesse meio tempo, quem trabalhava de moto, a gasolina aumentou, passagem aumentou. Então pra quem trabalhava de moto ficou insustentável, porque eles não tinha mais aquele pensamento de que cinco entregas eu pago a gasolina da moto e continuo entregando. [...] Quando a gente estava trabalhando na pandemia, era mais tranquilo de pagar, a gente não sentia tanto no bolso. [...] Mas conforme a pandemia acabou a gente sentiu muito no bolso, porque fora isso tem alimentação do dia, vamos supor, se eu chego muito cedo, eu vou querer tomar um café ou pelo menos tento tomar em casa, pra já pra diminuir o gasto na rua, mas aí você tem que almoçar, você tem que jantar. E nessa região, um almoço é em torno de quinze a vinte e cinco reais, uma média. Pra você tirar todos os dias vinte e cinco reais durante trinta dias, da setecentos e cinquenta reais, mais duzentos e cinquenta reais de condução, mil reais. Então, essa parte ficou bem explícita assim e degradante pra gente, porque não tinha condições de eu trabalhar uma semana e conseguir fazer os mil reais. Eu tinha que trabalhar duas semanas pra tentar fazer mil e quinhentos, mil e oitocentos reais e desses mil e oitocentos reais ficar com oitocentos reais livres. Entendeu? Então, antes da pandemia era muito bom a remuneração que é o que a gente tem que, até hoje a gente briga por isso se Deus quiser, parece que vai ter paralisação, não sei ao certo (Daniel).

Daniel explicita os dilemas do cotidiano mostrando notadamente como a plataformização funciona. A sorte de sua renda não depende em nada das garantias das empresas, mas sim das estratégias próprias que o entregador toma para garanti-la, independente das condições da conjuntura.

Outro entregador chamado Vercilo, também notou a escassez da situação atual. Na conversa mostra-se indignado com a conjuntura demonstrando um sentimento de frustração

Agora, olha isso aqui ó? [aponta para os colegas esperando corridas] não tá tendo tanta corrida assim, como tinha antes. Agora tá difícil, desde o final do ano passado até agora não melhorou nada. Melhorou nada. Na época da pandemia era corrida demais. Nossa era corrida demais. Enchia até o saco de tanta corrida que tinha. (Vercilo).

Um fator que potencializa ainda mais a escassez, influenciando na demanda de corrida e de remuneração, é pontuado pelo entregador Vieira:

Piorou porque muita gente perdeu o emprego depois da pandemia e está todo mundo virando motoqueiro né. Cada dia os aplicativos tá pagando bem menos, bem menos. Cada dia tá entrando mais motoqueiro. O sistema tá abarrotado, é muito motoqueiro e pouca demanda, pouco serviço, cada dia a gente trabalha, cada dia os aplicativo tá ficando mais escasso. (Vieira).

De maneira geral, os entregadores aqui descrevem um cenário de infinitas contradições. Em uma triangulação entre clientes, restaurantes e plataformas estiveram a esmo fruindo entre as necessidades desses agentes, ora como a solução, ora como o problema. Um jogo que não é mero acaso, mas que é racionalmente condicionado para tal. Eram desejáveis enquanto solução, e indesejáveis já quando não eram vistos como essenciais. Quando supriam certa necessidade era enxergada uma humanidade nestes sujeitos, que resultava na valorização e reconhecimento do trabalho sentido por eles. Portanto, por mais que se pareça solidariedade ou amizade difundida para com os entregadores, é possível perceber que se trata muito mais que a manutenção da subserviência, pois continuavam objetificados. Ainda eram os tais *monstros*, como descrito pelo entregador Tulio, mas monstros dos quais uma parcela da população teve que suportar. Danilo expressa isso muito bem

Após a pandemia as coisas decaíram demais, tanto nos restaurantes, a forma com que tratavam a gente no restaurante, era até um pouco pra alguns revoltantes. Alguns a gente [...] até entendia, porque a gente tava tratando de um de um negócio que todo mundo tava aberto a pegar, então as pessoas tinham medo, porém, esse medo dava uma certa discriminação, ninguém queria tocar, chegar perto, sabe? Então, conforme a pandemia acabou, isso agravou, tipo, deu continuidade nisso. As pessoas continuaram assim a não ser o pessoal que queria que a gente entregasse dentro de casa. Que querendo ou não tem muita gente que desacreditam que porque pagando o iFood ou restaurante, a gente é obrigado a entrar. Isso não é real tanto o iFood se posicionou sobre isso e não, não é real. A gente tem a nossa livre escolha de querer ou não entrar. Acho que a maior parte disso foi do iFood, a forma de ser descartado que ficou mais explícito assim, foi o iFood, pelos valores que a gente deixou de ganhar, porque que não tava mais na época, então a demanda deles aumentou muito, com isso eles aumentaram nossa remuneração. Depois disso, depois disso eles diminuíram basicamente setenta por cento da nossa remuneração, mais de cinquenta por cento tranquilo (Danilo, grifo próprio).

Danilo nota desde uma ambivalência do distanciamento/discriminação — será mesmo que o medo era só da COVID-19? —, até mesmo a conveniência quando se tratava de entregar na porta do apartamento, dentro de condomínios. A situação que expõe se expressa da seguinte

maneira: longe demais, para cordialidade; perto o suficiente, para servir. Já para as empresas-aplicativo, em relação aos entregadores, o dilema era: precário o suficiente mantê-los trabalhando e a receita aumentando.

O sentimento de ser entregador neste cenário esboçado pelos entrevistados, que perpassa o período pré-pandemia até o atual momento, é descrito pelo entregador Danilo como algo que se converteu de uma felicidade para o sentimento de frustração:

Ah, o sentimento é bem triste, né? Chega a ser doloroso. Pra todo mundo, como eu disse, o oitenta por cento trabalha só com isso. Então, pra família que estava tentando levar pra casa aí de bicicleta até três mil reais e hoje não consegue fazer quinhentos reais em uma semana, o sentimento é muito triste, né. Acho que, o sentimento foi decaindo acho que de acordo com a percepção do que tava acontecendo. Enquanto a gente tava bem, a felicidade tava tomando conta, porque a gente tinha dinheiro, a gente conseguia pagar nossas coisas, a gente conseguia pagar a condução, no meu caso de bicicleta, como eu trabalhava eu vinha de condução, pegava a bicicleta aqui e trabalhava na região. Era tranquilo, a gente sentia que era tranquilo, a gente tinha aquela confiabilidade no trabalho do iFood, depois disso, depois conforme todo mundo foi percebendo que as coisas tavam decaindo demais, a demanda decaiu, eles diminuíram o valores que a gente recebia. Principalmente a gente de bicicleta, porque o cansaço físico é o que bate mais. Então isso de cansaço físico tem dia que tem gente passando mal, saca? Por conta de tá se esforçando pra tentar fazer aqueles cem reais [...] e é triste, muito triste você tentar fazer cem reais no dia e você não conseguir, frustrante. Hoje o sentimento de frustração e tristeza referente a tudo que aconteceu e ainda está acontecendo, que num não sei quando que vai parar isso. As indústrias deveriam colocar um pouquinho a mão na consciência referente a essas coisas, porque são muitas famílias que depende disso, muitas famílias. A sensação mais frustrante às vezes, não é nem você não ter dinheiro, você tem a disposição, você chega aqui, você fica parado e não toca, entende? Hoje em dia, desde quando começou a pandemia pra cá, foi felicidade e sei lá, do segundo ano da pandemia pra cá e frustração. Acho que o sentimento que deixa bem claro isso, tudo que tá acontecendo referente ao iFood, é frustração. (Danilo, grifo próprio).

4.3.4. O dinheiro paga a dignidade?

Vemos que nas narrativas dos entregadores a satisfação, alegria ou a felicidade, chamada por eles, vem acompanhado da realização financeira. Isso não é uma grande coisa, é plausível que seja assim. Já que é a segurança financeira no trabalho que possibilita a própria manutenção nele. A cada entrega, uma alegria momentânea, alimentando assim a esperança de que ao final do dia a meta seja alcançada. É claro, ainda que descrevam esse sentimento como “felicidade”, não se trata disso, mas sim, em termos do behaviorismo radical, pequenas doses de “reforço”, pequenas excitações. Fazem isso através das promoções, das bonificações dos estímulos sonoros dos aparelhos, ou também, sem nenhum esforço, pelas próprias condições que os entregadores estão perante as exigências de trabalho das plataformas.

Mesmo que o dinheiro possa alegrar, ele não realiza plenamente a dignidade dos entregadores, ao menos é o que mostram algumas das narrativas dos entregadores:

O bom, é que foi muito lucrativo, foi bom. No fundo lucrativo foi bom. Só que infelizmente não adianta você lucrar, lucrar, lucrar e não ter o seu respeito merecido. Então acho que primeiramente a integridade o meu respeito, em primeiro lugar. Dinheiro eu posso conquistar em qualquer hora, em qualquer lugar. Minha dignidade né, vê uma pessoa me xingar, me humilhar e eu não poder fazer nada [...] nós somos o galho mais fino né, então, o galho mais fino quebra primeiro. Então é complicado (Cardoso).

Para Rodrigo, essa situação não é admissível, já que o trabalho de sua categoria foi fundamental na pandemia. Porém, substitui a palavra “reconhecimento”, por “valorização” — a que lhes interessaria apenas reconhecimento, migalhas e recompensas ilusórias se continuam na pior?

Motoboy foi praticamente as pernas do Brasil na pandemia. não só na pandemia, como até hoje. Pro Brasil andar, depende da gente. Aí acho que também que a gente devia ganhar mais reconhecimento. Não reconhecimento, mas mais valorização né mano. É o mínimo né, valorização no serviço do próximo. É complicado, é complicado (Rodrigo).

O entregador Geraldo também compreende que não são reconhecidos nem valorizados e, além de tudo, discriminados. No seu discurso enfatiza a condição de ter um filho como uma maneira de encorajar a superar as adversidades, para ir atrás do sustento de sua família, mas também para demonstrar que além da objetificação de sua função, há pessoas de carne e osso com histórias, que podem ser pais e também ter uma família ao qual se inclinam a projetar um futuro:

Tem que sair de casa pra ganhar o pão. É difícil. não é fácil. Ainda mais pra quem tem filho, essas coisas assim. Entendeu? Como eles mesmo proibiu não sair pra rua, essas coisas, e nois arriscava aí a levar comida aí pros pessoal, não só comida como outras coisas né, tipo documento essas coisas assim. *Ainda chegar lá e não ser priorizado pelo nosso serviço, nois é muito discriminados por tudo.* (Geraldo, grifo próprio).

Já para Rodrigo, o trabalho se assemelha ao assistencialismo, muito por conta do pouco retorno e a condição de estarem sozinhos, sem apoio. Corroborando ao que Geraldo chama de discriminação, ele relaciona a situação em que se encontram com qualidade de um animal doméstico que conhecemos intimamente:

As vezes o motoboy tá na rua mais porque gosta de ajudar o próximo. Vem ali, precisa de serviço e tal, vai lá e ajuda. Porque valorização nós não tem nenhuma. É como falamos, cachorro mesmo. *É tratado que nem cachorro* (Rodrigo, grifo próprio).

É muito comum todos eles exaltarem a discriminação nas narrativas. Vercilo é mais um deles. Ele, apesar de ter esse emprego como alternativa de renda, acredita que não compensa mais o risco, nem o dinheiro e nem as discriminações:

Querendo ou não, paga melhor. Só que às vezes não compensa né. Hoje em dia não tá compensando mais, o risco. Pode até cair cinco, seis mil no mês aí, tem cara que ganha. Mas cai direto, na chuva... [falha na gravação]. Na minha opinião, não tá compensando não, esse dinheiro, não. Minha vida né, em primeiro lugar. Fora... Pagando pouco, aí os outro discrimina, e isso e aquilo, que acontece muito. Cê vê, passando na televisão aí, o tanto de coisas que acontece com o motoca, então... Pra gente falar alguma coisa assim é difícil... (Vercilo, grifo próprio).

Ainda que maltratados como cães, vistos como monstros, discriminados e humilhados, Cardoso não deixa de afirmar: “nós somos seres humanos também”. Com essa frase, clama pelo reconhecimento digno e não como apêndice descartável, como foi qualificado de diversas formas nas narrativas. Cardoso fala das mortes, da degradação do trabalho e da dignidade inerente à vida humana:

Muitas pessoas perderam até a vida. Por causa da COVID-19. Então é uma coisa que precisa ser analisado um pouquinho melhor, *eu acho que nossa classe de motoboy merece um pouquinho mais de respeito né*. Um pouquinho mais de respeito. Eu acho que não porque você tem uma condição melhor, que você vai destratar a pessoa que está ali do outro lado, ali prestando um serviço pra você mesmo. Porque nois tá prestando um serviço pra você. *Porque a partir do momento que nois tá passando aí, entrando dentro de shopping, indo em restaurante, tirando pedidos embaixo de chuva, sol, sereno, não importa o tempo nois tá retirando, tá levando o pedido pro cliente até a casa dele, tentando fazer pra eles a melhor comodidade, porque eles não pode ver a nossa classe da mesma forma? Porque que eles não podem respeitar a gente da mesma forma? Nós somos seres humanos também. Do mesmo jeito que eles são de carne e osso, nós somos também*. Nós têm família que espera nós lá. Se nois tá na rua aí, é porque nois tá querendo trabalhar, nois tá querendo nossa dignidade, nosso dinheiro e nosso espaço. É complicado. Nós sofre muito, sofre muito. De todas as partes. De todas as partes. (Cardoso, grifo próprio).

O entregador Cardoso, descreve muito bem o itinerário de sua coisificação. Se o motoboy não é de carne e osso, uma pessoa como as outras, ele é o que? O que as pessoas veem quando olha para um motoboy?

Vieira, falando também de sua pretensa valorização merecida, usa distintas qualidades para expressar o que se vê quando se olha para o motoboy, e como então, são tratados por conta disso. Ele repara em uma contradição:

A gente gostaria que a gente fosse um pouco mais valorizado, menos discriminado, *motoqueiro na pandemia estava até estava vendo assim um uma foto assim motoqueiro na pandemia foi herói, hoje é considerado como bandido, ladrão*. E outras coisas bem pior, sabe? *A pandemia enquanto a gente estava servindo a gente era herói. Hoje a gente considerado o pior que ladrão, o lixo* (Vieira, grifo próprio).

Bandido, ladrão, lixo, e até, segundo Vieira, pior que isso. Porém, é Jordano que qualifica a expressão que dá nome a este estudo, que manifesta de forma assertiva a trama em que estão eles imersos:

Eu acho que é uma profissão boa, só que é muito arriscado, né? E mal vista também por várias pessoas. Que nem, você está falando da pandemia, na pandemia *a gente era herói depois a gente virou vilão* (Jordano, grifo próprio).

Eis que aqui, neste capítulo, traçamos por meio da composição das narrativas dos atores da pesquisa as vicissitudes da condição de ser entregador atravessado pela pandemia. Sem final feliz, o que as narrativas revelam se trata de uma odisseia trágica: de herói a vilão. Perguntas surgem: o que justifica essa violência, esse sofrimento, que segundo Cardoso, vem de todas as partes e turvam sua qualidade de humano? O que denuncia essa tristeza, essa dor, ao qual as falas de Danilo anteriormente expressaram?

4.4. A palavra maldita: entregadores, afetividade e a denúncia sócio-histórica

A base teórica spinozana e vigotskiana nos ajuda a compreender que a afetividade é inerente aos percalços da vida humana. Foi Bader Sawaia quem articulou estes referenciais teóricos trazendo para a Psicologia Social uma maneira de compreender as volições humanas sem cair em proposições moralizantes, pois como compreendem estes autores que são base de seu pensamento, o ser humano tem um corpo que nele atravessam e derivam desejos, paixões e imaginação.

Sawaia trouxe esta perspectiva teórica para a Psicologia no sentido de compreender a relação sujeito-sociedade, a fim de fugir de explicações demasiadamente mecânicas ou idealistas e trazer compreensão ética para o centro da ação política. A afetividade para a autora seria uma unidade de análise que comportaria esta mediação, onde os encontros com outros corpos não refletem o mundo, nem determinam o sujeito, mas sim, dialeticamente produz uma “experiência emocional” que pode ser libertária ou de sujeição (Sawaia; Silva, 2019). Para Spinoza, a experiência poderia ser definida como alegre ou triste, na medida que favorecesse a potência de perseverar na existência ou a refreasse. A questão é que há muitas formas de ser afetado por uma alegria ou tristeza, são essas emoções que dão tom à vida. São elas que estão por detrás do nosso pensar e do nosso agir. São elas que qualificam a nossa vida ética contendo a “simultaneidade, a contemporaneidade do que se passa na mente e no corpo” (Jaquet, 2015, p. 39).

Este corpo, portanto, não procura nada além de sua alegria, o seu desejo é desejo de potência de vida. É neste movimento desejante que mesmo buscando sua potência, está fadado ao engano. No problema do conhecimento em Spinoza, compreendemos que o ser humano

nunca apreende a coisa em si, mas sim as imagens que são resultado do encontro com esta coisa. O que é um bom encontro ou um mau encontro, por vezes, misturam-se e causam engano.

É para dar conta dessas complexidades que Sawaia aposta na afetividade como categoria analítica para Psicologia Social. Para isso o psiquismo deve ser “compreendido a partir de determinações sociais específicas, sendo constituídos por forças antagônicas de transformação e reprodução dentro de um determinado contexto histórico” (Sawaia; Silva 2019, p.22). Não é à toa que os afetos tristes, expressados pelo medo, arraigado no sentimento de “incerteza” e de estar “assustado” descrito pelos motoboys, descrevia nitidamente as condições contextuais a que foram colocados naquele momento. Naquelas condições, mesmo submetidos quase que completamente a impossibilidade de escolha por conta do desemprego, por cima do perigo real da pandemia, escolhiam o trabalho de entrega. Aqui, o drama afetivo não deixa de ser evidente: sob um situação de desamparo social, entre uma tristeza incerta de adoecer da COVID-19 se superpõe a alegria certa da possibilidade de renda, que era a garantia do cuidado de si e das pessoas que ama, para aqueles que sustentavam a família. Porém, como compreendemos corpo e mente indissociados, essa escolha não foi feita sem custos emocionais tais como o medo, a incerteza o sentimento de estar assustado — como dito anteriormente —, além do sentimento de estar vulnerável.

Frente à impotência de lidar com a realidade das mortes e da possibilidade de contágio dos entes que ama, o último refúgio para alguns foi a fé, que está arraigado em uma forte paixão esperançosa: “É graças a Deus eu consegui ser forte, consegui passar por cima disso aí vendo uma pá de gente pegando vírus” (Jordano); “Hoje a gente pede a Deus pra ter uma promoção porque na maioria das vezes não tem” (Danilo); “Era sair de casa e fazer nossa oração assim como todo dia eu faço, não muda né? Com pandemia, ou sem pandemia. E pedir pra Deus pra voltar pra casa e guardar a gente durante o dia” (Jordano); “Todos os motoboys que vive da rua é guerreiro. É guerreiro mesmo de deus, é porque não é fácil não” (Rodrigo). Por meio desses clamores, buscam convencer-se de que algo pode mudar a realidade sofrida. Por uma súplica de fé, buscam força sobrenaturais para neutralizar o agente padecedor que bloqueia a pulsante potência de vida do horizonte.

Vemos que nessas expressões dos entregadores o medo e a esperança se enredam na trama em que encontram inseridos. Seja a esperança depositada no papel de “herói”; na força sobrenatural da religiosidade para que nenhum mal lhes atingisse; ou também na esperança arraigada no aplicativo como saída para sua situação, que é alimentada pela possibilidade de cuidado da família e garantia do futuro dos filhos. A incerteza, insegurança e desamparo, colocava-os em uma situação de medo constante, na iminência de um mal: contra eles, era o

vírus, pronto para infectá-los; o aplicativo, disposto a qualquer deslize, bloqueá-los; a velocidade, frente aos obstáculos cotidianos, pronta para lesá-los; a meta, fazendo-os correr contra a fome e as contas esperando serem pagas.

Sendo assim, arraigado na esperança: uma alegria futura incerta. No medo: uma tristeza futura incerta. Tem-se em mãos então, a paixão e o corpo dos entregadores — pois a dúvida e a incerteza torturam os sujeitos distanciando de sua própria autonomia, pondo-lhes na malha da servidão (Spinoza, E.).

Em meio a vulnerabilidade e ao desamparo as pessoas são fadadas aos maus encontros de entristecimento e sujeição. Cria-se, assim, um sentimento de que as mudanças estão além de suas capacidades, pois o desejo de mudar a direção dos acontecimentos torna-se algo distante de suas capacidades momentâneas — que Deus me guarde! (Sawaia, 2019). É nessa condição de desamparo que o último subterfúgio possível se torna a fé, não como mistificação ou solução alienada, mas como Sawaia propõe, traduzindo-se como a “busca de um sentido que explique minha impossibilidade de mudar e que me enreda na reatividade” (Sawaia, 2019, p.30). Denuncia-se, por esse sentimento, a passividade e a impotência de estar sob a vontade do outro. Como Spinoza (2020) nos ensina em *Ética*, conduzidos por afetos tristes e confusos, achamos que agimos, mas em vez disso, reagimos.

É esse sentimento que se cronifica na experiência da desigualdade social, que chamamos frequentemente por angústia, desamparo e também culpa — todos atravessados por qualidades afetivas tristes — a situação em que Sawaia irá conceituar como sofrimento ético-político (Sawaia, 1999). Este desejo de realizar a potência de vida humana é inalienável, e por isso, é político em sua essência. A resignação desse desejo e anulação de sua potência é sentida na carne e ao mesmo tempo pela alma — uma dor que cronifica-se como sofrimento. Estes afetos tristes que invadem o corpo são a expressão máxima da política regulatória das paixões, naqueles que são transformados nos “apêndices inúteis da sociedade” (Sawaia, 1999).

Se já é certo, partindo com Spinoza, que as emoções carregam a ética, é também com ele que aprendemos sobre a necessidade de compreendê-las, para melhor agirmos não pela nossa sujeição, mas pela liberdade. Todo afeto emoção ou paixão, guarda um sentido sócio-histórico, pois como Sawaia (2022, p.22) propõe “qualquer acontecimento social é uma problemática psicossocial. E não seria diferente com a questão da desigualdade e da opressão social”. Se “o afeto constitui o subtexto de nossos discursos e ações”, o subtexto dos nossos afetos denuncia a intriga e o drama do sujeito na sociedade.

Vimos, portanto, nos tópicos anteriores, nitidamente os vários atravessamentos do sofrimento ético-político dos entregadores. Do medo à esperança, paixões tristes causaram

dores físicas e morais em sua univocidade no cotidiano do trabalho de entrega. Mas, dentre os relatos, vez ou outra solapavam intrigas, questionamentos e interrogações.

As figuras de linguagem nas narrativas tentavam dar conta a uma carga de sentido que não cabiam no que representavam seus sentimentos. Ou quem sabe, serviam de subterfúgio, para fugir da verdadeira palavra que abrigava o sentimento que ansiava em ser expresso. Podemos notar as seguintes figuras: “a gente era herói depois a gente virou *vilão*” (Jordano, grifo próprio); [a gente] ”é tratado que nem *cachorro*” (Rodrigo); hoje a gente considerado o pior que *ladrão*, o *lixo* (Vieria);” Mas depois que passou a pandemia já era, nós virou *monstro* entendeu?” (Tulio); “Com a pandemia voltou o que era. *Motoboy não é ninguém*, essas coisas” (Alves).

Vilão, cachorro, ladrão, lixo, ninguém e monstro. Essas são algumas das figuras de linguagem utilizadas pelos entregadores. O vilão, como aquele que, na cultura popular, é o personagem malvado da história, de característica desprezível e infame. O cachorro, como aquele animal dócil e obediente, pronto para servir aos mandos do mestre, mesmo maltratado, chutado ou abandonado. O ladrão, como aquele sujeito perigoso, trapaceiro, ou por vezes malandro e preguiçoso. O lixo, como aquele material abjeto que desperta nojo e repulsa, que também não tem valor, que é jogado fora, despejado para longe. Ninguém, como vazio, aquilo que se vê quando nada se vê. O monstro é ainda mais profundo, como um ser ameaçador, que desperta mistério e maldade, e por isso, medo. Sua aparência disforme desafia a natureza, antagoniza o que é belo e o que é humano.

Todas as figuras são formas distintas formas de qualificar aquilo que é objetificado. Aquilo que está na ordem do Outro, do não-ser. Aquilo que é antagonizante e que, ao revelar-se monstro, imerso na mística ao qual os cerca, desnuda nada mais que a concretude da miséria humana, cindida em ideias fantasiosas. Cardoso súplica por um momento em que essa mística não cause mais sofrimento:

Por que eles não podem respeitar a gente da mesma forma? Nós somos seres humanos também. Do mesmo jeito que eles são de carne e osso, nós somos também (Cardoso).

Cardoso, homem negro de pele retinta, vindo da periferia, não percebe que o problema não está nos ossos ou nas vísceras da carne, mas está estampado na superfície de sua pele. E todos os subterfúgios de linguagem que vão do vilão, cachorro, ladrão, lixo ao monstro, e outros muitos que poderiam surgir, se trata de uma linha de fuga para denegar a palavra que representa o conteúdo maldito da história que nos cerca: o negro.

Por isso, devo retornar a Mbembe (2022). No pensamento deste autor o racismo não deixa de ser parte relevante constituinte da totalidade dos dilemas humanitários de nossa sociedade. O autor nos ajuda a compreender que esse Outro tem nome, e é racializado. Forjado por uma força de fora, o sofrimento atravessa a carne dos condenados por essa chaga maldita encarnada no negro:

Antes de mais nada, o sujeito racializado é o produto do desejo de uma força externa a si mesmo, que não foi escolhida por ele, mas que paradoxalmente inicia e sustenta o seu ser. Grande parte do sofrimento descrito por Fanon se deve ao acolhimento que o sujeito oferece a essa força externa, que, ao fazê-lo, se converte em momento constitutivo de sua inauguração. [...] ser reduzido ao estado de sujeito racial é se colocar desde o início na posição do Outro. O Outro é aquele que deve, a todo momento, provar aos outros que é um ser humano, que merece ser considerado seu semelhante; que é, como Fanon nunca deixa de repetir, “um homem igual aos outros”, “um homem como os outros”, que é como nós, que é um de nós, que é dos nossos. Ser o Outro é sentir-se sempre em uma posição instável. [...] Em vista disso, ele tem medo de se mostrar como realmente é, preferindo o disfarce e a dissimulação à autenticidade, e convencido de que deve se envergonhar de sua existência. [...] O desejo de ser um homem entre outros homens é frustrado pela decretação da diferença. Do sujeito racial, ou seja, definido pela diferença, o racismo exige uma “conduta de negro”, quer dizer, a de um homem à parte, pois negro representa essa parcela dos homens que são mantidos à parte – a parte à parte. Constituem uma espécie de resto, compelido à desonra e à desgraça. (Mbembe, 2022, p.133-135).

Eis que os Outros ousaram ser heróis. Tão cedo descobriram que este papel em circunstância alguma pode ser conquistado para si. Desde o início da história moderna o negro é o antagonista, e o seu papel a ser desempenhado neste drama é permanentemente o de vilão, enquanto esta mesma ordem estiver estabelecida.

O afeto, como dissemos, desnuda a subjetividade do concreto. Isso porque o corpo também é parte da concretude. A ferida na alma desses sujeitos nos abre a compreender as barreiras invisíveis que dividem a humanidade, entre os que estão para servir e os que se beneficiam — no cap. 2.2.1 —, que fazem que a vida seja subalternizada a um cotidiano enredado a uma trama de encontros tristes e de inimizade. Produto das relações de poder que estruturam o capitalismo neoliberal, mesmo quando oferecem fragmentos de reconhecimento.

5. OS ENTREGADORES DE APLICATIVO E O RACISMO: NO BRASIL SÃO SINÔNIMOS

5.1. Cercas invisíveis

Foi num dia de distração, fora do que havia entendido que seria o campo da pesquisa, que compreendi que o fenômeno da humilhação e do sofrimento do entregador, transcende espacialidades físicas e atravessa a carne com súbito vigor. Lane (1989) defendia a postura de assumir a não-neutralidade da pesquisa, e para que isso fosse feito, dizia respeito de compreender o sentido ético dos afetos que atravessam a carne do pesquisador, para assim colocá-las em questão. Minha pesquisa tomou uma nova qualidade quando percebi isso. Quando notei de fato o que é dizer que a pesquisa deve atravessar as experiências do pesquisador e desvelar o subjetivo como “materialidade psicológica” (Lane, 1989, p.15).

Foi certo dia ao visitar um amigo no centro de São Paulo no bairro Bela Vista que uma cerca cresceu sobre mim. Naquele dia fui até o apartamento de meu amigo com roupas despojadas: casaco moletom, bermuda e boné. Nada que diferenciava dos muitos moradores do prédio que iam no mercado da esquina, na academia, ou passear com seus cachorros. Mas depois de apertar o botão que interfonava para a portaria, do lado de dentro da fachada de vidro do prédio, o questionamento da porteira ao me ver do lado de fora foi súbito, sem qualquer embargo — É entrega? — Ela diz. Eu, surpreso, seguidamente respondo: — Não, é visita. Como disse, não havia nada que me diferenciasse dos moradores do prédio. A não ser por um pequeno detalhe que se destacava naquele ambiente: a pele negra num prédio e bairro majoritariamente branco.

Neste mundo seccionado, noto então que nos lados que se separam me encontro cercado pelas mesmas grades que enredam os entregadores de aplicativo. Naquele dia a cerca se fez tão grande que me cortou moralmente. Se me encontro do outro lado da cerca não deveria estar ali, não é meu lugar.

Ser negro, logo é ser entregador. Ser entregador, logo é ser negro. O entregador é reificado no negro. A qualidade negra quase que imediatamente inaugura gestos, desconfianças ou questionamentos. “É entrega?” — diz a porteira. Levantando no seu ato cercas e muros. A

verdade quase que invisível da interdição do reconhecimento¹⁵. Eu digo — Não! Mas mesmo com a resposta negativa, não me desfaço delas, pois são parte de um todo muito maior.

Naquele lugar sou visitante, estrangeiro. Somente após a checagem sou liberado e autorizado a seguir e adentrar nos confins do condomínio. A experiência do negro é esta. Um cotidiano de constante checagem em meio as tortuosas travessias pelas “cercas invisíveis” da inimizade, que separam o negro do reconhecimento humano.

5.2. A inimizade

Periferia: corpos vazios e sem ética
 Lotam os pagode, rumo à cadeira elétrica
 Eu sei, você sabe o que é frustração
 Máquina de fazer vilão
 (Racionais MC'S, 1997, faixa 3).

Por entre as cercas invisíveis e as tortuosas travessias há um embargo. Nessas travessias, violências estruturais perpetuadas de humanos para humanos consolidam a manutenção de uma espécie de subalternidade. Proponho aqui, buscar compreender o que torna alguém inimigo, e como a inimizade tornou-se uma experiência que os não-brancos percebem como impossível se desvincilhar

Em *Políticas da Inimizade* Mbembe (2020) argumenta sobre a governamentalidade colonial que põe em xeque uma noção universal de direitos humanos. A lógica da colonialidade imposta nas periferias do capital criou humanos de direitos em detrimento daqueles suspensos em sua legitimidade política e reconhecimento humano. Para o autor são estes inimigos os Outros, forjado pela modernidade ocidental, aqueles que por serem o que são ameaçam a heteronomia da sociabilidade burguesa. De maneira semelhantemente a posição colonial entre senhores e escravos, as democracias liberais, segundo o autor, ainda necessitam para sobrevivência “a divisão entre o círculo dos semelhantes e dos dissemelhantes, ou então entre os amigos e ‘aliados’ e os inimigos da civilização” (Mbembe, 2020, p.91).

A inimizade, expressão que busco em Mbembe (2020), vem da proposição da qual o autor retira de Carl Schmitt, em que ele define a política como “a diferenciação entre amigo e inimigo” (Mbembe, 2020, p.85 apud. Schmitt, 1992, p.64). Ainda que o autor articule outros caminhos teóricos para o termo, atentarei aqui na inimizade enquanto campo afetivo-político.

¹⁵ Exposto no tópico 2.2.

Tratarmos nossas relações uns com os outros nesses termos é um tanto quanto justo. Como sabemos por Spinoza, nossas afecções nos compõem como propriedades da própria natureza, como o vento compõe a tempestade ou a chuva compõe a terra, por isso política, em termos spinozanos, pode-se dizer que se trata do conhecimento da composição dessas propriedades e do manejo delas. Segundo Spinoza (E. III, prefácio,) acreditamos ser um império dentro de um império, e que por isso, “julgamo-nos livres”. Porém, a verdade é que tendemos muito mais ao ódio, inveja e vingança, do que a concórdia e ao perdão. Julgamos os outros por inclinações que nos são próprias, por afecções que nem sempre são adequadas e ainda assim, buscamos que o outro viva de acordo com nosso *engenho*¹⁶ (TP, I, §5; E., III, prop. 31, esC.).

A amizade e a inimizade na sua concretude, portanto, trata-se genuinamente do produto de um encontro. Que não revela subitamente a sua positividade e materialidade, mas a subjetividade do acontecimento. Quais imagens (afecções) revela o outro em si mesmo? De que forma ele compõe ou decompõe um corpo? Nada é fácil dizer, pois um encontro é sempre um encontro de muitos corpos. É sempre também, encontro de mundos — “um só e mesmo objeto pode ser causa de muitos e conflitantes afetos” (E. III, prop. 17, esc.).

Mas podemos dizer, primeiramente, que a amizade é um gesto de amor. Um encontro que desperta em si alegria. Para Spinoza (E. III, Prop. 13, esC.) o amor seria uma “alegria, acompanhada da ideia de uma causa exterior”, neste sentido “aquele que ama esforça-se, necessariamente, por ter presente e conservar a coisa que ama”. Amizade, portanto, seria conservar uma alegria.

Assim como qualquer outro afeto, a alegria não é neutra do ponto de vista ético-político. Como um dos afetos primitivos — junto com o desejo e a tristeza — a alegria está sempre à deriva, agitada “pelas causas exteriores” de infinitas maneiras (Ética, III, Prop. 59, escólio). É por isso que Spinoza diferencia contentamento e excitação como distintas formas de alegria — a primeira ancorada em ideias adequadas que envolvem o corpo e a mente e a segunda envolvendo só o corpo, enquanto suas ideias são confusas. Podemos nos alegrar por uma ilusão, afeto que, portanto, não se elabora como ação, pois a inclinação está direcionada a heteronomia.

A inimizade, em contrapartida, é um gesto de violência. Para Mbembe, a proposição schmittiana se refere a inimizade como um “antagonismo supremo” (Mbembe, 2020, p.86).

¹⁶ *Ingenium* (engenho) aparece nas obras de Spinoza significando inclinação. Segundo estudiosos como Laurent Bove, tem recebido traduções e interpretações que expressão: índole ou também temperamento dos sujeitos. Mas também pode definir criação, realização e talento. O NEXIN, vem explorando o uso desse conceito em substituição ao de identidade, por ele ressaltar os afetos, o coletivo e a imaginação fruto das experiências. Sobre o assunto, remetemos o leitor, além da leitura do próprio *Tratado Teológico Político* (cap. XVII, pg.273-272).

Seria aquilo que torna um corpo, “em sua carne”, matéria “cuja morte física se pode provocar, porque [...] nega, de modo existencial, o nosso ser” (p.86). Ao contrário do amor, Spinoza chama de ódio aquilo que é “uma tristeza, acompanhada da ideia de uma causa exterior”, onde aquele que odeia “esforça-se para destruir” o agente padecedor (Ética, III, prop. 13, escólio).

Uma política baseada na inimizade, é antes de tudo corporal. No pretense deslocamento repelir os corpos padecedores, afirma-se simultaneamente a conveniência entre uns, em detrimento de outros. É como se aniquilasse qualquer diferença ou qualquer provocação que a afecção advinda do outro corpo poderia causar — o inimigo é aquele que se torna suspenso de sua capacidade de afetar positivamente.

Como é por intenção tratar aqui a questão como campo afetivo-político, é importante elaborar como isso poderia ser compreendido na filosofia de Spinoza. Se para Mbembe essa inimizade não se trata de mero personalismo de antipatia, mas sim uma cisão existencial, caberia pensar de que forma a questão da raça coaduna na obra de um autor que mesmo vivendo o período das navegações colonialistas escolheu não tratar esta questão como problema em sua filosofia que discute política, afeto e liberdade.

Como Cardoso (2020) expõe, Spinoza, autor branco, liberal e burguês, poderia muito bem ter seguido as posições de outros autores racionalistas de sua época, evocando a ideia de que as razões que justificavam a escravidão dos negros se tratava da inferioridade ou predisposição da natureza de sua condição. Mas pelo contrário, ainda que se deparasse cotidianamente com a realidade da escravidão tendo a circulação de negros na Holanda, além de sua família ter tido negócio com a colônia Nova Holanda em Recife, no Brasil, não seguiu essas premissas, mas também não as objetou, se colocando em silêncio sobre este quesito. De todos os seus escólios ou axiomas, nenhum foi dedicado (diretamente) a este problema de sua época, que atingia de maneira súbita sua filosofia, aponta Cardoso (2020). Se todos são humanos derivados da mesma substância — Deus *sive natura* (ou natureza) — o que justifica o racismo e a objetificação de povos humanos inteiros, se sua filosofia nega inferioridades naturais do mesmo gênero derivado da substância?

Assim, por direito de natureza entendo as próprias leis ou regras da natureza segundo as quais todas as coisas são feitas, isto é, a própria potência da natureza, e por isso o direito natural de toda a natureza, e conseqüentemente de cada indivíduo, estende-se até onde se estende a sua potência (Spinoza, TP cap 2, §4.).

E ainda: “Tudo na natureza, procede de uma certa necessidade eterna e de uma perfeição suprema” (Spinoza, E. I, apêndice). Não há um direito à natureza, acima da própria natureza. Na filosofia spinozista é só compreendendo as causas reais dos afetos que nos atravessam que

atingimos um nível maior de perfeição e liberdade (contentamento), na medida que é entendida a natureza comum entre as coisas podemos agir em autonomia. Portanto, para Spinoza, liberdade é comunidade — amizade.

Se é verdade isso, então o próprio corpo da sociedade em que o autor vivia denunciava o que pretensamente buscou mostrar em *Ética*: como não somos donos dos nossos afetos, mas sim navegantes de um drama de composições e decomposições, estamos fadados à má consciência e superstições que nos afasta de uma vida prudente e contente com o mundo. Spinoza mostra como podemos ser reféns da própria razão, iludidos que estejamos de fato nos dirigindo para liberdade e autonomia, pervertendo o próprio desejo de nossa natureza.

A Europa em que vivia Spinoza guiou sua jornada colonialista-capitalista sob a pretensa ideia do progresso iluminista, onde a razão aliada a técnica seria a égide da construção da civilização escolhida e manifesta como destino, tendo como princípio uma usurpada noção de humanidade narcisicamente enredada em seu próprio engenho. Nesta perspectiva a “escravidão seria a expressão da razão”, consequência natural inquestionável da superioridade moral e humana europeia, já que os racializados, sem “alma”, “cultura ou “razão”, estariam ocupando seu papel de mero objeto ou animal na natureza. A filosofia spinozana, então, negando a possibilidade de uma superioridade natural de qualquer substância do mesmo gênero, mostra que a razão europeia a que tanto filósofos e autores da época defendiam, é problemática. Talvez seja mais um motivo que justifique o tanto que sua filosofia antagonizava o pensamento e as instituições de seu tempo. A Europa “iluminada”, segundo Cardoso (2020), poderia na verdade, contrariamente, estar na escuridão das paixões de suas ideias inadequadas:

Essas ideias inadequadas poderiam se acumular historicamente, por um longo período de tempo, criando um mundo extremamente problemático, que não expressasse a verdadeira essência da substância. Um mundo distante da real natureza das coisas, onde naturezas falsas fossem assumidas como verdadeiras, como por exemplo, a falsa natureza inferior de pessoas negras em relação a pessoas brancas (Cardoso, 2020, p.45).

Um episódio curioso envolvendo Spinoza, revela que seu corpo e imaginação não estavam imunes à denúncia involuntária de sua obra à perversão de sua própria sociedade. Numa troca de cartas com um amigo, Spinoza expõe sobre um acontecimento que lhe despertou atenção. Cardoso (2020, p.45) escreve, a partir do conteúdo desta carta em questão, que “das bruxas aos canibais”, além de todas outras entidades que ocupavam o imaginário europeu de sua época, o *monstro* que ocupou a “alucinação” de Spinoza, relatada a um amigo na carta, foi um negro, brasileiro, sebento (*brazuca, negão e sebento*).

A inimizade a que falamos então, parte de uma expressão apaixonada de uma humanidade servil, totalizante e supra-natural, que ao usurpar para si o direito à natureza passa a expressar-se como universal. Que ama a si mesmo ao alegrar-se por uma ilusão que é causa de si própria, inaugurando um sentimento reacionário heterônomo. Como “universal” (*unium/versus*, um/versus) passa a ver no Outro a figura que denuncia a diferença e que nega a universalidade — a figura do antagonista. Trata-se da justificação do “seu *Ego*, através da deformação do *alter*” (Moura, 2021 p.30). Na presença desta figura o encontro permanece, então, fadado à irrupção dos diversos gêneros de paixões tristes — do ódio à inveja. E seguindo a proposição mbembeana, até mesmo a destruição do Outro.

É por isso que Mills (2022, p. 28) afirma que a “supremacia branca é o sistema político não nomeado que fez do mundo moderno o que ele é hoje”. Buscando elucidar os conteúdos ocultos do “contrato social” a que os clássicos filósofos contratualistas liberais como Hobbes, Locke, Rousseau — e o correspondente contemporâneo destas perspectivas, Rawls — são precursores. Mills (2022) questiona que as justificações morais que defendem e sustentam o plano ideal das perspectivas contratualistas — igualdade, cooperação, vantagem mútua, liberdade — é o que turva o real contrato que deu as bases do mundo moderno: “o contrato racial”. Um contrato, que segundo o autor, “não é um contrato entre todos (‘nós, o povo’), mas apenas entre as pessoas que contam, as pessoas que realmente são pessoas (‘nós, os brancos’). Portanto, é um contrato racial” (Mills, 2022 p.30). O solo que se ergueu essas perspectivas eram potência coloniais e imperiais, supremacistas brancas, seus formuladores, não diferentemente, eram brancos, portanto, esse viés era esquecido em suas reflexões porque para eles “o racismo não era uma anomalia” (Mills, 2022, p.23).

Spinoza ainda que as proposições de sua filosofia negassem uma supremacia racial, é possível que estivesse como “signatário” deste contrato racial, pois o contrato se faz justamente na posição dele não ser reconhecido como tal, fato de que sua filosofia assim como a de seus conterrâneos filósofos não se ocupou (diretamente) do problema racial a que todos eles estavam imersos. Ocupando, portanto, somente o lugar de seus sonhos, que diferentemente, é involuntário.

Tomando a compreensão de Mills (2022), do racismo (ou supremacia branca) como sistema político para a subalternidade de populações não-brancas, a noção de amizade e inimizade pode então ser tomada como o que articula as relações sociais fazendo do racismo um elo para “privilégio socioeconômico e para normas de distribuição diferenciada de riquezas materiais e oportunidades, benefícios e responsabilidades, direitos e deveres” (Mills, 2022, p.30). É considerando isso que Mbembe (2020) desenvolve o conceito de necropolítica em

detrimento ao de biopolítica foucautiana, pois coloca a inimizade, que é um conceito racial, como base da política que perpassa a lógica de distribuição da oportunidade de viver e de morrer (Mbembe, 2016).

Du Bois não fala em amizade ou inimizade, mas trata a partir do que ele chama de salário simbólico (ou salário psicológico) o acesso e a partilha que há entre os trabalhadores brancos a um status e acesso a benefícios simbólicos em detrimento dos negros (Taylor, 2018). Essa é uma das razões que, segundo Du Bois, contribuiu para que o movimento dos trabalhadores do Sul dos Estados Unidos não se desenvolvesse. Para ele, a condição de raça era o que tornava a unidade entre os trabalhadores como classe impossível, já que a identidade branca criava uma espécie de clivagem, em que afastar-se do negro dava-os a sensação de ter uma posição de vantagem (amizade) “induzidos a preferir a pobreza à igualdade com os negros”¹⁷ (Du Bois, 1935, p. 680, tradução própria).

Os pobres brancos ganham do racismo um “salário psicológico” – em oposição a um salário material. Mas o salário psicológico deveria fazer o trabalhador branco se sentir superior por não ser negro, mesmo que ele não tivesse nada material para comprovar isso (Taylor, 2018, p.190).

Sem salário simbólico, o cotidiano do negro enredado na condição de inimizade lhe dá, ao contrário, uma situação de acúmulo de “desvantagens”, que justificado por sua racialização, faz com que enfrente entraves que os sujeitos não-racializados, estão isentos de se a ver (Carneiro, 2019). Nota-se isso, quando a queixa do entregador Fernando não é só sobre o ritmo do trabalho, a quantidade e o teor de sua atividade:

É frustrante pra caralho. Cê sai com uma meta, só que pra enfrentar essa meta, só nós sabe o que que a gente enfrenta: *é preconceito*, é riscos (Fernando).

O entregador Fernando quando expõe suas dificuldades no dia a dia relacionado ao preconceito no trabalho, expõe incisivamente a contradição de raça e classe que o enreda. Contradição essa que fazem dos entregadores suspeitos em seu próprio trabalho, culpados pelos próprios riscos que a condição de trabalho exige e, no fim, frustrados com promessas que se quer as empresas-aplicativos poderão realizar um dia aos seus “parceiros”.

O inimigo, figura imanente à constituição da sociedade capitalista, toma um lugar determinado em que, ainda que queira, não pode se desvencilhar. Um papel atribuído por

¹⁷ So long as the Southern white laborers could be *induced to prefer poverty to equality with the Negro*, just so long was a labor movement in the South made impossible (Du Bois, 1935, p. 680).

terceiros, convenientemente articulado a interesses que vem e vão, ora com aparência de “benevolência”, ora de “terror”:

Eu acho que nós fomos vistos como reis na pandemia. Mas quando ela passou nós fomos tratados como lixo. As vezes clientes mesmo, vem aí ó, como vemos passando nas televisões aí, vários entregadores sendo destrutado, agredido, cê entendeu? Só que na pandemia, nada disso acontecia na pandemia. Só que nós tava sujeito de pegar o vírus, e o pessoal estava se guardando na casa deles. Então acho que a visibilidade deles entre o nosso serviço tinha continuar da mesma forma né. Por que que nós era visto só na pandemia como pessoas boas e agora que acabou a pandemia todo mundo pode sair, todo mundo pode retirar os seus pedidos, seus deliverys, seus fast food. E é o seguinte né, nós depende disso. Nois trabalha, nois depende disso, e na pandemia, nois era visto da melhor forma. E agora por que a gente não é visto da mesma forma? (Cardoso).

Cardoso nota que a visibilidade muda conforme a utilidade. Assim como um guarda-chuva esquecido toma relevância novamente num dia chuvoso, a relação que se dá com o entregador é como aquela mediada entre um instrumento e o seu uso.

Vemos, portanto, que se alternam os acontecimentos e o período histórico, e mesmo hoje — não de maneira surpreendente —, nos tempos atuais de neoliberalismo, algo persiste em se repetir: da Guerra do Paraguai, até o caso dos Lanceiros Negros na Guerra Farroupilha¹⁸ — e hoje os entregadores de aplicativos na pandemia — os Outros-racializados têm sido “heróis como nunca”, mas continuam “vilões, como sempre”.

A interlocução entre Spinoza e Mbembe pretendida aqui, serve a desvelar que a qualidade de “vilão” que foi atribuído por um dos entregadores sobre sua condição, não é uma ficção fantasiosa dos filmes de super-heróis — ainda que, nestes filmes a escolha destes papéis carregam mensagem ideológicas cuidadosamente pensadas —, mas é associada a uma trama racionalizadamente disposta contra eles, que no seio da sociedade em que Spinoza vivia, edificava-se como um tipo ameaça ontológica atribuída aos Outros. Condição que favorecia a

¹⁸ Segundo Moura (1994) na Guerra do Paraguai os negros escravizados foram usados como linha de frente na batalha substituindo os filhos dos donos de escravos no alistamento, e até mesmo comprados pelo governo para serem usados na batalha, tendo como promessa a liberdade. O conflito resultou na morte de 60 à 100.000 mil negros, voltaram vivos 20.000. Segundo Moura (1994, p.95) “as elites brancas se preservaram, mandando para linha de frente aquela população da qual elas queiram se descartar por motivos sociais e racistas: a escória”. No caso da Guerra Farroupilha, fora prometido a liberdade aos lanceiros negros, que eram combatentes escravizados que lutaram ao lado dos Farrapos durante dez anos contra as tropas imperiais (Secretaria da Cultura RS, 2020). Ao final do conflito em um ato de traição a partir de um acordo firmado por Duque de Caxias (exército imperial) e David Canabarro (Farroupilha), que tinha como finalidade facilitar os acordos de paz e a anistia para o lado Farroupilha por sua iminente derrota, resultou na entrega dos lanceiros negros para o exército imperial, que culminou numa emboscada que aniquilou os combatentes negros. O caso que ficou conhecido “como massacre de porongos”. Nesta emboscada Duque de Caxias exigia o seguinte: “No conflito poupe o sangue brasileiro quando puder, particularmente de gente branca da província ou índios, pois bem sabe que esta pobre gente ainda nos pode ser útil no futuro” (Assumpção, 1996. p.20).

reprodução do sistema econômico que ali buscava o horizonte de sua mundialização e que hoje não deixa de se fazer presente.

5.3. A opacidade colonial: a ancestralidade do trabalho de entrega

As sociedades capitalistas, colonialistas e patriarcais são divididas por uma linha abissal que atravessa cada um dos espaços e em cada um deles define a existência de exclusões não abissais (sujeitas à lógica da regulação-emancipação) e de exclusões abissais (sujeitas à lógica da apropriação-violência). *Se antes, ao tempo do colonialismo histórico, essa linha era perceptível geograficamente, hoje se deslocou e perdeu o referencial geográfico, na medida em que relações metropolitanas e coloniais passam a conviver em espaços reduzidos, dentro de países centrais ou até mesmo no interior de cidades* (Cavalcanti, 2021, p. 111-12, grifo próprio).

Racismo e desigualdade têm sido questões fundamentais para se discutir os efeitos da pandemia, como visto nos tópicos anteriores. Se excluirmos das análises raça, classe ou gênero daqueles que se infectaram ou padeceram temos erroneamente a noção de que estávamos todos “no mesmo barco” — pobres, ricos, negros, brancos, homens e mulheres. Mas como já afirmamos, o coronavírus não foi democrático. Faustino e Gonçalves (2020) argumentam que a dinâmica da pandemia aprofundou a desigualdade ao mesmo tempo que se espalhou por meio dela. Para eles essa dinâmica revela as velhas disposições da divisão racial e sexual do trabalho na sociedade brasileira, nas suas contradições que perpassam raça, classe e gênero:

O perfil padrão das mortes por Covid-19 é o homem negro, de baixa escolaridade e pertencente aos filões mais precarizados da classe trabalhadora. Entretanto, as dimensões de gênero da pandemia reservam um lugar perverso às mulheres negras, seja por estarem na linha de frente daqueles serviços considerados indispensáveis, como enfermagem, limpeza, entre outras, seja pelos efeitos do acúmulo de tarefas colocados a todas as mulheres em confinamento, agravados pela precariedade das condições sociais na qual se encontra a população negra. (Faustino; Gonçalves, 2020, 283-84).

Percebo nas ruas, em meio aos encontros com os entregadores que raça também tem sido algo incontornável para se pensar a experiência da categoria seja na pandemia ou fora dela. Mesmo em uma pergunta genérica nos encontros questionando “o que foi ser entregador na pandemia?”, a maioria dos abordados falavam das discriminações, humilhações e racismo na experiência de seu trabalho. Mesmo os entregadores brancos não deixavam de enfatizar esse quesito.

Como sabemos pelo exposto no tópico 4.1., os conflitos e estigmatizações pejorativas como aquela expressa no termo “cachorro louco” que ficou marcado entre os motoboys, ocorreram desde a popularização das motocicletas e a expansão dos serviços de entregas de

documentos e mercadorias pela exigência de conectividade e fluxos na maior cidade do Brasil a partir dos anos 80. Desde lá a moto encarna uma espécie de antagonista dos carros e do trânsito, nessa guerra, elas tornaram-se as “vilãs” (Silva, 2009). Mesmo que ironicamente, o lado das motocicletas seja o que mais morre, o senso comum joga a responsabilidade no motoboy, justificado pela sua imprudência e agressividade no trânsito — são vítimas e culpados.

A racialização dos motoboys, portanto, não se configura apenas no plano da subjetividade. Cabe-nos refletir de onde deriva a atividade que esses trabalhadores desempenham e quem são seus ancestrais mais próximos. Não podendo se desvencilhar do passado histórico que está assentado a memória da sociedade brasileira, os caminhos levam a atribuir a ancestralidade do trabalho de entrega de aplicativo ou do motofrete, a uma atividade que foi muito popular no século XIX nas cidades urbanas, desempenhado por um personagem por vezes esquecido quando se pensa em escravidão: os escravizados de ganho.

Os fantasmas da escravização negra persistiram com uma certa opacidade nos percursos traçados nessa pesquisa. Foi num encontro que tive no VI Congresso Brasileiro de Psicologia Ciência e Profissão que ocorreu em São Paulo, no mês de novembro em 2022, onde pude acompanhar uma comunicação oral que se chamava “Interfaces entre escravidão urbana e processo de uberização”, que notei que há muito o que desvelar sobre a precarização do trabalho e suas relações diretas com o arranjo e estrutura da escravidão histórica brasileira. Lá, Claudia Freire Vaz expunha um trabalho que trazia uma reflexão a partir do desdobramento de sua tese de doutorado que estudou a memória do fenômeno da escravidão urbana no Rio de Janeiro no séc. XIX, possibilitando que ela observasse certa relação com o fenômeno contemporâneo do trabalho uberizado.

Segundo Vaz (2016, p.31), a escravização urbana no sec. XIX subdividia as pessoas escravizadas no Rio de Janeiro em três categorias “os escravos domésticos, os escravos de aluguel e os de ganho”. Sendo os escravos domésticos a categoria de maior número. A autora descreve que as atividades deste último grupo, de maior número, eram diretamente ligadas à família senhorial:

Amas de leite, pajens e mucamas – ao funcionamento e conservação das residências – jardineiros, cozinheiras e lavadeira – e atividades como fazer compras, levar recados, buscar água, despejar dejetos no mar, que possibilitava uma maior circulação pela cidade (Vaz, 2016, p.31).

Já os escravos de aluguel estavam dispersos em diferentes atividades e outros locais, já não se limitando à família senhorial, pois eles eram uma forma de trazer rentabilidade à quem

detinha sua posse. Os escravizados eram postos a aluguel de forma a prestar serviços a terceiros. Vaz (2016, p.31) descreve que

No contrato de aluguel se fixava o preço e o período pelo qual o locatário utilizaria a “peça” e isso poderia ser realizado através dos próprios senhores ou por agências locadoras, que cobravam uma comissão pelo trabalho de intermediação. Realizado o contrato de aluguel, a pessoa que obteve o serviço também se tornava completamente responsável, como se fosse dono dele.

Os escravos de ganho eram numerosos e faziam parte do cotidiano da cidade. Após suas mais diversas atividades, no fim do dia eles pagavam tributo aos seus senhores e ficavam com o que sobrava (Vaz, 2016). Porém, não eram só as famílias senhoriais que se beneficiavam com a escravização urbana. Vaz (2016) afirma que havia empresas que em seu funcionamento tinham escravos próprios ou alugados — como uma terceirização contemporânea, mas da escravização.

Os escravos de ganho viviam sob uma complexa forma, que misturava uma certa liberdade de circulação, diversidade de afazeres e escolha dos investimentos dos seus ganhos em lazer ou alforria — o que era praticamente improvável visto a quantia que ganhavam — mas ao mesmo tempo conviviam com a violência e subordinação à família senhorial, além de terem “limites institucionais” bem demarcados (Vaz, 2016, p.37). A autora afirma que para além de guardar o dinheiro suficiente para a alforria, para ela ser efetivada de fato era necessário cumprir com certas exigências qualitativas como a obediência aos senhores e a competência no trabalho. Esse tipo de organização era um bom investimento para os senhores já que “por ano, o cativo poderia gerar lucros de até 35 mil réis, o que significava um quinto do seu valor no ano de 1818” (Vaz, 2016, p.34). Além disso, o negócio de ganho era ainda mais estratégico economicamente, pois a família senhorial deixava de arcar com os custos de ter o escravizado em subordinação total dentro de suas dependências tendo que lhe prover alimento, vestimenta, dentre outras coisas, já que o escravizado de ganho possuía uma certa renda para sua subsistência. Este aspecto, segundo a autora, dava a impressão para alguns que a escravização urbana poderia ser vista como “um destino menos sofrido para os escravos” (Vaz, 2016, p.36).

Além das questões acima, havia neste tipo de configuração da escravização uma contínua flutuação dos horários que variavam conforme a demanda. Fazendo com que os escravizados estivessem sempre dispostos aos mandos, em qualquer horário, às vezes tendo que dar conta da demanda doméstica e de serviços nas ruas, multiplicando a jornada de trabalho (Vaz, 2016).

A autora atribui que posse de escravos era algo que aumentava o status da família já que “o trabalho braçal era entendido como pejorativo”, fazendo com que essa prática se tornasse um ideal da vida carioca na época (Vaz, 2016, p.35). Enquanto tivessem escravizados sobre sua posse podiam terceirizar algumas obrigações e afazeres mais penosos e dedicar o tempo em outras ocupações.

Outra coisa que me chama atenção no estudo, é onde a autora explicita que até mesmo o aparato da punição operava de uma maneira particular na escravização urbana, ressaltando o papel da "Intendência Geral de Polícia", que segundo explicação da autora foi criada após a chegada do príncipe regente no Brasil. Diferentemente de como acontecia na escravidão rural, era a Intendência que, a pedido dos senhores de escravos, tinham sob sua responsabilidade operar as punições que segundo a autora podiam ser pagas pelos senhores por um preço de até “160 réis para cada cem chibatadas e 40 réis diários para cobrir os custos do cativo nas instalações” (Vaz, 2016, p.37). Substituir o papel do feitor, como era o padrão na escravidão rural, e a humilhação pública para dar a responsabilidade para a Intendência, de certa forma tinha como papel higienizar a violência, para com isso dar um aspecto de que os escravizados eram bem tratados, já que o Rio de Janeiro era destino de muitos viajantes do exterior. E outro motivo, vinha com base no receio de que a violência explícita poderia fomentar motins e revolta, visto a grande quantidade de escravizados que havia na cidade. Porém, mesmo assim, a violência e a rígida coerção pelo medo não eram a principal estratégia para manter a tutela dos escravizados na cidade, a esperança era também instrumentalizada no sentido de que “um tratamento melhor, com incentivos positivos como a permissão de ter atividades remuneradas em seus dias de folga ou a promessa de alforria, se mostrava muito mais produtivo do que a ameaça de castigos” (Vaz, 2016, p.39). Outra justificativa para esse bom tratamento era porque havia a crença que se bem tratado os escravizados de ganho trabalhariam melhor, e com isso, trariam maior retorno financeiro. Mesmo assim, em meio a estas justificativas não se dissipava o constante medo da revolta.

A autora chama atenção para outras formas de violência, que ao contrário daquelas manifestas fisicamente, se expressavam pela negligência. Era comum ver escravizados de ganho em lugares públicos como praças, ruas e parques, pois estavam sempre à espera de algum serviço. Também, por exemplo, a autora cita no estudo o caso dos pescadores proprietários de escravos, que por não possuírem uma casa muito grande, obrigavam que os escravizados sob sua posse a procurassem um jeito de se abrigar.

Os denominados “cantos” tinham um importante papel na estrutura da escravização de ganho. Tratava-se de lugares públicos que variavam entre: esquinas, cruzamento de ruas, ou,

como já citado, parques e praças, que se caracterizavam como ponto de “reunião de negros de ganho (libertos ou cativos)” (Vaz, 2016, p.53). Lá ficavam à espera e se dispunham a serem contratados por qualquer um que necessitava, se somavam nestes lugares, barbeiros, reparadores, ambulantes. Estes agrupamentos, segundo o estudo, se estruturavam por uma lógica que se relacionava com o parentesco das nações africanas de cada um, em relação com: a língua falada, a semelhança da cultura, ou vínculos de amizade. Ainda sobre estes lugares, a autora expõe:

Os cantos eram uma forma de estruturar o trabalho com autossuficiência, desvinculação do senhor. Estes locais tinham como função se tornar um ponto de referência para contratar pessoas que oferecessem serviços de ganho. Cada canto possuía um chefe, eleito pelos integrantes do grupo e esse se tornava responsável por intermediar o agenciamento entre negro de ganho e contratante, estipulando preço e a efetuação do pagamento (Vaz, 2016, p. 53).

A autora enfatiza que estes espaços tinham um importante papel na formação de laços de solidariedade, preservação cultural, se configurando também como lugar de descanso e recreação. Além de serem importantes espaços de troca de informações e onde se teciam estratégias para sobreviver, onde conviviam cotidianamente com as intersecções entre uma certa “liberdade” e “autonomia”, a precariedade e o trabalho de ganho (Vaz, 2016, p.53).

Vaz (2016) nos dá uma rica pista de uma diferente forma de olhar para a contemporaneidade. Andando nas ruas hoje vemos como diversas temporalidades se entrecruzam: a escravidão mudou sem deixar de ser ela mesma. A forma moderna e tecnológica do trabalho de plataforma convive com raízes arcaicas e raciais da história colonial, nos mostrando como, a partir do trabalho de plataforma, o mercado de trabalho acaba se estruturando e operando pela, e por meio, da marginalização dos negros e sua sabida suspensão de direitos. Não como uma comparação anacrônica, mas como lógicas de um racismo estruturante de um país que hoje é ex-colônia escravista, que adentrou ao capitalismo dependente sem mesmo efetivar sua descolonização ou desfazer-se da racionalidade das instituições pretensamente colonialistas, e que, portanto, ora buscam se livrar dos negros, ora que permaneçam nos mesmos lugares a que foram “naturalizados”.

Como os entregadores contemporâneos, os escravizados de ganho se amontoavam nas esquinas para prestar seus trabalhos. Longe dos olhos de subordinação dos senhores que tinham sua posse, desfrutavam de uma certa sensação de liberdade podendo circular pela cidade para realizar seus serviços. As empresas lucram como os antigos senhores dos escravizados. Eram alugados somente naquele momento do serviço – *just-in-time* – não tinham jornadas de trabalho definidas e estavam sujeitos à violência cotidianamente. Conviviam com a incerteza e

precariedade. O pouco que ganhavam alimentava esperança de uma possível e muito longínqua alforria – me lembra aqui, de certa forma, aqueles entregadores que se endividam com a moto que compraram para trabalhar, e que trabalham para quitar a dívida do próprio ofício. Submetidos a esta situação de desamparo, tinham que se virar do seu jeito, e assim, como os entregadores, descansavam na rua, sem abrigo, sob longas jornadas de trabalho sem lugares específicos para suas necessidades básicas. Os denominados “cantos”, dos escravizados, tornam-se os novos “bolsões” em que se acumulam os entregadores nos arredores de shoppings ou esquinas. Até mesmo a alimentação era improvisada por eles próprios, pois ao se tornarem escravos de ganho a família senhorial que tinha sua posse dispunham o mínimo possível para melhor lucrar sob seus serviços, lógica tal atualizadas nos pressupostos neoliberais encarnadas nas atuais empresas-aplicativos que opera no sentido de transferir ao trabalhador os custos de seu trabalho.

Além disso, os escravos urbanos e de ganho, viviam ocupando as ausências menos importantes e consideradas supérfluas e indignas no trabalho — “fazer compras, levar recados, buscar água, despejar dejetos no mar” (Vaz, 2016, p.31). Que hoje estão dispostas a um clique pelos celulares. Mantinham assim o gozo da casa grande que dispensava o trabalho “braçal pejorativo”, que por isso relegava àqueles inimizados pela sua “inferioridade humana”.

Como vemos na cidade urbana escravista, os escravizados também estavam submetidos por uma fina teia de manipulação moral que operava na alternância entre a benevolência ao terror. A mesma mão que dava, era a mão que batia, porém, substituída pela mão da polícia. Estava então posta a malha da servidão — suspensos entre o medo e a esperança, ficavam vulneráveis às vontades da casa grande, que atribuía à polícia o papel de seus protetores privados, heróis particulares.

Para Clóvis Moura (1988) é precisamente compreendido que o Brasil não rompeu com os elementos coloniais constituidores de sua sociedade marcada por sua elite escravocrata antinegra, mantendo mesmo na sua modernização dependente, reatualizações destes elementos, chamando de “modernização sem mudança”, ou seja, modernização racista (Moura, 1988; Coelho, Evandro, Herdeiro, 2021).

A autora, concluindo seu trabalho, fazendo uma reflexão sobre memória e esquecimento no fenômeno da escravização de ganho, nos diz o seguinte:

Se pensarmos que a escravidão em termos de casa grande, senzala, tronco e chicote, pode-se dizer que a escravidão acabou, posto que este “setting”, ligado a um lugar de memória, que já não existe mais. Mas a escravidão urbana? O que demarca seu fim? Ela se adaptou, se transformou rumo ao capitalismo. Não houve uma estrutura física na escravidão urbana carioca que pudesse ter sido rompida para o ressurgimento de

uma nova era. Não houve uma quebra paradigmática, houve uma transição do trabalho escravo para o livre (Vaz, 2016 p.198).

Na abertura de seu trabalho, Claudia Freire Vaz (2016, p.04), cita um poema de Luís Carlos de Olivera. A frase que termina o poema em questão, diz o seguinte: “a escravatura não foi abolida; foi distribuída entre os pobres”.

5.4. O monstro negro-entregador

O primeiro aspecto da racialização é a epidermização dos lugares e posições sociais, ou seja, aquilo que se entende por raça passa a ser definidor das oportunidades e barreiras vividas pelos indivíduos ao longo de sua vida. [...] É essa a raiz da figuração do colonizado como um ser enclausurado em seu corpo, tido quase sempre como bruto, rústico e emocionalmente instável, em contraposição ao europeu, apresentado sempre como expressão universal das qualidades úteis ao controle do mundo. Tanto a pretensa europeização da razão ou do sujeito, quanto a objetificação reificada no negro — ou não branco/ocidental/europeu — são expressões desse mesmo processo de racialização (Faustino, 2022, p.65).

Como pudemos ver no tópico anterior, mesmo que atualmente o trabalho do entregador seja “livre”, congregando negros e brancos, a ancestralidade desse ofício nos provoca a compreender a marca colonial racializada de sua memória, “epidermizada socialmente”, como aquilo que fundamenta ser um trabalho de negro. Por assim dizer, trabalho da senzala, pejorativo e braçal. Vaz (2016), como vimos anteriormente, questiona até mesmo se é possível falar da lembrança da escravização urbana, já que, uma vez atualizada na estrutura do trabalho livre ela ainda se torna presente, impossível de ser esquecida: seja na função violenta do aparato policial; na segregação urbana; no desamparo; na divisão racial do trabalho; na imposição do medo e esperança como controle social; e na violência racial cotidiana disfarçada por uma suposta cordialidade democrática.

O cotidiano, neste sentido, permanece epidermizado, trazendo como presente formas reificadas do racismo negro no trabalho. Lélia Gonzalez (1984) em seu texto primoroso, denunciando e explorando as condições do *racismo sexismo na cultura brasileira*, explicita algo que nos ajuda a compreender esse processo de reificação. Ela diz o seguinte: “como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra” (Gonzalez, 1984 p.228). Para explicar seu ponto, destaca que tomará como ferramenta de análise a noção de “consciência” e “memória”, dizendo:

Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da

verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui (Gonzalez, 1984, p.226).

A consciência, para Gonzalez (1984, p.226-27), “faz de tudo para nossa história ser esquecida, tirada de cena”, mas a memória “tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala através das mancadadas do discurso da consciência”. Daí a contradição, que para Lélia, funda o racismo como neurose cultural brasileira. Para a autora, a memória do racismo, que se insiste em interditar é escamoteado em alegorias, pseudociências, mitos e atitudes e está sempre em cena:

Quanto a doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas”. Daí, ela ser o lado oposto da exaltação; porque está no cotidiano. E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas. Melhor exemplo disso são os casos de discriminação de mulheres negras da classe média, cada vez mais crescentes. Não adianta serem “educadas” ou estarem “bem vestidas” [...] Os porteiros dos edifícios obrigam-nos a entrar pela porta de serviço, obedecendo instruções dos síndicos brancos (os mesmos que as “comem com os olhos” no carnaval ou nos oba-oba [...] só pode ser doméstica, logo, entrada de serviço (Gonzalez, 1984, p.230).

Este papel não desvincula de sua carne, pois está epidermizado no seu lugar social como mulher negra. Por isso, mesmo educadas ou bem-vestidas, ainda são as mucamas.

Da mesma forma que Lélia diz que a doméstica é a mucama permitida, da entrada pela porta de serviços — que a memória inclui. Podemos dizer que o entregador de aplicativo é o escravizado-negro de ganho que a consciência exclui, numa fuga neurótica, sem dar-o-nome-aos-bois — vilão, cachorro, ladrão, lixo ou monstro¹⁹. A quele que é pretensamente impedido ou vigiado nas portas — que os porteiros “desconfiam com os olhos”.

E é essa fuga que dá o tom ao que Lélia Gonzalez (1988) define como característica do racismo brasileiro: a denegação. Categoria que busca na Psicanálise freudiana que diz respeito ao “processo pelo qual o indivíduo embora formulando um de seus desejos, pensamentos ou sentimentos, até aí recalcado, continua defender-se dele, negando que lhe pertença (Laplace e Pontalis, 1970 apud. Gonzalez, 1988). Neste sentido, o racismo está aí, mas é denegado. Ao mesmo tempo que diz não fazê-lo, volta-se insistentemente contra o negro, enquanto o branco não se dá conta dele.

Retornando a Spinoza, é sabido que o corpo é memorioso, já que toma como “presente, imagens do que está ausente” e a “mente não erra ao imaginar, pois a imagem não é verdadeira nem falsa, mas uma vivência corporal” (Silva, 2011, p.24). Para Chauí a mente é “ideia

¹⁹ No cap. 4.4.

complexa de seu corpo complexo, vivenciando-o como próprio”, ela é “imediatamente consciente das afecções de seu corpo e de si mesma” (Chauí, 1999, p.87 apud. Silva, 2011, p.23). Mas que quando deformada por ideias inadequadas daquilo que lhe atravessa, não tem o conhecimento real e verdadeiro daquilo que experiência:

Isto é, a mente conhece o próprio corpo por meio da imagem que os corpos exteriores dele formam e conhece estes últimos pelas imagens que seu próprio corpo forma deles, assim, pode-se afirmar que a imaginação é a primeira forma de intercorporeidade (Silva, 2011, p.23).

Como o sujeito negro é pretensamente deformado pelo racismo, esse encontro é dramatizado por imagens conflitantes. Essas imagens operam, segundo Chauí:

Articulando nexos de idéias, [que] tende a ligar-se a outras e, combinando-se com elas de maneiras variadas, torna-se um sistema independente, pretendendo, com dados parciais e mutilados, oferecer explicações totalizantes da realidade. Não o consegue, mas tem a ilusão de tê-lo conseguido, cristalizando-se numa rede intrincada de preconceitos, o imaginário (Chauí, 1999, p.89 apud. Silva, 2011, p.23).

Lélia, ao falar do racismo, fala de uma verdade escamoteada. Uma flutuação emocional de imagens e ideias conflitantes, parciais e mutiladas. Se esconde, mas está ali. Está ali, mas se esconde. Para ela, é também imaginário, assim como define Chauí. Conflito tal, que talvez podemos dizer que é fundado no ódio e no desejo (Mbembe, 2018).

É aí, que diante de si, o sujeito vê um *monstro* — como afirmou o entregador Túlio — encarnado num entregador (ou um “negro”, um “lixo”, um “cachorro”, um “vilão”). Que então desperta as mais diversas reações — do corpo e da mente em sua univocidade radical. Como se estivesse embaixo da cama, sob o imaginário ele se presentifica. Ao mesmo tempo que se esforça investindo contra a presença dessa imagem, ela se volta contra si. Uma mistura de fascínio e terror.

Estes afetos conflitantes vemos aos montes, como quando o entregador Fernando notou o desprezo e o nojo ao se aproximar de uma cliente:

Fui fazer uma entrega, a mulher olhou, ela falou assim: o troco é seu. Tipo ela olhou e ela falou assim: ó pega o troco pra você, ela pegou, eu virei assim, era uma moeda de dez centavos, só que tipo você não liga do valor está ligado? Mas você vê a forma que ela te entrega. Tipo te tirando, “oh está aqui oh, o troco pra você”. *Tipo no nojo, tá ligado? Pô, cê vai dar dez centavos pra alguém?* (Fernando).

Na presença do entregador, a cliente não consegue disfarçar o nojo, ao mesmo tempo que entrega a moeda. O entregador sente o desprezo. Se por vezes são “ninguém”, esquecidos, quando são vistos causam perturbações, que são notadas diante da afronta, do temor, do nojo. No caso de Fernando a gorjeta, gesto comumente de generosidade, é tomado como forma de humilhação. Vercilo, também experiencia essa perturbação:

O ruim foi isso mesmo. Que foi a discriminação né. [...] Olha pra você com uma cara tipo de... mas acho que, foi isso mesmo, olhar *com a cara de desprezo*, acha que você tá com alguma coisa, só porque tá na rua trampando. (Vercilo).

Do nojo ao desprezo, a figura do entregador encarna-se em um objeto fóbico, que necessita distância e cautela, já que é perigoso e monstruoso:

Enquanto converso com um entregador e pergunto sobre a relação com os clientes, um amigo interrompe e diz — “Eles nem chegam perto! — referindo-se a uma situação recente, em que foi até a residência de um cliente que deixou o dinheiro no chão, e pediu que o entregador pegasse o dinheiro e deixasse o pedido ao lado. (Diário de campo).

Em outra situação, em conflito, um homem de olho claro ao ver um negro retinto em cima de uma moto, não hesita externalizar seu imaginário:

Um uber, parou o carro. Ao parar ele me deu uma fechada. Ele olhou pra minha cara, não contente por causa da minha cor, ele era uma pessoa clara, de olho claro. Me chamou de macaco, disso e daquilo (Cardoso).

Como são sujeitos suspensos, relegados à inimizade — à monstruosidade e à animalidade — aceita-se que sejam tratados sob todo gênero de humilhação e, por conta disso, que possam comer na rua, sentados no chão das calçadas onde podem descansar suas “patas”, sem acesso à mesa, cadeira ou a um banheiro. Pois, como se acredita, são eles incivilizados, “acostumados” com a degradação. A eles não se opera o discurso da razão, ou do reconhecimento.

Já passei de cliente vim querer humilhar nois, tendeu? E que, querer pegar pedido com nois assim e falar pra jogar até o pedido próprio no chão. Coisa, que não tem cabi... Não só o cliente como tem muitos estabelecimento também, que trata nois como cachorro. Às vezes a gente pede uma água, a gente quer usar um banheiro, alguma coisa assim, esquentar até nossa marmita, os pessoal não sei qual é que é, entendeu? (Rodrigo).

O entregador Rodrigo, ainda diz:

Pra eles somos *nada*. Somente entregador que entrega ali e já era. Tem muitos que nem olha na cara. Não dá nem um boa noite. Nem um bom dia. Nem nada. (Rodrigo).

“Nada” — aquilo que se vê, quando nada se vê. Sujeitos em clausura, presos em simulacros. O monstro, o negro e o entregador — diferentes faces do encobrimento do mesmo. Aquele monstro que ao se esconder, se revela à noite, sempre à espreita. Caminha pelos meandros da falsa consciência. Amedronta com sua face a verdade in-denegável. A verdade que cega ou que desperta irrupções viscerais, marcada por desequilíbrios e reações emocionais. Ódio e desejo; fascínio e temor: a verdade in-denegável que irrompe a nervura, expondo que a

pretensão e a vontade do branco fazer do negro apenas um “objeto em meio a outros objetos”, por vezes vacila (Fanon, 2008, p. 103). Agora veem-se assombrados com as próprias faces que perderam de si, depositadas no negro. Nesta tragédia afastaram-se, portanto, de si mesmo. O monstro-negro-entregador nada mais é de que um produto da imaginação branca, figura disforme de sua própria humanidade sustada, que lhes assombram.

5.5. A desconfiança e a vigilância

“a senzala ainda está presente” (Nascimento, 2021, p.44).

O negro, como “mau-cidadão” (Moura, 2021), continua enredado nas contradições de seu mundo. Mesmo hoje, saindo de suas periferias a trabalhar em avançadas, inovadoras e futuristas empresas de tecnologia, é somente na condição de serem relegados a senzalas existenciais. É, portanto, ainda assim, que a cultura empresarial no setor de tecnologia, permanece cindida entre os trabalhadores da casa grande e os da senzala²⁰

Como Célia Maria Marinho de Azevedo (2004) evidencia analisando os textos do deputado alagoano Aureliano Cândido de Tavares Bastos do final do sec. XIV, a muito tempo já se idealiza e arquiteta a dinâmica da divisão racial do trabalho a que vemos. O deputado em questão, preocupado com imigração europeia e a transição do trabalho livre no Brasil, expressava que havia:

Uma ligação explícita e até mesmo orgânica entre branco e trabalho livre e, portanto, liberdade/progresso/civilização, o que por sua vez implica pequena propriedade/cultura intensiva e diversificada/desenvolvimento. Já o negro definia-se pela falta disso tudo, ou plena negação do que é bom, do que é ideal. O negro era o real a corrigir, pois denotava a própria escravidão e, por conseguinte, trabalho compulsório/atraso/barbárie e imoralidade, o que implicava grande propriedade/monocultura extensiva e rotineira/estagnação (Azevedo, 2004, p.55).

Para Moura (2021, p.30), é derivado destas ideias e memórias que é atribuída uma ligação reificada “entre etnia negra e a situação de pobreza, exploração e delinquência a que os seus elementos marginalizados pela sociedade capitalista chegaram, especialmente nas grandes cidades”. Pela condição em que estão imersos não há garantias nem segurança da reprodução da sua vida, por isso o autor enfatiza a permanente “falta de estabilidade nos empregos eventuais (pois quase sempre funcionam na fixa do subemprego)” (Moura, 2021, p.32). É considerando essa realidade, que a sociedade branca e as classes dominantes olham para o negro com

²⁰ No tópico 4.2.1.

desconfiança pois “a imagem abstrata que os estratos superiores que se julgam brancos têm do negro é reflexa dessa realidade social, econômica e cultural na qual ele se encontra imerso” (Moura, 2021, p.29).

Como é compreendido em *Onda negra, medo branco* de Azevedo (2004), no sec. XIX, a sensação de insegurança de um novo Haiti, antes da abolição, pairava em meio às discussões abolicionistas. O medo branco (ou síndrome do medo por Moura, 2001) trouxe imigrantes sob tutela jurídica e amizade, ao mesmo tempo que dar possibilidade da inserção do negro, agora livre, no mercado de trabalho assalariado, não foi uma bondade, mas uma medida de “controle social”, resolvendo o problema de uma iminente revolta (Azevedo, 2004). No entanto, essa ideal de inserção do negro livre em sociedade, como assalariado, foi posta como longínqua possibilidade, dificultada por políticas estrategicamente postas e deixar os negros na subalternidade.

Vemos então, diante o que já foi exposto, uma realidade que se dá dividida. Ou seja, aos brancos concessões e para os negros, embargos. Os embargos estão dispostos aos montes, transfigurados no campo do trabalho, no campo da estética, da moradia, da circulação, da linguagem, nos direitos e nos atributos que compõe a cidadania.

Podemos dizer que o medo branco e a desconfiança eram tomados como balizador das ações e tratamento das instituições para com esses indivíduos: os “maus cidadãos” dos territórios “suspeitos”. Porém o cenário descrito por Moura e Azevedo anteriormente, pouco mudou na contemporaneidade, é possível observar isso se perpetuar na situação dos entregadores:

Nas ruas, acidentes e abordagens policiais. Durante uma de minhas derivas etnográficas pude presenciar uma “caça” de policiais, parando o trânsito em um farol no bairro Pompéia. Parecia uma operação policial. De qualquer modo, o que quer que fosse, os motoboys eram alvos. Parando moto por moto. Todos eles passavam por revista: nos bolsos, nas calças, no torso. A moto também não escapava: olhavam os chassis, em baixo, em cima e conferiam as placas. Apesar da arbitrariedade das paradas, no tempo que presenciei, as abordagens foram cordiais, mas totalmente direcionadas: todos os motoboys eram potencialmente suspeitos. (Diário de campo).

Em contato com o cotidiano urbano, na maioria das vezes, os entregadores têm apenas como resposta possível a resignação. Sem o respeito da polícia, dos clientes, dos funcionários nos estabelecimentos e nem dos motoristas no tráfego. Na cidade a todo momento são potenciais suspeitos, abordados cotidianamente por operações policiais, seguidos por seguranças em shoppings e temidos pelos circulantes na cidade:

Hoje em dia cê vê um monte de gente se acuando assim quando vê nós chegando perto assim, entendeu? (Malcom).

Um deles, o entregador Vieira, expõe sobre a relação com os policiais, dizendo: “geralmente a polícia militar do trânsito toca só motoqueiro [...] eles gostam de prender moto de trabalhador, né”, e segue detalhando essa vivência “a abordagem é meio violenta, né. Já arma na cara, já desce da moto. Eles inventa coisa que não tem, por aí vai, pneu, então é complicado”. O entregador ainda percebe que o tratamento muda de rigor conforme os locais: “no jardins ainda é pior ainda. Nas áreas onde tem o pessoal de, da classe média alta é bem pior ainda. A abordagem” (Vieira).

Quantas vezes aqui mesmo eu já tomei esculacho de polícia trabalhando? Eu, com o pedido na mochila. Até que então eu falei assim, oh você quer pegar, quem está roubando tá passando lá do outro lado e eles sabem quem é e não pega. Já nós toda hora é o esculacho, eu já vi colega meu apanhando, eu já vi eu já vi policial agredindo colega meu. E como que a gente fica? A gente foi do céu ao inferno. Quando a gente estava só nós na rua, não tinha roubo, não tinha isso, não tinha aquilo, era motoboy.. “ah motoboy é os guerreiro, motoboy é um anjo”. E quando voltou tudo, voltou tudo, aí saiu aqueles falso motoboy pra rua, começou a generalizar. É cliente que generaliza a gente, é discriminação em cima de motoboy, vocês vê. (Fernando).

Para piorar a situação, o entregador Fernando cita um fenômeno que se proliferou em São Paulo no ano de 2022 (Dalapola, 2022). Pessoas de moto começaram a adotar como estratégia para cometer crimes o uso das bolsas de aplicativo, favorecendo que em suas ações as vítimas fossem pegadas despercebidas e, além disso, que pudessem melhor se disfarçar nas ruas. Jordano também relatou essa problemática, enfatizando que esses acontecimentos acabaram “atrasando” para o lado dos motoboys:

Quem usa a moto pra fazer besteira, pra roubar, acaba atrasando o lado de alguém, aí às vezes a gente tá no farol a gente vê pessoas que fecha o vidro pra gente, as vezes a gente tá procurando um número na rua devagarzinho aí a pessoa já guarda o celular que tá vindo na nossa direção achando que a gente... dá até pra entender, né? Porque infelizmente ter esse trauma da sociedade. Mas pra mim e pra gente eu acho que já já virou normal isso aí. (Jordano).

Trata-se de um cotidiano de desconfiança. Nas ruas são estranhos na própria casa. É como se não pertencessem ao território em que circulam, como aborda outro entrevistado:

Eu sou, tipo, venho da periferia, e a gente que sai da periferia tem que saber lidar com pessoa de alto nível. Lógico, tem que saber lidar na favela, nos lugares do centro. Então é isso, graças a deus eu consigo saber lidar com os clientes né, é questão disso de tratar sempre bem o cliente, fazer algo em troca, acaba ganhando uma gorjeta e tal (Maurício).

No discurso de Maurício, vemos evidenciado o lugar do centro e o da favela, como lugares distintos e até mesmo antagônicos. Distintos porque, como o entregador pontua, exige

dele outros comportamentos, outra forma de se portar. Faustino (2022, p.63) pontua, a partir do pensamento fanoniano, que o colonialismo e a condição de raça fizeram um mundo “congenitamente cindido”, seja entre metrópole e colônia ou entre centro e periferia, e que por isso, corroborando com o que o entregador Vieira anteriormente disse das abordagens policiais, continua dizendo, que necessariamente: “a separação entre os polos é mantida pela força das armas”.

Portanto, essa separação exige do sujeito uma diligência em seus comportamentos. Nos ambientes “civilizados” não podem dar brechas, movimentos bruscos ou mesmo uma apresentação descuidada. A imagem do *monstro* volta-se para si. Frases, mitos, superstições, forjadas no seio da sociedade atormentam o sujeito, que subitamente sem mesmo perceber, tenta afastá-las de todo modo. É aí que sua subalternidade é internalizada por uma força de fora, que pretensamente mutila e empurra o sujeito a um critério humano que o antagoniza, e então faz com que busque escapar de sua pressuposta e falsa selvageria congênita, fixada em si (Faustino, 2021). Busca-se então, como expressado por Maurício, nos lugares de “alto nível”, “policar a própria linguagem em direção à interiorização da norma (considerada) culta; a procura consciente e inconsciente de uma autocontenção corporal que disfarce sua suposta ausência de civilidade” (Faustino, 2021, p.81).

O olhar de incivilidade direcionado ao entregador é narrado por outro, chamado Geraldo, que expõe o preconceito sofrido nos lugares onde foi. Lugares em que as pessoas o olhavam de cima a baixo, se assustavam, distanciavam-se ou desconfiavam de sua presença. Afetado por isso, Geraldo ressalta a importância da estética, de estar sempre com a barba e o cabelo bem-feitos. Na roupa, até diz que pode ser menos exigente, desde que esteja bem apresentável para ser tratado de maneira melhor (Diário de campo).

O medo branco se acende: as tatuagens e roupas revelam uma natureza hostil para aquele que olha, mas também, a cor da pele, o rosto marcado, as mãos por vezes sujas com fuligem nas unhas, as cicatrizes no corpo, o vocabulário marcado por um “dialeto estrangeiro”. O entregador percebe. Nota o estranhamento, o distanciamento. Sente o aroma do medo, da angústia e do nojo:

Mas já passei já alguns preconceito. Quando a gente vai em shopping o pessoal fica olhando às vezes quando ta chovendo a gente tá com capa de chuva, bota, a bota às vezes tá com um pouco de terra, aí a roupa tá molhada e o pessoal ficou olhando torto pra nós. To acostumado já também. (Jordano).

Malcom também repara as reações no seu cotidiano:

Ah a gente vai reparando isso tipo em em detalhes mínimos do dia a dia, taligado? Às vezes você é tipo você só está passando você já vê pessoas já escondendo o celular, ou já tipo já, você já vê a reação de assustado tá ligado? No ponto de ônibus essas coisas assim você para no farol levanta o vidro essas coisas assim. Mas tipo, uma coisa muito assim, não vem à cabeça não. Mais esses negocinho mínimo assim do dia a dia. (Malcom).

Andando pelas ruas de São Paulo, parecia que em cada estrada tinha sua favela na esquina, em cada shopping tinha seu quarto de despejo²¹. Na Faria Lima o estilo de vida *Yuppie*, *High Tech* dos andadores e patinetes e elétricos (*hoverboard boards; scooter*) se cruzava cotidianamente com os cantos de entregadores. Mais evidente ainda, foi ao lado do Shopping Iguatemi, onde motos se concentravam em frente à entrada do estacionamento. Carros de luxo se contrastavam passando ao lado do amontoado de motos, com seus pilotos sentados ao chão à espera de uma entrega. Do lado de lá, um segurança de terno ficava à frente do estacionamento, sempre vigilante. Estava a garantir que aqueles do outro lado — os que servem — permaneçam em seus lugares. Protegendo a propriedade dos senhores e das senhoras. Os do outro lado, representam o perigo, a favela, mas ainda assim, precisam deles para servi-los:

Fora, que nem ali ó, qual que é o problema de um moleque que vem com a bicicleta, colocar a bicicleta ali pra retirar e *prestar serviço pro shopping ele não pode pôr a bicicleta ali [na ocasião, dentro das docas só havia espaço permitido para motos, naquele lugar havia um segurança do shopping vigiando]*. Não pode. Não pode deixar ali ó. Se não vem alguém e tira. Aí beleza ele tem que deixar aqui, e se a bicicleta dele for roubada. Quem vai pagar? É várias coisas, várias coisas, vários sentimentos. (Fernando, grifo próprio).

O inimigo é aquele que desconfio e que, sem ao menos dar a chance de reconhecer sua humanidade, é culpado:

Eu tava tava com uma entrega demorada, mas não era culpa minha também, era do restaurante. Aí eu cheguei lá, o cara pensou que eu tinha, tipo, parado pra pegar algum bagulho dele. Aí ele falou que não tinha a cerveja dele, aí o cara já gigante [risos], aí ele — “minha cerveja não tá aqui”. Aí eu falei — “não tá, senhor?”, [aí ele] — “não tá”. Só que ele já estava esperando quarenta minutos, não tava entendendo que ele tava muito estourado. Aí eu falei — “cê tem certeza que não tá?” Aí ele — “não tá”. Aí ele começou a falar uns palavrão, começou a abrir a sacola. Aí no fim ele achou a cerveja. Graças a Deus né, pelo meu bem, talvez o cara ia estourar. Aí é isso, é só tipo, *desconfiança*. (Vitor, grifo próprio).

À sombra do olhar do outro, desconfiança. Jovem, 21 anos, negro e motoboy, a sentença já estava pronta. Como Beatriz Nascimento (2021) expressa, a senzala ainda está aqui. Não como era no colonialismo histórico, mas se se manifesta no espraiamento da vivência do negro pretensamente marcada pela inimizade. A figura do sujo, do criminoso, do culpado, do incapaz, da imoralidade e do trabalho compulsório serpenteia os meandros da experiência de trabalho

²¹ Termo em alusão ao livro de Carolina Maria de Jesus homônimo (Jesus, 2019).

destes sujeitos. Geraldo, explicando sobre um acidente que sofreu de um “italiano”, diz que a polícia foi chamada e, num tom de ironia, sabendo do lugar que está na ordenação social, diz: “a polícia vendo ali um pretinho, você acha que vão dar razão para quem?” (Geraldo).

Novamente, com a ajuda de Silva (2009), quando tomamos as expressões simbólicas nos jornais dos anos 90 ao início dos anos 2000 — momento em que o trabalho de motoboy se difundia nas grandes cidades —, vemos que o teor pouco amigável dos meios de comunicação conflui com a visão distorcida e violenta que medeia a forma com que são tratados ainda hoje. Os meios de comunicação buscavam de diversas formas desfigurar a imagem do motoboy: um dos jornalistas do Jornal o Estado de São Paulo, em 2001, dizia que eles se tratavam de “uma categoria de impuníveis *bestas-feras*, que todos os dias aterrorizam os cidadãos, especialmente os que habitam grandes cidades, como São Paulo” (Chaves, 2001 apud Silva, 2009, p.113, grifo próprio). Outra matéria na revista Veja em 1999 intitulada “Loucos pelo Perigo, chamava-os de “praga do asfalto” e que por isso estavam “cada vez mais numerosos” (Granato, 1999 apud Silva, 2009, p.113; Figura 1). Já na capa da revista Veja em 2008, a figura “Motoqueiro Fantasma” vai à frente de uma manchete que dizia: “Motoboys: como acabar com essa guerra urbana” (Figura 2); de maneira parecida, outra capa, agora da revista Época, no ano de 2008, em manchete dizia: “uma guerra sobre rodas” (Figura 3) — em frente a foto de uma “horda” de motociclistas amontoados no meio da rua (Motoboy: como acabar com essa guerra urbana, 2008 apud Silva 2009, p. 124; Uma guerra sobre rodas, 2008 apud Silva, 2009, p.124).

O “motoqueiro fantasma”, da capa da Veja, é um personagem de um filme norte-americano, que se trata de um homem, vestido de couro preto, com metais e correntes, que no lugar da cabeça tem exposto os ossos do crânio enredadas em chamas. Estética que lhe dá característica de dissimulado e desalmado. No filme, o personagem é um anti-herói, vindo do submundo com interesses malignos. Lembro-me então de Fanon (2008), em *pele negra máscaras brancas*, quando nos sinaliza sobre as propagandas colonialistas vinda das metrópoles que, no caso dele, eram disseminadas por revistas ilustradas nas Antilhas. Segundo o autor, essas revistas tinham a tendência de ilustrar cenas as quais colocavam o “explorador” e o “aventureiro” sempre situação de vulnerabilidade, em detrimento “do lobo, o Diabo, o Gênio Maligno, o Mal, o Selvagem”, que para o autor, eram sempre “representado por um negro ou por um índio”, pretensamente dispostos a devorá-los e capturá-los (Fanon, 2008, p.130-31).

Para o jornal, os motoboys são comparados ao Motoqueiro Fantasma pois — tal qual a imagem do crânio em chamas — são desalmados, pronto para devorar os cidadãos do centro urbano, como próprios vilões. Figuras sem status de razão: “bestas”, “pragas”, “cachorros” e “loucos”, visto que nem mesmo podem contar com a polícia — que em detrimento deles, são

heróis. Porém, talvez não sejam tão fantasmas como desejado, pois é impossível, para muitos, não os notar e nem mesmo se perturbar com sua presença — por isso então a vigilância e a desconfiança.

Figura 1 – Loucos pelo perigo



Fonte: Revista veja, 07/07/1999 *apud* Silva (2009, p. 113).

Figura 2 – Guerra Urbana



Fonte: Revista veja, 30/01/2008
apud Silva (2009, p. 124).

Figura 3 – Uma guerra sobre rodas



Fonte: Revista Época, 21/01/2008 *apud* Silva (2009, p. 124).

5.6. Por entre condomínios e apartamentos: qual o subtexto das agressões aos entregadores?

Os pés do colono nunca se mostram, salvo talvez no mar, mas nunca ninguém está bastante próximo deles. Pés protegidos por calçadas fortes, enquanto que as ruas de sua cidade são limpas, lisas, sem barracos, sem seixos. A cidade do colono é uma cidade empanturrada, preguiçosa, cujo ventre está sempre repleto de boas coisas. A

cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a cidade negra, a *medina*, a reserva, é um lugar mal-afamado, povoado de homens mal-afamados. Aí nasce não importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de quê (Fanon, 1968, p.28-9).

No percurso de seu trabalho o entregador, além de enfrentar as ruas, com seus riscos — acidentes, policiais, roubos, e toda sorte das contingências — tem como o obstáculo os condomínios e as surpresas que alguns deles guardam. Muitos são cidades dentro da cidade. Grandes, espaçosos, com seus porteiros, suas academias, espaços de convivência e muitos outros tipos de comodidades que já se torna dispensável buscar na rua. Zonas de autoexclusão, vigiadas e policiadas. Que longe das zonas selvagens, tornam-se cidades a-parte: “características das novas formas da segregação urbana — cidades privadas, propriedades fechadas, comunidades bloqueadas” (Cavalcanti, 2021, p.113). Na pandemia, foram zonas abastecidas com o vai e vem das entregas realizadas pelos entregadores — lanches, compras, aparatos médicos —, nada faltava, e nada era empecilho para manter o caminhar da vida dos cidadãos residentes dos pequenos povoados condominiais. No lado de lá não se passa fome, e se falta tempo ou disposição, há sempre um motoboy ao alcance encarregado de alimentar suas bocas. Rotineiramente quando entrega é autorizado — mas sempre quando convém. De costume, na maioria das vezes, é um preto ou um pardo que diante da portaria — com seus porteiros ou câmeras — são barrados, aguardam do lado de fora ou pedem passagem.

Volto-me então a cena descrita em *cercas invisíveis*²²: eu, negro, sou confundido com um entregador ao interfonar. Antes de qualquer palavra dita, depois de apertar o botão, a porteira emite uma palavra de ordem em forma de pergunta, quase retórica — “É entrega?”. Essa pergunta não se trata só de uma dúvida, mas uma checagem. Uma inspeção. Poderia pensar, “um negro aqui, vestido desse jeito? está fora do lugar!”. Concluída então a averiguação, compreende-se que está tudo bem. É visita — um negro-autorizado.

Aqui vemos novamente se expressando a questão da epidermização dos lugares exposta por Faustino (2022, p.65), em que o negro torna-se “um ser enclausurado em seu corpo”, fixados em posições sociais e nos lugares de onde-deveriam-estar, em que espera-se dele apenas a “reprodução da vida [...] mediante seus músculos”. Apartados de onde-deveriam-estar a desconfiança inaugura a checagem. Após a liberação, está tudo no seu lugar. Acrescenta-se assim, o hífen: negro-visitante; negro-inteligente; negro-intelectual; negro-bonito; negro-autorizado. A concessão vem com um embargo. É o status de Outridade, que foi eluciado no

²² Cap 5.1.

cap 2.2. com referência a Kilomba (2019). Uma experiência de inclusão/exclusão a que fala Sawaia (1999).

Num caso registrado pelo jornalismo da *Uol* ocorrido em um mercado em Alphaville, bairro nobre na grande São Paulo durante a pandemia, a reificação negro-entregador novamente se expressa. Um ex-jogador de futebol negro residente do local foi confundido com um entregador de aplicativo por uma atendente quando fazia compras (Ribeiro, 2021). Ao chegar no caixa vazio, o jogador diz que a funcionária falou o seguinte, se referindo a um dos aplicativos de entrega: — “é Rappi?”. O ex-jogador expôs o acontecido em sua rede social, afirmando que não foi a primeira vez que ocorreu. Esta em questão, foi a terceira. E em todas elas, quando ele chegava ao caixa, afirma que a primeira coisa a ser indagada era essa: “perguntam para mim se eu sou entregador” (Ribeiro, 2021, ¶04). Percebendo que para os outros clientes a pergunta não se repetia, que a abordagem era outra — cumprimentavam e perguntavam sobre o CPF — questionou-se: “por que para mim é diferente?”.

Supõe-se que ter negros por perto, é para servir. Caso contrário, não faria sentido jogador estar naquele espaço. É o que foi notado por Danilo na pandemia pela ambivalência distancia/discriminação (no tópico 4.3.3) em que percebeu que o distanciamento e receio de tocar o outro parecia não ser somente medo da Covid-19, mas também discriminação, pois mesmo após a pandemia isso continuou. O que foi diferente quando se tratava de fazer as entregas dentro de casa (condomínios, apartamentos), que é quando foram e continuam sendo convidados e bem-vindos com cordialidade e proximidade: “longe demais, para cordialidade; perto o suficiente, para servir”.

Nessa realidade cindida e conflitiva, os condomínios, apartamentos, casas e também as ruas, têm sido pontos sensíveis. Tornam-se os *checkpoints*²³ (pontos de *checagem*) onde as linhas da amizade e de inimizade tencionam-se, testando a fragilidade e a vulnerabilidade desses encontros. Pois é onde trocam-se mercadorias, códigos de entrega, mas também expectativas e olhares — que se compõem ou desviam-se.

Há uma chave interessante guardada na etimologia das palavras condomínio e apartamento. Vejamos a palavra *apartamento*: é uma palavra que tem origem na língua italiana “*appartamento*”, que deriva de “*appartare*”, que tem o mesmo significado da expressão: “colocar de lado, separar”. No latim “*ad pars*”, “à parte”. De forma parecida, condomínio vem

²³ Termo utilizado por Cavalcanti de referência a Boaventura Sousa Santos para designar os pontos de contatos ocultos como “barreiras que separam civilização de selvageria” (Cavalcanti, 2021, p.114).

de *domus* (casa, morada), *dominus* (senhor; soberano). Nasce da junção de *com* (junto) e *dominium* (direito de propriedade, domínio) (Farias, 1962).

Separar, apartar — verticalmente —, agrupar e dominar, como soberano. De alguma forma a necessidade de convivência e moradia se enredou em um léxico que mais se assemelha a um estado conflitivo do que harmônico. De qualquer forma, como reação ou denúncia dessa realidade, os residentes dessas habitações, vivem de fato sob grandes *redomas* — de mesma origem etimológica: *domus*.

Às vezes é... É bem frustrante porque você perde tempo na portaria porque você não conhece o prédio, aí você fica procurando a sala. Às vezes você tem que deixar seu documento na portaria, você perde mó tempo, pra pessoa nem olhar na sua cara, tá ligado? Tipo não agrada eles, se tirou seu tempo lá, acho que é sua obrigação (Ariel).

O caso de Ariel é muito comum entre os entregadores. Muitos perdem seu genuíno tempo que é estritamente ligado à sua remuneração, entregando nas portas dos apartamentos no interior dos condomínios. Após muito ativismo e manifestação de entregadores que denunciaram as frustrações e violências envolvendo esse tipo de entrega, a iFood manifestou sua posição onde colocam-se em defesa dos entregadores, dizendo que não são obrigados a subir e ainda recomendando aos entregadores a “entregar no primeiro ponto de contato que existe na residência da pessoa” (News iFood, 2022, ¶2). O entregador Ariel sabe disso, mas sabe também que está constantemente correndo contra o relógio — e contra a sabotagens de clientes mal-intencionados — e então, por consequência, diz que às vezes toma a decisão contrária:

Eu, alguns casos acabo subindo, porque acho que às vezes acaba sendo mais rápido, “mano vou logo subir aqui e entregar do que ficar esperando o pessoal descer”, porque a galera desce de propósito demorando mesmo, tendeu? Mas eu também não subo também. Eu também não acho isso certo. [...] E hoje em dia os aplicativos você consegue acompanhar a gente né, então ela pode ver que a gente tá chegando, não custa nada, tá chegando, já vou descendo entendeu. Não tem nem necessidade a gente ficar esperando as vezes meia-hora para descer. Parei de fazer isso por causa disso, perdia tempo no restaurante aí chegava no prédio, perdia muito... Melhorou bastante, o Ifood acho que fez umas campanhas, melhorou um pouco, só que mano, mesmo assim tem muita gente que demora um monte pra descer. Aí a portaria não recebe, aí você perdeu tempo no restaurante, você perdeu tempo na entrega, você perdeu o dia, tendeu? Você pega três, quatro, cinco entrega assim, já era, tendeu? (Ariel).

Porém, seja antes ou depois da nota da iFood, as violências contra os entregadores continuam sendo um ponto crítico. Os noticiários dia após dia continuam relatando inúmeras agressões, humilhações e outros conflitos.

Então é complicado. É complicado. Tem muita gente aí ignorante, ignorante, hipócrita, prega o que não é, fala que é e não é. Racismo, tem muito. Preconceituosa. Muita gente preconceituosa. Muita gente ruim tem. Ta embaçado o mundo que a gente ta vivendo hoje em dia (Rodrigo).

Mahasiãh: E você que está trabalhando a muito tempo, você percebeu que aumentou de um tempo pra cá? por exemplo, na pandemia, você viu acontecer mais, ou antes acontecia menos. Ou também já acontecia?

Antigamente a gente só via em shopping e mercado era mais comum nois ver né, pessoas, discriminar pessoas é sua tonalidade de pele, sua religiosidade... (Rodrigo).

Mahasiãh: Essa questão de humilhar os entregadores, mais focado aos entregadores, você viu isso tipo uma diferença durante a pandemia, antes ou depois?

Não, sempre teve isso. Mas na pandemia foi mais. Na pandemia, no eixo ali da pandemia, foi mais. Ou seja, 2019, no início de 2019 que teve blackout que todo mundo falou, ali era mil maravilhas. Mas depois ali, pra entrar 2020, eu já vi muita coisa. Vi muito, vi muito maltrato com motoboy. Teve muito. Aumentou amigão. Aquilo que te falei amigão, hoje em dia o pessoal tá muito... Não quer saber de ninguém. Só quer saber de si próprio, do seu umbigo. Tem muitas pessoas boas sim, mas a maioria ta muito má. Tem muita gente que desvaloriza nosso serviço, nossa categoria. Pra eles somos nada. Somente entregador que entrega ali e já era. Tem muitos que nem olha na cara. Não dá nem um boa noite. Nem um bom dia. Nem nada. (Rodrigo).

Se antes era muito comum conflitos generalizados de motoboys com os carros e conflitos também nos shoppings, agora, com esses novos pontos críticos advindos com o espraiamento dos aplicativos, são reportados nos noticiários cada dia mais conflitos, que se concentram nos condomínios, apartamentos, mas também nas casas e calçadas — neste sentido, trata-se de um espraiamento também, da violência, em todos os lugares em que há um *dominium*, impondo-se sob o Outro:

Eu fiz uma entrega para uma moça, aí depois chegou, o aplicativo me bloqueou e falou que eu tinha sumido com a entrega dela. Aí o aplicativo pegou e mandou mensagem pra mim e mandou o número dela, peguei mandei e mensagem pra ela perguntando o que aconteceu, ela falou “ah você não entregou o meu pedido, você foi lá, finalizou e não me entregou nada”. Eu falei, “lógico que eu entreguei moça”, aí eu peguei e arrumei uma confusão com ela. Onde eu entreguei foi um prédio, falei, “então cê vai lá, é só você pedir as imagens na câmera do prédio, você vai ver que eu entreguei”. Eu ainda cheguei no prédio ainda, a moça que me atendeu a porteira era uma mulher, tava lá, ela se fez de desentendida dizendo que não lembrava de mim, mas eu lembrava dela, e aí acabei arrumando mó confusão com a moça porque ela tava me acusando que eu tinha pegado, eu falei ó, to aqui no prédio, vem aqui, vamo conversar aqui, a porteira tá aqui, agora tu vai ter que provar, mostrar na câmera né, que eu não entreguei. Aí ela não quis de jeito nenhum, acho que era... Fiz entrega para ela na quinta, e isso aconteceu no sábado, aí ela falou que na segunda ela ia puxar nas câmeras pra ver se eu entreguei mesmo, ou não. E era, nossa, um ovo de páscoa, foi na páscoa isso. Aí ela... Cabou que chegou na segunda-feira ela me bloqueou, não mandou mais mensagem, não pediu mais desculpa (Ariel).

A desconfiança a que falamos no tópico anterior aqui aparece novamente. Além disso, exalta-se a vulnerabilidade do entregador frente aos clientes. Mas desta vez nem as câmeras do

“castelo fortificado” da cliente foi possível provar a sua sentença condenatória previamente deliberada — culpado!

Rodrigo, suspeitando a respeito das cerca invisíveis que marcam a amizade/inimizade questiona: “somos seres humanos, todo mundo erra, cê acredita?”.

Nois só serve só pra servi lá, muitos nem olha na cara, boa noite nem nada. Fala que ce tá fazendo mais que sua obrigação. Tem uns cara desaforado, abusado. Já vi também briga ao vivo na minha frente. Tipo assim ó, nós somos seres humanos, todo mundo erra, cê acredita? Tudo que acontecia, tudo tipo assim podia ser o estabelecimento, ou o lugar que mandou faltando. Sempre cai a culpa pra gente. Todo mundo pensa que os motoca entra nessa vida pra roubar os bagulho, é mentira. Às vezes a pessoa tá num mal dia do estabelecimento, esqueceu uma coisa e tal, tipo, tiver faltando uma batata, uma coisa (Rodrigo).

Acontece que Rodrigo, do outro lado da cerca como seus colegas, está marcado para errar. Sua condição se confunde com o erro — errados mesmo quando certo, ou quando em nada tem relação. O entregador então, fala de um caso de humilhação que presenciou:

Já vi cliente humilhar o colega de serviço aqui porque, do Mac Donalds, veio faltando uma batata e um refrigerante do cara, sendo que o negócio tava lacrado, bonitinho, a mulher só lacrou, entregou pro cara. O cara fez o trabalho dele, colocou dentro da bag e foi trabalhar. O cara não tem obrigação de ficar conferindo se ta vindo batata e refrigerante, cê concorda comigo? E o cliente surtou. Quase agrediu o moleque, prejudicou o moleque, querendo ou não, porque reclamou lá. E é engraçado, a plataforma não aceita seu argumento, que você tem a dizer. Ele só vai no lado do cliente, que o cliente tem razão. E às vezes muitos é prejudicado por causa disso aí, de ignorância deles mesmo, de não para pra pensar. É só reclamar la no Mac Donalds que eles são obrigados a mandar outro, se ficou faltando. Certo? Não foi onde a pessoa pediu? Aí às vezes muitos prejudicam o motoca por ignorância. Ignorância mesmo, de verdade. Ou ta no mal dia ali e quer descontar no motoca e o motoca não tem nada a ver, tá trabalhando. E muitos é prejudicado [...] É complicado. Tem muita gente aí ignorante, ignorante, hipócrita, prega o que não é, fala que é e não é. Racismo, tem muito. Preconceituosa. Muita gente preconceituosa. Muita gente ruim tem. Ta embaçado o mundo que a gente tá vivendo hoje em dia. (Rodrigo).

A desconfiança, a humilhação e a banalização do outro impera nas cidades privadas (apartadas, verticalizadas, protegidas e dominantes), os *checkpoints* tornam-se a mediação entre os lados (centro/periferia, colono/selvagem). Pouco a pouco, nesta realidade que se torna impossível a convivência, é cada vez mais comum instrumentos para garantir a segurança em meio ao “perigo contante e iminente”, evitando assim o contato com os estrangeiros: caixas tecnológicas para depósito de pedidos e também furos em meio as grades — como os “passa-comida” das prisões ou das jaulas de zoológico —, são algumas soluções de alguns condomínios paulistanos (Figura 4; 5 e 6). Nos horários de pico, entregadores se amontoam em frente a estes prédios aguardando o depósito de seus pedidos.

Figura 4 – “passa-comida” de condomínio no bairro Bela Vista, SP

Figura 5 – “passa-comida” de condomínio no bairro Bela Vista,



Fonte: imagem do autor.



Fonte: imagem do autor.

Figura 6 – “passa-comida” de condomínio no bairro Santa Cecília,



Fonte: imagem do autor.

Para Cavalcanti (2021, p.114), trata-se de ambientes de tensão e instabilidade: “pontos de contato ocultos” que separam duas realidades hostis, que quando atravessados “são capazes de criar o ‘caos da imprevisibilidade’” onde a “‘bala perdida’ penetra espaços reservados onde não deveria operar”. Essa imprevisibilidade causada pela tensão dos encontros nesses espaços, a qual fala o autor, na realidade desta pesquisa pode ser representada nos diversos tipos de situações: quanto o entregador é agredido pelo pedido do cliente atirado nele, ou quando recebe

socos, chutes, empurrões, mordidas e até tiros. Também nas ofensas verbais e morais: quando rebaixados por conta de sua raça; quando são comparados a animais; e quando ridicularizados e desprezados pela forma de se vestir ou falar. Os agressores se sentem legitimados nas suas atitudes, que geralmente se seguem de algo que são contrariados ou que acreditam o entregador ser culpado: negar subir o prédio; o pedido não ter vindo da forma esperada; um atraso; a desconfiança do motoboy ser um ladrão. Autorizam-se também, nas ruas, supondo que os trabalhadores estão perturbando a paz, o sossego e a beleza urbana, a expulsá-los e agredi-los, até mesmo por meio de “chibatadas”²⁴. Mas aqui não é possível esgotar todos os exemplos.

Num município chamado Valinhos em São Paulo, um caso que tomou conta do noticiário na pandemia em 2020 descreve muito bem que essas zonas de contato despertam, além de tudo, dramas emocionais: em frente a um condomínio residencial de alto padrão, segundo a reportagem da *Uol*, um entregador da iFood negro sofreu ofensas de um morador branco que foi buscar o pedido que solicitou. O entregador ao chegar no local “enfrentou um problema no interfone. Por não conseguir falar com o cliente, atrasou a entrega” (Souza, 2020, ¶4). Assim que o cliente saiu do prédio, sem máscara, iniciou as agressões. O homem proferiu diversas ofensas ao entregador, dentre elas, algumas nos chama atenção: em certo momento ele diz ao entregador que ele é um “lixo”, e segundo o relato do entregador, também cuspe em seu rosto; joga a nota de serviço no entregador, depois aponta ao papel no chão e compara a ele: “você é lixo”, “igual esse papel”; em um momento seguido, diz que ele “tem *inveja* das famílias” dali; novamente fala que ele “tem *inveja* disso aqui”, apontando para o braço, referindo a sua cor branca, em detrimento da cor do entregador; o entregador responde dizendo — “eu posso ter a mesma coisa que o senhor” — o cliente responde: — “você nunca vai ter!”; e continua dizendo: — “você trabalha de motoboy, você deve ser semi-analfabeto rapaz”; chama-o também de “favelado”; em outro momento, diz que o entregador “não tem nem onde morar” e continua intimidando-o, dizendo: “você tem *inveja* disso aqui”, de braços abertos mostrando o que tem a sua volta: o condomínio, o quarteirão — tudo que está sob o seu *dominium*.

Fanon, consideraria no mínimo intrigante a constante menção ao afeto da inveja. Para o autor o conflito entre colono e colonizado é também eliciador de paixões:

O olhar que o colonizado lança para a cidade do colonizado lança para a cidade do colono é um olhar de luxúria, um olhar de inveja. Sonhos de posse. Todas as modalidades de posse: sentar-se à mesa do colono, deitar-se no leito do colono, com

²⁴ Caso ocorrido no Rio de Janeiro, ver em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/04/11/parecia-que-ela-estava-chicoteando-um-escravo-que-nao-fez-o-servico-direto-diz-entregador-agredido-por-mulher-na-zona-sul-do-rio.ghtml> (Nascimento, 2023).

a mulher deste, se possível. O colonizado é um invejoso. O colono sabe disto; surpreendendo-lhe o olhar, constata amargamente mas sempre alerta: ‘eles querem tomar nosso lugar’. É verdade, não há um colonizado que não sonhe pelo menos uma vez por dia em se instalar no lugar do colono” (Fanon, 1968, p.29).

Não se trata aqui de inferir ou não ser o entregador estava realmente com inveja. Não é este ponto que está em questão. Trata-se sim, de olhar o que está posto pelo discurso do cliente: que lugar é esse que ele acredita estar o entregador a invejar, que faz com que, ameaçado, esbraveje conteúdos ofensivos de seu imaginário? Este lugar que está sob seu domínio e poder, será o mesmo lugar a qual Fanon aponta?

5.6.1. A violência está na branquitude

Analisemos o seguinte caso: em setembro do ano de 2023, um jornalista esportivo que é conhecido como Rica Perrone, em um podcast relatou um conflito que teve com um entregador (Jornalista diz ter jogado entrega em motoboy, 2023; Martins, 2023). Em seu relato ele fala que fez um pedido na plataforma da iFood, e que para notificar a chegada o porteiro de seu prédio fez uma ligação pelo interfone. Que então o jornalista responde dizendo: “pode mandar ele subir”. O porteiro fala: “pô capitão ele não tá querendo subir”. O jornalista justifica que não podia ir buscar por conta de “estar trabalhando”. No caso, ele estava fazendo a transmissão online de um jogo de futebol. Depois de dois minutos, o jornalista relata que o porteiro retorna à ligação e diz que o entregador irá subir. Chegando na porta, o jornalista abre, eles se cumprimentam, um deles pega o cartão e o outro pega a máquina de pagamento. Antes de completar a transação, o entregador diz: “o normal é descer né?”. O jornalista discorda, diz que das últimas vezes que pediu todos os outros entregadores subiram. O entregador continua discordando: “não, o certo é descer”. O jornalista discorda novamente, e adiciona: “inclusive é ao contrário, o normal é não descer”. O entregador discorda novamente e também adiciona, dizendo que outro dia um colega de profissão que deixou a moto nos arredores daquele mesmo condomínio para subir, teve a moto roubada, e termina questionando: “e aí?”. Respondendo o entregador, o jornalista devolve o questionamento: “você quer que eu faça o que?”. “Desce pra pegar a porra da tua encomenda” — o entregador responde. O jornalista então, irado pela resposta que tomou do entregador, diz que segurou a encomenda que estava em sua mão e empurrou contra o entregador dizendo “então vai embora seu cuzão do caralho” e continua: “que você acha que é pra falar assim comigo na porta de minha casa?”. Trocam mais algumas ofensas, e o entregador vai embora. Ainda no podcast o jornalista lamenta que nos tempos atuais não pode fazer o que seu “avô” faria numa situação dessas.

De início podemos notar que ele expressa como impedimento de descer o fato de estar “trabalhando”. Podemos nos perguntar: não é isso que o entregador está fazendo também? O “capitão” emite a ordem, e o porteiro faz o que pode para o entregador consentir em subir. Vemos então uma linha de força, uma tensão. Tudo se dá normalmente enquanto se sustenta o consentimento, o contrato. Até que o entregador questiona a posição do jornalista, cobrando além do pagamento do produto que o Jornalista pelo menos se interroge a respeito do seu “salário simbólico”²⁵ que permitiu que pudesse confortavelmente receber o seu pedido na porta de apartamento. É então que o contrato é quebrado — o contrato de submissão.

O jornalista no podcast se coloca indignado com o que ocorreu, de ter recebido aquela resposta, daquele pacto ter sido quebrado. Coloca o entregador no lugar do indolente, agressivo, desrespeitoso, selvagem — culpado!

O que se destaca também é o conforto do jornalista em sua posição de nem ao menos questionar a possibilidade de estar errado, sequer se solidarizar com a condição do entregador, tanto que fala publicamente da situação em um podcast. O “capitão” não fala, emite ordem: o certo “é não descer”. E é destas posições simbólicas que se atribui a uma redoma ideológica muito característica da vida nesses condomínios: a branquitude.

Neste caso, o cliente era branco, mas o entregador, de acordo com a foto divulgada pelo *GI* (Alves, 2023), não era um negro em termos estritos. Podemos então falar de branquitude? É necessário compreender, para isso, que o branco, apesar de muitos deles acreditarem nisso, não é uma identidade fluida, dissolvida, livre de conteúdo racial, que transita pela universalidade. O fato de os brancos acreditarem nessa posição, na verdade contribui, não para ocultar a sua racialidade intrínseca, mas deixá-la ainda mais explícita. A branquitude para Schucman (2018, p.169), portanto, se constitui numa posição ideológica desencadeada no processo histórico relacionado ao projeto moderno de colonização, onde os brancos tomavam “sua identidade racial como norma e padrão (brancura), e dessa forma outros grupos apareciam, ora como margem, ora como desviantes, ora como inferiores”, impondo uma forma de violência racial aos grupos que de certa forma antagonizassem esses valores ideais pretensamente mantidos.

O Brasil, nascido e forjado em torno desta violência, pelo pretense esforço da eliminação e distanciamento de sua “mancha negra”, de “menos valor”, fez com que as classes dirigentes buscassem na matriz cultural e étnica europeia, uma forma de reafirmar sua diferença

²⁵ Colocado no tópico 4.3. A inimizade.

e o distanciamento desse estrato rebaixado da sociedade, e assim, segundo Bento (2016), fizeram

Uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a autoestima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social (Bento, 2016 p. 29).

Nesse conflito, o problema não se encerra em dois polos homogêneos de brancos e negros. Schucman (2018; 2012) revela em seus estudos que a branquitude é ainda mais separatista, afetando os brancos entre si. Entre negros e brancos, há fatores que contribuem na gradação de um polo ao outro: do branquíssimo ao branco, até mesmo a chegar ao encardido. O que pode marcar essas gradações são fatores fenotípicos, regionalidade, corporalidade e condições socioeconômicas. A autora constatou em sua pesquisa que traços negros como nariz grossos, cabelo crespo, além da cor de pele, são aspectos que distanciam do ideal branco. Já o ideal fenotípico, é quase o retrato eugenista: pele branquíssima, olhos claros e cabelos também claros e lisos. Além disso, regionalidade também contribui para a gradação, porém, somente quando vêm associado com aspectos corporais, como acontece com os nordestinos, que mesmo alguns tendo pele branca, há outras características corporais que marcam sua origem. Sendo assim, alguns nordestinos brancos que se assemelham ao ideal fenotípico eugênico, passam por vezes despercebidos de sua nordestinidade (Schucman, 2018).

É justamente em razão dessas gradações que podemos compreender a situação do entregador que enfrentou Rica Perrone e tantos outros entregadores não negros que sofrem preconceito, humilhações e agressões em seu trabalho. O entregador não era negro, tampouco branquíssimo. Se tratava do “encardido”, tal qual como proposto por Schucman (2012). Um branco de pele mais bronzeada e escura e que, além disso, trabalha de entregador, um trabalho ligado à vida negra “marginal”. Mesmo branco, ele não se isenta de ser afetado, assim como mostra o caso muitos entregadores brancos que em campo de pesquisa relataram sobre preconceito, isso porque Schucman (2012) não deixa de destacar a importância do fator socioeconômico para a gradação racial dos brancos, distanciando-os do ideal da brancura e do grupo dos branquíssimos.

Para Schucman (2018) o fator socioeconômico é o que dinamiza as fronteiras, fazendo com que mestiços ou encardidos sejam jogados para dentro ou para fora da norma. Uma gradação entre o branco “da elite” e o “outro” branco” (Schucman, 2018, p.188). O branquíssimo, sendo o branco da elite, é aquele diretamente relacionado ao passado colonial, escravocrata. Pertence a famílias tradicionalistas que reproduzem a mesma posição social,

distante de negros, fator que contribui para que nos poucos contatos com pessoas negras sejam contatos em situações hierarquizadas que reproduzem a subalternidade destes Outros. O branquíssimo faz parte de um grupo que não se mistura, que tem relações raciais verticais, que veem seu grupo racial ligados à posse, herança, apego as “altas” culturas e modos de vida elitizados. É isso que os diferencia de outros brancos, de diferentes condições socioeconômicas (Schucman, 2016).

Diferente dos branquíssimos, os brancos e “encardidos” são caracterizados pelo contato aos estratos sociais negros. São os brancos que se misturam, ou que estão nas periferias e são pobres. Segundo Schucman (2018, p.189) “a proximidade socioeconômica entre negros e brancos tornaria as relações raciais menos assimétricas, mais harmônicas”. Questão que propicia que até mesmo brancos criem tendências reativas e de oposição à identidade dos branquíssimos, voltando-se “para uma identificação estética com as culturas não brancas” (Schucman, 2018, p.197).

Há, portanto, aqueles que em situações não favoráveis economicamente desejam estar no lugar dos branquíssimos e aqueles que se afastam dessa posição. Fato é, que para os últimos, isso não os tornam estritamente negros, mas sim, menos brancos ao estarem em territórios periféricos, ao aderirem estética “marginais” ligada aos negros, ao estarem em trabalhos relacionados a posição destinadas aos negros, ao usarem dialetos considerados de “periferia”, entre outras coisas.

Schucman (2018, p.193) nos ajuda a entender que “não está na pele o poder da branquitude, mas sim na apropriação, legitimação e reprodução dos significados sócio-históricos racistas construídos sobre o branco em oposição aos outros grupos raciais”. Porém, está sim, na pele, os embargos que limitam os negros de tornarem-se parte da parcela branquíssima, questão que para esta população não é possível, pois está reificado e epidermizado em si mesmo a Outridade. Por isso ainda que o branco, o “encardido”, possam sentir também os efeitos da racialidade, o antagonismo e a aversão se apresenta de maneira mais forte no negro, fato que é percebido entre os entregadores em alguns casos que foram registrado no Brasil em reportagens, onde por exemplo, um deles ocorrido em Goiânia, reportado pelo jornal *O globo*, um cliente na solicitação de um pedido de bolos a uma confeitaria, escreve o seguinte: “Por favor, mandem um entregador branco, não gosto de pretos nem pardos. Venham rápido” (Cliente pede para loja mandar entregador branco, 2022, ¶2). Outro caso, reportado pelo portal *O Popular* (Moraes, 2020), também em Goiânia, após um pedido em uma hamburgueria, o motoboy é impedido de entrar no condomínio para entrega. No aplicativo o cliente escreve o seguinte: “Esse preto não vai entrar no meu condomínio”, “mandar um outro

motoboy que seja branco”, e depois da negativa do restaurante, envia outra mensagem: “eu não vou permitir esse macaco” (Moraes, 2020, ¶1). Ainda que o negro e o branco se assemelhem na profissão e na condição socioeconomia, o negro ainda assim é preterido pelo branco.

Aqueles que são negros e lidos como negros em toda ocasião, não partilham do que Bento (2016, p.30) diz que entre os brancos, se trata de “uma herança simbólica e concreta extremamente positiva, fruto da apropriação do trabalho de quatro séculos de outro grupo”. Posição que permite a condição de fluidez de pessoas brancas, que é expressa pela tal amizade a que falamos em capítulos anteriores, que dá benefícios concretos e simbólicos — autoestima, autoconceito, fraternidade, simpatia, direitos e poder — tendo como consequência o fortalecimento do grupo. Entre os negros, grupo formado pela violência racial branca, há, de forma oposta, o acúmulo de “desvantagens”, como compreende Carneiro (2019). Os embargos da inimizade.

O exemplo do jornalista que agrediu o entregador, mostra que a branquitude lhe dá segurança moral de colocar-se como sujeito da razão em uma situação que estava nitidamente errado. O jornalista, legitimado na posição em que a ideologia da brancura o colocou, pouco compreende que o que este outro está fazendo também é trabalho. Pois ele (branco) confunde esta atividade como servidão (negra), porque o trabalho “livre” é branco — é ele quem está trabalhando.

Por isso o culpado é o outro, pois não se colocou na figura de subalternidade. É ele que é agressivo e violento ao demonstrar sua indignidade na porta do jornalista, enquanto a posição do jornalista não foi mais do que “a norma”, dizendo: — “o normal é eu não descer”. Sua violência então é legitimada, tornando-se mais um entre os inúmeros casos de clientes que agredem inescrupulosamente um trabalhador, por estar fazendo o seu trabalho.

Conceição (2020) nos diz que para Lélia Gonzalez “se o racismo cria subjetividades negras subalternas, o racismo intensifica subjetividades brancas narcisísticas e manipuladoras”. O lugar da branquitude dá ao branco uma falsa sensação de poder de sua racialidade, fazendo que ele se sinta legitimado em seus gozos e no direito da violência, projetando “simbolicamente a sua agressividade, ao mesmo tempo, se isentando da culpa “ou responsabilidade pelos privilégios vividos em uma sociedade racista” (Faustino, 2022, p.72):

Eu já vi moleque apanhando. Porque foi entregar, e o cara queria que ele subisse, e a gente não tem obrigatoriedade nenhuma de subir. Aí ele não quis subir e o cara agrediu ele. Por quê? Eu não sou seu funcionário. Não sou garçom. Sou entregador, você tem que me receber aonde você pediu, porque assim... E outra, e se quando é um motoboy mal intencionado você manda subir aí acontece alguma coisa lá em cima, vai lá ele te assalta faz isso faz aquilo, você não pode deixar o desconhecido entrar na sua casa. E nesse dia aí o menino foi agredido porque ele não quis subir. Era até uma empresa

aqui perto, né. Aí os funcionário do cara queria bater no motoboy. No moleque. (Fernando).

Fernando mostra a dificuldade que os clientes têm para verem os entregadores como um trabalhador genérico e respeitado. Ao dizer que não é “funcionário” mostra que ao prestar o serviço para alguém ele não deve tornar-se um objeto do domínio do outro; quando diz que não é garçom, é também para afirmar que a sua função não é servir, nem mesmo a servidão. É entregar.

A postura de uma funcionária de um estabelecimento é semelhante. O entregador Leonor fala de uma vez que tinha dois aplicativos ligados no celular, por conta disso havia que coletar dois pedidos em restaurantes que se situavam em ruas vizinhas. No aplicativo ele sinalizou que chegou em um, enquanto foi coletar outro na rua vizinha:

Aí não demorou nem menos de um minuto, aí quando eu cheguei lá a mulher já veio me xingando “eh onde cê tava, que não sei o que, que cê deu saída de lá”, eu falei não, dei a volta pra não perder o pedido dei saída peguei o pedido e vim aqui. “Eh que não interessa, que não sei o que”, começou a me xingar de filha da puta, que não sei o quê, aí eu comecei falar com ela que ela está faltando com educação, ela começou a xingar, falando que ia tacar cadeira em mim, aí eu falei, “olha mano, não sei o que”. Aí discutimos, ela chamou o marido dela, começou a falar um monte. Eu falei, mano, não vou nem perder meu tempo com você, porque se eu for perder o tempo vou querer dar na sua orelha e não vai prestar. Que aí cê tá me xingando, me ofendendo, como o senhor quer, ainda fala, “ah pega logo essa merda aqui, vai entregar logo”, não sei o que, “não responda não” (Leonor).

No caso de Leonor, a última frase do relato nos é interessante: “não responda, não”. Trata-se da expressão máxima de um objeto sem estatuto de legitimidade política. Expressão máxima da autoridade por si mesmo outorgada. O Outro é aquele que não pode responder, ou não responde por si mesmo. É aquele que em sua “norma”, tende a ficar preso na angústia de sua mudez:

A gente tem que engolir seco né. Às vezes o cliente não tá de bom humor e acaba descontando no motoboy, mas, e a gente tem que aguentar calado [...] pra gente trabalhar tem que engolir sapo (Mauricio).

Tanto no caso do jornalista quanto no caso de Valinhos, vemos diferentes formas da branquitude estender o seu *dominium*. No encontro com o Outro sucede-se a ebulição de um fosso de fantasmas raciais. Diante dele está o *monstro* que evoca afetos fobígenos: medos, nojo, horror e inseguranças (Mbembe, 2020; 2018). Que desvelam não a netureza do negro, mas sim o teor imagético da branquitude. Mbembe (2020, p.130) partindo de uma leitura fanoniana, compreende que todo racismo, especialmente o racismo antinegro, é sustentado por uma estrutura, é ela que faz “que todo ato racista consista em uma’ declaração arbitrária e originária

de superioridade — superioridade destinada a consagrar a supremacia de um grupo, de uma classe ou de uma espécie de seres humanos sobre outros”. A reprodução dessa “superioridade” requer uma violência constante, e então, se ela não é reconhecida por quem emite — por isso então eufemizada ou negada — só pode ser “provocado pela própria vítima” (Mbembe, 2020 p. 141).

O jornalista agride o entregador por se horrorizar e assustar com a imposição “violenta” em sua porta que *ele mesmo abriu e exigiu que o entregador ali estivesse*. O cliente de Valinhos, revoltado com a presença do entregador em seu condomínio usa da humilhação afirmando ao Outro que fique em seu lugar, atribuindo ao entregador que ele teria *inveja do que ele (branco) e seu grupo tem*. Mbembe (2018) compreende corretamente quando nota que além do medo e do ódio, o amor — ora trazido pelo autor como encantamento,oticismo, desejo e intranquilidade sexual — é também um afeto implícito do racista para com seu algoz. Com o negro, a potência que a branquitude dá ao sujeito de seu grupo é realizável, caso contrário o ideal da brancura não faria sentido. Sem o negro — ou mesmo quando ele confronta essa posição — essa satisfação é ameaçada.

Trata-se de uma ambivalência afetiva, um estado da mente provindo de uma “flutuação de ânimo”, a qual define Spinoza (E. III, prop. 17, esc.). Esta flutuação acontece quando dois afetos contrários atravessam um corpo, quando um objeto é causa de alegria e tristeza ao mesmo tempo. A dúvida é justamente esse conflito *monstruoso* imaginário, é um fosso onde o sujeito depara-se com o desconhecido intimidando-se ou atijando a curiosidade: “Se imaginamos uma coisa, que costuma nos afetar com um afeto de Tristeza, ter algo semelhante a outra, que costuma nos afetar com um igualmente intenso afeto de Alegria, nós a odiaremos e a amaremos simultaneamente” (E. III, prop. 17) . Nesta flutuação de ânimo, funda-se um tortuoso drama: o amor não é realizável pois não se dissocia de um medo (que também é um afeto que parte da dúvida). Quando rompida a dúvida, o medo se realiza como pavor, que leva a reatividade violenta. Esse drama do branco racista, que flutua entre o amor e o medo, jamais pode ser suprimido, pois seria o branco, cair no limbo de suas próprias contradições que está assentado sua satisfação, uma ilusão de autonomia. Age assim, apaixonadamente²⁶, a fim de afastar o mal-estar causado por si próprio — que diminui sua potência. Pois o negro, nada mais é que sua própria humanidade, cindida num duplo — “as ideias que temos dos corpos externos indicam mais a constituição do nosso corpo do que a natureza dos corpos externos”, pois conhecemos o mundo pelas afecções de nosso corpo (Ética II, prop. 16, col. 2). Nesta última proposição de

²⁶ Aqui me refiro a compreensão de paixão que Spinoza faz em *Ética*: Por tristeza, em troca, compreenderei uma paixão pela qual a mente e o corpo passam a uma perfeição menor (Spinoza, *Ética III, Prop.LIX, def.II e III*).

Spinoza, o autor trata da base do preconceito e do conhecimento inadequado, quando o sujeito julga de acordo com suas disposições e “toma as afecções de sua imaginação pelas próprias coisas” (Ética I, apêndice) — o negro-entregador se torna o depósito do imaginário temeroso da branquitude.

5.7. “É ditadura”: Medo-esperança e regime de exceção das plataformas

Tem um outro sob seu poder quem o detém amarrado, ou quem lhe tirou as armas e os meios de se defender ou de se evadir, quem lhe incutiu medo ou quem, mediante um benefício o vinculou de tal maneira a si que ele prefere fazer-lhe a vontade a fazer a sua, e viver segundo o parecer dele a viver segundo o seu. Quem tem um outro em seu poder sob a primeira ou a segunda destas formas, detém só o corpo dele, não a mente; mas quem o tem sob a terceira ou a quarta forma fez juridicamente seus, tanto a mente como o corpo dele, embora só enquanto dura o medo ou a esperança; na verdade, desaparecida esta ou aquele, o outro fica sob jurisdição de si próprio.” (Spinoza, TP cap. II §10).

O entregador de aplicativo nas ruas, se torna vulnerável. Está desprotegido, imerso num cotidiano de riscos e negligências. Tem no celular seu único vínculo, é ele que dita quando é um entregador e quando não é, não sabe quem está por detrás da tela, muito menos a plataforma. Porém, a plataforma sabe o que fazer, o entregador tem a disposição e a plataforma tem a infraestrutura. O desejo então é capturado e dissolvido alimentando o *software*. Com apenas o celular e o aplicativo realizando a ponte entre a empresa e a tarefa do entregador, a relação se abstrai entre códigos e *bits*²⁷. Uma linha frágil e tênue, pretensamente desajustada em benefício às empresas:

No iFood inclusive, eu fui bloqueado no iFood, porque eu recusei uma corrida que eu não queria fazer, eles me bloquearam. Eai não teve conversa não, bloqueou e pronto. A Loggi não, se der algum problema no serviço eles te ligam, perguntam o que foi que aconteceu, por isso que eu falo da diferença do aplicativo da Loggi que eles ainda dão uma atenção pro motoboy. Os outros aplicativos não, eles vão e te bloqueiam e não querem nem saber, o iFood mesmo, é dessa forma, é ditadura, se for ver bem essa questão (Jorge).

Durante os encontros com os entregadores muitas queixas foram dadas em relação ao tratamento da empresa mediada pelo aplicativo. Na pandemia isso só se exacerbou.

²⁷ Bit: *binary digit*. É uma expressão área da tecnologia para designar o nome da menor unidade de informação, que juntos podem formar dados (cap. 2.4.) e códigos de programação.

A definição usada pelo entregador como “ditadura” expressa muito do que foi experienciado por eles. Uma sensação cotidiana de não ser ouvido ou legitimado. A sensação de estar cotidianamente inspecionado estritamente para não abalar a ordem empresarial. Alguns deles evitam fazer reclamações pelo medo de serem bloqueados; outros evitam discutir ou discordar dos clientes por medo da abertura de reclamações por parte deles e serem bloqueados; outros se quer sabem para onde o medo está direcionado, já que são potencialmente bloqueáveis por critérios que desconhecem — o medo tornou-se uma constante:

O iFood a palavra deles é a *palavra de Rei* [...] E... iFood é isso né, eu não tenho muito mais pra te dizer a respeito deles, porque eu fui bloqueado logo no início. Acho que cheguei a fazer umas cinco corrida com eles. Serviço ficou tocando lá na tela, eu não aceitei aí eles falaram que eu estava *fazendo mau uso do aplicativo* por SMS, eles mandaram mensagem. Nem ligaram, mandaram email, nem nada. E aí, de lá pra cá, sem conversa. Cheguei a mandar alguns email, fui no reclame aqui, pra fala com eles. Eles falaram que não tinha volta, que foi mal uso, e infelizmente ficou por isso. Tendeu? (Jorge).

Assim como Jorge, o “mal uso” do aplicativo foi também o que afetou Rodrigo, porém, seu caso é ainda mais drástico, expressando o cinismo cruel da empresa-aplicativo em questão:

Fora os descaso dos aplicativo também, teve na... teve não, tem até hoje né, nos valores do motoboy. Eu mesmo sofri um acidente no iFood, era em dois mil e... O início da pandemia foi em 2019, 2020 eu sofri um acidente ali na Luís Goes, não, na Borges Lagoa. Entrei em contato com o iFood memo, e eles desacreditaram de mim, porque tipo eu tava a caminho da corrida, eles desacreditaram de mim, me bloquearam, e até hoje não me deu uma justificativa, o porque me bloqueou. Mentira, eles falaram que eu fiz *mal uso da conta*, sendo que eu me acidentei, entrei em contato e expliquei, no dia, no chão lá, entrei no aplicativo e explique que me acidentei. Aí como eu estava a caminho eles não queriam saber, na pandemia tal. (Rodrigo).

Para as empresas, o “mal uso” tem o mesmo sentido político que o “auto de resistência”²⁸ para a polícia — um poder soberano, “palavra de Rei” (Martins, 2019). Como dispositivo legal da polícia, o auto de resistência validava a morte indiscriminada de suspeitos sob a alegação de legítima defesa do policial, com a vítima morta, se tornava impossível a justiça. De forma semelhante, os entregadores, sem nem mesmo compreender qual foi sua conduta que gerou o “mau uso” do aplicativo, são descartados. Somente a empresa sabe o motivo, e sem ao menos chance de defesa, eles tornam-se culpados pelo tribunal algorítmico da ditadura. Essa questão fica expressa no relato do entregador Fernando:

²⁸ O auto de resistência foi um dispositivo legal criado “em 1969, após o AI-5 (dezembro de 1968), como medida interna da própria polícia, a fim de justificar e minimizar a prisão em flagrante de policiais autores de homicídio” (Martins, 2019, ¶12). Termo que foi abolido no uso em inquéritos e ocorrências a partir de 2016. Se tratava de um mecanismo que legitimava a morte indiscriminada alegando legítima defesa. O grande trunfo era que alegando a resistência da vítima, registrado como “auto de resistência”, os próprios policiais participantes da operação eram testemunhas, por isso tornava-se quase nula a chance de investigação ou justiça. (Martins, 2019).

Em questão de aplicativo se eles dessem um respaldo pra nós, como que se diz, um suporte maior. Porque eles fala que tem provas, aqui que eu sempre trabalhei certinho com a minha conta e aconteceu esse fato de cancelamento de mau uso, porém não foi. E eles não me dão respaldo nenhum. Eles fala pra procurar o Reclame Aqui e você coloca no Reclame Aqui eles fala que você infringiu uma regra. Porém eu não infringi. Então eles não dá a sua chance de você provar. Eles é simplesmente bloqueio indevido (Fernando).

Outros detalhes são expostos pelo entregador Leonor:

Eles não dá muito valor pra conversar, tipo eh como que cê fala? Cê vai conversar com a pessoa e a pessoa [não] dá atenção. Não dá muita atenção porque tá no suporte pelo celular, aí você tem que ficar esperando a boa vontade dele. Se eles tivesse um suporte que você poderia ir até o local e eles conversar, seria melhor. Agora tudo que acontece é só no celular. Aí fica mais difícil, entendeu? Aí você fica tipo na mercê deles. A hora que eles quiser responder beleza, a hora que eles não quiser responder, também meio tranquilo. Também tem alguns aplicativos depois, também que vendeu, foram vendido, ficou pior ainda, igual a Rappi. A Rappi ela não dá muito valor pros entregador, ela fala que dá. Mas qualquer coisinha ela já bloqueia o entregador, isso e aquilo. Se você vai tirar foto ele não reconhece. Duas vezes ele já te bloqueia vinte e quatro hora aí eles num manda mensagem pra saber o que aconteceu ou pra tentar te ajudar pra poder desbloquear. tem que ficar esperando vinte e quatro hora ou, se você tentar outra vez, quarenta e oito hora. Aí antigamente era pior ainda, se você fosse comprar um produto pro cliente, tipo ele pediu vai cinco dúzia de banana, eh, três laranja, aí não tinha laranja, aí você não levava, tinha vez que eles bloqueavam você permanente. Ou bloqueava você por vinte e quatro horas. Ou senão, se você cancelasse, “ah não tenho, vou cancelar”, daqui a pouco quando você ia ver, tava bloqueado permanente. Os cara “ah não você foi bloqueado”, permanente, ou senão se você me pegasse, e cancelasse uma, duas, três vezes a entrega que eles tocassem eles te bloqueavam também permanente. Tavam nem aí. Muita gente foi tudo bloqueado sem motivo, eles não davam motivo (Leonor).

A falta de personalidade é notada pelos entregadores. Para eles facilitaria se houvesse alguma mediação e suporte por meio de um humano na plataforma:

O iFood mesmo, a base, desde a pandemia, a base dos cara fechou e eu não [consigo] resolver meu problema, que eu indo lá, conversando com o responsável consigo resolver e recuperar minha falta, meu sustento. Por aqui, eu posso abrir pra você aqui, como eu consigo resolver nada. Eles coloca, me manda um e-mail no outro dia falando que vão tentar fazer alguma coisa e no outro dia fala assim: “ó você foi cancelado por causa disso e disso sendo que é mentira. Eu levo você até o restaurante e os cara me entregava de olhos fechado. Na pandemia a gente cansou de fazer até quando a plataforma tava travada, a gente cansou fazer por boca a boca que isso nunca deu problema, e do nada você pegar e, você acordar e falar “oxe estou bloqueado, por quê?”. Às vezes você vai dormir trabalhando, no outro dia acordar sem. Tem muita gente que só depende disso aqui, aí acaba sendo prejudicado. É o sustento da família, Entendeu? (Fernando).

Respeitar a personalidade consistiria em reconhecê-los como pessoa. Mas como temos visto durante o percurso dos capítulos anteriores, eles não são reconhecidos nesse lugar.

Abstraídos entre *bits* e algoritmos, tornam-se apêndices, objetos descartáveis, homens-códigos, racializados:

Sempre tem um bloqueio indevido. A gente sempre é o prejudicado. O motoboy, pro cliente a culpa é do motoboy, a demora até do restaurante a culpa é do motoboy, pro restaurante a culpa é do motoboy. Às vezes a gente sofre acidente, já aconteceu de colegas meus finalizar a minha corrida e eu com acidente. Aí tipo eles não estão nem aí pra nós né? Taxa eles abaixaram, tudo quer cobrar, tem corrida que a gente paga pra trabalhar. Tem, vamos supor, o cliente coloca o endereço, chega lá, não é o endereço do cliente. Cê recebeu pra ir até lá, certo? E pra você ter outro deslocamento? A gente não recebe. Aí acontece o quê? Acaba sendo bloqueado, acaba perdendo conta. Eu sou pai, sou casado, eu preciso (Fernando, grifo próprio).

A quem interessa o fato de terem família? Por serem entregadores e motoboys são culpados, pelo que são. Mas também, condenados, por coação. Fernando quando diz que “tem corrida que a gente paga pra trabalhar”, se queixa de uma situação comum no cotidiano de trabalho dos entregadores. O baixo valor de remuneração por algumas entregas, somado a condição de eles arcarem com o instrumento de trabalho, sua manutenção e abastecimento com combustível, faz com que em algumas entregas a quantia de recebimento às vezes não cubra o gasto de deslocamento. E ainda que por vezes cubra, o trabalho a longo prazo ainda necessita de manutenção do equipamento, ou também, um iminente acidente exige manutenção da moto. A alimentação também é algo que ocupa os gastos do trabalhador. No fim, a empresa, de diferentes modos, acaba lucrando com trabalho gratuito.

Há também entregadores que se endividam para trabalhar. Compram motos para efetivar as atividades de entrega, onde parte da renda se destina a pagar a mesma dívida da compra efetuada para o trabalho. A internet também é um fator que amplia os gastos, criando dívidas com as operadoras (Fuzeira, 2022; Souza, 2021). Além disso, para outros, há o caso do aluguel de motos ou bicicleta para o trabalho, pela *Mottu* e *Itaú*. Estas empresas vendo essa brecha no mercado, encontraram um modo lucrativo de usar desta ausência criada pelos aplicativos: não disponibilizar as motos ou bicicletas para o trabalho, ao mesmo tempo em que muitos trabalhadores dispostos a trabalhar para o aplicativo não tem nenhum dos dois meios. A preferência do uso das bicicletas do *Itaú* para alguns se relaciona à segurança, vantagem de ter os postos dispersos pela cidade ou mesmo por não ter condições de ter uma própria. Além disso, não se preocupar com a manutenção, está entre as justificativas no caso do aluguel de moto.

Se pensarmos o trabalho gratuito estruturado na escravidão histórica rural do período colonial, centralizada na figura dos feitores, talvez sejam configurações que não são possíveis transplantar ao momento atual. Mas, considerando o poder de bloqueio, o desrespeito a segurança, alimentação, o desamparo que os faz se endividar, além disso, os casos privação de locomoção e em razão dos fluxos de entrega e a distância da moradia para o local de trabalho

(Dormir..., 2019; Mari, 2022), pode-se considerar o trabalho subordinado às plataformas de aplicativo inserido na legislação de trabalho “análogo” à escravidão. Segundo a Lei nº 10.803 alguém que está em condição análoga à de escravo, é aquele que é submetido a “trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto” (Brasil, 2009).

Como vimos, os entregadores não são forçados pela imposição das armas ou dos capatazes, portanto, não são restringidos de forma tangível em sua locomoção — como expresso no cap. 5.3. isso não é antagônico com o escravismo histórico, já que a escravização urbana parte justamente de configurações diferentes da escravização rural —, mas são forçados pelas suas próprias condições de vida que estão enredados. Fato que faz com que alguns entregadores entendam a situação em estão inseridos como uma escolha:

Lógico que a gente é uma escolha né, os aplicativos não obrigam você a trabalhar na rua, mas tipo, o motoboy não aceita aquelas taxas ruim, só que cara quem entra nessa vida de motoboy ta sujeito a tudo isso né, de encarar taxa boa, taxa ruim, só que como pode dizer... É, tem que, acordar cedo e ver como é que é, se vai dar bom o dia e se vai dar ruim (Maurício).

Porém quando estão em atividade nos aplicativos, os bônus, as promoções e as retaliações por bloqueios, coagem os trabalhadores a aceitar e finalizar as corridas, não importando o horário, a distância, a remuneração ou qualquer intercorrência que possa ocorrer no processo, quando não, as contas e as dívidas contraídas pelo próprio trabalho. Uma forma eficiente de dominação jurídica, tanto da mente como do corpo do prestador de serviço (Spinoza, TP).

Para Cavalcanti (2021, p.124) “a exploração mais atroz do ser humano, capaz de tolher por completo a dignidade ontológica que lhe confere a própria natureza, não remanesce apenas como legado de um passado antigo e inacabado [...] à margem da modernidade”. Na verdade, como aspecto que perdura, a abolição permitiu uma “liberdade que escraviza”, onde certos trabalhadores

Não perdem apenas o controle sobre o seu trabalho, mas também — e sobretudo — o domínio e a autoridade sobre sua pessoa. Se o trabalhador semilivre perde parte de sua independência ao colocar sua força de trabalho à venda para o capital, o sub-humano é em si uma mercadoria, coloca-se por inteiro à venda e perde, com isso, sua condição de ser humano. É uma propriedade com alma, um não ser biologicamente humano (Cavalcanti, 2021, p.124).

O autor ainda soma que as condições atuais podem ser ainda mais perversas que as configurações do passado. Em certos momentos do período colonial — principalmente no escravismo tardio, quando o comércio transatlântico foi restringido (Moura, 1988) — o

escravizado-negro significava um investimento, um ativo comercial, uma peça que tinha valor e que necessitava de manutenção. Entretanto, hoje, “o trabalhador, após prestar serviços em condições desumanas, é jogada ao relento como uma máquina quebrada inservível” (Cavalcanti, 2021, p.125). Hoje nem mesmo o sujeito coagido à “liberdade que escraviza” é comprado. Na maioria das vezes, ele é usado, just-in-time.

Trata-se de uma servidão sem face de servidão. Na citação inicial do tópico, percebemos que a nível psicossocial é possível estar em servidão sem mesmo ter consciência dela. Spinoza (TP cap. II §10) explicita em sua frase diferentes formas de servidão, que nem sempre são impositivas e tangíveis como aquelas que detém o outro “amarrado”, ou que lhe tira as “armas” e os “meios de se defender”. Para Spinoza, estas formas são exemplos de servidão que detém somente o corpo do sujeito, pois a imaginação ainda produz a própria rebelião de seu corpo. Mas Spinoza, em detrimento desta forma, dá atenção também a uma servidão fina e afetiva, que pode vincular o sujeito à servidão pela esperança e pelo medo, pois, nesse sentido, é a imaginação que enreda o corpo na malha da servidão — sem necessitar de amarras tangíveis. Quem detém o outro pelo medo ou pela esperança prostra sua imaginação, pois ela passa a servir aquilo que é incerto, imposto pelo outro: a dúvida da realização de uma tristeza futura; e a dúvida da realização de uma alegria, também futura. A dúvida se torna uma captura servil e enganosa.

É possível notar este aspecto esperançoso quando os entregadores falam das recompensas ou promoções. Leonor parece ficar em dúvida buscando reconhecer o que é o “justo” e o que é a “valorização” nas plataformas:

O aplicativo só dá a valorização do motoca na chuva. Valorização não, ele só paga o justo. O justo não, o que é pra ser pago justo, na chuva pra deixar os motoca na rua (Rodrigo).

Tentando decifrar os enigmas propositalmente arranjados pela empresa, ele então compreende que o aplicativo não valoriza o motoboy na chuva, eles pagam o “justo” em dias chuvosos para deixar os entregadores na rua, e se eximem de fazer no cotidiano. Quase caindo em meias verdades, ele então compreende que “valorização” não é uma palavra possível para descrever sua experiência na plataforma. É então que, deixando de acreditar na “valorização”, ele compreende o subtexto dizendo que não se trata de nada disso, mas uma estratégia: “pra deixar, na rua, a disposição. Mesmo não tendo nada no feriado” (Rodrigo). Continua seu relato expressando a desconfiança em relação as verdadeiras intenções das “promoções”:

Só parar pra perceber, só tem promoção, só tem meta, feriado e final de semana. Aí precisa do cara, aí os cara engana, fala que é promoção, mas não é nada. Aí deixa os motoca na rua, as vezes não dá nada. Motoca sai cedo, fica até dez hora da noite, se fazer oitenta real, cem real, é muito. Sofrido, soffro o dia inteiro com fome, fora a gasolina que gasta, fora o tempo. É complicado... (Rodrigo).

As plataformas sabem atuar frente a isso. Sabem que o trabalhador precário não é livre, mas que pelas contingências “sua sorte, depende da sorte do capital” (Cavalcanti, 2021, p.91). Sorte essa que é e controlada pela tecnologia dos aplicativos:

Bem antes eu trabalhava nos outros aplicativos. Mas hoje mesmo o específico é o iFood. Porque no iFood já, até trabalhar pros cara, até é bom. Porque, não, *a tecnologia tipo a rota, tipo toca, entendeu? Tipo cê tá aqui toca um atrás do outro, igual os outros aplicativos não tocam igual o iFood.* Mas é isso. Podia muito bem melhorar, não muito assim, mas dá uma atenção tipo de tudo, até de tratamento, trata nois ruim. O mínimo né mano? Tipo, não ta dando dinheiro, mas pelo menos o tratamento pra nós, né? Nem isso caramba! Nem o tratamento. Aí fodeu né? (Túlio, grifo próprio).

O que vemos então, é uma trama de coerção física e moral que regula condutas, visando beneficiar as empresas-aplicativos que tomam o entregador como peça inanimada. Neste sentido, deixando o trabalhador à mercê das contingências das causas exteriores, forma-se então o regime medo-esperança, que se trata de

Paixões que mais força tem para estabelecer a servidão humana e as que mais possibilitam a ligação da causa das variações da potência do corpo aos afetos exteriores, porque fazem com que se imagine que o bom e o mau, o estabelecimento do desejo do bem e o medo do mal, tenham suas causas atribuídas a uma vontade exterior. (Strappazon; Sawaia; Maheirie, 2022, p.09).

Logo, ao caírem no desamparo da dúvida imposta pelas contingências, que são, segundo Sawaia e Silva (2019, p.29), afetos “conservadores e sustentadores de poderes desmesurados”, abre-se mão “da liberdade em nome da segurança”. Tendo em vista estas proposições, a servidão trona-se uma constante, envolvida em tramas contemporâneas.

4.7.1. A forma colonial-digital ou Colonialismo digital

A escravização é mais do que uma estrutura física datada historicamente. Basta ver os incontáveis casos de fazendas rurais com mão de obra escravizada encontradas ano após ano no Brasil nos cuidados de pasto, no desmatamento, em carvoarias e em colheitas/plantio, trabalho composto, em sua maioria, por não-brancos²⁹ (Moraes; Chai, 2020). Podemos dizer

²⁹ Entre 2016 e 2018, segundo dados da Secretaria de Inspeção do trabalho 82% dos resgatados eram negros (Penha, 2019).

então, que escravização urbana (de ganho) também está aí, porém, por conta das suas vicissitudes são mais difíceis de serem entendidas como. No capítulo anterior mostramos como ela ocorre, e como são invisibilizada pelas tecnologias das empresas-aplicativos que turvam ainda mais essa realidade.

A acumulação primitiva não acabou, o saqueio e expropriação dos corpos racializados continuam sendo matérias de interesse no neoliberalismo com sua financeirização e seus fundos de investimento. Se a especulação continua lucrativa, ela talvez seja atualizada sob a pretensa extração precária da força de trabalho numa moderna forma colonial-digital. É Denise Ferreira da Silva³⁰ (2019) que por meio das reflexões de sua obra *a dívida impagável*, propõe que “o que garante o capital global é a forma jurídica colonial” e, por conta disso, compreende que é a violência que permite que esta forma jurídica injusta continue expropriando de alguns para acumulação e enriquecimento de outros (Rádio UERJ, 2023).

Aceitar que o colonial foi superado, mesmo também sabendo das considerações clovismoureana de uma “transição sem mudanças” na modernização do Brasil, seria um tanto encobrir parte do apelo da população não-branca, que sente na carne a experiência de um sofrimento íntimo ligada diretamente por sua cor, em detrimento a pessoas não-racializadas. O Brasil ainda é território de extrativismo e espoliação — com suas escravizações, invasões e usurpação de terras indígenas que estão sempre na ordem do dia. Se o trabalhador é aqui mal pago, desvalorizado e violentado é porque o trabalho foi reificado no negro, e os brancos, “encardidos”, sem nem se darem conta, sofrem também a chaga de terem sido matéria de substituição e de limpeza étnica da “mancha negra”³¹, para num futuro próximo serem relegados à novos negros.

Faustino e Lippold (2023, p.66) expõe que “na atual fase de acumulação capitalista, o colonialismo não se resume a uma dimensão metafórica, mas é um elemento econômico fundamental que viabiliza a distribuição desigual e combinada das contradições daí advindas entre as nações e povos terrestres”. A questão é que as contradições que eram jogadas às periferias do capitalismo, nas colônias, agora estão batendo a porta do *welfare state* nos países centrais e alguns rincões protegidos nos países do Sul global que ainda mantém certo resguardo de proteção social. Exacerbando concomitantemente então, o racismo e a xenofobia (Faustino,

³⁰ Em uma palestra virtual dada a UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), a autora explica uma de suas ideias, dizendo que na arquitetura política pós-iluminista “a escravidão está explícita como uma estrutura econômica e a racialidade como um arsenal simbólico também aparece como operacional no presente global. Como crucial tanto no funcionamento do Estado como na acumulação de capital” (Faculdade de Educação da UFRJ, 2021).

³¹ Termo usado no século XIX para atribuir ao “problema” da presença massiva de negros na sociedade brasileira, que se pretendia branca (Nascimento, 1978).

2023), complexificando ainda mais a divisão racial do trabalho e as linhas de amizade e inimizade que definem a cidadania.

Para Faustino e Lippold (2023) essas contradições são possibilitadas pelo neocolonialismo tardio, que tem como sua expressão tecnológica o colonialismo digital. O autor busca esta conceituação de neocolonialismo com Kwame N’Krumah, pensador socialista e panafricanista que foi presidente de Gana, país africano, que sob sua liderança, alcançou a independência em 1957. N’Krumah denunciava a condição de submissão das bases econômicas aos interesses metropolitanos mesmo os países africanos conquistando a sua independência. Aliado a interesses exógenos, privilegiando forças desinteressadas com as nações em questão, o neocolonialismo se dá na submissão a uma divisão internacional do trabalho “sob o custo de uma hiperexploração das massas desses países recém-independentes” (Faustino e Lippold, 2023, p.63).

Diferente do pós-guerra, nas disputas anticoloniais da época de N’Krumah, hoje podemos dizer que algumas das empresas coloniais são *High Techs*, ligada ao capital financeirizado e seus fundos de investimento, e como esperado valorizam-se através da máxima precarização — “chegam antes do Estado”, e gozam de uma “liberdade muito maior que [...] no século anterior” (Faustino e Lippold, 2023, p.81). Nos escritórios das empresas de tecnologia os engenheiros e outros profissionais vivem sob o “bem-estar”, salários confortáveis, benefícios e uma dinâmica *happycrática*³². Nas ruas, os “parceiros de entrega”, pessoas racializadas, periféricas, pobres e jovens, vivem a “ditadura” do medo e de outras incertezas. Coloniza-se, além de tudo, o seu tempo livre. Todo momento torna-se potencialmente produtivo, relacionado ao ganho, onde o trabalhador de aplicativo, exercendo seu trabalho designado por regras ocultas, se vê desprovido de controle na reprodução de seu trabalho ainda que tenha sensação de estar no comando. São, portanto, escravizados por sua “liberdade”.

Para Faustino e Lippold (2023), capitalismo e colonialismo não são indissociáveis. Como já foi colocado em tópicos anteriores, o colonialismo é um elemento imanente à consolidação do capital. O autor, pautando as tecnologias da informação contemporâneas, salienta: “se é fato que a base material, o ‘*hardware*’³³ social’, sobre qual emergem e se

³² *Happycracia* (2022) é um termo que vem dar conta de um fenômeno do neoliberalismo que é ideologia da felicidade. Proposto por vertentes da Psicologia Positiva, essas ideias, que penetraram escritórios, vêm a alimentar um ideal de produtividade corporativa aliada a práticas, treinos e meditação para desenvolver força de vontade, manter-se feliz, resiliente e produtivo no trabalho. Vale lembrar o tópico 4.2.1. onde uma trabalhadora da iFood mostra os espaços da empresa — sala de videogame, bebida à vontade, salas com nome de comida etc —, enquanto o motoboy se grava na rua sentado na calçada.

³³ Termo da área de tecnologia que se refere a parte física de um computador ou de aparatos eletrônicos, que geralmente são “animados” por um *software*, que se trata de programas que processam os dados que transitam no *hardware* (*hard* = parte dura; *soft* = parte leve).

consolidam essas novidades tecnológicas é o velho capitalismo, é fundamental lembrar que esse modo social de produção se estruturou a partir do colonialismo” (Faustino e Lippold, 2023, p.53).

O colonialismo, portanto, “é violência em estado bruto, onde a exploração e a dominação adquirem características particulares não condizentes àquelas instauradas pela sociabilidade burguesa”. Necessita então de sujeitos racializados e colonizados, colocados “abaixo do status de um sujeito explorado na sociedade de classes” (Faustino e Lippold, 2023 p.55). Por isso, talvez o “negro de fundo” e o “devir negro no mundo” Mbembe (2018) se refere a este novo colonizado digital, que mesmo podendo não ser melanizado, ainda sim, é epidermizado por uma reificação. É rebaixado em seu estatuto ontológico, abstraído em algoritmos ao cair na malha de uma vida precária — uma vida destinada aos Outros/negros.

Se então o colonial não foi superado e, como propõe Faustino, hoje se expressa como um neocolonialismo tardio, as formas de operar nos seus corpos passam também por esse crivo, e talvez tenha como modelo as relações sociais das *plantations*.

As *plantations* mbembeanas, que sustentavam o modo de governamentalidade da exploração colonial, são caracterizadas pelo autor por variados meios de controle dos corpos, que seguem, segundo Mbembe, (2018, p.43) “formas segmentárias de sujeição” atuando na produção de desconfiança, “intrigas, rivalidades e ciúmes”, além de promover um “jogo movediço” envolvendo alianças, táticas ambivalentes, assim como canais de diferenciação “decorrente da reversibilidade das posições”. Para o autor, era necessário que o vínculo de sujeição fosse “constantemente posto em causa” e para isso, ele “precisava ser incessantemente produzido e reproduzido por meio de uma violência de tipo molecular” que “suturava e saturava a relação servil”. Isso fazia, então, do regime de *plantation* um estado de constante medo. Mas além disso um campo de experimentação e uso do corpo do outro. Para “suturar e saturar” a relação, como dito, o manejo do medo e da esperança era fundamental para, segundo o autor, “sucederem-se as coerções, criar cadeias de dependência entre ele [os senhores] e seus escravos” alternando entre “terror e benevolência”, fazendo da vida “permanentemente assombrada pelo espectro do extermínio” (Mbembe, 2018, p.44).

A colocação do entregador Jorge, que fala em “ditadura” para se referir a conduta das empresas-aplicativo, aqui se revela não ser apenas mera metáfora. Essa tendência despótica e violenta — ditadora —, se escancara ainda mais quando as coerções fogem do poder das empresas-aplicativo. Uma reportagem investigativa da *Agência Pública*, exposta no seguinte tópico, revelou que a forma de gerenciamento dos trabalhadores, tampouco se desassemelha ao

que Mbembe (2019) propôs como as características de controle dos corpos nas *plantations* que foram descritas.

5.7.2. Gerenciamento “lado B”: estratégias de dissuasão e desmobilização

A matéria da *Agência Pública* chamada “A máquina oculta de propaganda do iFood”, trata mais precisamente da iFood, a mais poderosa das empresas (Levy, 2022). O contexto em questão era o de pandemia, momento de bastante efervescência dos ânimos e politização dos entregadores em relação à situação em que se encontravam. Trata-se do momento em que a categoria começou a se revoltar e organizou dois grandes Breque dos Aplicativos que mobilizou 13 estados.

Vendo crescer os levantes revoltosos contra a atuação da empresa, a iFood se colocou a agir. Em meio a este contexto contratou agências de inteligência, propaganda e monitoramento digital, para prestar serviço para “campanhas” de marketing. Tratava-se da encomenda de ações de contrainteligência que foram travadas tanto virtualmente como nas ruas, para desmobilizar os motoboys que estavam se organizando (Levy, 2022).

A matéria analisando 30 documentos, ouvindo testemunhas e tendo acesso na íntegra de vídeos das reuniões com essas agências, revelou que a ação junto com a iFood envolvia a criação de perfis fakes e a criação de páginas em redes sociais como Twitter e Facebook, além de penetrar em grupos de WhatsApp criados para a comunicação entre a categoria (Levy, 2022). Todas essas ações tinham a finalidade de se envolver na comunidade dos motoboys e assim coletar informações, influenciar e desviar as narrativas que insuflavam as revoltas. Páginas das redes sociais, como a “Não Breca Meu Trampo” e “Garfo na Caveira” frequentemente postavam conteúdos favorecendo sempre as plataformas, como mensagem motivacionais para o cotidiano, incentivando a enfrentar os percalços o dia a dia a qualquer custo, misturando humor e memes. Também faziam postagens contra o movimento do Breque dos Apps, se utilizando da narrativa de que aplicativos davam oportunidade de emprego e que a greve prejudicava a renda. Muitas vezes desdenhando dos adeptos da greve e daqueles que estavam fazendo parte do “twitaço” nas redes sociais, justificando que estariam com a vida ganha por não estarem trabalhando (Levy, 2022).

Alguns comentários e posts disseminados, que foram coletados pela reportagem, diziam: “a gente quer melhorar de vida e ganhar mais. SEM patrão e salário mínimo. No corre bem feito a gente tira mais e não tem chefe pra encher o saco. A gente quer liberdade pra tramar pra quem a gente quiser!”; “Quando a esquerda começa a entrar na parada azeda tudo. Não

podemos ser palanque pra político!"; "Queremos ser bem pagos e respeitados por quem nos contrata. Greve política não!"; (Levy, 2022, ¶14). Outra publicação é mais incisiva no seu posicionamento favorável a plataforma:

Pelo menos o iFood garante o nosso sustento, tu não sabe o que é passa fome e não ter o que dar para os nossos filhos...Se não fosse os apps das bag vermelha nas costas aí sim você ia ver o que é fome meu truta. eles a cada dia criam alternativas pra melhorar o dia a dia dos entregadores (Levy, 2022, ¶61).

O tipo de estratégia adotada nas ações das agências foi descrita por eles, e se estruturam da seguinte forma: "é aquele tipo de conteúdo que te deixa em *dúvida*: você não sabe se foi um meme, uma coisa que surgiu na internet ou se teve alguém por trás" (Levy, 2022, ¶5); "Comentamos em publicações que falam do assunto, vamos em perfis que abordam o assunto e comentamos de forma indireta [...], mas NUNCA assinado como iFood *para que ninguém desconfie*" (Levy, 2022, ¶7). Outra questão que chama atenção é a estratégia que eles chamam de "Lado B": "Toda vez que trabalhamos com o iFood criamos estratégias para o 'LADO B'. Essas estratégias têm como objetivo criar um leve rumor nas redes sociais sobre o assunto que queremos abordar no momento" (Levy, 2022, ¶6). Uma especialista ouvida pela reportagem explica que "o lado B é uma prática de campanha política, eles sempre fazem. Toda campanha grande tem uma equipe lado B que basicamente faz conteúdo sobre um *inimigo*. Sempre sem assinar" (Levy, 2022, ¶8).

Ainda segundo a matéria, até mesmo a vacina foi utilizada como uma narrativa para desmobilizar os breques que estavam sendo organizados na pandemia. A ideia era inserir a centralidade da pauta da vacinação prioritária para manter os entregadores na rua e assim, deixar em segundo plano outras exigências como a de taxa justa que atingia os interesses da empresa.

A estratégia era passar a ideia: 'Brecar não está com nada. A gente quer vacina para trabalhar' ou 'A gente quer vacina para continuar trabalhando feliz'. Aí começaram a usar isso como narrativa", contou à Pública uma das fontes que disse ter trabalhado por meses no projeto (Levy, 2022, ¶39).

Neste caso, até agentes infiltrados estiveram em meio às manifestações na rua em 2021 com o intuito de trazer a pauta à tona, o que, como êxito, rendeu reportagens em alguns jornais sobre a vacinação prioritárias para entregadores (Levy, 2022).

Vendo Paulo Lima, conhecido como Galo (Paulo Galo), tomar notoriedade como liderança da revolta e reivindicação dos entregadores estando a frente do movimento dos "Entregadores Antifascistas", as agências de inteligência tomaram-no como alvo. Em uma

postagem de Galo, solicitando ajuda dos consumidores para o boicote planejado pela categoria, um dos perfis fakes de uma das agências realizou uma publicação no Twitter referindo-se a postagem de Galo, dizendo: “Nois q é motoca não ajuda não! Sexta feira é dia q os corre bomba, bora acelera e mete marcha” (Levy, 2022, ¶55). A estratégia era associá-lo a política partidária e ao sindicalismo, de forma a desmoralizá-lo sabendo que entre os entregadores havia aversão a esse setor. Em um trecho de vídeo capturado de uma reunião acessada pela matéria, chama atenção a fala de uma das agentes se referindo a Galo: “ele quase tomou porrada no Pacaembu, porque a gente só fez o seguinte, ‘hummm que legal, o cara... olha... é um movimento político, não tem nada ver com entregador” (Levy, 2022, ¶19). Em um outro momento comemoram que conseguiram atingir a influência de Galo, dizendo: “a gente *matou* o Galo”.

No campo das redes sociais, a atuação era bastante detalhista, usavam de monitoramento, relatórios e pesquisas sobre o universo dos entregadores, para de melhor forma saberem como se comunicar, tanto que em certo momento se policiam: “não precisamos carregar muito no motoquês, tá ficando meio artificial, não acham?” (¶27). Assim seguiam:

Usando gírias e fugindo da norma ortográfica formal, os tuítes haviam sido redigidos com uma escolha minuciosa de palavras e abreviações, para fazer parecer que quem estava por trás das postagens eram verdadeiros entregadores, ou, como escreviam, verdadeiros “motocas”. (Levy, 2022, ¶59).

Além disso, os conteúdos das postagens procuravam a todo tempo fazer referência a estética dos motoboys, com fotos do cotidiano da rua e desabafos.

É difícil dizer sobre a influência e da penetração que as ações tiveram entre os entregadores, mas segundo a matéria:

Em junho de 2021, as páginas “Não Breca Meu Trampo” e “Garfo na Caveira” teriam alcançado 3,16 milhões de pessoas, com 181 novos posts criados. A informação consta em um relatório semestral apresentado pela SQi para os clientes. Segundo o documento, a agência conquistou 21.029 novos seguidores no período (Levy, 2022, ¶35).

As páginas que a matéria localizou, finalizaram suas atividades ao final de 2021. As ações mediadas pelas páginas fakes, segundo um dos coordenadores: “abriu um território importante, de chegar de igual pra igual. E depois isso serviu pra gente ir esvaziando o discurso” (Levy, 2022, ¶65).

Dentre os inúmeros fatos notórios reportados pela matéria da *Agência Pública*, é interessante se atentar a essa estratégia que chamam de “lado B”. Se o lado B, como diz a especialista citada na matéria, se ocupa de ater ao inimigo, é certo então dizer que os inimigos da iFood, neste caso, são seus próprios “parceiros” entregadores. O fato das empresas, segundo

a matéria, serem contratadas pelo setor de “políticas públicas” da iFood, nos informa sua forma dúbia em tratar os entregadores, a “inclusão” se confunde com a exclusão perpetuada por uma política de gerenciamento velada. Tal dubiedade só é possível numa racionalidade colonial em que se mantém o inimigo por perto, sob controle, pretensamente a disposição e dissuadido para o uso e descarte. Onde relaciona-se com esse Outro, não pelo crivo do reconhecimento, mas apenas como corpo e músculo (Faustino, 2022).

A empresa, sabendo que estava lidando com trabalhadores dispostos à revolta e perigosos por terem pouco a perder, já que se encontram alijados de direitos dos mais básicos, tiveram que partir para estratégias “mercenárias”. Lembrando que a caracterização mercenária, além de tudo, se refere ao mesmo tipo de empresa, que quando pagas, se ocupam de fazer um “trabalho sujo”, garantindo que suas ações não se vinculem ao contratante — um estado, uma nação ou uma empresa. A constante menção para que as informações, que partissem de alguma agência, ou que fosse ligado a iFood não deixassem rastros, reforça esse sentido. Além da própria menção das ações como “lado B”.

Contribuindo com estas proposições, Liberato (2021) desvela que esta forma “colonial-digital” da iFood se portar, tem laços concretos com o a história racista da África do Sul. Para isso o autor direciona a atenção para os fundos de investimento que controlam a iFood: até 2022 ela dividida entre a *Just Eat Takeaway Holding Limited* que possuía 33% — empresa que é resultado da fusão de duas outras do ramo delivery, a britânica *Just Eat* e a da holandesa *Takeaway* em 2020 —, tendo o resto de participação encabeçada de forma majoritária pela Naspers, que opera por meio da subsidiária holandesa *Prosus*, que comprou a parte remanescente de 33% e tomou o controle total da iFood (Liberato, 2021; *Prosus adquire controle total do iFood*, 2022). A Naspers se trata de uma empresa de comunicação fundada em 1915 por descendentes de britânicos e holandeses, que segundo o autor, tiveram uma “relação umbilical [...] com a ideologia e o regime do apartheid”, sendo a “porta voz dos supremacistas africânderes”, que manteve sua relação direta com o regime até os anos de 1990 (Liberato, 2021, ¶3). A empresa tinha relação estreita com o governo do apartheid, sendo peça fundamental na comunicação do regime, que buscava a manutenção da desigualdade racial e social, separando os habitantes pela cor da pele e sua descendência a favor dos brancos que seriam uma espécie de “cuidadores” dos dominados. Hoje, ela se tornou um dos mais influentes grupos de mídia do planeta. Antes de pedir desculpas pela participação do regime do apartheid — o que ocorreu somente em 2015 — a empresa, ironicamente ou não, se tornou em 2008 “a controladora da *Mobile*, a empresa brasileira que fundou o iFood em 2011” (Liberato, 2021,

¶3). Criaram então, aproveitando da onda da “economia do compartilhamento” impulsionado pelas tecnologias da informação, um negócio perfeito sob um apartheid distinto, do outro lado do atlântico.

O autor nos traz elementos importantes para compreendermos que a relação entre racismo, mercado e cidadania, se dá no campo prático. Mostrando que há uma ligação direta entre o que foi denominado como gerenciamento “lado B” e a segregação ocupacional e da força de trabalho, e que “existe capital investido para institucionalizá-la” (Liberato, 2021, ¶9). É por isso, que o autor enfatiza que as preocupações da empresa estão entorno de: “1) com lucro e não com a vida dos entregadores; 2) em produzir peças de marketing para encobrir a realidade” (Liberato, 2021, ¶7). O autor ainda enfatiza: “esses trabalhadores são para o iFood análogos a uma ‘sub-raça’, marcados pelo ofício que exercem. É a prática instituída pelo iFood nas suas relações de trabalho que nos informa isso” (Liberato, 2021, ¶5).

O arranjo colonial, como “violência em estado bruto” (Faustino, 2023, p.93), é o que autoriza que qualquer estratégia seja válida. As táticas ambivalentes, criação de intrigas e dúvida são maquiavelicamente utilizadas em favor dos objetivos da empresa, pouco importando os custos, seja a incitação à violência contra lideranças, seja a manutenção da degradação das condições de trabalho dos seus “parceiros” em meio a pandemia, como também, na pressão dos ritmos de trabalho que provocam além de acidentes, mortes no trânsito.

O “lado B” nada mais é do que o lado não-dito, a face encoberta e hostil que essas empresas representam. O “lado A”, sustentado pelo marketing e pela propaganda, diferentemente, trata de difundir para opinião pública, seus “parceiros” e clientes uma imagem amigável do serviço. No “lado B” ocultam-se as reuniões sigilosas com grupos “mercenários” de inteligência e propaganda, as retaliações silenciosas, os bloqueios injustificados e a manipulação algorítmica. Esconde-se, nesse lado, a violência e o racismo que impera no funcionamento dessas empresas-aplicativos. É pelo “lado B” que são gerenciadas a periferia e a favela como fábrica de “homens-trapo”, matéria bruta tão visada pelo modelo de negócio de deliverys como a iFood.

É por haver sempre um “lado B”, como colonialidade, que o racializado vê-se constantemente preso as meias verdades:

O colonizado está sempre atento porque, decifrando com dificuldade os múltiplos signos do mundo colonial, jamais sabe se passou do limite. Diante do mundo arranjado pelo colonialista o colonizado a todo momento se presume culpado. A culpabilidade do colonizado não é uma culpabilidade assumida, é antes, uma espécie de maldição (Fanon, 1968, p.39).

Paulo Galo, antes mesmo da finalização destes escritos, em um podcast que participou compreendeu o que isso se trata, dizendo: “ser motoboy é racismo” (Az Ideias Podcast, 2023).

O caso seguinte expõe de forma visceral as contradições dessa forma colonial-digital que permeia o trabalho dos entregadores de aplicativo. Uma forma que é o racismo em sua essência, que, portanto, enreda-se na negligência, precarização e indiferença, que a sustenta. O caso ocorrido em 2019 trata a respeito de um entregador chamado Thiago, que após a uma série de negligências faleceu de modo trágico:

Thiago passou mal no momento em que entregava de moto um vinho para um grupo de quatro amigos em Perdizes (zona oeste da capital paulista), na noite do dia 6 deste mês. O entregador agonizou na calçada por mais de 1h30 à espera de auxílio médico especializado. Nesse intervalo de tempo, Thiago teve uma corrida negada por um motorista da Uber, que não quis transportá-lo até um hospital porque o entregador “sujaria seu carro” com urina. O Rappi quando avisado sobre o estado de saúde de Thiago, preocupou-se apenas com as próximas entregas que deveriam ser canceladas, como lembrou a advogada Ana Luísa Ferreira Pinto, uma das clientes do aplicativo que prestou socorro ao entregador. “Entramos em contato com a Rappi que, sem qualquer sensibilidade, nos pediu para que déssemos baixa no pedido para que eles conseguissem avisar [...] Thiago só conseguiu sair da calçada quando seu amigo chegou de carro e o levou às pressas para o Hospital das Clínicas. Diagnosticado com AVC (acidente vascular cerebral) (Maia, 2019, ¶3).

A máxima se torna a seguinte: o pedido acima de tudo e a limpeza acima de todos. A matéria do jornal *Folha de S. Paulo* oferece uma foto do entregador, nos possibilitando ver — já que a estética e imagem nos é tão importante no percurso traçado até aqui — que o homem por detrás da entrega não difere muito do esperado: é pardo, com diversas tatuagens e usa um óculo chamado “juliet”³⁴, ligado a estética “funk” — gênero musical brasileiro difundido nas periferias.

A entrega de um vinho em Perdizes, a higiene, a agonia, a baixa no pedido e a morte. O mundo arranjado colonialmente, como dito por Fanon (1968), é um mundo que infringe uma espécie de maldição, uma culpabilidade intrínseca pretensamente disposta contra a negritude. Um vinho tem mais valor, assim como a higiene. A baixa no pedido é deliberada como se a mercadoria fosse a entrega de uma nova morte. Lembro-me, então, de uma passagem de Mbembe (2020, p.142): “Se são mortos é por serem quem são. Para evitar serem mortos, basta que não sejam quem são. Ou então, se foram mortos, só pode ser de modo fortuito, como danos colaterais”. Assim segue sendo: como objetos que entregam objetos, quando quebrados ou danificados, são eles mesmos culpados — por serem quem são.

³⁴ Nome da marca dos óculos.

5.7.3. Um crime perfeito: as mortes e o trabalho de entrega

No cotidiano das ruas é constante, em meio aos entregadores, notícias e comentários sobre o falecimento de colegas. As informações correm pelos grupos de aplicativo de mensagem instantânea (Whatsapp) ou pelas conversas no dia a dia:

Apesar de todos os problemas que a gente comentou aqui, o pior nem é isso. O pior é sua vida estar em risco. Cê levar uma fechada... Tava conversando com um rapaz agora aqui. *O cara acabou de morrer hoje na Ayrton Senna*, entendeu? Tipo, conversando, todo dia nois levamo uma fachada, todo dia nois passa por um triz, entendeu? Isso que nós anda devagar, mas e aqueles cara que anda que nem louco e tal? entendeu? Isso daí realmente é o perigo que as vezes desanima, entendeu? Isso aí porque o problema, a gente tem em todo serviço, em todo trabalho. Acho que perigo mesmo é isso assim. (Ariel, grifo próprio).

Esses riscos e perigos que Ariel expõe, se expressam assustadoramente nas estatísticas, que mostram que de 2010 a 2021 houve um aumento de 66% mortes de motociclistas após internação hospitalar. Um número que se refere ao montante de 933 óbitos para 1.569. Segundo a pesquisa ocorreram aproximadamente 130 mortes por mês em 2021, ou 4 mortes por dia, “em termos absolutos, aumentou de, aproximadamente, 70 mil internações anuais por acidentes de motocicletas, para 129 mil” (Coelho; Campos, 2023, p.01).

No ano de 2022, os dados da Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) dos aplicativos na Câmara Municipal de São Paulo, corroboram ainda mais com o cenário preocupante, segundo o depoimento dado pela coordenadora técnica do Laboratório de Estudos do Movimento do Hospital das Clínicas “antes dos aplicativos, os sinistros com motos representavam 20% dos atendimentos. Atualmente, esse número chega a 80%” (Ribeiro, 2022, ¶4). Outro dado do relatório final, revela que no Instituto de Ortopedia e Traumatologia do Hospital das Clínicas da USP (Universidade de São Paulo), de “60% a 70% das pessoas em estado mais grave que entraram ou ficaram internadas” são trabalhadores de aplicativo de entrega (Ribeiro, 2022, ¶2).

Tanto o Care-IEPS (Instituto de Estudos para Políticas de Saúde) e as informações da CPI apontam que essa mudança nos números tem diretamente relação com a chegada dos aplicativos de entrega e sua penetração no mercado, ampliando uma modalidade de trabalho que vinha sendo desempenhada por meio de contratação por empresas terceirizadas e restaurantes. Desta maneira tornou-se possível por meio de um clique de celular a efetivação de um cadastro que permite que qualquer interessado, sem muitas exigências, desempenhe essa atividade para geração de renda. Essa mudança fez com que essa modalidade ultrapassasse outra

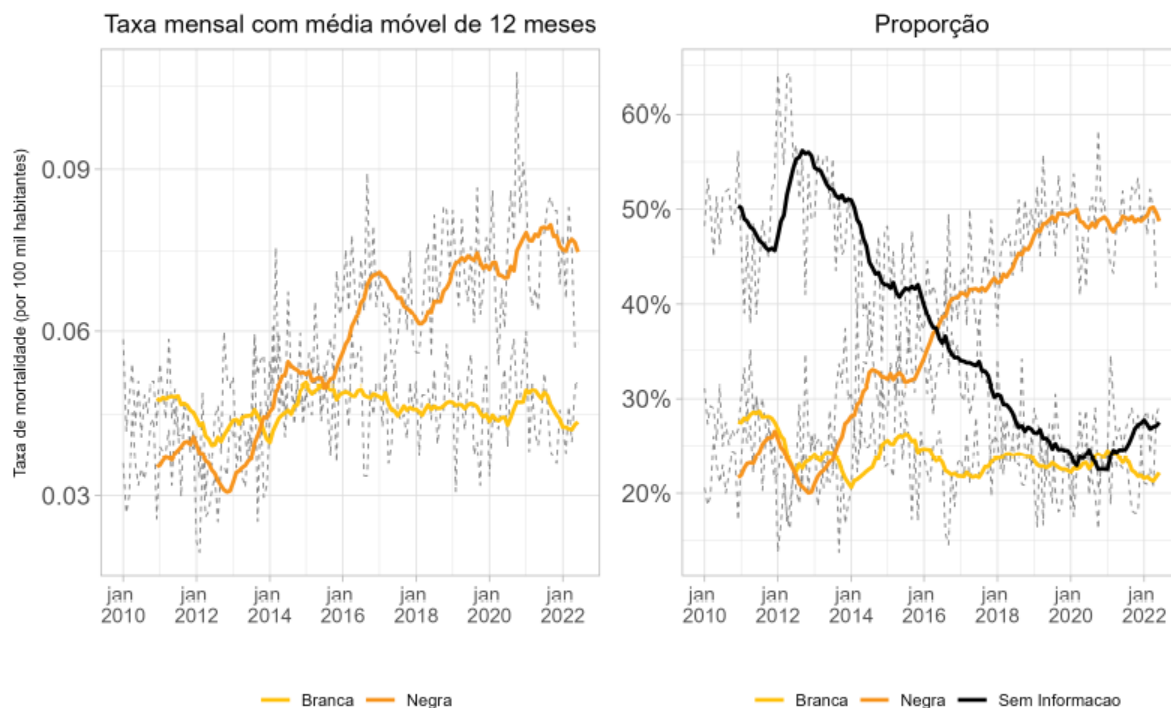
a muito tempo consolidada como a de mototaxistas, segundo a pesquisa (Coelho; Campos, 2023).

As estatísticas expressam também o aspecto racializado envolvendo o aumento de “sinistros no trânsito”³⁵ entre motociclistas. Desvelando as informações de raça/cor do preocupante aumento sinalizado pela Associação Brasileira de Medicina do Tráfego (ABRAMET, 2021), o Instituto Çare-IEPS pôde indicar que dentre os acidentados os negros são os que mais morrem, com uma grande margem de diferença entre os brancos. A ampliação da mortalidade na categoria dispara a partir de 2016, ano que tem como marcador o “boom” dos aplicativos de entrega. Conforme os resultados encontrados, as tendências das taxas de mortalidade de brancos e negros por acidentes de moto seguem paralelas até final de 2015. A partir de 2016, a taxa de mortalidade de pessoas negras se desloca, indicando aumento de mortes por acidentes de moto desse grupo populacional, ao passo que a de brancos se mantém basicamente no mesmo patamar, com um leve declínio (Coelho; Campos, 2023). De janeiro de 2016 a 2021, a taxa de mortalidade das pessoas brancas aumentou de 48 mortes para 55, e das negras, neste mesmo mês, de 75 para 102³⁶. Em 2012 a taxa de mortalidade dos brancos se sobressai, porém, há uma grande proporção de mortalidade sem informação até 2015. Conforme os anos vão passando tendo uma melhora do registro do quesito raça/cor a mortalidade negra vai se desvelando por detrás das cifras escondidas, expressando com melhor detalhes a realidade da mortalidade crescente e estrondosa da população negra nos acidentes de moto.

³⁵ Termo que passou a ser usado a partir de 2022, substituindo a norma NBR 10697/2018 para a NBR 10697/2020. Substituir o termo “acidente” foi necessário pois o termo “traz a conotação de algo imprevisível e incontrolável, sem nenhum nexo de causalidade”, porém a associação compreende que estas ocorrências “na sua maioria, não são acidentais, do acaso, mas sim provocados. São passíveis de prevenção” (ABRAMET, 2021). Hoje é chamado de “sinistro de trânsito” o termo correto para se referir a ocorrências no trânsito que ocasionam qualquer lesão corporal, dano material ou morte resulte em dano material, lesão corporal ou morte.

³⁶ Além das mortes, outra informação se destaca: “O pico da taxa de internação em UTI ocorreu em janeiro de 2021, quando o valor do ‘paciente-dia’ chegou a 2.644 para pessoas negras. “Paciente-dia” é uma unidade de medida utilizada para representar a assistência prestada a um paciente internado durante um dia hospitalar. O número de pacientes-dia corresponde ao volume de pacientes que estão pernoitando na unidade de saúde. No mês de pico, foram 332 pacientes negros que permaneceram, em média, 7,96 dias na UTI. No mesmo período, 231 pacientes brancos permaneceram na UTI por 6,68 dias, na média” (Coelho; Campos, 2023, p.05).

Figura 7. Taxas mensais e proporção de mortalidade, segundo raça e cor.



Fonte: Çarê-IEPS, Boletim n. 2/2023 (Coelho; Campos, 2023).

As mortes nas estatísticas deixam explícitos os dramas sociais que envolvem o pilotar uma moto. Em uma verdadeira guerra nas ruas turbulentas de São Paulo, carros, ônibus e motoboys brigam pelos espaços, mas não se trata nem de longe uma batalha justa. As motos são veículos muito mais vulneráveis que os carros, fato que resulta, como produto desta guerra, uma legião de motociclistas mutilados, decepados, internados e mortos — que se acumulam aos montes, preferencialmente de um lado. Essa metáfora da guerra é interessante pois nos faz compreender então que nas ruas há aliados e inimigos. Apesar das mortes que se acumulam vigorosamente de um lado, no discurso popular parece consenso: todos estão contra os motoboys. São os inimigos, vítimas e culpados dessa guerra. São os estrangeiros, os “incivilizados” do trânsito, os “cachorros loucos”.

Portanto, as ruas matam. Mas não matam indiscriminadamente. O fato de que a maioria vitimada é negra expõe de mais uma maneira que a lógica de como as coisas estão dadas, elas são racionalizadamente postas de maneira a atingir preferencialmente corpos negros, vulnerabilizados pelo racismo estrutural — que naturaliza a reprodução da pobreza (Silvio, 2020). As empresas-aplicativo com seu poder tecnológico ampliaram e degradaram uma categoria por inteiro, aproveitando do desemprego e da viração periférica de forma a centralizar em seu poder todo o domínio de um mercado, provocando aceleração, competição por demanda,

altas jornadas e a exposição à riscos. Demonstrando afinal, que a maquiagem moderna, “descolada” e “progressista” das empresas de tecnologia, sustenta por detrás, um rosto que estampa uma máquina de morte, que se alimenta do consumo de vidas negras e periféricas por inteiro, tratadas como mero código e número em meio a estatística, que como vimos, são às vezes até mesmo ocultadas.

Na pandemia, quando deveria haver um menor fluxo circulação na cidade e por conta disso, um menor risco, a realidade expôs o contrário. Com o crescimento do serviço de entrega, enquanto parte da população estava em quarentena em casa, a mortalidade entre os entregadores no período de março e abril 2020, subiu em 40% em relação ao mesmo período no ano anterior, de acordo com o Infosiga (Arcoverde, 2023). O jornal *A voz do motoboy*, lista como possíveis motivos desses acontecimentos, a situação de: entregadores inexperientes; excesso de cargas nas motocicletas; falta de fiscalização dos poderes públicos; aumento da jornada de trabalho; baixa remuneração repassada aos entregadores; excesso de entregadores cadastrados nas plataformas de Apps; falsa sensação de segurança por conta de poucos carros na rua; e descumprimento das Leis Federais 12.009 e 12.436 e da Lei Municipal 14.491³⁷ (Mortes de motociclistas entregadores crescem, 2019). O entregador Rodrigo se manifesta sobre essa situação dizendo:

Final de 2020 teve um índice de acidente absurdo de motociclista, de motoboy. Porque os moleque tava na pressão de, que se não chegar lá o cara não ganha, perde a viagem, é bloqueado. Aí não tem tipo, benefício pra nois. Aí o cara tem que sair daqui correndo, correndo risco com a vida e tal, acelerando. E aí eles teve, obrigaram, fizeram uma pesquisa, são obrigado a aumentar a taxa de espera. Agora acho que é, não sei se é dez minutos, ou quinze minutos para você se deslocar e chegar até o endereço. Mas antes, eles eram, colocam menos que cinco minutos pro cara rodar 10km, 7km, *é pro cara se suicidar pô*. Entendeu? Aí eles aumentaram isso aí, eles não queriam saber da gente: cai no meio do caminho, é bloqueado, como aconteceu comigo. Foi aqui ó, no bar da lagoa. Foi em 2020, fiquei quase uma ano afastado (Rodrigo, grifo próprio).

No seu relato, Rodrigo explicita porque o trabalho de entregador é o “crime perfeito”³⁸. As empresas-aplicativos isentam-se de suas responsabilidades para com o entregador e ainda

³⁷ A Lei Federal 12.009 estabelece as normas para exercício de profissão como: ter habilitação, com mais de dois anos na categoria; ter curso regulamentado no Contran; colete de segurança retroflexivo ter 21 anos ou mais, etc. Estabelece também normas em relação à condução e preparação da motocicleta: autorização de órgão executivo de trânsito; instalação de protetor de motor mata-cachorro; instalação de de aparador de linha antena corta-pipas; inspeção semestral dos aparelhos de segurança, etc (Brasil, 2009). A Lei Federal 12.436 veda que empresas ou pessoas físicas que são empregadores do serviço que são prestados por motociclistas utilizem práticas para estimular o aumento de velocidade no trabalho (Brasil, 2011). A Lei Municipal 14.491 que regulamente a atividade de transporte de pequenas cargas — motofrete. Trata-se quase como uma versão municipal da Lei Federal 12.009 (São Paulo, 2007).

³⁸ Termo em alusão a frase de Kabengele Munanga, quando fala do racismo brasileiro como o “crime perfeito”: “nosso racismo é um crime perfeito, porque a própria vítima é que é responsável pelo seu racismo, quem cometeu não tem nenhum problema” (Ramos e Faria, 2009, ¶25).

criam as regras do próprio jogo. Presos nesse jogo da morte — ou globo da morte³⁹ —, que consiste em acelerar contra o tempo e vencer o algoritmo, os entregadores acabam refém da própria conduta: “é pro cara se suicidar, pô” (Rodrigo).

O trânsito em São Paulo é foda. Acontece, um milésimo de segundo pode acontecer muita coisa, é fechada de carro direto, é caminhão, ônibus. (Jordano).

Porém, não podemos nos confundir, não se trata de “se suicidar”. Trata-se de “mortes matadas”. Trata-se de um “fazer suicidar” ou um fazer morrer, como danos colaterais. Caso contrário, se não usarmos os termos corretos, caímos na mesma cilada — culpados!

4.10. Portanto, o sinônimo de entregador é racismo

É uma experiência horrível porque envolve de tudo né? A pessoa sofre racismo, a pessoa acaba sofrendo bullying, humilhação, as vezes a pessoa acaba até sendo agredida. Então é uma coisa que parte de cada um, mas é humilhante. Humilhação total, total mesmo (Vieira).

Munanga (2020) se refere a negritude como uma criação que é fruto de uma agressão identitária branca. Essa agressão, como conhecemos hoje, tem como laboratório o projeto colonial. Por ele ter permanecido, a agressão nunca cessou. Por isso, mesmo hoje não é possível escapar do racismo nos fenômenos sociais estudados. Raça, para o colonialismo, foi uma tecnologia estrategicamente direcionada para atingir fins econômicos, fator que hoje permanece da mesma maneira. Enquanto os negros permanecem na reprodução da pobreza pelo racismo estrutural, favorecem a acumulação de capital, a sociabilidade burguesa e o seu “contrato racial”⁴⁰ (Mills, 2022).

O que vemos hoje, e nas linhas que se seguiram esse capítulo, é um conflito que atualiza as relações sociais no Brasil desde sua gênese, que é assentado acima de tudo na questão da raça. A epidemia de violência contra os entregadores, que são figuras cada vez mais presentes na paisagem urbana, só tem um nome: racismo. Desde quando a “guerra urbana” por conta da invasão motoboys às ruas começou nos anos 90, era racismo (cap. 4.1; cap 5.5.). Não deixará de ser agora.

A novidade é que com as empresas-aplicativos espriaram-se as contradições sob novas formas de controle do trabalho. Escravizados ao ganho, os entregadores submetidos aos aplicativos encontram-se degradados, violentados, manipulados, feridos moralmente e

³⁹ Em alusão ao trabalho já citado de Ricardo B. Silva: *Os motoboys no Globo da Morte* (Silva, 2009).

⁴⁰ Ver no cap. 5.2. A inimizade.

assombrados pela morte. Das várias mortes matadas que as populações periféricas e marcadas pela negritude sofrem, os aplicativos e a vida de entregador se tornam mais uma forma delas.

Isso porque o entregador é antes de tudo, um negro. Mesmo por vezes não sendo retinto, tendo pele clara, ele é reificado no negro e em tudo que esse signo representa. O fato de casos em que pessoas negras, visitantes ou residentes em condomínios são confundidos com entregadores, no entanto, reforçam ainda sim o peso da marca negra na pele, indicando que o embargo está na raça e na negritude. Os brancos entregadores são os “encardidos” — como refere Schucman (2012) — portanto, afetados racialmente pela negritude não por serem negros, mas que por conta de sua condição social e de emprego, estão a poucas gradações de cor para a sua racialização como tal.

No entanto, ainda numa realidade dividida entre conflitos raciais estruturais, onde o centro e a periferia são bem demarcados racialmente, a linha tênue que separa o ódio mútuo e o medo, de realidades conflitantes, permanece sob um olhar e um código de se romper. A guarita, a portaria ou a rua, são onde os olhares se cruzam, tornam-se pontos de encontros e conflitos: de composição ou decomposição, amizade e inimizade.

O morador de condomínio, enredado no engodo da branquitude, desconfia. Por detrás da figura do entregador pode haver um vilão. Aliás, por ser entregador, involuntariamente é um potencial “vilão”. Mas quando desperta medo é um “monstro”; quando o que se sente for desprezo, é um “lixo”; quando é chutado, é um “cachorro”; mas na maioria do tempo, suspenso de sua capacidade de afetar é um “ninguém”. Um objeto descartável. Traduzindo o que Sawaia (2018) se referia à cristalização das afecções, quando a potência individual ou de um grupo é refreada pelo sofrimento ético-político.

Se em termos espinosistas só há amizade quando houver uma afecção de amor — uma alegria que parte da imagem de uma causa exterior — sendo que sob a colonialidade esse amor é uma paixão narcísica, enredado em uma ideia supra-natural de natureza humana de um grupo, o Outro então encarna a face do inimigo, do antagonismo, do ódio e do aniquilamento. Cria-se então um mundo e uma humanidade interditada, a expressão de uma “resistência à multiplicidade”, que ao contrário de Spinoza, que atribui como conhecimento de terceiro grau a tomada de compreensão das causas das afecções como um amor político e ativo — portanto, amor ativo, como consequência do conhecimento —, a trama sob o crivo da racionalidade colonial é tomada por “um ato de desconhecimento” (Mbembe 2018, p.200). É aí então, que para Mbembe “na consciência racista, a aparência é a verdadeira realidade das coisas”. O olhar, então, é tomado por um encantamento. Olha-se, mas não se vê. O olhar enclausurado neste

encanto imobiliza e desfigura a face do Outro, condenado a nunca ser visto, o que para Mbembe (2018, p.199) “torna o negro uma sombra no meio de um comércio de olhares”.

Nesta sombra não se vê nada além de simulacros, onde passado e presente se turvam e a memória evoca lapsos de contemporaneidade. No sec. IX os escravizados de ganho que fugiam eram marcados pelo colar de ferro, outros que levavam dejetos humanos dos seus senhores em vasos e baldes na cabeça para serem descartados, eram chamados de “tigres”, pois o vazamento de resíduos de amônia e ureia na pele davam-lhes manchas e listras brancas. As manchas e os colares, eram também marcadores e diferenciadores sobre quem são, sobre suas condutas e valor. De maneira não muito diferente, os entregadores hoje são marcados por suas bolsas, roupas e cor de pele e, além disso, machucados pela alça da bolsa e degradados pelo sol. Essas marcas tornam-se seus novos colares de ferro e manchas de tigre, que por isso os afastam e os impedem nos espaços, as vezes por intimidação, outras por agressão, ou, por vezes, através de olhares que os afastam: “em restaurantes somos discriminados, até se quisermos comer lá dentro não deixam se tiver com roupa do iFood” (Mari, 2022, ¶17).

A colonialidade é um véu que envolve a modernidade. Não serão as tecnologias da informação que irão superar estas contradições. Elas as deixarão ainda mais profundas e complexas. Partindo das discussões que foram expostas nos capítulos anteriores dedicados a esta discussão, podemos dizer que o sinônimo de entregador é racismo.

Numa teia que envolve um gerenciamento colonial-digital autoritário, como uma *plantation* algorítmica, os trabalhadores tornam-se objetos manejados para sustentar o estado de bem-estar digital, que propicia benesses desigualmente a estratos da população, principalmente, os arranjos societários marcados pela branquitude, que pela expropriação de valor, quase gratuito, pelos seus músculos garantem acumulação de capital e valorização dos fundos investidos nas empresas-aplicativo.

Enquanto parte dos usuários dos aplicativos delivery se beneficiam podendo investir seu tempo de outra forma, já que essa tecnologia permite a eles que não se preocuparem com o preparo da alimentação, ou com o deslocamento para obtê-la, por um preço baixo, trabalhadores precários se submetem a jornadas exaustivas e riscos a integridade física por uma remuneração irrisória, fazendo o trabalho pejorativo a que historicamente têm sido relegados aos negros. O fato da maioria da força de trabalho ser negra e periférica não pode ser vista como mero acaso, já que o modelo de negócio foi desenhado já sabendo de qual se trata o grupo social que compõe majoritariamente a categoria dos motoboys. É sabendo da condição de racializados que as práticas degradantes, como trabalho infantil e até mesmo análogas à escravidão são legitimadas sem grandes retaliações, para garantir máxima lucratividade.

Como temos discutido, a precariedade é uma tecnologia racial, que fora destinada às periferias do capitalismo. Hoje, sob o neoliberalismo, é esta tecnologia que está se generalizando com a ajuda de empresas-aplicativo aliadas ao capital financeiro e seus fundos de investimento, que são pretensamente beneficiadas pelo alinhamento dos Estados aos interesses do mercado. Por isso, como tem ressaltado inúmeros autores, raça não pode ser tratada como um apêndice, mas como um problema central do capitalismo.

6. “TÁ FÁCIL DEMAIS PRA ELES, QUEREM QUE DÁ NA BOCA”: AS GRAMÁTICAS DA INSURGÊNCIA

Ora, no mais fundo recesso de seu ser, o colonizado não reconhece nenhuma jurisdição. Está dominado, mas não domesticado. Está inferiorizado, mas não convencido de sua inferioridade. Espera pacientemente que o colono relaxe a vigilância para lhe saltar em cima. Em seus músculos o colonizado está sempre à espera. Não se pode dizer que esteja inquieto, que esteja aterrorizado. Na verdade está sempre pronto para abandonar seu papel de caça para tomar o de caçador (Fanon, 1968, p.39)

“Tá fácil demais pra eles, querem que dá na boca” (Diário de campo). Essa frase deferida por um entregador em um dos bolsões, poderia muito facilmente se referir ao contexto escravista, onde escravizados a disposição dos seus senhores carregavam tudo que eles precisassem em suas costas, até mesmo gente. Indignado, o entregador não faz sua atividade sem compreender que está sendo lesado em detrimento do outro, que se encontra contemplado pela serventia. Geraldo, outro entregador, sente o peso da injustiça quando, no cotidiano, enfrenta filas longas e entrega compras numa corrida valendo seis reais, num apartamento que custa “milhões” (Diário de campo). Além do caso de outros que levam pratos que sequer um dia comeram e que por vezes valem de cinco ou até dez vezes o preço de sua corrida.

Eu costumo dizer pros meus parceiros assim, São Paulo é uma cidade gastronômica né? Tudo quanto é comida incrível assim: filé mignon, parmegiana, carpaccio, cada comida assim que a gente escuta, lagosta, a gente nunca comeu nenhuma, mas o cheiro a gente sentiu de todas assim, eu sei o cheiro de todas (Câmera Record, 2020).

O precário — sujeito racializado e espoliado — como vimos, é um sujeito imerso na malha de uma colonialidade. É levando em consideração isso, que os escritos de Fanon (1968) mesmo que no contexto da descolonização terceiromundista, nos são ferramentas ainda hoje. O mundo do Sul global permanece sendo atravessado pelo dilema colono e colonizado, ainda que com suas especificidades.

Fanon traz à tona na citação inicial, algo que é fundamental na ontologia spinozana: nada nega por total a potência de perseverar na existência de um sujeito vivo (Spinoza, 2020).

É por isso que nos primórdios da modernização brasileira, como Clóvis Moura (1988) propôs, os proletários e os escravizados, dois grupos que antagonizavam seus opressores, seguiam lutas paralelas, ainda que uma ressoasse na outra. Pois estes grupos estavam sob

posições ontológicas distintas, que necessariamente fazia com que os conteúdos e sua radicalização fossem distintas. Segundo o autor havia uma heterodoxia de dois sistemas que compunha as tramas que envolviam o conflito entre “senhores e escravos e capitalistas e operários”, portanto, partindo desta discussão, Moura enfatiza que nota “dois níveis de contradições na área das relações de trabalho” (Moura, 1988, p.246).

Mesmo não sendo operários ou assalariados, uma das primeiras greves datadas foi de escravizados e negros libertos⁴¹. O negro como vanguarda, sempre foi a marca do trabalho brasileiro, tendo assim, por sua própria sorte, procurar pelos seus meios e formas de existir e enfrentar as mazelas causadas pelas condições a que foram relegados. É por isso que no tópico 5.3 usei do termo “opacidade colonial”, que nos serve para compreender que talvez esse nível de contradição a qual Moura se referia, é uma contradição que não está resolvida e que tem em seu limiar as gramáticas da colonialidade, que pelo seu caráter opaco e transparente que perdura, dá sentidos, identidades e práticas próprias as pessoas atravessadas por ela.

Essas contradições se revelam, por exemplo, quando no ano de 1857 em Salvador, os ganhadores (escravizados de ganho e negros libertos) se revoltaram e entraram em greve de forma a garantir para si o controle de seu trabalho que estava sendo ameaçado pelo poder provincial branco que buscava oprimir e disciplinar os corpos dos ganhadores. Por meio de encargos e tributos, além da ameaça de fiscalização e controle da locomoção, por meio de uma matrícula e chapas de ferro que deveriam carregar no pescoço com número de inscrição, o governo tentou minar os “cantos” e sua ameaçadora independência.

Um dos aspectos que fez dessa greve especial, é justamente o que o autor enfatiza como uma tática típica do operário industrial europeu sendo desempenhado por escravizados, mas que — como também notado pelo autor —, por gramáticas diferentes. Os ganhadores, no entanto, não tinham fábrica diz Reis (1993, p.29):

Mas tinham [a] cidade, eram trabalhadores informais, mas coletivamente organizados. O fato de serem gente urbana, consciente de sua importância para o funcionamento da cidade, inserida num mercado de trabalho monetizado, explica em parte o estilo de resistência escolhido.

Fazendo das ruas o chão de sua fábrica, Reis (1993) afirma que acima de tudo o ganhador de Salvador buscava manter a organização de seu próprio trabalho, o tempo, o ritmo e seu volume. Isso os permitia estabelecer os próprios limites e regras segundo suas condições, que para o autor, se tratava “de algo diferente do tempo linear e do ritmo mecânico de consumo capitalista da força de trabalho” (Reis, 1993, p.12). Por conta da jornada descontínua e

⁴¹ A greve de 1857 dos ganhadores baianos (composto negros escravizados e libertos).

intervalada, não havia a possibilidade de proibição que impedia os escravizados a “baixar o cesto, o pau ou a corda para jogar ou apreciar uma capoeira, entrar num samba-de-roda, consultar um curador na periferia, ou enfurnar-se numa casa para orar para Alá”, além disso, em dias de serviço, também batucar e girar nos terreiros. Era imersos nessas possibilidades que também garantiam outras fontes de renda com a adivinhação, feitiçaria, fabricação de amuletos e sambas-de-roda. Tinham que prover “ao senhor e a si próprio”, e era a partir do ganho que os ainda não libertos tinham a “chance de comprar a liberdade” (Reis, 1993, p.11).

Assim, jogavam entre o que o autor chama de “tempo do senhor” e o “tempo do escravo”: “na escravidão urbana, tanto o tempo do senhor como o tempo do escravo estavam ambos investidos no trabalho, embora não de forma ‘secreta’ como na produção capitalista”. Sem deixar que o primeiro consumisse o cotidiano, faziam quase como uma recusa à servidão pela própria servidão, de forma estratégica. Nos cantos e nas ruas, eram quase soberanos, fazendo do trabalho não só sinônimo de sofrer, mas por entre batuques, cânticos, cerimônias e sambas, faziam dali gramáticas de reinvenção da vida e de insurgência (Reis, 1993).

A greve de forma surpreendente durou uma semana, com os jornais a chamando de “revolução”, pois como diz o autor, causaram o “pesadelo branco” — “andar a pé, levar cartas ao correio, talvez enfrentar falta de água de beber em casa, etc etc” (Reis, 1993, p. 26). Mas como é de costume em greves, os participantes se dividiram. Estando negros escravizados e libertos juntos neste segmento de trabalho, colocava-se entre eles entraves diferentes para a luta política. Reis (1993, p.29) compreende que “se nação, ocupação e discriminação os ligavam aos companheiros libertos, a escravidão os separava”. De um lado, os libertos se opunham ao poder provincial num apetite alegre por uma mesma vontade, de outro, os escravizados se viam divididos pela cupidez que a sua relação com o mundo do senhorio que estavam presos os colocava. Essa relação os limitava a agir, já que se colocar contra o senhorio poderia ocorrer-lhes reveses, ao mesmo tempo que estar junto com os libertos na luta, alimentava a ânsia de futuros melhores — uma mistura de medo e esperança, que os provocava a agir, os paralisava ou também os dividiam. Para os últimos, o “tempo do senhor” estava a consumir a vida, as vontades e escolhas.

Dentre os poucos sentidos de liberdade dos negros naquele contexto, o domínio das ruas e do controle de seu trabalho era a forma que encontravam um resquício de autonomia frente a um sistema que buscava a todo momento sua subalternização e eliminação. Juntos, africanos, negros escravizados e libertos podiam traçar suas linhas de vida pelas frestas encontradas no trabalho, relativamente longe dos olhares e poder dos brancos, sejam os do governo ou do senhorio. Como Reis (1993) descreve sobre os ganhadores baianos, o ritmo de trabalho era

diferente: sob cânticos, sambas e adivinhações, e como estavam abaixo do estatuto de cidadão, em antagonismo com os brancos — que eram eles mesmos, o significado da cidadania — era comum, também, que vez ou outra sumissem com os objetos que foram confiados a entregar, para obter benefício próprio, ou de seu grupo. Por conta disso, alguns casos como esses estampavam os jornais, que então tratavam de associar “o ganho ao crime — como de resto frequentemente se faz com o trabalho informal” (Reis, 1993, p.14). O autor reitera que “a imagem certamente não refletia os valores do canto, que até para sobreviver devia seguir normas rígidas de honestidade na relação com sua clientela”.

O enlace complexo entre uma sociabilidade civilizacional tipicamente africana e situação de exclusão da sociedade branca, fazia com que o poder da mercadoria e o tempo fantasmático capitalista não se tornasse um fetiche. O roubo, portanto, não se tornava tabu, a “preguiça” e a “vadiagem”, atribuída quase como pecado e motivo de perseguição ao negro, nestas configurações não era má. Se tornava sim um ato de insubmissão ao “tempo do senhor”. Era uma recusa à servidão e a afirmação de um tempo pagão ao domínio colonial, pois era embebido de uma ética antagônica a lógica branca-ocidental-capitalista.

Por isso, ao mesmo tempo que a escravização de ganho era necessária pela dependência do comércio e dos fluxos da cidade, era visto também com desconfiança que negros estivessem livres para controlar seu trabalho e circulando na rua poluindo a cidade que se pretendia branca (Reis, 1993). Por vezes, o autor afirma, que os ganhadores e os senhorio se alinhavam em suas ideias, defendendo interesses mútuos. Para o senhorio não haver fiscalização significava mais tempo de trabalho, mais liberdade para negócio e maior rentabilidade, e para os ganhadores, mais liberdade para exercerem seu ofício como quisessem.

Antes os escravizados eram o elo frágil por conta de sua subjugação direta ao seu senhor — que detinham a esperança do escravizado em relação a sua alforria. Os livres, com menor chance de retaliação direta, conseguiam permanecer mais tempo em greve. Hoje, é a liberdade que escraviza. Hoje é a paixão da cupidez e a escassez que sentencia o entregador de aplicativo como escravizado de si, submetido não mais ao “tempo do senhor”, mas ao “tempo do aplicativo” — o capataz que os controlam, mas sem se darem conta.

A greve dos ganhadores não seguia o modelo europeu, pois não eram eles operários. Eram escravizados e negros livres, informais. Não pediam salários e, antes mesmo de melhorias de condições e dos ganhos, buscavam sua humanidade. Por conta disso a greve veio como negação da subjugação ao “tempo do senhor”, pois os brancos ameaçavam tirar do poder dos escravizados de afirmação de seus corpos e estilo de vida, para serem usados como objetos dóceis e tristes e, assim, negá-los como agentes da própria vida.

6.1. Autonomia: as brechas do entregador no tempo do aplicativo

Se opor ao “tempo de senhor” era, portanto, afirmar um tempo de autonomia e alegria. Isso não significava plena liberdade, mas uma estratégia que permitia ao menos afastar parte da tristeza arraigada no trabalho — trocava-se uma alegria duvidosa futura, como esperança, por uma alegria momentânea que era certa, como gáudio. Nas ruas, os Racionais MC’s já traduziram o que isso significa dentro das configurações da viração periférica: “viver pouco como rei ou muito como um zé” (Racionais MC's, 1998) — nem que isso custe a segurança. Buscando manter longe a fiscalização e o controle que os mantém presos a grillhões, subordinam-se ao “tempo-do-aplicativo”, desde que nessa condição deixem livres seus corpos e seus ganhos.

Levando isso em consideração, vemos que muitos dos entregadores não vislumbram a seguridade social e a regulação de seu trabalho porque não querem:

Em certo momento no meio da conversa com Diógenes, seu amigo, que estava perto, nos interrompe e diz: — Não quero trabalhar pra ninguém! (Diário de campo).

Outros não vislumbram, porque não tem apetite em lutar por ela, pois no horizonte deparam com uma impotência:

Meu foco era mais fazer o meu e ir embora pra casa e, era o único jeito. Se for lá pra fazer greve eu não vou ganhar dinheiro. E dificilmente a empresa vai mudar por conta que pessoas fizeram greve, porque os aplicativos querendo ou não é muito grande, é o mais popular, então ou você trabalha do jeito que eles querem, ou fica sem dinheiro (Iago).

Portanto, o porquê de não querer, ou de não lutar, não é porque são “burros” ou “alienados”, mas porque há complexos conflitos que dão diferentes sentidos para sua potência de ação ou resignação. Aqui então deixamos de fazer juízo de valor ao caráter individual e o olhamos para as condições em que essas ideias são formadas. É imerso nas condições da viração, que o motoboy busca trabalhar no almoço para pagar a janta — o dinheiro é urgente. É uma vida dos “corres” e da incerteza. A ideia de que é possível ganhar mais hoje, ainda que se jogue fora a segurança — se acidentar, não ter serviço, adoecer sem amparo da seguridade social — se torna mais forte. Por isso vence uma alegria que é incerta, mas que se deseja torná-la possível — dinheiro, subsistência —, em detrimento da tristeza incerta, contingente.

Spinoza (2020) nos ajuda a compreender que tanto quanto nosso corpo é atravessado afetivamente de forma positiva, tanto mais a imaginação tem poder para nos fazer agir. O

contrário, nos coloca na heteronomia, na condição de que achamos que escolhemos a liberdade, mas caímos na malha da servidão, que é o que condiciona tantos entregadores se agarrarem ao tempo do aplicativo. É por isso que a condição da precariedade é tão perversa. Além de induzir a morte física, provoca pouco a pouco a morte moral, por fazer com que a escolha de condições que lese a integridade de nossa vida — abrir mão da segurança —, sejam tomadas como a própria opção de manutenção dela, restando então o fatalismo, o “deus dará”, a “oração”, o “deus quiser”, levando o sujeito a agarrar migalhas de alegria — pois como propõe Spinoza, quando a mente imagina sua impotência ela entristece (Spinoza, E., III, prop., 55).

Nesta condição estão homens calejados e violentados. Enredados em condições que a todo tempo testam suas sutilezas emocionais, na encruzilhada da escolha entre as couraças ou a barbárie. Dentre as opções do que se esperam deles, dá-se um jeito — futebol, ambulante, motoboy, mototáxi, barbeiro, crime e, em últimos casos, se possível, CLT —, se vira! Édão, motoboy que ficou conhecido por escrever sobre o trabalho, retratando sobre a violência e o desamparo, enfatizando a falta de perspectivas e horizonte, diz que não escreve por fetiche, mas para não enlouquecer e sobreviver: “o que é que tem de bonito para um cara que está a 18 anos trampando na rua?” (Az Ideias Podcast, 2023).

Ainda que a viração periférica consuma os horizontes de perspectiva, um dos entregadores em campo, mostrou ainda se apegar à segurança:

Eu prefiro um fixo ali ó. Um fixo que vai me dar garantia de alguma coisa, do que eu ir ficar na rua, solto, sem segurança nenhuma, e quando eu precisar do aplicativo, o aplicativo não dá nem. Nada pra nois, nada. Não tem seguro nem tem nada (Rodrigo).

Mesmo que saiba das complexidades, o que no momento lhe resta de opção é a rua. Mas, para além de Rodrigo, mesmo com todos os reveses a “escolha” da rua, para muitos, continua sendo sinônimo de liberdade:

Mahasiah: E você pretende continuar no aplicativo?

É... É melhor, né? Porque não tem patrão enchendo o saco, não tem o pessoal enchendo o saco, isso aí. E ganha mais, né? Do que alguns serviços registrado. E registrado, cê vai receber só no final do mês ou num vale. Pô, tem patrão enchendo o saco, isso e isso. E eu, aí trampo de aplicativo e eu pago o carnê. Agora que eu dei uma parada, mas vou voltar a pagar. Eu pago o carnê do INSS e vou trampando de aplicativo, que é até melhor, e agora que eu parei esses meses aí, mas esse mês agora eu já vou começar a pagar de novo (Leonor).

Leonor continua seu relato enfatizando sobre a relação com os patrões:

Com patrão se você, se vai trabalhar em empresa, você tem patrão, aí você tem que ficar dando satisfação pra ele, isso e isso, dependendo do patrão da empresa, ele é chato, fica no seu pé e isso e isso. Tem patrão que é bom. Agora você está trabalhando

por conta própria, você não deve satisfação pra ninguém. Você faz o serviço se estiver bom, ou se você quiser ir embora você vai se não quiser ficar até mais tarde. Se você ver que você está ganhando tanto, você fica. Agora patrão, firma você tem que ficar bater cartão todo dia sol e chuva, tem que dar satisfação, tem hora que você tá fazendo o serviço tudo certinho, patrão acha que você não tá fazendo, aí aquele que não tá fazendo o serviço certo, manda você ir embora e fica com aquele lá que falta, isso e isso (Leonor).

Da mesma forma, para Maurício, é também este sentimento que fez se acostumar e se manter no trabalho de plataforma: “a liberdade é tudo”.

Na rua você começa qualquer horário, você sai qualquer horário, pra quem trabalha com aplicativo né. E é isso cara, eu acostumei bastante de trabalhar na rua, às vezes eu penso em voltar a trabalhar registrado, mas, aí eu boto na balança, a liberdade é tudo. As vezes eu tipo to aqui né, tô conversando com você, se eu quiser eu posso pegar minhas coisas e ir embora, e não devo satisfação a ninguém. Mas o lado ruim é que se você não trabalhar você não recebe, tendeu? (Maurício).

Jorge, outro entregador, quando pergunto sobre as tristezas e alegrias do período do trabalho na pandemia, ele diz que a alegria está relacionada à “autonomia”, que para ele se refere a não ter que estar submetido a alguém e, além disso, poder “estar com os colegas”, valorizando as amizades dos bolsões. Sobre as tristezas, ele relaciona a “incerteza” como uma delas, porque ela nasce da situação de “não saber o quanto vai ganhar, se vai ser o suficiente” (Jorge).

Dois dos dilemas acima estão em torno da segurança e subsistência, como dito anteriormente. Em ambos, um conceito de autonomia e liberdade, e a noção de não “estar submetido a alguém” parece central. Leonor e Mauricio nos oferece detalhes falando de atitudes que pode tomar por si mesmo, como decidir quando ficar e quando ir embora, poder escolher as condições climáticas propícias para trabalhar e ainda, responder por si mesmo sobre a qualidade e procedimento de seu trabalho e não sob a métrica de outrem, que por vezes nem sequer tem consideração. Leonor ainda valoriza ter o dinheiro “hoje”, em detrimento de “amanhã”, sem vales ou descontos na sua quantia — ainda que afirme pagar o carnê do INSS por conta própria.

O que me chama atenção é a afirmação que diz respeito ao “patrão encher o saco”. Pode parecer um detalhe irrelevante, mas parece haver algo pulsante que nos desvela ainda mais as complexidades das ideias e opiniões que os entregadores têm de seu trabalho. Partindo da Ética spinozana, Bove (2010) nos atenta a compreender que há um desejo humano de não estar submetido a alguém, que parte “da irredutibilidade de uma natureza ou de um direito que resiste a toda transferência” (Bove, 2010, p.114). Nas palavras de Spinoza “ninguém poderá transferir a um outro sua potência” (Spinoza TP, cap XVII). É frente a essa noção espinosana, que Bove

(2010) trata do que está assentado uma “potência lógica de resistir às forças que tenderiam a negar esse direito” (Bove, 2010, p.114). Busca-se, portanto, repelir ao máximo aquilo que causa padecimento, para assim conservar sua alegria. No entanto, isso não quer dizer que essa potência de repelir seja o mesmo que a potência de agir em autonomia. Lembramos que a autonomia do agir na esteira do pensamento spinoziano só o é desta maneira quando o sujeito concebe adequadamente as coisas, indo além da imagem e da paixão.

Quando Jorge fala sobre a incerteza de não saber quanto que vai ganhar ao mesmo tempo que diz ter “autonomia” por não estar submetido a alguém, considera que o fato de não ver um sujeito que chama de chefe ou de não ter contrato assinado significa que tem liberdade pois depende apenas de si. Já que, entretanto, pode trabalhar ou parar, parar “quando quer”, no ritmo “que quiser”, intercalar outras atividades “quando quiser” e além disso não dever satisfação a “ninguém”. O que isso causa, na verdade, é a sensação de estar no comando de si, pois a “incerteza” e a “dúvida” os obrigam a submeterem-se muitas vezes a situações que vão em direção contrária as suas vontades.

A questão é que, assim como os ganhadores baianos que se dividiram entre negros libertos e escravizados, o que é liberdade para os entregadores contrastam em diferentes sentidos. O entregador Gabriel, por conseguinte, vê que as paralisações foram badernas:

Acho que é mais baderna, eles não tem uma linha de pensamento, eles não buscam um objetivo. Eu vejo falar: “é não sei o que, sobre taxa, sobre não sei o que”. Cara, acho que não é bem assim, sabe? Tipo, é que eu não lembro muito bem as coisas que eles estavam falando, uma delas era a taxa. Acho que a questão do bloqueio, era uma das coisas justas que eles tavam falando, né (Gabriel).

Em seus relatos é possível perceber sua aversão aos sindicatos e a política, o que é comum na categoria:

Na minha opinião foi mais um ponto político, né. Essa questão das greves que envolveu muito o sindicato, e no começo o sindicato tava muito presente né, nessas greves né, e a maioria dos entregadores eles não aceita o sindicato né, pelo menos os que eu conheço, envolvido na nossa profissão. E no começo foi isso, o sindicato caiu em cima, depois começaram a falar em placa vermelha, essas coisas. É dessas coisas que a maioria é contra. Cara, acho que é isso. (Gabriel).

Gabriel, homem branco, tinha uma padaria que foi fechada por conta da pandemia. Há de se compreender que por isso pôde experimentar — e também almejar — outros desejos e sonhos, mas também frustrações, que influenciam na visão que ele tem da plataforma e dos questionamentos dos trabalhadores a ela.

Outros entregadores vislumbram um sentido de liberdade muito mais opaco. Como em sua maioria são negros e pardos de periferia e de baixa escolaridade, estão enredados nas tramas que foram especialmente desenhadas para pessoas como eles, onde, segundo Moura (1986,

p.05), sobre a inserção do negro no mercado de trabalho: o primeiro trabalho é “conseguir um trabalho”. Sueli Carneiro (2019) nota que os estereótipos negativos e as práticas discriminatórias e racistas têm um caráter devastador a trabalhadoras e trabalhadores que se inserem no mercado de trabalho, que por conta de uma baixa autoestima acabam tendo também expectativas baixas: iniciando a vida profissional em profissões “mais baixas” com perspectiva financeira irrisória, que reatualizam racialmente antigos papéis esperados de subserviência — motoboy, mototaxi barbeiro, empregada doméstica, manicure, segurança, babá, prostituição, vendedor de rua, serviços gerais, etc, etc. Muitos dos mesmos trabalhos desempenhados pelos ganhadores e ganhadoras no sec. XXI.

Portanto, essas diferenças fazem que alguns se revoltam por melhorias no aplicativo e na remuneração e, ainda que queiram manter sua autonomia no trabalho, compreendem que estão lesados em seus direitos; outros, acreditando que manifestação é uma baderna ineficaz, confiam em seu próprio trabalho se submetendo a condições injustas — aliando-se totalmente as empresas-aplicativo como benfeitoras, ao mesmo tempo que explora seus colegas.

O autogerenciamento subordinado que Abílio (2019) propõe, condição em que há uma aparência para o trabalhador de não estar subordinado a ninguém, mas que na verdade é uma condição que é outorgada pela empresa-aplicativo para atribuir ao próprio trabalhador responsabilidades que são suas, podem ser lidas, então, de duas formas. E não se trata somente da ideia de que acredita que todos sejam empreendedores, mas uma razão que é também ética. Essa condição ambivalente imposta pela empresa acaba por justamente capturar as paixões do trabalhador. O entregador Gabriel, que tinha uma padaria, pôde vislumbrar e conhecer um outro lado do mundo do trabalho, talvez por consequência, vê hoje as manifestações como “bagunça”. Embebido pela cupidez dos sonhos burgueses, nem questiona sobre sua subordinação, é escravizado pela sua liberdade. Já do outro lado, para outros, ainda que protestem contra a subordinação, ela é entendida como um destino menos danoso, por isso busca-se conservar a plataformização dos serviços delivery, sem que haja vínculo trabalhista ainda que exijam melhorias.

Muitos entregadores colocam-se em oposição a regulações do governo pois querem continuar autônomos, o que os possibilita organizar seu tempo e trabalho, decidir o que fazer com o dinheiro e — ao menos idealmente — garantir ganhos “ilimitados” segundo os seus esforços, suas leis e condutas, o que faz olharem com desconfiança para investidas que visam comprometer essa forma, como exposto por Diógenes:

Durante a conversa ele cita que não confia em regulação, pois acha que isso irá impor exigências como placa vermelha, baú nas motos e outras questões que os motoboys não vão ter condições de fazer ou manter por conta do preço. Ao invés da regulação, quer que haja a possibilidade de ganhar mais, além do previsto. Quer que as empresas paguem mais. [e por consequência manter a flexibilidade] (Diário de campo).

Porém, de certo modo, como compreendido pelo postulado de Bove (2010) acima, ainda que mantenham-se subordinados, esse posicionamento guarda sentidos e desejo de liberdade, pois assim como há um desejo antropológico humano de não estar submetido a alguém, não há uma alegria maior a um trabalhador estigmatizado e enredado em preconceitos por sua raça, classe, estética e território, que poder trabalhar e garantir sua subsistência longe do domínio do outro que o violenta e que toma poder sob seu corpo — dizendo o que fazer, quando fazer ou quando parar de fazer — submetido a olhares de controle que percorrem milimetricamente o modo de portar — como andar, como se vestir, como se falar. Conserva-se neste ato, portanto, um sentido de alegria.

Entre as couraças e a barbárie, o corpo pode tomar brechas entre o “tempo do aplicativo” e o “tempo do entregador”. Quando estava na rua, em um bolsão ao lado do shopping West Plaza, me encontrei com um entregador que atribui o pseudônimo de Cauê. Jovem, de cor de pele parda clara, cabelo raspado, também claro da cor castanha, de longe cantava um funk em meio aos seus colegas. Sentamos juntos na calçada, e conversamos. Pude escutar sobre sua experiência e as condições que levaram ele até o aplicativo. Antes, trabalhava fixo como vendedor de pacote de viagens, portanto, o que o deixava insatisfeito era o salário sempre igual. No aplicativo viu que tinha chance de altos ganhos. Começou o trabalho com bicicleta em 2020, dizendo que é mais sofrido que moto. Nesta condição “trabalhava mais para ganhar menos” (Diário de campo). Depois que foi para moto, seus ganhos melhoraram. Cauê ainda diz que suas dívidas saíram do controle, e que se as organizasse poderia estar melhor. Por conta disso acaba se colocando de maneira frenética na rua “se estressando, trabalhando sem parar, no trânsito” (Diário de campo).

Depois da conversa, tive a sensação de que talvez a conta não estivesse fechando. Ainda que, como dito anteriormente pelas linhas de Racionais MC, ele busca como pode a vida de “rei” em detrimento a do “zé”, será que somente o papel do salário ocupa lugar nesta equação? Quando a conversa termina, tomo uma nota de canto:

Cauê é um jovem alegre, converso com ele espontaneamente enquanto fuma um baseado. Canta e dança na rua conversando e brincando com seus parceiros. De fato sabe se divertir nesse trabalho, e por isso, [quem sabe] preza por sua “liberdade”. Talvez essa tal liberdade se trata na verdade de poder prezar por sua própria alegria de ser, fora dos limites regulatórios de empregos formais. Onde possa cantar e dançar e, quem sabe, fumar um beck? Já que os escritórios das Big Techs oferecem cerveja...

Empregos formais, a hegemonia deles, não permitem corpos alegres. Ou melhor, de um tipo de corpo alegre – só para alguns (Diário de campo).

Cauê não almeja a vida de entregador para sempre — é errado dizer que esteja feliz ou alegre por ser entregador. Diz que quer um dia estudar numa faculdade paga. Mas por enquanto se trata de futuro longínquo, uma imaginação que o põe nos corres da rua, acelerando atrás da esperança de chegar lá — uma alegria imprudente, mesmo assim, como compreende Spinoza (2020), ela nunca é má, mas necessariamente boa.

Já para Geraldo, é a tristeza que vem da vergonha em imaginar o que sua filha pensa de sua profissão, que faz com que procure outras saídas:

Geraldo não quer continuar neste trabalho, quer um “currículo”. Deixou o curso que fazia no SESC e agora vê seus amigos “engenheiros de mecatrônica”, seu irmão arquiteto, e quer um futuro parecido. E ainda diz: “o que minha filha vai pensar de mim?” se referindo a ser entregador, coisa que não quer para vida toda. Afirma que ganha bem, até melhor que muitos trabalhadores de carteira assinada ou formados, porém é um dinheiro que vem de muitas horas de trabalho — “12, 15 horas” — e riscos que não valem o preço. Está depositando esperanças em um negócio de donets com sua esposa, que produz alimentos em casa (Geraldo).

A autonomia contraditória a qual alguns entregadores insistem em conservar, talvez esteja associada à alegria de poder, ao menos no “tempo-do-entregador”, sentir-se dono de si. Ainda que cansado e exaurido, no domínio de seu corpo — seja cantando, dançando, fumando ou falando alto usando o seu patoá. Poder trabalhar vislumbrando uma melhor remuneração todo dia, fugindo da vida de “zé” que os cerceiam. Mas nem de longe escapando das contradições em que estão enredados. Fora e dentro do trabalho ao mesmo tempo, é essa condição que os possibilitam nas brechas, criar gramáticas recreativas, “heréticas” e “pagãs”, em um contexto em que o mercado se tornou uma deidade onipresente.

6.2. As ruas e os territórios que acolhem, socorrem ou engolem

Não há para onde ir. Longe de casa, submersos pelas esquinas e estradas, quase engolidos pelo cotidiano da cidade, os entregadores buscam suas ilhas seguras para o seu socorro. Os bolsões, quase que organicamente se tornam um importante lugar de amparo. Ainda que eles se formem por conta da demanda das plataformas, próximos a shoppings e restaurantes, a relação transcende a relação individualista do neoliberalismo no trabalho — cada um por si, cada qual com seu celular e sua demanda. Se há acidente, vão ao socorro; se há briga, se protegem; se estão estressados e cansados se amparam. Os bolsões tornam-se espaços de

solidariedade, onde há diálogos, fluem informação, e se criam formas recreativas de lidar com o tenso cotidiano das ruas. Nunca estão sozinhos, contrariando os anseios da plataformização do trabalho.

As ruas não são boas nem más. Nelas, na maioria do tempo, os entregadores estão desamparados, nadando contra o sufoco da cidade. Para poder ganhar mais daquilo que conseguem, precisam trabalhar mais. É quando que, para isso, entregadores até mesmo dormem na rua para emendar um horário de pico, enquanto outros viram a noite no final de semana revezando o sono com colegas. Pois voltar para casa não é compensatório economicamente (Dormir., 2019). Outros também, recorrem a morar em pensões no centro da cidade para ficar mais perto de áreas de trabalho mais movimentadas, pois são opções mais baratas frente aos aluguéis exorbitantes. Um caso relatado em uma reportagem do Uol, realizada em um Bom Prato⁴² no centro de São Paulo, no bairro Campos Elíseos em 2022, explica a situação de um entregador:

Ronaldo passou a viver em um cortiço no centro da capital paulista há quase quatro meses, apesar de morar em Diadema, cidade da Região Metropolitana de São Paulo. Mesmo sentindo saudades da filha adolescente e da esposa, ele contou que é mais "tranquilo" ficar pelo centro para trabalhar como entregador do que enfrentar o transporte público e voltar todos os dias para casa (Mari, 2022, ¶8).

Outro relato coletado pela reportagem traz mais um caso deste tipo, enfatizando as condições financeiras e as opções de subsistência de um entregador:

Fiquei desempregado, estou morando em uma pensão e venho aqui me alimentar, porque é o que dá para fazer. O meu dinheiro só dá para pagar aluguel, prestação da moto, faculdade e comer no Bom Prato", resumiu, enquanto dava pontapés no pneu de sua moto. "Olha o estado do pneu, está careca que nem eu" (Mari, 2022, ¶15).

O Bom Prato do bairro Campos Elíseos em São Paulo se tornou um grande ponto de concentração de entregadores, que afetados pelo custo da alimentação na renda e pela falta de espaços para esquentar suas comidas, viram naquele serviço uma forma de facilitar a vida. Lá enfrentavam grandes filas, pegando de 2 a 4 marmitas — sendo que só podiam pegar 2 de cada vez, tendo que enfrentar novamente a fila para garantir outras. Alguns, as comiam na rua. Outros guardam para o decorrer do dia ou para levar para casa (Mari, 2022).

⁴² O Bom Prato se trata de um programa de segurança alimentar criado em São Paulo que busca dar acesso a alimentação nutritiva e de qualidade para populações com baixa renda, oferecendo marmitas à R\$1,00, sendo a unidade do bairro em questão a única que oferece almoço e janta. Crianças tem gratuidade se não estiverem matriculadas na creche e tiverem até 6 anos de idade, além disso, moradores de rua também tiveram gratuidade na pandemia. Porém, no mês de março de 2023 a unidade do Campos Elíseos onde foi realizada a reportagem, foi fechada para reforma. A Secretaria de Desenvolvimento Social, no entanto, já recebeu notificação para que se crie meios de garantir alimentação da população que acessa o serviço na região (Após fechamento do Bom Prato Campos Elíseos, 2023).

Um dos entregadores trouxe à tona o tema da discriminação, falando sobre se sentir mais à vontade naquele espaço, perto de seus colegas e das outras pessoas que frequentavam. Como trazido na reportagem, lá havia se tornado um lugar de solidariedade, onde podiam se encontrar, comer e trocar conversas sobre o cotidiano:

Aqui não rola discriminação de jeito nenhum. Além de gastar pouco, a gente [entregadores] se sente mais descontraído. Em restaurantes somos discriminados, até se quisermos comer lá dentro não deixam se tiver com roupa do iFood (Mari, 2022, ¶17).

O fato de o entregador dizer que se sentia descontraído, mostra como um espaço burocrático funcionalista como o Bom Prato, que tinha como finalidade única alimentar, pôde, quando habitado, fazer do espaço vazio, solo em que brota vida e inclusão, como lugar de encontro. Foi assim no bom prato, pois habitavam aquele espaço corpos não somente corpos com a fome do estômago, mas também com a sede dos encontros. Buscavam abrigo no calor, junto de seus semelhantes, evitando serem arrastado pelos espaços-terror que os mutilam e os engolem na cidade.

6.3. As tramas de resistência: entre paixão e ação

Ora, no mais fundo recesso de seu ser, o colonizado não reconhece nenhuma jurisdição. Está dominado, mas não domesticado. Está inferiorizado, mas não convencido de sua inferioridade. Espera pacientemente que o colono relaxe a vigilância para lhe saltar em cima. Em seus músculos o colonizado está sempre à espera. Não se pode dizer que esteja inquieto, que esteja aterrorizado. Na verdade está sempre pronto para abandonar seu papel de caça para tomar o de caçador (Fanon, 1968, p.39-40).

Certo dia, me deparei com um entregador que atribuí o pseudônimo de Diógenes no bolsão do shopping West Plaza. Diógenes trabalhava pela iFood na pandemia, mas no momento, estava na plataforma Box Delivery numa função que chamavam de líder de clã. Durante nossa conversa ele fala que alguns de seus colegas entregadores tem desejo de vingança contra os apps, “pois foram muito maltratados pelas plataformas” (Diário de campo). Diógenes diz que “muitos queriam poder comer nos restaurantes onde coletam as entregas e não podem. Trazem suas marmitas pois eles não têm condições” (Diário de campo).

De fato, o entregador no cotidiano das ruas passa por humilhações e todo tipo de violência, mas apesar de reprimir a natureza pulsante da vida, essas ofensas não são simplesmente recebidas com resignação. Uma rebeldia alegre pulsa e afasta os encontros tristes que enredam o cotidiano, pois o ser humano, seu corpo e imaginação, não se trata de um simples

receptáculo conformado pelas forças de fora, mas cria suas próprias gramáticas que respondem e questionam as afecções — afirmando, interrogando ou exclamando.

Linhas de afirmação vazam para todos os lados. Algumas finas e suaves. Outras mais grossas e brutas. Talvez não há muito como ressentir-se, caso contrário se arriscariam a afundar no sufoco de sua mudez. Então, para não sucumbir no abismo do adoecimento, extrapola-se como pode, com as armas que se tem. Mesmo que o entregador esteja lesado em sua legitimidade política, sem o poder das armas, sem tutela trabalhista das empresas ou do Estado, afirma seu direito natural pelas artimanhas do corpo — sabotagens, motins, chacotas, ciladas, roubos, ameaças e intimidação.

Foi por meio destas linhas de afirmação que no ano de 2023, por exemplo, um entregador negro chamado Pedro Roberto Pereira Junior, viralizou nas redes sociais postando vídeos que mostravam suas pequenas e divertidas vinganças contra os clientes (Rodrigues, 2023). Quando fazia entregas em apartamentos e os clientes recusavam a descer e buscar na portaria, para que ele subisse, o entregador tomou como resposta comer os lanches que estava-lhe confiado a entregar. Em um dos vídeos é possível vê-lo olhando para câmera e comendo um lanche enquanto, sorridente, entoava um canto, dizendo: “se não descer, eu como mesmo, eu como mesmo”, “não tem caô eu como mesmo, eu como mesmo, eu como mesmo”, “se não descer eu nem ligo, eu como mesmo, eu como mesmo”. No final, entoava seu último verso: “não desceu esquece” (Rodrigues, 2023, ¶11). Em outro vídeo ele aparece do lado de colegas entregadores, que, enquanto cantavam a cantiga descrita acima, faziam uma coreografia coordenada por Pedro (Cotta, 2023).

Em uma dessas ocorrências a polícia foi acionada. Pedro registrou com o celular, uma situação em que um colega entregador se recusou subir em um apartamento, e o cliente, por consequência, ao descer se recusou também a entregar o código de entrega. Sabendo da impossibilidade de finalizar a entrega sem o código, o entregador negou deixar o lanche com o cliente que, pela atitude do entregador, o acusou de roubo. No vídeo, Pedro diz que a polícia afirmou que o cliente estava errado e ainda conscientiza os espectadores sobre os atrasos que esses incidentes geram na rotina de trabalho entregadores (Oliveira, 2023).

O entregador carioca justifica suas ações dizendo que se trata de um meio de promover a segurança para os entregadores. Muitos colegas ao deixarem as motos para subir em apartamentos foram roubados, acusa que vários clientes “não querem descer e são mal-educados” (Rodrigues, 2023, ¶14). Em outro vídeo é possível vê-lo, depois do insucesso de uma entrega, dividindo um lanche que não foi entregue com um de seus colegas (Júnior, 2023, vídeo). Segundo ele, isso é comum, como o aplicativo dá a opção de em caso de impossibilidade

de entrega descartar ou devolver o pedido para o estabelecimento, Pedro, quando não consegue devolver, escolhe não descartar. Ele come, divide com os colegas ou destina o lanche a moradores de rua (Rodrigues, 2023).

Uma matéria do *terra* que buscou a declaração da iFood em relação a esse tipo de ocorrência, mostrou que eles não corroboram integralmente com as atitudes do entregador, advertindo que:

A recomendação é que o entregador relate o ocorrido com o cliente no suporte e aguarde as orientações que serão dadas para cada caso — que pode ser devolução ou descarte do pedido. É crucial reportar para o suporte também esses casos, para que avaliações negativas por parte do cliente não afetem a conta do entregador (Oliveira, 2023, ¶13).

Mesmo entre os entregadores as opiniões sobre as atitudes não são uníssonas. Segundo entrevistados pela matéria, um deles diz que “a prática de comer comida é feita por alguns trabalhadores que querem ‘dar uma de engraçadinhos’”. Outro, diz que essa atitude “vai de cada um; tanto a educação individual do motoboy como a do cliente. Quando ‘isso acontece [comer a comida], acaba ‘queimando’ um pouco quem trabalha direito” (Oliveira, 2023, ¶16 e ¶17).

Outras pequenas transgressões também fazem parte da vida do entregador. Uma matéria de 2017 realizada pela *Uol* em São Paulo mostra, por dentro de uma comunidade de entregadores nas redes sociais, postagens sobre atitudes e desabafos contra os clientes no cotidiano de trabalho (Carpanez, 2017). As ações, compartilhadas pelas postagens — uma brincadeira de trocar os tapetes dos apartamentos, por exemplo — acabava por transmutar a tensão e indignação em divertimento para quem praticava ou para quem via o conteúdo das postagens, além de uma forma de mostrar que não estão sozinhos e enfrentam juntos as mesmas ofensas. Em uma dessas postagens no facebook, um motoboy desabafa em tom de alerta para os clientes:

Por favor todos clientes Quando pedir pizza Não va toma banho Não vai na vizinha Não pede para entregar num local que vcs não está lá ainda Pq o motoboy e bixo solto Nois é cachorro loko mesmo Nois vai chegar e vcs não vai ta la pra nós receber Cachorro loko não aguenta fica parado nois vai comer as azeitonas belisca suas pizza nois vai sacudir seu refri Tudo por causa da cansa E por favor até o motoboy chegar Vcs tem muito tempo pra separar o dinheiro e procurar a porra do cartão e o caralho da chave do portão Salve pra todos que sacode o guaraná..... (Carpanez, 2017, ¶12).

O entregador usa da ameaça para dar relevância para as de pequenas atitudes que ajudam o dia a dia de trabalho do entregador e que são veementemente ignoradas pelos clientes. Em outra postagem com foto, um entregador desabafa em relação à espera de 15 minutos para um cliente buscar seu lanche em frente ao local de entrega. Na publicação ele questiona a sua

comunidade: “Sacode o refri? 15 minutos de entrega”. Seus colegas incentivaram e ainda acrescentaram outras ideias: “se for pizza Ranga as azeitonas kkkk”; “Tira a pizza pra fora da beg, trava o refri e sacode” (Carpane, 2017, ¶6).

A tática de abrir a *bag* (mochila de entrega) é usada para que o alimento a ser entregue esfrie mais rápido na medida do tempo em que o cliente demora para chegar no local de entrega. Em outra postagem, um deles mostra a foto da mochila aberta, com a seguinte legenda: “quando o cliente demora eo motoboy só de raiva abre a caixa pra Marmitex esfria”. Com o refrigerante, o objetivo é o contrário: a tática é para fazer esquentar. Para isso usam a própria moto. Em uma foto, um dos entregadores mostra uma lata de refrigerante posicionada próximo ao motor de sua moto, dizendo na legenda: “Quando fala que já vai descer...quanto mais demora mais quentinho fica o refri kkkkkkkkk” (Carpane, 2017, ¶9).

Outra postagem destacada pela matéria chama atenção, mas agora, sobre a gorjeta (ou caixinha). No cotidiano do motoboy, além de uma gratificação espontânea de clientes, ela aparece como uma justiça e recompensa: esperada quando ocorrido algum inconveniente; quando o bom atendimento é notado pelo cliente; além disso, como destacado na postagem em questão, quando o valor da entrega não corresponde à condição socioeconômica a quem o entregador está prestando o trabalho. A legenda da postagem diz: “Podia ter lembrado do motoca na hora de pagar. Toda caixinha é bem vinda”. Na foto o entregador segura a nota fiscal da compra de um cliente no preço de R\$ 415,00. Os comentários de outros motoboys à postagem diziam: “quanto mais rico mais mendigo é”; “Tu vai ver quando for na Chacara Klabin na casa do cara quem tem uma Ferrari na garagem kkkkk MILÃO de pizza e Zerão de caixinha” (Carpane, 2017, ¶10).

A gorjeta por vezes, também os faz sentir afrontados ou insultados quando, seguindo os exemplos apresentados pela matéria, os clientes exigem 1 real e até 10 centavos de troco do valor do pedido. Ao contrário, quando são lembrados e recompensados, a afecção que lhes atravessam é de exultação. Em uma postagem exposta na matéria, um motoboy compartilha um acontecimento do dia: “Aí o cliente demora pra descer do prédio, e você no frio, e ele diz deixa assim”. Na foto, aparece o preço de R\$ 31,08 na nota, em cima dela, uma cédula de R\$ 50,00, que o cliente deixou oferecendo o troco como gorjeta. Um de seus colegas deixa palavras de inspiração em um comentário: “que venha mt mais cachorro!!” (Carpane, 2017, ¶9).

A reportagem escutou o motoboy que administra a página da rede social que a matéria trata. Ele não se coloca totalmente contra as atitudes dos seus colegas, mas reforça os limites: “Se alguém chacoalhar o refrigerante, vai no máximo vazar um pouco. Dá para dizer que é uma vingança do motoboy” — diz ele. “Mas mexer na comida ou deixar esfriar é vandalismo, é

sacanagem” (Carpanez, 2017, ¶4 e¶ 5). Já o Sindimoto-SP reprovou as atitudes, justificando que elas reforçam a imagem negativa atribuída à categoria (Carpanez, 2017).

Assim como se reúnem e se solidarizam pelas comunidades das redes sociais, nas ruas, basta haver algum incidente e injustiça, que muitos também se sensibilizam e juntos buscam formas de auxiliar seus colegas. Às vezes se manifestam de forma pacífica, como fizeram no caso de racismo em Valinhos⁴³, que por meio da organização de um buzinaço, cerca de cem entregadores atormentaram o silêncio no condomínio do ocorrido, situado em um bairro nobre da cidade (Motoboys..., 2020). Em outro caso que ocorreu em Copacabana no Rio de Janeiro, em que um entregador foi ofendido e ameaçado por um escrivão de uma delegacia da região por negar subir até o apartamento, também não foi aceito sem contestação (Mina, 2023). O agressor ofendeu o entregador, dizendo: “Cala boca, você não tem direito de falar nada, quer ver que eu te explodo aqui?! Você é um negro safado, preto ladrão, a tua obrigação é fazer o teu serviço e seu serviço é subir até a casa do cliente” (Mina, 2023, ¶10). Nesta ocasião, agiram logo após o ocorrido se reunindo em cerca de sessenta entregadores depois da vítima ter dificuldades em registrar a ocorrência em duas delegacias. O entregador disse que “só foi ouvido depois, após protestar junto a outros motoboys em frente ao prédio em Copacabana, na Zona Sul do Rio” (Mina, 2023, ¶15). O agressor foi então conduzido à delegacia ao som dos entregadores em coro gritando: “racista!”.

No bairro da Mooca, em São Paulo, no mês março de 2023, os entregadores protestaram de maneira parecida. Segundo a reportagem de Moncau (2023), após um entregador se recusar a subir no prédio para efetuar a entrega, um cliente, morador do condomínio de luxo, desceu e agrediu um entregador com tapa no rosto, socos e empurrões. Ainda danificou a moto, celular e rasgou o pedido a ser entregue pelo trabalhador. Em pouco tempo, após a agressão ser filmada e compartilhada nos grupos de WhatsApp dos entregadores, um número impressionante de entregadores se reuniu no local — segundo o *Brasil de Fato*, aproximadamente 500 deles — e fizeram um protesto com o barulho dos escapamentos das motos, gritos, ofensas e foguetes (Moncau, 2023). Houve entregadores que se deslocaram da zona oeste até o local, na zona leste. Um dos entregadores entrevistado pela matéria falou da organização de uma vaquinha para ajudar nos custos da compra de um novo celular ao entregador agredido: “ele merece, que é um senhor de 60 anos, trabalhando àquela hora da noite, entregando comida para playboy que ainda tem a soberba de se achar o dono do mundo. Ele vai ter a vitória dele, com fé em Deus” (Moncau, 2023, ¶12).

⁴³ No tópico 5.6.

Na Zona Sul de São Paulo o conflito se inicia após um homem idoso, por não compreender o que seria o código ao qual o entregador se referia na entrega, acaba por confundir-lo com um ladrão, o agredindo com socos (Dias, 2023). Após o ocorrido, entregadores com suas motos ocuparam a rua, fazendo barulho e fumaça na frente da casa do agressor, que em um certo momento foi a rua e disparou com sua arma para dispersar os manifestantes.

Outras ações são mais intensas, que além do som dos escapamentos, gritos e foguetes, tem também depredações, pedras e outros objetos arremessados. Mais precisamente, um exemplo deste tipo, foi um conflito que ocorreu em São Paulo no bairro Jardins Paulista em setembro de 2023 (Dias; Furtado, 2023). Após um entregador ser agredido com socos no rosto, por ter irritado um homem ao buzinar com a bicicleta enquanto ele andava acompanhado de uma mulher, um grupo de entregadores se indignaram com a situação. Logo após o ocorrido eles apareceram em frente ao condomínio de moradia do homem e em pouco tempo quebraram os vidros da portaria e derrubaram o portão da garagem (Dias; Furtado, 2023). Em outro caso na cidade de Bauru, em São Paulo, entregadores se juntaram para se vingar de um cliente da iFood que aplicava golpes com cadastro falso enganando os entregadores, para não pagar suas compras (Motoboy de aplicativos depredam casa e carro, 2021). No golpe ele registrava que “não havia recebido o pedido, apesar das entregas terem ocorrido” (Motoboy de aplicativos depredam casa e carro, 2021, 13). No ato eles fizeram barulho com as motos em frente à casa, golpearam o portão com pontapés e após conseguir abri-lo, depredaram parte do carro na garagem.

Além de depredações, ameaças e intimidações, há também casos de agressões físicas por parte dos entregadores, como num caso que ocorreu em São Paulo, no dia 18 de outubro de 2023. Neste caso, um entregador após ser alvo de ofensas raciais, enfrentou junto com um grupo de colegas o homem que deferiu as ofensas. Agrediram-no com empurrões, golpe de mochila, chute e socos, enquanto aos gritos chamavam-no de “desgraçado” e “racista” (SBT News, 2023). Segundo o entregador alvo das ofensas, o homem disse a seguinte frase: “preto pode ter tudo, pode ter até iphone, que vai continuar pulando que nem macaco e depois ficar se vitimizando como preto na internet” — frase que segundo o entregador, doeu em sua alma. A advogada do entregador ainda alega que a polícia chegou com truculência contra o entregador, que enfatizava que era a vítima, enquanto os policiais estavam convencidos de que ele era o culpado (SBT News, 2023).

Entre o certo e o errado, a negligência e o cuidado, a maldade e bondade, há um abismo de sentidos. Na citação inicial, Fanon compreende que o “colonizado não reconhece nenhuma jurisdição” (Fanon, 1968, p.39), mas não porque ele quer, ou porque é mau, nem mesmo porque

decidiu por si mesmo quebrar o “contrato social lockeano”. Mas porque o contrato para eles sequer existe, ou fora idealizado sem sequer contar com sua participação. Notando isso, quase que subitamente na pele e nos “músculos” — como exalta Fanon —, a forma que é tratado só pode, então, convencê-lo de sua inferioridade, ou senão, fazê-lo inquietar-se com a dúvida de não o ser de fato. Na surdina, atento aos movimentos, na calada da noite: um tapete trocado, azeitonas subtraídas, comidas frias, lanches desviados, refrigerantes agitados. Fora da jurisdição, fazem eles mesmo as suas próprias. No fundo sabendo — não pela razão, mas pela natureza ético-política de seu corpo — que há de se encontrar as suas próprias armas e opor-se a sua domesticação, pois como alerta Fanon (1968, p.39): “está dominado, mas não domesticado”.

O motoqueiro bate na porta, vai lá, briga e acaba até batendo num cliente porque o aplicativo ele toma providência nenhuma, né. Aí como os motoqueiros na rua são tudo unido aí tem que fazer justiça com as próprias mãos né. Nem é o certo mas esse aplicativo como não está nem aí pros motoqueiro hoje, então... (Vieira)

Para Moura (1994) — se referindo aos negros em *Dialética Radical do Brasil Negro* — a agressividade reativa pode sim atingir níveis políticos, mas pela qualidade espontaneísta desta agressividade, sem uma ideologia que a ampare, quase sempre acaba por dissipar horizontes de mudanças concretas que podem criar condições para outras respostas possíveis, não somente individuais ao problema enfrentado. Pois, ao autoafirmar-se inesperadamente, se pode apenas “sentir-se momentaneamente superior àquele que o humilhou” (Moura, 1994, p.213). O entregador Danilo diz

Hoje o que mais afeta o entregador que está na rua é alimentação, "aah mas tem bom prato". Como faz para o motoboy que está de um lado da cidade para ir até o outro lado no bom prato? [não compensa financeiramente]. É por isso que muita gente dá "golpe", rouba. Os problemas que o iFood enfrenta hoje, ele mesmo criou. A pessoa com fome, sem remuneração, não é justo que ela entregue comida passando fome (Diário de campo).

Em virtude da condição de estar aviltado moralmente, economicamente, psicologicamente ou racialmente — assimilando aqui, os escritos de Moura (1994) que nos ajuda a dissertar sobre o assunto⁴⁴ — o entregador acaba, pela agressividade, restabelecendo uma unidade de sua condição emocional ambivalente. Buscando uma consideração justa a sua

⁴⁴ No capítulo “o negro urbano emergente: novos aspectos da questão racial”, Moura (1994) busca traçar explicações sociológicas para comportamentos individual de grupos da população negra sob o processo de preconceito racial e de marginalização sistemática: “ele pratica o crime não apenas pelos resultados materiais, mas, também, por uma vingança simbólica de romper com os valores sagrados impostos pelos brancos. A agressividade apresenta-se, então como a forma através da qual ele se superioriza e consegue restabelecer a unidade de sua personalidade ambivalente” (Moura, 1994, p.213).

peessoa, transborda sua pretensão em atitudes de agressão física e patrimonial, mas também, simbólicas, nas atitudes vingativas.

Chauí (2014) e Chantal (2015), apostam que os afetos tristes não só imobilizam, mas canalizados ao comum, podem se transmutar em ação política. Sawaia (2022, p.39) corrobora com essa questão quando propõe o conceito de Saúde Ético-Política, se tratando de “uma potência individual e coletiva que se expressa como poder político na defesa de um estado livre em que o poder é exercido em prol do bem comum”. Sawaia (2022) compreende com isso, ampliando a noção biologicista de saúde, que a dor das injustiças sociais provocam não somente perturbações, mas provocações nos sujeitos, que podem levar o sujeito ao conhecimento de suas causas. O conhecimento adequado delas levaria o sujeito a compor bons encontros procurando aniquilar o sentido perturbativo, que é somente possibilitado pelo comum, pois como sabemos por Spinoza: “Não há, na natureza das coisas, nenhuma coisa singular que seja mais útil ao homem do que um homem que vive sob a condução da razão”. (Spinoza, E. IV, prop.35 corol. 1). Saúde ético-política seria remédio do adoecimento ético que as injustiças sociais enredam os sujeitos (Sawaia, 2022). Como um tipo de felicidade — ético-política, segundo Sawaia (1999) — ela só é sentida quando “se ultrapassa a prática do individualismo e do corporativismo para abrir-se à humanidade” [...] “como conquista da cidadania e a emancipação de si e do outro” (Sawaia, 1999, p.105).

Vemos desde o início desta parte, tramas conflituosas que na verdade minam essa cidadania. Mas também notamos, que elas não são sofridas com resignação. O contato com a riqueza e com a branquitude dá cor e classe a essa trama — “tá fácil demais pra eles” — diz o entregador desconhecido, no início do tópico. A trama do “nós” e “eles”, faz notar que há um apelo de diferenciação. “Eles”, são aqueles que lhes usam como objetos. Mas enganam-se eles, pois como temos visto, os entregadores ainda não estão convencidos disso, buscando juntos pelo comum, como aconteceu no Breque dos Apps, formas de conquistar seus direitos e cidadania.

6.4. #BrequeDosApps

O Breque foi um importante momento reivindicativo nacional, para dar ressonância às problemáticas enfrentadas pelos entregadores quanto às contingências da pandemia e ao descaso empresas-aplicativo e do governo na garantia dos direitos dos trabalhadores. As principais empresas-aplicativo alvo das manifestações foram Rappi, iFood, Uber Eats, Loggi, Glovo e James, todas no ramo de delivery de comida: “paralisaram carros, motos e bicicletas

em ao menos 13 estados e no Distrito Federal. Cidades como São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza e Salvador registraram grandes manifestações de rua denunciando a exploração desmedida da categoria” (Carvalho; Pereira; Sobrinho. 2020, p.02). Daniel, entregador que encontro no bolsão do Shopping West Plaza, expõe que a insatisfação que culmina no Breque se generaliza quando começam a sentir que remuneração diminuiu:

Breque foi por conta disso, quando a gente começou a sentir, no bolso, todo mundo quis parar. E não foi só um aplicativo, foram todos os aplicativos, porque em modo geral, todos eles praticamente fizeram a mesma coisa. Diminuído os valores. E foi onde todos sentiram, todos. Não tinha como. Acho que nesse fato, nesse ponto eu acho que foi mais ou menos isso. Conforme foi decaindo e todo mundo sentindo, porque todo mundo que trabalha nessa área, mais de oitenta por cento, não tem outro trabalho. Vive só disso, entendeu? É a renda única deles. Tanto que tem gente que passa doze, dezoito horas na rua. Entendeu? Então acho que respondendo esse ponto seria isso. Foi por conta da percepção de todo mundo em todos os aplicativos que quando eles não queriam mais foram diminuindo a remuneração pra gente e tanto que hoje tá da forma que tá (Danilo).

As principais pautas da paralisação nacional foram o aumento do valor pago por km, o aumento do valor mínimo por corrida, o fim da pontuação e restrição de local pelo aplicativo da Rappi, a viabilização de seguros contra de roubo e acidente e a distribuição efetiva de kits contra Covid-19 (Carvalho; Pereira; Sobrinho 2020). Dentre estas, outras reivindicações também apareciam por vezes como pauta, como o fim dos scores e dos bloqueios injustificáveis. A meta era resolver os problemas que amplificavam a precarização e o sofrimento dos trabalhadores.

O ambiente virtual dos celulares, com seus aplicativos de conversa e redes sociais, segundo autores, assim como tem sido importante para integração da categoria e para firmar identidade conjunta, foi também a ferramenta que possibilitou uma organização coordenada das paralisações. Perfis em redes sociais (Youtube; Instagram; grupos de Whatsapp) destinados aos entregadores, coordenados por lideranças e entregadores independentes, inundaram as redes com publicações e hashtags promovendo as paralisações contra as empresas-aplicativo, situação que provocou “a atenção de jornalistas e movimentos de esquerda, que ajudaram na divulgação da causa” (Desgranges e Ribeiro, 2021, p.196). O surgimento do movimento dos Entregadores Antifascistas, encabeçado por Paulo Galo, que se tornou uma liderança para os anseios dos entregadores após viralizar nas redes sociais e nos jornais quando denunciou os percalços de ser entregador na pandemia, e do perfil do Instagram @tretanostrampo devido ao alcance e visibilidade foram articuladores e divulgadores importante das movimentações. A penetração nas redes pôde ser notada na pesquisa de Desgranges e Ribeiro (2021) que, buscando pela hashtag #brequedosapps no Instagram, foram encontradas 1.162 publicações, que tiveram

um total de 234.092 curtidas e 1.162 comentários. Já os vídeos do youtube que utilizavam o título referente ao breque dos apps tiveram um total de 260.460 visualizações.

A movimentação dos entregadores nas redes além de propor a divulgação das ideias e propostas, também buscava mobilizar os clientes usuários das plataformas. Os entregadores então mobilizaram os clientes para divulgação do breque, para que eles atuassem “imprimindo panfletos, colando cartazes e compartilhando as hashtags #BrequeDosApps e #ApoioBrequeDosApps” nas redes sociais em apoio ao movimento (Desgrandes e Ribeiro, 2021, p.198). Além disso, aconselhavam que realizassem avaliação negativa, de apenas uma estrela na PlayStore⁴⁵ para prejudicar a imagem das empresas — por conta disso tiveram a pior nota em oito anos (Pereira, 2020) — e ainda pediam que os usuários não realizassem pedidos nos dias de breque:

E você aí que é cliente, ajude nos né mano. Porque você que tá aí na sua casa, protegido né mano, fica em casa. (...) Você tá aí seguro, mas nós aqui não tamo, entendeu? Nós aqui na rua, nos ta enfrentando sol, chuva, motorista cabaco, ta enfrentando trânsito, está enfrentando coronavírus, entendeu? Pra poder levar o pedido até você. Então tenha compreensão, dia primeiro ai, familia, voce que e cliente, evite de ta pedindo aí nos aplicativos, vamo da uma resposta pros aplicativos ai, mostrar pros aplicativos ai que vocês clientes, né meu, tem um pouco de compaixão pelo ser humano, pelo próximo né mano (TICOLOKO MOTOKA, 2020d, online *apud* Desgranges e Ribeiro, 2021, p.198).

Ainda que com grande êxito, as movimentações não deixaram de elucidar os conflitos e dramas por dentro da categoria. Um dos principais, produto de desmobilização dos participantes, foi o medo de represálias dos aplicativos por participar das movimentações. Esse tipo de perseguição pelo rastreamento da plataforma já vinha sendo denunciado entre os entregadores, questão que contribuiu para deixar parte dos entregadores inseguros pelo risco de serem prejudicados por bloqueados definitivos ou bloqueios brancos pela plataforma. Havia também o apelo de convencimento para a participação dos entregadores contratados pelos Operadores Logísticos (OL) da iFood — regime que coloca ex-entregadores para gerenciar os entregadores. Por serem entregadores que, apesar de contratados, não possuíam carteira de trabalho assinada, eles estavam sendo ameaçados de demissão caso participassem das manifestações. Fato que fez com que as páginas destinadas ao breque expusessem essa situação, buscando dissuadir entregadores para a reivindicação mostrando a real face daqueles que, protegendo seus benefícios, defendiam os interesses da empresa. Em imagem, uma postagem dizia: "tem líder OL ameaçando e falando que vai te cortar se você paralisar dia 01/07?"; “Líder

⁴⁵ Trata-se um serviço do sistema operacional Android que agrega aplicativos de jogos e conteúdos digitais para download nos dispositivos móveis. Nesse serviço, cada aplicativo disponível para download tem uma forma de avaliação que vai de uma a cinco estrelas e comentários, que acabam acarretam na relevância do App no frente aos outros disponíveis no serviço (Ajuda do Google Play, 2023).

OL pode até já ter sido entregador, mas virou patrão, tão fechado com empresa”; “Os APPs tão deixando claro pra que serve o Operador Logístico”; “Às vésperas da paralização nacional eles tão liberando cadastros de entregadores OL, porque acham que podem nos ameaçar nos bloqueando”; “A luta é por melhorias para toda a classe, pra todo mundo tramar tendo chamadas, recebendo taxas justas e não poder ser bloqueado a qualquer momento sem motivo, sem pra isso precisar de um líder OL que ganha a nossas custas”; e por último, enfatizam: “tem muito entregador OL fechado na luta mesmo sabendo do risco de ser bloqueado, porque risco mesmo é ficar na mão dessas empresas” (Desgranges e Ribeiro, 2021).

A aversão à política partidária e aos sindicatos, que não é novidade dentro da categoria, também compôs um ponto dramático dentro da luta. Muitos entregadores por acreditarem que as mobilizações fossem organizadas por partidos e sindicatos, gerou desconfiança na participação deles (Desgranges e Ribeiro, 2021). Eles tinham medo de perder o que chamam de autonomia — poderem trabalhar fora da CLT, sem estar submetido a alguém — e serem regulados por placas vermelhas e taxas que lhes tiram parte da renda de seu ganho, pois acreditavam que a mobilização se tratava de propor uma regulação. Segundo o relato do youtuber-entregador Marcio — coletado por Desgranges e Ribeiro (2021) no youtube — os sindicatos queriam tomar frente em algo que as ruas não queriam:

Né, então tem coisa que o sindicato quer tomar frente mas na realidade não é o que a rua pede, então, por eu acreditar nisso, por acreditar que não vai funcionar eu fui defender o pessoal do iFood, fui defender o que eu acredito, ne, fui defender o que eu acho mais correto, fui defender o que a maioria quer, que não e ficar preso em aplicativo não, certo manos? Eu garanto pra vocês, se a intenção do sindicato fosse a melhoria pra categoria, se a intenção do sindicato fosse essa, eles teriam que ver o lado de quem tá na rua, sai pra rua mano, sai pra rua, vem trocar ideia com os cara na rua, entendeu? Que que os cara quer? Não é assim mano, a forma que foi feito foi muito, no meu ponto de vista, foi muito por interesse próprio. Na realidade o sindicato não tem, ele não tem aquela... aquela coisa de querer realmente ajudar o trabalhador, pelo menos nessa ação e o que eu vejo, e mais interesse próprio. Então sai pra rua, que que os cara quer? Os caras quer uma taxa justa, uma taxa mínima, e um tempo de espera... Por que que o sindicato não briga por isso? Por que que quer brigar por CLT, sendo que é uma coisa que ninguém quer, ne? (ENTREGADOR DE LANCHES, 2020, online apud. Desgranges e Ribeiro, 2021, p.194).

A imagem de uma suposta associação a movimentos sindicais aos anseios dos entregadores, para Desgranges e Ribeiro (2021, p.204) fizeram com que no segundo breque fosse necessário enfatizar “que apesar de terem participado do primeiro Breque, o movimento não tinha relação com sindicatos ou partidos políticos”. Os autores expuseram postagens do perfil @tretanotrampo do Instagram, que diziam: “a luta é pra ganhar mais, não pra virar CLT ou placa vermelha e acabar ganhando menos. Ninguém aqui quer cumprir hora e ter chefe. Se vier regulamentação a gente derruba”; “só que se você for autônomo pra valer, pode negociar

o preço do seu trabalho. E como você vai negociar com o APP? Se recusar, não toca mais, perde pontuação, toma bloqueio. Se todos os entregadores passam um sábado sem aceitar corrida, os caras vão sentir no bolso”; “não confunde as ideias, quem tá desde o começo sabe que o Breque do dia 1º não tinha nada a ver com sindicato. O movimento começou com os motocas que tão na rua, ficou grande, e aí apareceu sindicato, político, associação querendo sair na foto” (Desgranges e Ribeiro 2021, p.204).

São estes conflitos que marcam a disputa em relação à regulação do trabalho e sua proteção estatal. De um lado os movimentos autônomos dos entregadores e do outro, sindicatos e associações divergem sobre o futuro para melhoria das condições dos entregadores. Foi por conta dessas divergências que quando a nova greve foi marcada em 25 de julho o Sindimoto-SP, então, marcou a greve para outro momento, no dia 14 (Carvalho; Pereira, 2021).

Há uma profunda descrença em relação à ação sindical e à política partidária na categoria dos entregadores. O que se torna compreensível, quando levamos em conta que nesta categoria está uma população que quase nunca foi favorecida com as políticas de bem-estar social do estado. Quase sempre privilegiada, sim, pela violência e espoliação. Por conseguinte, talvez como uma redenção desta realidade, surgem os “coaches-motoboy” que viralizam no youtube com seus *motovlogs* (vídeos do cotidiano do trabalho com câmera no capacete), que sob a realidade difícil e totalmente incerta do trabalho de entregador, atuam em penetrar nas esperanças e captar a fé dos trabalhadores, divulgando estratégias e os motivando, fazendo com que acreditem em ideias que estão centradas no esforço próprio para um bom rendimento nas plataformas — os mandamentos do neoliberalismo.

Essas diferenças — aversão aos sindicatos e a defesa da autonomia — não são fáceis de serem superadas. Elas não se desfazem pela simples persuasão. É por isso que, considerando as proposições do pensamento de Spinoza, Sawaia (2018, p.35) diz uma “ideia verdadeira ou a razão jamais vence uma paixão”, referindo-se à proposição de Spinoza (E. IV, prop.7): “Um afeto não pode ser refreado nem anulado senão por um afeto contrário e mais forte do que o afeto a ser refreado”. Tratamos da consideração de que nossas ideias e pensamentos não são deslocadas das afecções que atravessam o corpo, portanto, se uma ideia é produto de uma afecção ela só pode ser vencida por outra, advinda de uma afecção mais forte e contrária. É partindo dessas considerações que o entregador-youtuber Ticoloko — que teve seus vídeos analisados por Desgranges e Ribeiro (2021, p.193) —, forte defensor do “espírito empreendedor e do livre mercado” e antagonista dos sindicatos, teve visíveis mudanças em seu discurso vivendo a pandemia.

No início dela, Ticoloko se manteve por uma semana em quarentena em casa, sugerindo que seus colegas fizessem o mesmo, de acordo com as recomendações do Ministério da Saúde, mas logo teve que voltar às ruas para pagar as contas. Enfrentando as dificuldades da pandemia, vendo entregadores ao léu esperando entregas amontoados, correndo risco de se contaminar com a covid-19 e sofrendo com escassez de entregas pela concorrência que se exacerbou na pandemia, fez nascer um sentimento de revolta com essa situação. Essa revolta culminou em um vídeo em que questiona, irado, a declaração de Diego Barreto — atual vice-presidente de Finanças e Estratégia do iFood — sobre a afirmação de um suposto incentivo ao motoboy na pandemia. No vídeo, ele questiona: “Que incentivo, Diego?!”, depois continua: “cês querem dá dois real pro motoboy ir pra rua se arriscar, mano? Vem você pra rua, Diego! Eu desafio você a vim pra rua, Diego! Levanta sua bunda da cadeira aí mano e vem aqui fazer entrega! Vem se arriscar no meio dos carro aqui, ó!” (TICOLOKO MOTOKA, 2020c, online *apud.* Desgranges e Ribeiro, 2021, p.195). Ticoloko ainda, em um dos seus vídeos em que buscava remédios para sua mãe, se revolta falando de uma parceria da prefeitura com os aplicativos delivery, que garantia a entrega de produtos distribuídos pela prefeitura de São Paulo por meio de entregadores. O entregador pôde então compreender, tal qual a proposição spinosana diz, que há afetos que superam contradições que estão no campo ideal, pois em um de seus relatos, a emoção entranhada na sua real indignação referente a condição de sofrimento seu e de seus colegas, fez com que sua aversão aos sindicatos fosse menor, possibilitando a concordância com o presidente do Sindimotos-SP:

Tá ligado, que nem eu ouvi o audio aí do presidente do sindicato, do Gil, tá ligado, quem me conhece aí sabe que eu nao faço coligação com sindicato, com a [Associação de Motofretistas de Aplicativos e Autônomos do Brasil] AMABR, nada, tá ligado, não faço, não sou da associação, não sou de sindicato, não sou nada, eu sou motoboy por mim mesmo, tá ligado, eu ando com as minha perna... Mas ele mandou um audio la que, mano... eu tenho que concordar com ele, pai... Quer dizer que agora os motoboy vale a pena? Quer dizer que agora os motoboy são os heróis? Até um tempo atrás os motoboy tavam sendo caçados aí nas ruas... Não concordo 100% do que ele fala nos audio né mano, mas... Em questão disso dos aplicativo querer ganhar em cima da gente, eu concordo (TICOLOKO MOTOKA, 2020b, online *apud.* Desgranges e Ribeiro, 2021).

Todavia, esse exemplo de Tikoloco mostra que as mobilizações do Breque proporcionaram algo muito importante, para além da reivindicação e da democratização das pautas exigidas, mas também para possibilitar bons encontros, na medida em que:

Os bons encontros são o caminho para o aumento da potência de ação e como consequência, a expansão dos limiares de liberdade. As composições compreendidas como bons encontros são aquelas que expandem, ao mesmo tempo, a capacidade afetiva e reflexiva de um corpo-subjetividade, ou seja, expandem sua potência de ação, possibilitando a predominância da ação sobre a paixão na vida afetiva, alargando

“para os lados” sua capacidade de afetar e ser afetado. Do mesmo modo, quanto mais forte e variada for a composição de um coletivo, mais apto e forte ele estará para transformar esta potência coletiva em ação soberana como expressão da liberdade política – e os bons encontros são condição, no campo político, para a composição deste comum coletivo (Strappazon; Maheirie; Sawaia, 2022, p. 11-12).

No cenário descrito, nada favorecedor, de desamparo e violações de direitos, os motoboys não podiam confiar nos aplicativos, muito menos na ação do governo federal. O que restou foi somente a confiança de um pelo outro. E é a partir deste cenário que se criou um comum, como desejo. O comum é o conceito que descreve a composição de um corpo múltiplo e singular, que concorda e é vinculado pela concordância. É também o sentimento de que nossa potência de vida só é possível e favorecida por meio do outro (Sawaia, 2018, p. 34). Por isso, o comum não é paixão (passividade), é desejo (afirmação). Como sugere Bove (2014), pela definição de *hilaritas*, é a alegria democrática, que envolve corpo e mente, numa confiança política.

De acordo com Bove (2014), o comum, expressado pela emoção da *hilaritas*, é uma forma de resolução frente ao desejo humano de não ser dirigido por semelhante. Esse desejo só pode ser efetivado no comum, onde o múltiplo e o uno, se confundem numa só afirmação. *Hilaritas* seria, portanto, “como um afeto de alegria ligado, simultaneamente, à alma e ao corpo, quando todas as partes do homem, no seu corpo e no seu espírito, são igualmente afetadas”, fazendo com que “a potência de agir do corpo é aumentada ou estimulada de tal maneira que todas as partes adquirem, entre si, a mesma proporção entre movimento e repouso”. É por isso, diz o autor, que: “*Hilaritas* é um afeto sempre bom e nunca excessivo” (Bove, 2014, p.221).

O contentamento está referido ao que Spinoza define como ações, relacionado à potência e ao desejo que segue de nossa natureza. Em *Ética*, Spinoza sobre o bem e mau, define que “as coisas são boas à medida que ajudam o homem a desfrutar da vida da mente” (Spinoza, E., IV, cap. 5). Assim, bom é o que sabemos nos ser útil. Pois, como modo derivado da natureza, o ser humano é envolvido no desejo de perseverar na existência, aumentando de uma perfeição maior ou menor, em sua intensidade, se esse desejo é favorecido ou refreado, por isso: “Nada de mau pode sobrevir a ele que não se deva a causas exteriores” (Spinoza, E., IV, cap. 6).

Os entregadores, na sua luta por autonomia pela circunstância da conjuntura precária frente a seus direitos, encontraram na confiança mútua, o remédio necessário pela criação de um corpo comum, afirmado pelos bons encontros uma maneira de agir ativamente pelo contentamento, que Bove descreve como o “[...] prazer de, juntos, serem como um, do desejo ou amor de viver em comum, em energia virtuosa ou vigor da virtude divina que desenvolve,

de maneira equilibrada e equilibrante, a prática constituinte da imaginação política do corpo da multidão” (Bove, 2014, p. 222).

O “Breque dos Apps”, possibilitado e organizado mediante uso das tecnologias da informação no ambiente das redes sociais, contrariou impulsos neoliberais de individualismo e fragmentação, consagrando-se como uma das maiores reivindicações da categoria. O #blacklivesmatter constantemente é lembrado quando vem à tona as manifestações dos entregadores (Desgranges e Ribeiro, 2021). Os protestos que estouraram em 2013 nos Estados Unidos após a morte por asfixia de um homem negro por um policial branco nas ruas de Minneapolis, tiveram amplamente penetração virtual por hashtags e compartilhamentos, que se espalharam do solo americano para o mundo. Em tempos residuais neoliberalista, acontecimentos como estes vão de contramão aos pressupostos de que movimentações contra a opressão social estão inviabilizados. A rede social se torna meio, e não um fim.

Além disso, não se trata de forçar comparações entre o teor racial do #blacklivesmatter e #brequedosapps, pois elas já estão dadas, como quando afirmamos que problema dos aplicativos de entrega no Brasil é racismo — sendo então o racismo um elo incontornável entre os dois. Assim como uma das bandeiras levantadas pelos entregadores: “não somos números, somos vidas” no solo brasileiro, o “vidas negras importam” surge em solo americano anos antes. Essas movimentações, por entre mortes, precarização e objetificação racista, mostram novos ventos, novas composições e desafios para se pensar a organização e luta dos trabalhadores, tendo como vanguarda esses Outros, que a tempo sequer foram vistos como importantes. Já é sabido, por exemplo, que o #blacklivesmatter junto a condição da pandemia nos EUA impulsionou uma onda sindicalista (Costa, 2022). O envolvimento político de jovens e trabalhadores do setor de serviços precarizados somada à preocupação com melhores condições de trabalho frente ao desemprego e precarização, segundo Costa (2022), contribuíram para isso.

Em resposta a essas agitações, as empresas-aplicativo, como a iFood, não assistiram resignadas. Além das estratégias de dissuasão através de agências de inteligência citadas no tópico 6.1.3. houve também bloqueios de manifestantes no aplicativo. Mas para além disso a iFood, percebendo seu ponto fraco, passou a investir exponencialmente em inclusão e diversidade após o breque. Cunha (2023) nota uma virada no comportamento publicitário da empresa desde os primeiros atos revoltosos isolados que precederam o breque, que começaram a ocorrer em abril. A empresa foi deixando de lado as peças publicitárias focadas em conteúdo promocional de humor e entretenimento relacionado a modernização e “praticidade em oferecimento de comida por meio do aplicativo de delivery” (Cunha, 2023, p.14), para então focar no lado “humanizado” em conteúdos informativos, buscando expor a política da empresa

com os entregadores e seus benefícios, destacando os eixos relacionado à sustentabilidade, educação, inclusão e diversidade — disfarçando as práticas do seu “lado B”⁴⁶.

A representatividade negra que era quase escassa nos conteúdos publicitário, dá um salto visível, assim também como os compromissos da empresa:

Desde 2020, o iFood assinou também uma série de compromissos públicos como o Pacto pela Equidade Racial, o Pacto Global da ONU, e uma série de compromissos da ONU como Princípios de Empoderamento das Mulheres e o compromisso para reduzir o uso de plástico descartável nas entregas. Em outubro de 2022, o iFood recebeu um dos principais prêmios de D&I do país, o Prêmio Diversidade em Prática organizado pela Blend Edu na categoria “Cultura Inclusiva” (Cunha, 2023, p.13).

Segundo Cunha (2023) a iFood tem o total de 30,1% de pessoas negras e 18% de pessoas negras em posições de liderança. Seus compromissos públicos visam mudar essa imagem que de fato contrasta com sua maioria precária que está na rua, submetida a mortes, negligência e violência. Além disso, a empresa visivelmente tem pretensão de se despontar como empreendimento “antirracista”⁴⁷, promovendo em seu site artigos que se posicionam contra casos de racismo e outros relacionado há como combatê-lo. Mas é necessário não se iludir com esses esforços, querem que negros subam à casa grande, mas não acabar com a senzala:

A mudança na publicidade do iFood após o Breque dos APPs pode ter sido influenciada pela associação na opinião pública entre a mobilização dos entregadores de aplicativo e a luta antirracista em curso (Desgranges; Ribeiro, 2021). Assim, os conteúdos publicitários vão de encontro com a ideologia do “capitalismo consciente” (Barreto, 2021), buscando blindar a empresa de críticas quanto ao seu papel social, ao passo que utilizam dados capciosos para acobertar o regime de trabalho intermitente, mal remunerado e sem proteção social (Cunha, 2023, p.18).

Para os entregadores, ainda que o alcance dos objetivos do breque tenha sido difuso, as movimentações contribuíram para fazer presente uma memória alegre, que alimentou a politização da categoria conflitando afetos e ideias, fazendo insurgir lideranças em diversos cantos do Brasil. Em dezembro de 2022, na esteira da vitória de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente no Brasil, foi criada a Aliança Nacional dos Entregadores de Aplicativo (Anea), que se trata de uma representação nacional que congrega trabalhadores organizados da categoria.

⁴⁶ No tópico 6.1.3.

⁴⁷ Um exemplo disso é a participação da iFood na Expo Favela que aconteceu em 2023 entre os dias 17 e 19 de março em São Paulo. Trata-se de um evento de empreendedorismo ou uma feira de negócios envolvendo startups e outras iniciativas da periferia para promover investimentos (Expo favela, 2023). A empresa sabe que sua sobrevivência está intimamente ligada com mão de obra periférica e favelada, então quase como forma de expiação ou engodo sua participação contava com um estande bonito e feliz, com imagens atrativas e uma árvore com as bolsas típicas do aplicativo onde as pessoas colavam post-it expressando seus sonhos, o que foi chamado de “árvore dos sonhos”. Em uma foto, a mulher representando a iFood à frente do balcão é negra, que se apresenta com cabelo armado — aqui é impossível deixar de lembrar o conceito de tokenismo no que tange às formas de inclusão simbólica de grupos subalternos para promover ilusão de igualdade e diversidade. No evento, a iFood falou de suas ações em educação e também promoveu suas bolsas de estudo em tecnologia (News IFOOD, 2023).

Em resposta às exigências ainda não concretizadas desde as reivindicações do breque, as lideranças presentes na aliança buscam a defesa de seus direitos e visam contribuir com o debate da regulação das plataformas (ANEA, 2023). O que demarca um caminho diferente do que ocorreu no governo passado, quando os entregadores foram esquecidos em seus anseios, largados à pandemia sem amparo do Governo Federal, enquanto assistiam em São Paulo carreatas e a “prestigiada” motociata do ex-presidente Jair Bolsonaro que acontecia em prol de sua reeleição, contra as medidas de cuidado e a favor de um regime totalitário.

6.5. ”Trabalhador não tem o que comemorar”: o desejo incendiário e o autoritário

De um lado a revolta dos motoboys e de outro o desfile bolsonarista. As ruas de São Paulo durante a pandemia tornaram-se palco de duas expressões da multidão, que pouco se assemelham, a não ser pela quantidade e pelo veículo utilizado. Trato a respeito do Breque dos Apps e a motociata “Acelera para Cristo”, que teve a presença do ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro.

Está superado o entendimento de que a aglutinação de pessoas que se manifestam juntas se trata de uma turba irracional, onde singularidades são dissolvidas, como um estado de transe. Cada conjunto há volições afetivas próprias que compõe a *multidão*⁴⁸ que faz dela concebida como sujeito político (Chauí, 2014). Portanto, diferem em sentidos, quando motivadas pelo amor-político tendem muito mais à autonomia; motivado por afetos tristes (paixões) tendem muito mais à heteronomia e aos excessos, o que pelo contrário, a consequência é a diminuição da autonomia.

Nas ruas, o presidente do Sindimoto-SP nota que as gramáticas dos precários não compõem a expressão da multidão bolsonarista. Gil, se referindo à motociata que aconteceu em São Paulo, exalta os percalços dos entregadores em meio ao contexto da pandemia, questionando: “você viu moto de trabalhador? É porque o trabalhador não tem o que comemorar. Gás de cozinha subindo, gasolina subindo, derivados de petróleo subindo, e os motoentregadores mergulhados em precarização potencializada pelo governo federal” (Motociata de Bolsonaro não teve moto de trabalhador, 2021, ¶07).

Para Gil as motociatas bolsonaristas estavam insufladas por um sentido de comemoração e não de indignação. A constatação é plausível. Bolsonaro à frente do Estado

⁴⁸ Tradução: multidão.

brasileiro não deixou de usar as motocicletas como evento agitador das paixões, buscando contornar a crise sanitária e a crise política trazida pelo coronavírus. Vendo chegar à metade final de seu mandato, encontrou uma forma de burlar o vírus e a recomendação de evitar aglomerações. As motocicletas foram uma estratégia encontrada tanto para urgir e bradar discursos antissistema, como para demonstrar força e popularidade para a próxima eleição frente a acusações de opositoristas de seu governo ao gerenciamento da pandemia e outros escândalos. Tal como Sawaia (2022) afirma, na esteira das proposições do *Tratado Político* de Spinoza (2009), as atitudes de Bolsonaro estavam direcionadas ao poder, já que a característica do autoritarismo é pôr “em marcha uma política passional com vistas a defender sua permanência e o aumento de seu poder, o que exige a destruição do sentimento do comum e da potência de vida” (Sawaia, 2022, p.41).

O Breque dos Apps e as motocicletas se diferenciaram por uma posição básica: a transgressão rebelde dos primeiros buscava não mais que a afirmação de seus direitos prostrados; os segundos, encobertos com suas fardas militares, coletes de couro e camisas estampadas com a face de Bolsonaro, sustentavam uma posição bélica e autoritária. O autoritarismo, como não é de sua natureza o contentamento como afirmação comum, está sempre inclinado à dominação do outro e à quebra do horizonte político pela desagregação do comum. É uma potência impotente, apaixonada. Não por ironia, Bolsonaro e seus apoiadores finalizaram a motociata de São Paulo nas margens do Monumento às Bandeiras, criado em homenagem aos feitos de colonizadores. No monumento, os bandeirantes estão montados em seus cavalos, enquanto os bolsonaristas em suas motos. Notamos, nestas cenas, o mesmo desejo cravado em dois diferentes momentos. Das hordas bandeirantistas às motocicletas, ele se manifesta como servidão, ancorada em um ideal colonial-capitalista que se perpetua no projeto brasileiro autoritário de sociedade (Chauí, 2000).

Em um momento em que as reivindicações ficaram abafadas e imobilizadas pelo autoritarismo bolsonarista e pela pandemia, movimentos de profissionais precários, racializados de periferia tomam protagonismo com a explosão do Breque dos Apps tomando as ruas de São Paulo em 2020; um ano depois, nas mesmas ruas, Bolsonaro em junho de 2021 acelera em sua motociata autoritária. Entretanto, após um mês, partindo do outro lado da região, a periferia desce as ruas e incendeia a estátua do bandeirante Borba Gato, na Praça Augusto Tortorelo.

Foi uma ação de autoria declarada por um grupo denominado “Revolução Periférica”. Entre os participantes, estavam dois entregadores. Eles foram detidos por dias, de forma preventiva. Um deles era Danilo Silva de Oliveira, homem negro, também conhecido como Biu, que era líder comunitário na favela do Vietnã. O outro era Paulo Galo, também homem

negro, liderança que ficou conhecida a partir dos breques no período da pandemia como liderança na luta dos entregadores e do movimento dos “Entregadores Antifascistas”.

Galo foi preso após se entregar na delegacia, afirmando estar envolvido no incêndio e, ao ser detido, explanou sobre o ocorrido, dizendo o que segue: “[...] para aqueles que dizem que a gente precisa ir por meios democráticos, o objetivo do ato foi abrir o debate. Agora, as pessoas decidem se elas querem uma estátua de 13 metros de altura de um genocida e abusador de mulheres” (Entregador é preso por queimar estátua de Borba Gato, 2021; Lino, 2021, p. 01). Galo trouxe à tona a história oculta detrás dos monumentos de glorificação aos bandeirantes espalhados pela cidade.

A figura dos bandeirantes não é aleatória nesses dois casos. Vez ou outra são ícones históricos buscados a fim de se atribuir identidade ou narrativa heroica de um povo paulista, símbolo de riqueza e coragem, pois seriam eles aqueles que desbravaram o território paulista. Porém, nesse discurso, escondem-se os projetos que esses símbolos estão ancorados. Borba Gato, no caso, é conhecido por promover violência e a escravidão de negros e indígenas em ações incessantes de saque de riquezas naturais do território brasileiro. Não por outra razão sua estátua tem em mãos uma arma. Ele e todos os outros bandeirantes homenageados no monumento são símbolos colonialistas da história de violência e dominação incrustada na nossa sociedade. Essas estátuas ocupam o cotidiano e cravam nas entranhas subjetivo-afetivas o terror colonial de um passado que não deixa de ser presente.

O professor Ricardo Costa de Oliveira, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em matéria publicada pelo site de notícias *Brasil de Fato*, faz questão de assegurar que o passado bandeirante se reafirma na atualidade via poder político-econômico da elite da cidade. No caso da prisão de Galo, o titular responsável pela atuação da polícia civil que o investigava era o general João Camilo Pires de Campos, mais um herdeiro da reprodução familiar do poder, descendente de uma das principais famílias de bandeirantes paulistas (Elite de SP que persegue Galo, 2021). Essa tendência se amplia do Judiciário, do Executivo ao Legislativo. São eles herdeiros de um passado histórico reafirmado pela desigualdade e materializado na guerra contra pretos, indígenas, pobres e todos os desviantes desse processo.

Chauí (2017), para compreender conflitos sociais por uma leitura spinozana, partindo de sua filosofia da imanência, coerência e conveniência dos corpos, traz o conceito de *multitudo* (multidão) como sujeito político necessário para constituir a cidade (*civitas*), como entidade política. É nessa multidão de corpos contrários, de afetos que se inclinam à própria índole, que se funda a base para sustentar um horizonte político e formar uma *civitas*, que só se torna possível em uma imaginação agregadora, de forma a “dar sentido à unidade de seu corpo como

corpo social e político”, que se estabilizando pode tornar-se “um só corpo, isto é, o corpo da sociedade” (Chauí, 2017, p. 86).

Na concepção spinozana, o humano só é livre na cidade, quando se sente conduzido por si mesmo e favorecido por direito natural coletivo e individual, regulados pela vivência comum de maneira equilibrada e equilibrante, “na imaginação política do corpo da multidão” (Bove, 2014, p. 222). O contentamento (*hilaritas*) é a base equilibrante que possibilita a formação da cidade, no sentido de que, ao favorecer o comum, e, portanto, a potência de cada indivíduo, a multidão sente-se conduzida como uma única mente (*una veluti menti*) (Chauí, 2017).

Neste sentido, instala-se um conflito no seio da *multitudo* quando inclinações apaixonadas quebram o comum, minando a formação da cidade. O que Chauí (2014, p. 107) afirma é que há uma usurpação da instituição política da cidade “pelo poder social de grupos privados” na realidade brasileira. O contexto culmina em algo que tem imagem democrática, mas se assemelha a uma forma plutocrática, o que faz então da revolta popular uma “verdadeira instituição política e o desejo de buscá-la” Chauí, 2014, p.107).

A partir das ponderações, consideramos que a noção de conflito trazida por Chauí é importante porque oferece parâmetros para compreender os episódios destacados. Quando vemos de um lado o louvor e exaltação ao bandeirantismo e, de outro, a sua combustão, notamos dois projetos antagônicos: um firmando a tristeza dos excessos e da servidão sustentado por uma colonialidade que assola as instituições; e o outro indicando a insubmissão pela afirmação da plenitude da vida. Quando o fogo consumiu Borba Gato, a elite da cidade sabia que se tratava de uma mensagem direta a eles — “Vandalismo!” — disseram o prefeito e os inúmeros meios de comunicação (Polícia prende três pessoas por ataque à estátua, 2021; Prefeito de SP lamenta ato de vandalismo, 2021; Estátua de bandeirante Borba Gato é incendiada, 2021). Mantiveram Galo oito dias encarcerado, ignorando a liminar de soltura do Superior Tribunal de Justiça. Advogados de defesa afirmavam não haver indícios suficientes para manter a prisão preventiva, chamando tal ação de prisão política.

Aproximadamente dois anos depois do ocorrido, Paulo Galo, nas imediações do bairro de sua moradia, foi vítima de uma abordagem policial por conta de ser flagrado pilotando sua moto sem o uso do capacete. Ele foi encaminhado para delegacia, onde alega ter sido espancado e torturado por policiais (Paulo Galo acusa a PM de violência, 2023). Em vídeo publicado em suas redes sociais, Galo mostrou seus machucados e narrou os acontecimentos, dizendo que, em certo momento, queimaram sua pele, dizendo: “você não gosta de queimar as coisas? Faz o L agora!”. Galo se manteve em silêncio por alguns dias, mas revelou o caso no dia 04/03/2023, por medo de retaliações policiais. Depois de se expor nas redes sociais, sublinhando que tomaria

providências para a investigação assumindo seu capital social como proteção, coisa que muitos moradores periféricos como ele não têm, por isso a opção foi a de não se intimidar.

A ação teve um preço a ser pago. Esta rebeldia alegre a que falamos, derivada de uma potência de vida insubmissa, é assustadora e incômoda ao abalar a heteronomia dos poderes hegemônicos. Galo é hoje uma figura conhecida e alvo da polícia. De qualquer modo, o recado foi dado. Enquanto a estátua pegava fogo, estendia-se uma faixa emanando a seguinte frase: “a favela vai descer e não vai ser carnaval” (Estátua..., 2021).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que adianta ter coragem e o coração ser vulnerável? (Racionais MC's, 1997).

Pelas ruas, avenidas e vielas percorridas nas páginas que se seguiram, a pandemia e com ela as reivindicações que entraram em ebulição, foram apenas o estopim de uma sucessão de injúrias provocadas contra os entregadores subordinados ao trabalho de plataforma.

Na pandemia os entregadores foram confrontados com a condição ambivalente que se encontravam. Viram que diferentemente dos enfermeiros e profissionais da saúde, a condição de “herói” atribuída a eles era uma ficção disposta a fazer com que fossem usados como “solução”, mas depois destinados ao “descarte”. Ou como dito por um dos entregadores “do céu ao inferno”. Durante todo esse período o lema das empresas-aplicativos foram: precário o suficiente mantê-los trabalhando e a receita aumentando. Enquanto desempregados, os entregadores viam nos aplicativos a única saída para sobreviver, mesmo assustando enredados no medo.

Com o sentimento de frustração, que tomou conta, notaram que algo opaco lhes atravessam. Por mais que tenham se esforçado para, além de garantir a sua subsistência, serem reconhecidos e valorizados, viram que se tratava de algo impossível enquanto fossem motoboys ou entregadores. Sofrimento ético-político é entender que é da ordem social essa dor, que conseqüentemente se cronifica num sentimento triste, de estar distante das próprias capacidades para cessá-lo. É ético-político pois cerceiam as possibilidades os horizontes de vida e cidadania. Os entregadores, portanto, não são heróis pois eles já têm seu papel definido na trama, são eles os “vilões”. Destinados a trabalhar com fome, carregando comida nas costas; a sentir o cheiro de comidas que nunca escutaram o nome e que talvez nunca irão comer, encerrando na marmita fria a tentação; a serem ofendidos de maneira verbal e agredidos deliberadamente por motivos que as vezes desconhecem, mas que, por serem quem são, acabam legitimadas sem muita comoção; a serem reféns da própria condição quando culpados por todos e por tudo, até mesmo por suas mortes e acidentes no trânsito — enredados e rendidos por um “crime perfeito”.

Nas calçadas e esquinas são corpos à deriva, pela sua própria sorte. Fazem dos bancos das praças suas camas, as paredes e o chão como assento. Com suas motos, estão na chuva ou no sol dispostos a qualquer chamado. No contato com a violência urbana, na maioria das vezes, tem apenas como resposta possível a resignação, sem o respeito da polícia, dos clientes ou dos

funcionários dos estabelecimentos. Na cidade a todo momento são potenciais suspeitos, abordados cotidianamente por operações policiais ou seguidos por seguranças nos shoppings, despertam medo no cidadão urbano que esconde o celular e baixam os vidros, ou nojo daqueles que recebem os alimentos que entregam. Se, pelo contrário, a proximidade é aceita, é somente enquanto estão a servir. Subindo nos condomínios e apartamentos, recebidos, em muitas das vezes, sem boa noite, nem sequer o olhar nos olhos — perto o suficiente para servir.

Notei então que no horizonte do sofrimento ético-político dos entregadores, há de maneira latente uma denúncia. A qualidade de vilão não é somente uma metáfora dos filmes de heróis. Quando nos encontramos com os entregadores eles descrevem sua experiência dizendo que são “monstros”, “lixos”, “cachorros”, “ladrão”, “vilão”, “ninguém” e tantas outras figuras de linguagem que podiam aparecer, elas foram tentativas de traduzir seus sentimentos que não encontravam representação. Não só não encontravam, como talvez tenham sido encobridos. O elo que une as figuras de linguagem, é que todas elas qualificam aquilo que está coisificado na ordem da bestialidade, na animalidade ou na maldade. Tais questões passariam desapercibidas se não fosse compreendido quem são esses entregadores: uma categoria, quase generalizada, de pessoas negras e periféricas.

Em um país erguido sobre os escombros e fantasmas do colonialismo e sua economia escravocrata que se presentifica na estrutura de sua modernização, não é possível olhar o fenômeno da precarização como uma novidade, ou produto de uma nova categoria como “gig economy” (economia dos bicos).

O racismo está na causa da informalidade, produzindo-a. O racismo, de fato, configura as bases históricas que estruturam o trabalho informal e suas dinâmicas no Brasil. A informalidade caminha em paralelo à formalização da força de trabalho assalariado, indissociável da transição do trabalho escravo para as novas formas de contratação do trabalho livre assalariado (Cunha, 2023, p.7)

O que as empresas-aplicativo e suas plataformas fazem é somente seguir as velhas disposições neo-colonialistas sob o espírito de neoliberalismo e o capital financeirizado de seus fundos de investimento, lucrando com a máxima exploração possível, o que submetido ao capitalismo de plataforma (Srnicek, 2017) culmina no colonialismo digital (Faustino; Lippold, 2023). É, portanto, a colonialidade que assombra o cotidiano dos entregadores definindo posições sociais, vantagens e desvantagens, violências e benevolências (Faustino, 2022). Sendo escravizados de ganho presentificados como entregadores, sob o regime autoritário do capataz algorítmico, eles ocupam as ruas conduzidos a distribuir benesses desigualmente, fazendo o trabalho pejorativo, braçal e arriscado, em troca de uns trocados — reatualizando o lugar dos

sinhôs e sinhás que ocupam a subjetividade de parte da branquitude moradora de condomínio da capital paulistana.

As empresas de tecnologia não escapam a divisão racial do trabalho. Os seus aconchegantes escritórios — como uma casa grande — estão isolados e retirados de sua inteligente plantação urbana algorítmica, “onde morre-se não importa onde, não importa de quê” (Fanon, 1968, p.29). São necrocorporações que usam um exército de sobras negras e periféricas, de pobres, de jovens e pessoas de pouca escolaridade, garantindo com que a sua sabida suspensão de direitos, os faça adentrar com suas motos ao “globo da morte” (Silva, 2009). A “guerra urbana” iniciada nos anos 80 com a invasão das motos no trânsito, se expande das ruas, para os condomínios, apartamentos, calçadas e praças. Inaugura-se uma generalização de violência. São sujeitos “selvagens” vindo de zonas inóspitas onde moram os “negros”, “bandidos”, “nordestinos”, “vagabundos”, “funkeiros” e todo gênero de “gente de má fé”, que moram em suas casas de tijolos mal-acabadas, mas que circulam pelos edifícios verticalizados, de cimento e metal, severamente vigiados e cercados, onde moram as “gente-do-bem”.

Só assim podemos compreender o fato de 58% dos entregadores, segundo pesquisa do projeto Caminhos do Trabalho, destacarem já ter sofrido violência ou adoecimento (Figueiras, 2023). Como vimos, o entregador é antes de tudo, um negro — produto de uma reificação. Temos então que falar da violência racista perpetuada contra os entregadores que já é cotidiana e inunda portais de notícias, jornais e viralizam na internet. Temos que falar dos condomínios e apartamentos, que por conta da prepotência da branquitude se tornaram o bastião da violência e arrogância contra os entregadores. Cidades privadas, zonas autoexclusão que embebidas sob o pretenso discurso de segurança e vigilância, nas portarias é onde troca-se mercadoria e código, mas também olhares e expectativas, que se desviam. O morador olha para o entregador com desconfiança, medo e repulsa. Hoje está cada vez mais comum em horários de refeições, entregadores se aglomerarem para entregar nos condomínios, concomitantemente vemos esses mesmos lugares adotarem caixas na portaria para evitar o mínimo contato e efetuar a transação. As mesmas bocas que eles alimentam, são também aquelas mesmas que gritam — com medo e ódio: “mais polícia!” “punição!” “bandido morto!” “vitimismo!”. Longe demais para cordialidade, perto o suficiente para servir.

Neste cotidiano de tensão, as ruas são convertidas em um caldeirão de dramas. Os entregadores, por vezes, quando a paixão toma conta pela raiva de ter sido humilhado, não contém a reatividade violenta. Que, no entanto, não má por si só, pois permite com a expressão raivosa, horizontes que possam convergir em uma resposta política. O Breque dos Apps tornou-

se possível pela mistura das insatisfações vinda da condição de estarem aviltados ético-politicamente, e da satisfação de estar na companhia seus, em comum pelo amor-político.

A aversão aos sindicatos de alguns, expõe a desconfiança dos motoboys — depois de tanto desamparo talvez alguns estejam convencidos de que todos estão contra eles. Os sindicatos, acusados de querer tirar parte da renda dos entregadores buscando propor placa vermelha, baús, taxa de seguridade e proteção trabalhista estão descolados dos anseios desejado por eles. De maneira paralela, não mais se escutam. Os anseios da rua contrastam os meios burocráticos — as vezes autocráticos e assimétricos —, que então acabam por cercear os caminhos de mobilização. É por isso que a formação ANEA parece mostrar um diferente anseio na organização trabalhista, empreendido pelos entregadores. Consolidada a partir da união de lideranças orgânicas, e trabalhadores organizados em coletivos e associações horizontalmente, eles se empenham e apostam em postura conciliadora, dizendo: “Flexibilidade Sim, Direitos Também”. Talvez nos dando pistas para superação dessa crise: se a precarização tem relegado o trabalhador as senzalas do trabalho, sabemos, no entanto, que “o contrário da casa grande não é a senzala, é o quilombo” (Procopio, 2017). A atitude de quilombagem⁴⁹ talvez seja firmar uma outra postura, que seja radical em sua inclusão e na escuta das dores, já que, além do sentimento da quilombagem ser uma resistência alegre, um amálgama de pertencimento identitário e reconhecimento da dor em resposta a exclusão — que no passado juntou “marginais, índios destribalizados, foragidos da justiça ou do serviço militar ou etnicamente excluídos como mamelucos, curibocas, mulatos e mesmo brancos pobres ou perseguidos por diversas razões” — a quilombagem é também “um símbolo permanente de desarticulação dos valores ideológicos e existenciais do senhor de escravos” (Moura, 2001, p.109).

O entregador/motoboy não quer estar submetido a ninguém. O pensamento empreendedor (ideologia do senhor, reproduzida por escravos) não pode ser entendido como uma culpa própria, que é usada para julgar o entregador pela sua suposta falta de razão. Pois não é a ideia empreendedora que é mais forte e domina “os prazeres da carne” — como diria o puritanismo — e faz com que o entregador defenda algo contraditório, mas sim, a condição real

⁴⁹ Para Moura o quilombo é historicamente uma “unidade de protesto e de experiência social” (2001, p. p.103) “se o quilombo foi um módulo de resistência radical ao escravismo a quilombagem — o continuum dos quilombos através da história social da escravidão — foi um processo de desgaste permanente do sistema. Não queremos dizer, com isto, que houve uma articulação consciente da parte dos seus agentes sociais, mas a sua existência e a sua permanência no tempo, a sua imanência contínua constituiu um processo social o qual, atuando no centro da contradição fundamental do sistema escravista desarticulou a sua estabilidade e o desempenho econômico do seu projeto. A quilombagem deve, por isto, ser vista como um processo permanente e radical entre aquelas forças que impulsionaram o dinamismo social na direção da negação do trabalho escravo” (2001, p.108-109). Ainda diz: “se analisarmos na sua totalidade o processo histórico da sua existência é que poderemos ver como a quilombagem se articula socialmente como arma permanente de negação do sistema. E o nega no centro do eixo mais importante para o seu êxito: nas relações de trabalho entre o senhor e o escravo” (2001, p.109).

que se alia a ela. Enredados pela trama da viração, de maus encontros e migalhas de alegria, a ambição do entregador é “ter dinheiro hoje para comprar a própria comida, e não ter que carregar a dos outros” — portanto, melhor ainda quando não subordinado a alguém —, trata-se de uma vontade genuína que, nem que custe a segurança, busca-se energeticamente alcançá-la — o empreendedorismo então, só veste a esperança do entregador de uma ideologia que o sustenta.

Vestir essa esperança sequestrada, com a roupagem do comum — pelas fagulhas de resistência que tem sido acesas: nas manifestações, nas reações às agressões sofridas, no protesto digital comendo o lanche dos clientes que não descem, nas cantorias, danças, no queimar do baseado e tantas outras pequenas ou grandes —, se trata do que Sawaia (2022) tem entendido como saúde ético-política. Aquilo que pode superar o sofrimento, a dor e frustração que imobiliza e entristece o cotidiano destes trabalhadores, que como versado por Edão⁵⁰, o envolve em “sintomas”. Uma “sensação estranha”, que revira sua carne e espreme sua mente — de fato, a angustia latente da trama da viração:

De uns tempo pra cá tenho sentido umas palpitação no peito, um bolo na garganta e falta de ar. Toda vez que chego pra pegar um pedido me sinto assim. A taxa, sempre mó merreca, daí tem a espera, a condição precária onde nós fica. Puta de uns restaurante chique e nós sempre jogado nuns lugar sujo, sem a mínima condição. Fico atacado, bato boca, dou um salve nos motoca pra nós fazê alguma coisa, mas geral ta rindo com a cara enfiada no celular. Uns até me tira, daí me iso e aquelas sensação estranha volta ainda mais a milhão [...] Aí, quando conluo mais uma entrega, vem aquele toque infernal me intimando a ir mais uma vez ao cadafalso. Toda mão penso em recusar, mas aí lembro das resposta e aceito [...] Mais um trampo, mais sintomas, cada vez mais fortes, vou me isolando, nem 100 real ainda, discuto, vejo uma mina caída, bag vermelha do lado, a chuva cai, mais um pedido, não consigo respirar, os mano tão rindo de que? (Oliveira, 2023).⁵¹

⁵⁰ Eder Oliveira, também conhecido como Édão, é um motoboy e escritor orgânico, que tomou destaque em 2023 pelos seus textos nas redes sociais — apesar de já escrever antes —, sobre o cotidiano de ser entregador, misturando suas experiências e o que observa e escuta no cotidiano das ruas com seus parceiros de trabalho. Seu destaque levou a participar de um podcast famoso chamado “Az Ideias” junto com Paulo Galo, seu amigo, falando sobre sua trajetória e sobre o trabalho de entregador.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmilla, C. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas: Indivíduo y sociedad**, v.18,n 3, jun-nov, 2019.

_____. Plataformas digitais e uberização: Globalização de um Sul administrado? **Contracampo**, Niterói, v. 39, n.1, abr-jul, p. 12-26, 2020a.

_____. Uberização e juventude periférica: Desigualdades, autogerenciamento e novas formas de gerenciamento do trabalho. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v.39, n.03 Set-dez ,p.579-597, 2020b.

_____; et al. “Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a Covid-19”. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, v. 3, p. 1-21, 2020c.

_____; AMORIM, Henrique.; GROHMANN, Rafael. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. **Sociologias**: Porto Alegre, ano 23, n. 57, mai-ago, p. 26-56, 2021.

_____. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. **Passa Palavra**, 2017, 19 de fevereiro. Disponível em: <https://passapalavra.info/2017/02/110685/> . Acesso em: 10/11/2023.

ABRAMET (Associação Brasileira de Medicina do Tráfego). Abramet alerta para o aumento dos sinistros com motocicletas. **ABRAMET**, 29 jul., 2021. Disponível em: <https://www.abramet.com.br/noticias/abramet-alerta-para-o-aumento-dos-sinistros-com-motocicletas/>. Acesso em: 15/01/2024.

_____. **ABNT muda terminologia e adota a expressão sinistro de trânsito para qualificar incidentes no tráfego**. 2021.

Disponível em: <https://www.abramet.com.br/noticias/abnt-muda-terminologia-e-adota-a-expressao-sinistro-de-transito-para-qualificar-incidentes-no-trafego/>. Acesso em: 25/10/2023.

ACELERA para Cristo: o empresário por trás da 'motociata' com Bolsonaro que terá até sorteio de moto. **BBC News Brasil**, Londres, 11 jun. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57432409>. Acesso em: 12 mai. 2023.

ACOMPANHE: Bolsonaro participa de "motociata" em São Paulo. [S. l.]: **Band Jornalismo**, 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/angela-alonso/2021/06/burros->

de-cronica-de-machado-de-assis-notariam-o-contrassenso-de-bolsonaro.shtml. Acesso em: 14 jun. 2021.

AJUDA DO GOOGLE PLAY. **Google**. Disponível em: <https://support.google.com/googleplay/answer/190860> . Acesso em: 12/01/2024.

ALIANÇA BIKE. Pesquisa de perfil de entregadores ciclistas de aplicativo. São Paulo, Brasil: **Aliança Bike**, 2019. Disponível em: <https://aliancabike.org.br/pesquisa-de-perfil-dos-entregadores-ciclistas-de-aplicativo/>. Acesso em: 10/11/2023.

ALMEIDA, Sílvio Luiz. Capitalismo e Crise: O que o racismo tem a ver com isso? **Blog da Boitempo**, 2020a. <https://blogdaboitempo.com.br/2020/06/23/capitalismo-e-crise-o-que-o-racismo-tem-a-ver-com-isso/>. Acesso em: 10/11/2023.

_____. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

ALVES, Raoni. Rica Perrone e entregador que registrou agressão fazem acordo e evitam briga judicial. **G1**: Rio de Janeiro. 26 de setembro, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/09/16/entregador-registra-ocorrencia-contrarica-perrone-por-agressao-me-discriminou-por-eu-ser-motoboy.ghtml>. Acesso em: 25/10/2023.

ANEA (ALIANÇA NACIONAL DOS ENTREGADORES DE APLICATIVOS). **Carta da Aliança Nacional dos Entregadores de Aplicativo (ANEA) sobre regulação das plataformas digitais**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://anea.net.br/2023/03/downloads/carta-da-alianca-nacional/> . Acesso em: 16/06/2023.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2020a.

_____. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0. In: ANTUNES, Ricardo (org). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2020b.

APÓS fechamento do Bom Prato Campos Elíseos, MP dá prazo para que estado garanta refeições diárias. **G1**, São Paulo, 20 de abril, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/04/20/apos-fechamento-do-bom-prato-campos-eliseos-mp-da-prazo-para-que-estado-garanta-refeicoes-diarias.ghtml>. Acesso em: 24/11/2023.

ARCOVERDE, Léo. Mortes de ocupantes de motocicletas na cidade de SP em 2022 superam em 40% o período pré-pandemia. **G1**: São Paulo., 26 de janeiro, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/01/24/mortes-de-ocupantes-de-motocicletas-na-cidade-de-sp-em-2022-superam-em-40percent-o-periodo-pre-pandemia.ghtml>. Acesso em: 25/10/2023.

ASSUMPCÃO, Euzébio; MAESTRI, Marcio (coods). **Nós, os afro-gaúchos**. PoA. Ed UFRGS. 1996.

AZ IDEIAS PODCAST. PAULO GALO & ÉDÃO "MOTOBOY ESCRITOR" #153 - **Az Ideias Podcast**. Vídeo. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Rkzxd3XMFB8&t=1965s>. Acesso em: 24, nov. 2023.

BARBROOK, Richard; CAMERON, Andy. **A ideologia californiana**: uma crítica ao livre mercado nascido no vale do Silício. Trad. Marcelo Trasel, Porto Alegre: Monstro dos Mares/BaixaCultura.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENTO, Maria, Aparecida, Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria, Aparecida, Silva (organizadoras). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, Rj: Vozes, 2016.

BOAHEN, Albert. **A História geral da África, VII**: África sob dominação colonial, 1880-1935. 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

BOVE, Laurent. Da confiança política: construir a hiláritas democrática In: BAPTISTE, Noel A. G.; FRAGOSO, FRAGOSO, Emanuel A. da R; ITOKAZU, Ericka M.; GUIMARAENS, Francismo de.; ROCHA, Mauricio (organizadores). **Spinoza e as Américas: volume 2**. Fortaleza: EdUECE, 2014.

BOVE, Laurent. **Espinosa e a psicologia social**: ensaios de ontologia política e antropogênese. Organização: David Calderoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora/Núcleo de Psicopatologia, Políticas Públicas de Saúde Mental e Nupsi-USP, 2010.

BRASIL. Lei nº 10.803, de Dezembro de 2003. Altera o art. 149 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para estabelecer penas ao crime nele tipificado e indicar as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo. Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídica, Brasília, DF, 11 dez. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.803.htm. Acesso em: 23 de novembro de 2023.

_____. **Lei nº 12.009, de 29 de julho de 2009**. Regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros, “mototaxista”, em entrega de mercadorias e em serviço comunitário de rua, e “motoboy”, com o uso de motocicleta. Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídica, Brasília, DF, 29 jul. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/112009.htm. Acesso em: 27 de outubro de 2023.

_____. **Lei nº 12.436, de 06 de julho de 2011**. Veda o emprego de práticas que estimulem o aumento de velocidade por motociclistas profissionais. Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídica, Brasília, DF, 06 jul. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/112436.htm. Acesso em: 27 de outubro de 2023.

CABANAS, Edgar; ILLIUZ, Eva. **Happycracia**: Fabricando cidadãos felizes. Ubu Editora, 2022.

CÂMERA RECORD. **Conheça os desafios de um entregador em época de pandemia**. Youtube, 13 abr., 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0efKxZ2xbOE>>. Acesso em 10 jan., 2024.

CARDOSO, Arthur. O fantasma do racismo espinozista. **CONTEXTURA**, Belo Horizonte, no 16, p. 37-47, 2020.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

CARPANEZ, Juliana. Vingança dos motoboys: sabe o que acontece quando você demora para buscar a pizza? **Uol**, 22 Jul., 2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/07/22/vinganca-dos-motoboys-sabe-o-que-acontece-quando-voce-demora-para-buscar-a-pizza.htm>. Acesso em 16/12/2023.

CARVALHO, Diana. Quais as reivindicações de entregadores que entram em greve nesta quarta. **ECOIA - UOL**, São Paulo, 29 de Jun. de 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoia/ultimas-noticias/2020/06/29/brequedosapps-promove-mobilizacao-e-pede-apoio-a-greve-dos-entregadores.htm?cmpid=copiaecola>.

CARVALHO, Felipe S. E. de; PEREIRA, Sullivan dos Santos; SOBRINHO, Gabriela Sepúlveda. #BrequeDosApps e a organização coletiva dos entregadores por aplicativo no Brasil. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, Campinas, v. 3, p. 1-29, 2020.

CASTRO, Matheus F. de. A pandemia e os entregadores por aplicativo: algumas considerações sobre a precarização do trabalho. **Revista Espaço Acadêmico**, ed. especial, p. 70-80, fev. 2021.

CAVALCANTI, Tiago M. **Sub-humanos: o capitalismo e a metamorfose da escravidão**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo., 2000.

CHAUÍ, Marilena. Os conflitos no seio da multidão. In: **Spinoza e as Américas: volume 2**/Baptiste Noel Auguste Grasset; Emanuel Angelo da Rocha Fragoso; Ericka Marie Itokazu; Francisco de Guimaraens; Mauricio Rocha (organizadores). – Fortaleza: EdUECE, 2014.

CLIENTE pede para loja mandar entregador branco levar suas compras por não gostar de pretos e pardos. **O Globo/G1**. 06 mar., 2022. Disponível em: <https://opopular.com.br/cidades/moradora-de-condominio-de-luxo-pede-que-hamburgueria-troque-entregador-negro-por-branco-em-goiania-1.2140681>. Acesso em: 17/01/2024.

COELHO, Rony; CAMPOS, Gisele. Boletim Çarê-IEPS n. 2/2023 Saúde da População Negra Mortalidade e Acidentes de Motocicletas por recorte racial. **Instituto de Estudos para Políticas de Saúde**, Boletim n.2, fev., 2023.

COELHO, Sillas de, C. F.; Silva, Evandro, R. da.; HERDEIRO, Renato, M. C. Modernização conservadora e racismo no Brasil. **Revista Fim do Mundo**, n 4, jan/abr, p.110-132, 2021.

CONCEIÇÃO, Jaqueline. Lélia Gonzalez: o racismo estrutural. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=X2ruqJntOWc>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS). **RECOMENDAÇÃO Nº 036, DE 11 DE MAIO DE 2020**. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/1163-recomendac-a-o-n-036-de-11-de-maio-de-2020>. Acesso em: 18 de outubro de 2023.

COSTA, Mariana Covas. Força de trabalho, delivery e pandemia de COVID-19: do avanço das plataformas digitais ao avanço das contradições. **Revista Ensaios de Geografia**, Niterói, vol. 5, no 10, p. 75-80, julho de 2020.

COTTA, Letícia. Vídeo: motoboy viraliza ao comer lanche de clientes que não vão à portaria pegar pedido. **Metrópoles**, 14 jul, 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/video-motoboy-viraliza-ao-comer-lanche-de-clientes-que-nao-va-a-portaria-pegar-pedido>. Acesso em: 16/12/2023.

CUNHA, Vanessa M. “Nossas vidas importam”: Uma etnografia do Breque dos APPs sob enfoque racial. **XIV Reunião de antropologia no mercosul**, Niterói RJ, 2023. Disponível em: <https://www.ram2023.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmF0cyI7czoZNToiYT0xOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSZPIjtzOjQ6IjY3MjIiO30iO3M6MT0iaCI7czoZMjoiNjc4Yjg0MmNmZDcxZjQ2OGU4OGViY2NmMWUyMzY2NGEiO30%3D>

DU BOIS. W. E. B. **Black Reconstruction: an essay toward a history of the part which black folk played in the attempt to reconstruct democracy in america**. Harcourt, brace and company, Inc, 1935. Disponível em: <https://cominsitu.files.wordpress.com/2019/02/w-e-b-du-bois-black-reconstruction-an-essay-toward-a-history-of-the-part-which-black-folk-played-in-the-attempt-to-reconstruct-democracy-2.pdf>. Acesso em: 22/10/2023.

DESGRANGES, Nina.; RIBEIRO, Wickson. Narrativas em rede: O Breque dos Apps e as novas formas de manifestação de trabalhadores em plataformas digitais. *Movimentação*, v.8, n.14, jan./jun., 2021.

DIAS, Carlos Henrique; FURTADO, Juliana. Entregador diz ter sido agredido por morador nos Jardins, colegas de app se revoltam e fazem protesto; vidros de prédio foram quebrados. **G1**, São Paulo, 29 de set., 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/09/29/entregador-diz-ter-sido-agredido-por-morador-nos-jardins-colegas-de-app-se-revoltam-e-fazem-protesto-em-frente-a-predio.ghtml>. Acesso em: 16/12/2023.

DIAS, Paulo Eduardo. Homem de 70 anos é suspeito de agredir entregador e apontar revolver contra motoboys em SP. **Folha de S. Paulo**, 23 ago. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/08/homem-de-70-anos-e-suspeito-de-agredir-entregador-e-apontar-revolver-contramotoboys-em-sp.shtml>. Acesso em: 16/12/2023.

DORMIR na rua e pedalar 12 horas por dia: a rotina dos entregadores de aplicativos. **Instituto Humanitas Unisinos**, 23 de maio, 2019. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/589409-dormir-na-rua-e-pedalar-12-horas-por-dia-a-rotina-dos-entregadores-de-aplicativos>. Acesso em 20/11/2023.

DU BOIS, W. E. B. (William Edward Burghardt). **Black Reconstruction: an essay toward a history of the part which black folk played in the attempt to reconstruct democracy in america.** Harcourt, brace and company, Inc, 1935. Disponível em: <https://cominsitu.files.wordpress.com/2019/02/w-e-b-du-bois-black-reconstruction-an-essay-toward-a-history-of-the-part-which-black-folk-played-in-the-attempt-to-reconstruct-democracy-2.pdf>. Acesso em: 22/10/2023.

_____. **As almas da gente negra.** Trad. Heloísa Toller Gomes. Rio de Janeiro: Lacerda Ed. 1999.

LEITE, K, C. A (in)esperada pandemia e suas implicações para o mundo do trabalho. **Psicologia & Sociedade**, n.32, 2020.

ELITE de SP que persegue Galo por fogo na estátua do Borba Gato descende de bandeirantes. **Brasil de Fato**, São Paulo, 6 ago. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/08/06/elite-de-sp-que-persegue-galo-por-fogo-na-estatua-do-borba-gato-descende-de-bandeirantes>. Acesso em: 12 mai. 2023.

ENTREGADOR é preso por queimar estátua de Borba Gato em São Paulo. **O tempo**, [S. l.], 28 jul. 2021. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/brasil/entregador-e-preso-por-queimar-estatua-de-borba-gato-em-sao-paulo-1.2519427>. Acesso em: 10 fev. 2023.

ESTÁTUA de bandeirante Borba Gato é incendiada em São Paulo. **O Globo**, set., 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/estatua-de-bandeirante-borba-gato-incendiada-em-sao-paulo-25125081>. Acesso em: 10/01/2024.

EUGENIA, L.; TEIXEIRA, M.; BALTAR, P. (2021). Impactos da reforma trabalhista sobre o mercado de trabalho. In: Krein, J. D. et al. O trabalho pós-reforma trabalhista (2017). Campinas, **CESIT**, p. 78-113. Disponível em: https://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2021/06/VOL-1_A-reformatrabalhistas_21.06.21.pdf . Acesso em: 10/11/2023.

EXPO FAVELA. **Expo Favela** Innovation. Página inicial, 2023. Disponível em: <<https://expofavela.com.br/>>. Acesso em: 31 de ago. de 2023.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFRJ. A DÍVIDA IMPAGÁVEL - DENISE FERREIRA DA SILVA. Vídeo. Youtube, 22 de set. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=JWBVJwO_6OM&t=242s. Acesso em: 03/01/2024.

FAIRWORK (2022). **Fairwork Brazil Ratings 2021: Towards Decent Work in the Platform Economy.** Porto Alegre, Brazil; Oxford, United Kingdom, Berlin, Germany.

FANON, Franz. **Os Condenados da Terra.** Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1968.

_____. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIAS, Ernesto (Org). **Dicionário Escolar Latino-Português.** Ministério da Educação e Cultura – Departamento Nacional de Educação – Campanha Nacional de Material de Ensino, 2. Ed, 1962. Disponível em:

http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&coobra=24675. Acesso em: 29/10/2023.

FAUSTINO, Deivison; GONÇALVES, Renata. A nova pandemia e as velhas relações coloniais, patriarcais e racistas do capitalismo brasileiro. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol.24 n.45, p.275-289, jul./dez. 2020.

_____. **Franz Fanon e as encruzilhadas**: Teoria, política e subjetividade. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

_____; LIPPOLD, Walter. **Colonialismo digital**: por uma crítica hacker-fanoniana. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

FERREIRA, Denise da Silva. **A Dívida Impagável**. A casa do povo: São Paulo, 2019. Disponível em: <https://casadopovo.org.br/wp-content/uploads/2020/01/a-divida-impagavel.pdf>. Acesso em: 15/01/2024.

FOLETTTO, Leonardo. Introdução. In: BARBROOK, Richard; CAMERO, Andy. **A ideologia californiana**: uma crítica ao livre mercado nascido no vale do Silício. União da Vitória/Porto Alegre, Monstro dos Mares/BaixaCultura, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

_____. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FUZEIRA, Victor. Motoboys do DF cobram dos apps de delivery melhores condições de trabalho. **Metrópoles**, 6 de Mai., 2022. Disponível em: <https://www.metrosoles.com/distrito-federal/motoboys-do-df-cobram-dos-apps-de-delivery-melhores-condicoes-de-trabalho>. Acesso em 24/11/2023.

GALF, Renata; AZEVEDO, Victoria. Após motociata, Bolsonaro cita Deus e militares, enaltece PM-SP e cloroquina e ataca isolamento. São Paulo: **Folha de S. Paulo**, 2021.

GÓES, G.; FIRMINO, A.; MARTINS, F. Painel da Gid Economy no setor de transportes do Brasil: quem, onde, quantos e quanto ganham. **Carta de conjuntura**. n.55, v.14, 2022.

GÓES, Luciano. O realismo marginal brasileiro. Nuestrapaxis: **Revista de Investigación Interdisciplinaria y Crítica Jurídica**, ano. 1, n. 2, jan-jun, p. 38-55, 2018.

GOMES, Tamiris. Sem dizer uma palavra motoboy viraliza com vídeo sobre trabalho no iFood. **Terra: visão do corre**, 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/visao-do-corre/pega-a-visao/sem-dizer-uma-palavra-motoboy-viraliza-com-video-sobre-trabalho-no-ifood,87f9294945e4938d6540976a478569256nezg85w.html>. Acesso em: 18/10/2023.

GONÇALVES, Rosana, A. **Sociedades africanas frente à situação colonial europeia**: o Estado Independente do Congo (1876 – 1908). Tese (Doutorado em História) – Programa de

Pós-Graduação em História Social - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984.

_____. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n. 92/93, jan/jun, p.69-82, 1988.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Coronavírus: 5 atitudes que empresas podem adotar**. 2020. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/coronavirus-5-atitudes-que-empresas-podem-adotar/>.

GRAVAS, Douglas. Aplicativos como Uber e iFood são fonte de renda de quase 4 milhões de autônomos. **Estadão**, 28 de abril, 2019. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/aplicativos-como-uber-e-ifood-sao-fonte-de-renda-de-quase-4-milhoes-de-autonomos/>. Acesso em: 10/11/2023.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, Vol. 31, n. 1, Jan/Abril, 2016.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: História e implicações. Edições Loyola, 2008.

IBGE: 34,4% dos trabalhadores vivem com até um salário mínimo. **Brasil de Fato**, (18 de setembro, 2021). Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/09/18/ibge-34-4-dostrabalhadores-vivem-com-ate-umsalario-minimo>.

iFOOD. Ponto de Apoio: bem-estar pra quem entrega com iFood. 2023. **Portal do Entregador**. Disponível em: <<https://entregador.ifood.com.br/vantagens-2/ponto-de-apoio/>>. Acesso em: 18 de outubro de 2023.

_____. **Portal do Entregador**. Disponível em: <https://www.ifood.com.br/entregador>. Acesso em: 26 jan. 2023.

JAQUET, Chantal. **A força do corpo humano**. Trad. Márcio Patrício. São Paulo: Annablume, 2010.

JAQUET, Chantal. O acordo afetivo da multidão: O desejo (desiderium) de vingança como princípio do corpo político. **Discurso**, 45(2), 41-62, 2015.

JESUS, Carolina, Maria. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. Ática, 10. E.d., 2019.

JORNALISTA diz ter jogado entrega em motoboy: 'Vai embora, seu c****'. **Splash Uol**: São Paulo. 11 de setembro, 2023. Disponível em: <https://www.uol.com.br/splash/noticias/2023/09/11/jornalista-discussao-entregador.htm>. Acesso em: 25/10/2023.

JOVCHELOVICH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. 7.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

JÚNIOR, Pedro. E muita lanche #TikTokAwards23 ##ifood##motoboy##comida##entregas##entregador [@lgdastart]. 07 dez. 2023. [Vídeo] . TikTok. Disponível em: <https://www.tiktok.com/@lgdastart/video/7309878942385655046>. Acesso em: 06/01/2024.

KALIL, R. B. Essencial e precário: o direito à saúde, os entregadores via plataformas digitais e a COVID-19. **Revista Direitos, trabalho e política social**, Cuiabá, V. 6, n. 11, p. 19-45, Jul./dez. 2020.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. 1. Ed. Rio de Janeiro: **Cobogó**, 2019.

LACERDA, Nara. Extinção do Ministério do Trabalho: o que mudou após um ano. **Brasil de Fato**, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/14/extincao-do-ministerio-do-trabalho-o-que-mudou-apos-um-ano>. Acesso: 10/11/2023.

LAFARGUE, Paul. **O Direito à Preguiça**. 1.Ed. Veneta, 2022.

LANE, Silvia. A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In: LANE, Silvia; CODO, Wanderley. (ORGS). **Psicologia Social: O homem em movimento**. 8.Ed. Editora brasiliense, 1989.

LARA, Bruna D.; BRAGA, Nathália; RIBEIRO, Paulo, V. ‘Parceria de risco’ Aplicativos lucram com coronavírus pondo entregadores em risco. **Intercept Brasil**, 23 de março, 2020. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2020/03/23/coronavirus-aplicativos-entrega-comida-ifood-uber-loggi/>.

LAVAL, Dardot Pierre. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

LEVY, Clarissa. A máquina oculta de propaganda do iFood. **Agência Pública**, 04 Abril, 2022. Disponível em: <https://apublica.org/2022/04/a-maquina-oculta-de-propaganda-do-ifood/>. Acesso em 24/11/2023.

LIBERATO, Leo Vinicius. iFood: a herança do apartheid no Brasil. **Le monde diplomatique Brasil**, 06 ago. 2021. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/ifood-a-heranca-do-apartheid-no-brasil/>. Acesso em: 08/01/2024.

LINDNER, Julia. Planalto lança campanha ‘O Brasil não pode parar’ contra medidas de isolamento. **Uol**: Brasília, 26 de março, 2020.

LINO, Mariene. Preso por incendiar estátua de Borba Gato: “Ato foi para abrir debate”. **Metropoles**, 28 jul. 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/preso-por-ato-contra-borba-gato-rapaz-diz-que-quis-abrir-o-debate>. Acesso em:13/01/2024.

LONGO, Ivan. Revelação polêmica do motoboy Galo, ex-entregador do iFood, divide opiniões e viraliza. **Revista Fórum**, 30, dez., 2023. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/2023/12/30/revelao-polmica-do-motoboy-galo-ex-entregador-do-ifood-divide-opinies-viraliza-151408.html>. Acesso em: 06/01/2024.

MACHADO, Gisele. Vida nos corredores. **Revista Apartes**, n.1, jan-jun, 2013. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/apartes-antiores/revista-apartes/numero-1-janeiro-junho2013/no01-vida-nos-corredores/>. Acesso em: 10/11/2023.

MAIA, Dhiego. OAB classifica morte de entregador do Rappi de desmonte das relações de trabalho. **Folha de S. Paulo**, 13, jul. 2019. Disponível em: <https://continenteufmg.com/observatorio/oab-classifica-morte-de-entregador-do-rappi-de-desmonte-das-rela%C3%A7%C3%B5es-de-trabalho>. Acesso em: 24/11/2023.

MARI, João de. Tá servido?': entregadores de apps se alimente de marmita a R\$ 1 em SP. **Uol TAB**, São Paulo, 09 de mar., 2022. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2022/03/09/ta-servido-entregadores-de-apps-se-alimentam-de-marmita-a-r-1-em-sp.htm#:~:text=%22Os%20entregadores%20de%20aplicativo%20v%C3%AAm,creche%2C%20t%C3%AAm%20a%20refei%C3%A7%C3%A3o%20gratuita>. Acesso em: 24/11/2023.

MARTINS, Ana, Beatriz. Vídeo: em podcast, Rica Perrone revela agressão a entregador de comida. **Metrópoles**, 12 de setembro, 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/esportes/video-em-podcast-rica-perrone-revela-agressao-a-entregador-de-comida>. Acesso em: 25/10/2023.

MARTINS, Gizele. Auto de resistência: a omissão que mata. **WikiFavelas**, set. 2023. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Auto_de_resist%C3%Aancia:_a_omiss%C3%A3o_que_mata#:~:text=O%20E2%80%9Cauto%20de%20resist%C3%Aancia%E2%80%9D%20foi,de%20policiais%20autores%20de%20homic%C3%ADdio. Acesso em: 20/11/2023.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2004. 69

_____. **O capital**: Crítica da economia política – Livro I: o processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. 2.Ed, Boitempo Editorial, 2011.

_____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Trad. Nélcio Schneider. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O capital – livro III**: o processo global da produção capitalista. Edição de Friedrich Engels. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**: revista do ppgav/eba/ufrrj, n.32, dez, 2016.

_____. **Crítica da razão negra**. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.

_____. **Políticas da Inimizade**. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2020.

MIGNOLO, Walter, D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista brasileira de ciências sociais**, vol. 32, n. 94, jun, p.01-18, 2017.

MILLS , Charles W. **O Contrato Racial**. Zahar, 2022.

MINA, Thayan. “Queria fazer naquela hora”, diz entregador sobre dificuldade em registrar denúncia de racismo. **Notícia preta**, 25 set., 2023. Disponível em: <https://noticiapreta.com.br/entregador-dificuldade-para-registrar-ocorrencia-racismo-rj/>. Acesso em 16/12/2023.

MONCAU, Gabriela. 'Merecemos respeito': 500 motoboys protestam em frente a condomínio após agressão de colega. **Brasil de fato**, 24 mar., 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/03/24/merecemos-respeito-500-motoboys-protestam-em-frente-a-condominio-apos-agressao-de-colega>. Acesso em: 16/12/2023.

MORAES, Catherine. Moradora de condomínio de luxo pede que hamburgueria troque entregador negro por branco em Goiânia. **O Popular**, 27 out., 2020. Disponível em: <https://opopular.com.br/cidades/moradora-de-condominio-de-luxo-pede-que-hamburgueria-troque-entregador-negro-por-branco-em-goiania-1.2140681>.

MORAES, Vitor Hugo Souza; CHAI, Cássius Guimarães. Pandemia e trabalho escravo contemporâneo: repensando a reinserção do trabalhador resgatado a partir de uma política emancipatória. **Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas**, v. 6, n. 2, p. 76 – 96, Jul/Dez. 2020.

MORTES de motociclistas entregadores crescem 85,7% em período de quarentena na capital de SP. **Jornal A voz do motoboy**. N. XII, Ed. 97, mar. 2019.

MOTOBOYS DE APLICATIVOS de comida depredam casa e carro de morador no interior de SP; VÍDEO. **G1** Bauru e Marília, 22 fev., 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2021/02/22/motoboys-de-aplicativos-de-comida-depredam-casa-e-carro-de-morador-no-interior-de-sp-video.ghtml>. Acesso em 16/12/2023.

MOTOBOYS protestam em frente a condomínio de morador que fez ofensa racista contra entregador, em Valinhos. **G1**, 08 de set., 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2020/08/08/motoboys-protestam-em-frente-a-condominio-de-morador-que-fez-ofensa-racista-contr-entregador-em-valinhos.ghtml>. Acesso: 16/12/2023.

MOTOCIATA de Bolsonaro não teve moto de trabalhador e motoboys não têm o que comemorar, diz líder da categoria. **Folha de S. Paulo**, 14 jun., 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2021/06/motociata-de-bolsonaro-nao-teve-moto-de-trabalhador-e-motoboys-nao-tem-o-que-comemorar-diz-lider-da-categoria.shtml>. Acesso em: 12/01/2024.

MOURA, Clovis. **O Negro no mercado de trabalho**. Conselho de participação e desenvolvimento da comunidade Negra. 2 Ed., 1986. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/moura/1986/mes/90.pdf>. Acesso em 15/01/2024.

_____. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo: Editora Anita, 1994.

_____. **Sociologia do negro brasileiro**. Editora Ática: São Paulo, 1988.

_____. A quilombagem como expressão de protesto radical. In: MOURA, Clóvis. **Os Quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: Edufa, 2001.

_____. **Racismo e luta de classes no Brasil**. 1. Ed. Editora Terra Sem Amos: Brasil, 2020.

_____. **O negro: do bom escravo a Mau cidadão?**. 2.ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MUNIZ, B.; CÍCERO, J. Aplicativos de delivery: a nova faceta do trabalho infantil. **Agência Pública**, 2021. Disponível em: <https://apublica.org/2021/10/aplicativos-de-delivery-a-nova-faceta-do-trabalho-infantil/#:~:text=Resposta%20do%20iFood,risco%20social%2C%20psicol%C3%B3gico%20ou%20f%C3%ADsico>.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Editora Paz e Terra S/A: Rio de Janeiro, 1978.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: Relações raciais, quilombos e movimento**. Org, Alex Ratts. 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NASCIMENTO, Camila. ‘Motociata’ de Bolsonaro em São Paulo já tem nome: ‘Acelera para Cristo’. Bolsonaro convoca apoiadores para motociata em SP, mas não cita eleições: “Luta pela liberdade”, **Veja**, 31 maio 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/motosseata-de-bolsonaro-em-sao-paulo-ja-tem-nome-acelera-para-cristo/>. Acesso em: 7 fev. 2023.

NASCIMENTO, Rafael. ‘Parecia que ela estava chicoteando um escravo que não fez o serviço direito’, diz entregador agredido por mulher em São Conrado. **G1 Rio**, 11 de abril de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/04/11/parecia-que-ela-estava-chicoteando-um-escravo-que-nao-fez-o-servico-direto-diz-entregador-agredido-por-mulher-na-zona-sul-do-rio.ghtml>. Acesso em: 24/01/2024.

NEWS IFOOD. **iFood leva suas iniciativas de educação à Expo Favela**. 2023. Disponível em: <https://www.news.ifood.com.br/ifood-leva-suas-iniciativas-de-educacao-a-expo-favela/>. Acesso em: 31 de agosto de 2021.

_____. **Afinal, o entregador tem ou não que subir até o apartamento?**. 2022. Disponível em: <https://www.news.ifood.com.br/entregador-subir-ate-o-apartamento/>. Acesso em: 31 de agosto de 2021.

NICOLAV, Vanessa. Economia acima de tudo, lucro acima de todos: empresários pelo fim do isolamento. **Brasil de fato**: São Paulo, 20 de maio, 2020.

ODAIR, Furtado. **Trabalho e solidariedade**. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, C. Um terço dos paulistanos deixou de usar ônibus na pandemia; pobres não tiveram opção. **Brasil de fato**: São Paulo, 15 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/15/um-terco-dos-paulistanos-deixou-de-usar-onibus-na-pandemia-pobres-nao-tiveram-opcao>. Acesso em: 19 de outubro de 2023.

OLIVEIRA, Eder. 2023. Cê acha memo que a saúde mental da pessoa que entrega seu lanche tá boa?. Edao1983. Disponível em: <https://www.instagram.com/edao1983?igsh=MTZ5NjY2cDFuM2Q4OA==>. Acesso em: 26/01/2024.

OLIVEIRA, Ingrid. Entregadores de apps podem comer refeição de quem não desce para pegar? **Terra**, 23 set. 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/byte/entregadores-de-apps-podem-comer-refeicao-de-quem-nao-desce-para-pegar,2f164f4a579ce05f98bd73d970a4ada9egoslaxw.html>. Acesso em 16/12/2023.

PAULO GALO ACUSA a PM de violência após ser flagrado sem capacete. **O Povo**, Fortaleza, 4 mar. 2023. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/brasil/2023/03/04/paulo-galo-acusa-a-pm-de-violencia-apos-ser-flagrado-sem-capacete.html>. Acesso em: 12 mai. 2023.

PELLAUER, David. Ações narradas como fundamento da identidade narrativa. In: NASCIMENTO, Fernando; SALLES, Walter (orgs.). **Paul Ricoeur: Ética, Identidade e Reconhecimento**. São Paulo: Loyola, 2013.

PENHA, Daniela. Negros são 82% dos resgatados do trabalho escravo no Brasil. **Repórter Brasil**, 20, set, 2019. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2019/11/negros-sao-82-dos-resgatados-do-trabalho-escravo-no-brasil/>. Acesso em: 25/01/2024.

PEREIRA, Tiago. Aplicativos receberam mais de 50 mil avaliações negativas durante a greve dos entregadores. **Rede Brasil Atual**, 02 Jul., 2020. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/aplicativos-receberam-mais-de-50-mil-avaliacoes-negativas-durante-a-greve-dos-entregadores/>. Acesso em: 12/01/2024.

POLÍCIA prende três pessoas por ataque à estátua do Borba Gato em São Paulo. **IG**, 24 jul. 2021. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/2021-07-24/policia-borba-gato.html>. Acesso em: 12/05/2023.

PREFEITO de SP lamenta ato de vandalismo à estátua de Borba Gato. **Poder 360**. 24 jul. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/prefeito-de-sp-lamenta-ato-de-vandalismo-estatua-de-borba-gato/>. Acesso em: 12/05/2023.

PRESIDENTE Jair Bolsonaro participa de motociata em São Paulo. [S. l.]: **Rede TV**, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=63L-MtAs57w&t=6s>. Acesso em: 8 fev. 2023.

PROCOPIO, Ana Paula. **O contrário de casa grande não é senzala. É quilombo!** A categoria práxis negra no pensamento de Clóvis Moura. 2017. 291f. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2017.

PROGRAMA Mentas e Vertentes. **Rádio Comunitária da Fortaleza**, programação, 2024. Acesso em: <https://radiocomunitariafort.webradiosite.com/programa/175102/mentas-e-vertentes>. Disponível em: 26/01/2024.

PROSUS adquire controle total do iFood por até R\$ 9,4 bilhões. **iFood Institucional**, 19 ago., 2022. Disponível em: <https://institucional.ifood.com.br/releases/prosus-adquire-controle-total-do-ifood-por-ate-r-94-bilhoes/>. Acesso em: 15/01/2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales: Buenos Aires, 2005.

RACIONAIS MC'S. Jesus Chorou. Álbum: **Sobrevivendo no Inferno**. Gravadora: Cosa Nostra, 1997. Formato: CD.

_____. Vida Loka Parte 2. Álbum: **Nada Como Um Dia Após o Outro Dia**. Gravadora: Cosa Nostra, 2002. Formato: CD.

RAIMUNDO, Mahasiãh; ALEXANDRE, Bianca. Relatos de Guerra: o sofrimento ético-político e a questão do “pós-covid”. In: SAWAIA, Bader B; BUSARELLO, Flávia; BEREZOSCHI, Juliana; ALBUQUERQUE, Renan.(Org). **Expressões da Pandemia – Fase 4**. Alexa Cultural: Embu das Artes/SP; EDUA: Manaus/AM, 2022.

RAMOS, Camila Souza; FARIA, Glauco. Kabengele: Nosso racismo é um crime perfeito. **Portal Geledés**, 19 ago. 2009. Disponível em: https://www.geledes.org.br/nosso-racismo-e-um-crime-perfeito/?gclid=CjwKCAjw-eKpBhAbEiwAqFL0mpWYBMCzYRh6S5NuLR3khioggVc1ParMM2OzM7yWmKeNuB7KxkY2RhoCr44QAvD_BwE. Acesso em: 14/01/2024.

REBECHI, C. N.; FIGARO, R.; SALVAGNI, J.; SILVA, A. F. M. Plataformização do trabalho de entregadores no contexto da pandemia de covid-19 confronta os princípios do trabalho decente da OIT. *Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 642-657, jul.-set. 2022.

REBELLO, Aiuri. Carreata pró-Bolsonaro e anti-Doria reúne multidão e fecha Paulista. **Uol**: São Paulo, 2020.

REIS, Carolina. Entre o voyeur e o caminhante: perspectivas na produção de conhecimentos e de cidades. In: GUARESCHI, Neusa, M. F., REIS, Carolina dos., HADLER, Oriana H.(Orgs). **Produção de conhecimento: profanações do método na pesquisa**. 1. ed. Florianópolis, SC: ABRAPSO Editora, 2020.

REIS, João José. A greve negra de 1857 na Bahia. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 18, p. 6–29, 1993. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25988>. Acesso em: 14 abr. 2024.

REY, Fernando, L. G. Subjetividad, cultura e investigación cualitativa em psicologia: la ciencia como producción culturalmente situada. **LIMINALES. Escritos sobre psicología y sociedad** / Universidad Central de Chile. 1. N° 04. Noviembre 2013 / 13-36.

RIBEIRO, Gabriel Francisco; PADRÃO, Márcio. "Não parei, mas apoio": o que dizem entregadores que trabalharam na greve. **Tilt Uol**: São Paulo, 01 set., 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/07/01/nao-pararam-mas-apoiaram-o-que-pensam-os-entregadores-fura-greve.htm>. Acesso em: 16/12/2023.

RIBEIRO, Pedro, Henrique. Michel Bastos desabafa sobre racismo em mercado de Alphaville: '3ª vez'. São Paulo: **Uol**, 22 de fevereiro, 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2021/02/22/michel-bastos-mercado-alphaville.htm>. Acesso em: 24/10/2023.

RIBEIRO, P. V. Motociclistas são 70% dos internados no instituto de ortopedia e traumatologia do hospital das clínicas, diz médica na CPI dos aplicativos. **Intercept Brasil**, 12 de dez., 2022. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2022/12/12/entregadores-de-apps-sao-70-dos-internados-no-instituto-de-ortopedia-e-traumatologia-do-hospital-das-clinicas-diz-medica/>. Acesso em: 21/10/2023.

RODRIGUES, Matheus. Motoboy viraliza ao comer lanche de clientes que se recusam a buscar a entrega na portaria; entenda quem está certo em casos assim. **G1**, Rio de Janeiro 14 jul., 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/07/14/motoboy-viraliza-ao-comer-lanche-de-clientes-que-se-recusam-a-buscar-a-entrega-na-portaria-entenda-quem-esta-certo-em-casos-assisim.ghtml>. Acesso em 16/12/2023.

RODRIGUES, N. L. P. R.; MOREIRA, A. S.; LUCCA, S. R. O presente e o futuro do trabalho precarizado dos trabalhadores por aplicativo. **Caderno de Saúde Pública**, n37, v.11, 2021.

SALVAGNI, J.; COLOMBY, R. K.; CHERON, C. Em contexto de pandemia: entregadores de aplicativos, precarização do trabalho, esgotamento e mobilização. **Simbiótica**, ed. Especial, vol.8, n.3, p.149-169, out, 2021.

SANCHES, J, C.; MOISÉS, R, J.; SOUZA, R, P. "O Brasil não pode parar": racismo e desigualdade social na campanha publicitária do governo Bolsonaro. **Revista Brasileira de História da Mídia**, São Paulo, v.9, n.2, p. 96-113, jul/dez, 2020.

SARAIVA, Jacilio. Total de entregadores na Grande São Paulo tem aumento de 20%. **Valor Econômico**: São Paulo, 09 de junho, 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/publicacoes/suplementos/noticia/2020/06/09/total-de-entregadores-na-grande-sao-paulo-tem-aumento-de-20.ghtml>.

SAWAIA, Bader B. Pesquisa ação participante a práxis científica com a vocação política. **Enfoque**, São Paulo, 17, set, 1989.

_____. O Sofrimento Ético Político como Categoria de Análise da Dialética Exclusão/Inclusão. In: SAWAIA, Bader B. (Org.) **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 1 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Afeto e Comum: categorias centrais em diferentes contextos. In: **Afeto & comum**: reflexões sobre a práxis psicossocial, Bader B. Sawaia, Renan Albuquerque e Flávia R. Busarello, Alexa Cultural: São Paulo, 2018.

_____. Questões teóricas e empíricas pautadas na dialética inclusão-exclusão social. In: **Afeto & comum**: reflexões sobre a práxis psicossocial. SAWAIA, Bader B. ALBUQUERQUE, Renan., BUSARELLO, Flavia R. Alexa Cultural: São Paulo, 2018.

_____.; SILVA, D. N. H. A subjetividade revolucionária: questões psicossociais em contexto de desigualdade. In: TOASSA, G.; MACHIAVELLI, T. **Psicologia sócio-histórica e desigualdade social**: do pensamento à práxis. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2019.

_____. A ideia de Saúde Ético-Política como utopia da práxis psicossocial e de Sofrimento Ético-Político como ensinantes. In: SAWAIA, Bader B.; **Expressões da Pandemia – Fase 4**. Alexa Cultural: Embu das Artes/SP; EDUA: Manaus/AM, 2022.

SBT News. "Motociata" de Bolsonaro reúne 12 mil motos em São Paulo | SBT Brasil (12/06/21). Vídeo. Youtube, 12 jun. 2021b. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=kE_SKm9f2EU&t=10s. Acesso em: 16/12/2023.

SBT News. Entregador é vítima de injúria racial e testemunhas agridem acusado | SBT Brasil (18/10/23). Vídeo. Youtube, 18 out. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RSImR65qhis>. Acesso em 20 dez. 2023.

SCHIDT, L.; SILVESTRINI, L.; RONÁI, B. Ônibus circulam superlotados em várias capitais do Brasil em meio à pandemia; veja imagens. **G1**: Jornal Hoje. 18 de setembro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/09/18/onibus-circulam-superlotados-em-varias-capitais-do-brasil-em-meio-a-pandemia-veja-imagens.ghtml>.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Programa de Pós-graduação em Psicologia – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

_____. Branquitude à brasileira: hierarquias e deslocamentos entre origem, gênero e classe. In: CAHEN, Michel; BRAGA, Ruy. **Para além do pós (-) colonial**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018.

SECRETARIA DA CULTURA RS. **20 de Setembro e a História dos Lanceiros Negros**. 2020. Disponível em: <https://cultura.rs.gov.br/20-de-setembro-e-a-historia-dos-lanceiros-negros>. Acesso em 23 de out. 2023.

SILVA, Ana Maria da. Profissionais da enfermagem se tornam heróis anônimos durante a pandemia. **Correio Braziliense**, 15 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2021/08/4943767-profissionais-da-enfermagem-se-tornam-herois-anonimos-durante-a-pandemia.html>. Acesso em: 19 de outubro de 2023.

SILVA, E. C. da. A relação corpo-mente: a mente como ideia do corpo na Ética de Benedictus de Spinoza. **REVISTA Conatus – Filosofia de Spinoza**, Vol. n.9, Jul. 2011.

SILVA, Natasha, P. Filosofia moral e método na teoria econômica neoclássica. **Leituras de Economia Política**, Campinas, n. 25, p. 97-128, jan-dez, 2017.

SILVA, Ricardo, B. **Os Motoboyos no Globo da Morte**: circulação no Espaço e Trabalho Precário na Cidade de São Paulo. 2009. 245f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana – São Paulo, 2009.

SOUZA, Alice de; SANTANA, Fernanda. Comer ou pagar internet: o drama dos entregadores. **Outras palavras**, 26 de Mai., 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/comer-ou-pagar-internet-o-drama-dos-entregadores/#:~:text=Motoristas%20e%20entregadores%20entrevistados%20pela,que%20o%20profissional%20a%20rejeitou>. Acesso em 24/11/2023.

SOUZA, Felipe; MACHADO, Leandro. Coronavírus: entregadores de aplicativo trabalham mais e ganham menos na pandemia, diz pesquisa. **BBC News Brasil**: São Paulo, 07 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52564246#:~:text=Segundo%20a%20pesquisa%20apontou%2C%2089,4%25%20deles%20trabalham%206%20dias.>>. Acesso em: 04/09/2023.

SPINOZA, Baruch de. (1955). **Ética**. Trad. Thomaz Tadeu. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

_____. **Tratado Político**. Trad. Diogo Pires Aurélio. Editora WMF Martins Fontes, 2009.

_____. **Tratado Teológico-Político**. Tradução, introdução e notas de Diogo Pires Aurélio. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2019.

STRAPPAZZON, André L; SAWAIA, Bader; MAHEIRIE, Kátia. A liberdade em Espinosa como base ontoepistemológica no enfrentamento do sofrimento ético-político. **Psicologia & Sociedade**, v.34, p.01-16, 2022.

STRAPPAZZON, André L; SAWAIA, Bader; MAHEIRIE, Kátia. A liberdade em Espinosa como base ontoepistemológica no enfrentamento do sofrimento ético-político. **Psicologia & Sociedade**, v.34, p.01-16, 2022.

TAYLOR, Keeanga-Yamahtta. Raça, classe e marxismo. **Revista Outubro**, n.31, 2 sem., 2018.

TECNOBLOG. Tecnoblog: tecnologia que interessa, c2018. Página inicial. Disponível em: <https://tecnoblog.net/>. Acesso em: 05 de jun. de 2021.

TOSI, Gioseppe. Aristóteles e a escravidão natural. Boletim do CPA. **Revista de Estudos Filosóficos e Históricos da Antiguidade**. Ano VIII N.º 15 Jan/Junho 2003.

TRINDADE, José Raimundo. (2020). Dois anos de desgoverno: a extinção do Ministério do Trabalho. **DMT em Debate**. Disponível em: <https://www.dmtemdebate.com.br/dois-anos-de-desgoverno-a-extincao-do-ministerio-do-trabalho/>. Acesso em: 11 de jun. de 2021.

UBER. Quem somos. 2024. Disponível em: https://www.uber.com/br/pt-br/about/?uclid_id=84c96380-bc09-4d9b-86b7-9b469ab970ed. Acesso em: 24/01/2024.

URIBE, G.; CHAIB, J.; COLETTA, R, D. Não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar diz Bolsonaro sobre coronavírus. **Folha de São Paulo**, 20 de março de, 2020.

VASCONCELOS, Jonnas E. M.; MELLO, Lawrence E.; OLIVEIRA, Murilo, C.; Os Trabalhadores das Plataformas de Entregas: essencialidade em tempos de Covid-19 e desproteção legislativa e judicial. **Rev. Direito e Práx.**, Rio de Janeiro, Vol. 12, N. 3, 2021.

VAZ, Cláudia Freire. **A memória social da escravidão urbana no Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 222, 2016.

VIEIRA, Carlos Eduardo Carrusca; ARAÚJO, José, Newton Garcia de. Fundamentos da contrarreforma trabalhista do governo Temer e suas repercussões para a classe trabalhadora. **Psicologia & Sociedade**, n.34, p.01-14, mar-set. 2022.

VIGOTSKI, Lev. **A Construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

VIGOTSKY, Lev. (1930) A transformação socialista do homem. **Portal do PSTU**. Texto disponível na internet. Trad. Roberto Della Santa Barros. MIA, 2004. Disponível em: http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/01072013_a_transformacao_socialista_dos_homens.pdf. Acesso em: 16 de out. de 2023.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras 2004.

APÊNDICE A: TCLE – Termo de Consentimento Livre Esclarecido

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP**

Rua Monte Alegre, 984, Perdizes - São Paulo - SP CEP: 05014-901

Fone:(11) 3670-8000

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP**

Rua Monte Alegre, 984, Perdizes - São Paulo - SP CEP: 05014-901

Fone:(11) 3670-8000

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes. **Nesta pesquisa os riscos para o(a) Sr.(a) são:** cansaço ou aborrecimento ao decorrer da entrevista; desconforto ou constrangimento durante gravações de áudio e vídeo; alterações na autoestima provocadas pela evocação de memórias ou por reforços na conscientização sobre uma condição física ou psicológica restritiva ou incapacitante; alterações de visão de mundo, de relacionamentos e de comportamentos em função de reflexões sobre trabalho; quebra de sigilo; e quebra de anonimato.

Para minimizar tais riscos: será desde o início do contato com os participantes garantido o respeito aos protocolos preconizados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em relação ao COVID-19 prevendo o uso de máscara de proteção e também assegurando o cuidado em relação ao distanciamento; será, também, zelado por um ambiente de confiança, transparência e cuidado na relação com os participantes, prezando pelo conforto no procedimento da entrevista. Será a qualquer momento, compreensível, por qualquer motivo, o interrompimento do procedimento da entrevista pela solicitação do entrevistado. Os arquivos de áudio e vídeo coletados no encontro serão gerenciados pelo responsável da pesquisa, ou por pessoas de sua confiança, garantindo a segurança dos dados coletados na entrevista.

Também são esperados os seguintes benefícios com esta pesquisa: como benefício indireto, esta pesquisa pode propiciar a oportunidade de reflexão sobre os processos de trabalho e sobre suas condições; como benefício social, pode auxiliar a concretizar mudanças reais, seja por políticas públicas que beneficiem os trabalhadores dessas características ou também de auxiliar na organização dos trabalhadores ampliando as discussões e conhecimento a respeito desta problemática.

Garantimos ao(à) Sr(a) o ressarcimento das despesas devido sua participação na pesquisa, ainda que não previstas inicialmente. Também estão assegurados ao(à) Sr(a) o direito a pedir indenizações e a cobertura material para reparação a dano causado pela pesquisa ao participante da pesquisa.

Asseguramos ao(à) Sr(a) o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo ao participante, pelo tempo que for necessário. Em caso de dano de natureza moral



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

Rua Monte Alegre, 984, Perdizes - São Paulo - SP CEP: 05014-901
Fone:(11) 3670-8000

disponos a Clínica Escola da Pontifícia Universidade Católica (PUC) como alternativa de cuidado.

Garantimos ao(à) Sr(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica .

O(A) Sr(a). pode entrar em contato com o pesquisador responsável Mahasiãh Raimundo a qualquer tempo para informação adicional no endereço da PUC-SP Campus Monte Alegre, no endereço: R. Monte Alegre, 984 - Perdizes, São Paulo. Telefone para contato: (47) 99622-0983. Email: mahasiah.psi@gmail.com.

O(A) Sr(a). também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (CEP/PUC-SP) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP/PUC-SP está localizada no térreo do Edifício Reitor Bandeira de Mello (Prédio Novo), na sala 63-C, na Rua Ministro Godói, 969 - Perdizes - São Paulo - SP - CEP: 05015-001 Tel./FAX: (11) 3670-8466 | e-mail: cometica@pucsp.br. O CEP/PUC. O Comitê de Ética em Pesquisa da PUC/SP campus Monte Alegre é um dos 2 (dois) Comitês instalados na universidade, sendo este responsável pela apreciação dos protocolos de pesquisa das áreas de Ciências Humanas e Sociais oriundos de 9 (nove) das 10 (dez) Faculdades que integram a PUC-SP.

Você receberá o retorno sobre os resultados da pesquisa pelo contato de e-mail ou celular informado ao início deste termo, incluindo o convite para participar da defesa da dissertação referente a pesquisa.

Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pelo(a) Sr(a)., ou por seu representante legal, e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Li e concordo em participar da pesquisa.

Assinaturas _____ (Participante)

São Paulo, ____/____/____

_____ (Pesquisador)